

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

**PRETAS DE HONRA: TRABALHO, COTIDIANO E
REPRESENTAÇÕES DE VENDEIRAS E CRIADAS NO
RECIFE DO SÉCULO XIX (1840-1870)**

Maciel Henrique Carneiro da Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito para
obtenção do grau de Mestre em História.

Recife, 2004

Maciel Henrique Carneiro da Silva

**PRETAS DE HONRA: TRABALHO, COTIDIANO E
REPRESENTAÇÕES DE VENDEIRAS E CRIADAS NO
RECIFE DO SÉCULO XIX (1840-1870)**

DISSERTAÇÃO de Mestrado em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas

Recife, 2004

Silva, Maciel Henrique Carneiro da

Pretas de honra : trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). – Recife : O Autor, 2004.

295 folhas : il., fig., tab., quadros.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2004.

Inclui bibliografia e anexo.

1. História social – Mulheres – Recife – Século XIX. 2. Trabalho cotidiano – Mulheres – Representações sociais. 3. Escravidão – Recife – Século XIX – Mulheres vendeiras e domésticas. I. Título.

**981.34"18" CDU (2.ed.)
981.3404 CDD (21.ed.)**

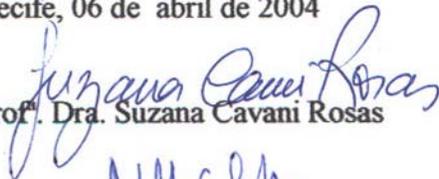
**UFPE
BC2004-324**

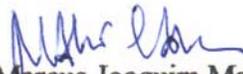


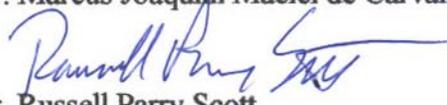
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO MACIEL HENRIQUE
CARNEIRO DA SILVA**

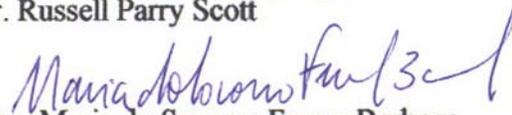
Às 10:00 do dia 06 (seis) de abril de 2004 (dois mil e quatro), no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno Maciel Henrique Carneiro da Silva intitulada “PRETAS DE HONRA: Trabalho, Cotidiano e Representações de Vendeiras e Criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)” em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO COM DISTINÇÃO ”** em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: SUZANA CAVANI ROSAS (ORIENTADORA), MARCUS JOAQUIM MACIEL DE CARVALHO E RUSSELL PARRY SCOTT. Assina também a presente ata, a Coordenadora, Prof^ª.Dr^ª Maria do Socorro Ferraz Barbosa para os devidos efeitos legais.

Recife, 06 de abril de 2004


Prof.^ª Dra. Suzana Cavani Rosas


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Prof. Dr. Russell Parry Scott


Prof.^ª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

“Triste sina a do historiador: dar vida ao texto, recuperar a memória de uma linguagem à primeira vista morta, ressuscitar o que foi perdido e, enfim, dar sentido a tudo isso, sem deixar infiltrar-se a menor suspeita de que tudo resulta dos artificios do próprio historiador, estranho ventríloquo que pode estar apenas emprestando sua voz a um texto mudo, silenciado pelo peso do tempo, de sonoridade irrecuperável.”

Regina Zilberman. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz; ou: quando a história se faz na voz de seus agentes.*¹

*“Acho bem mais do que pedras na mão
Dos que vivem calados
Pendurados no tempo
Esquecendo os momentos
Na fundura do poço
Na garganta do fosso
Na voz de um cantador.”*²

¹ In DECCA, Edgar Salvadori de e LEMAIRE, Ria. (Org.) **Pelas Margens: outros caminhos da história e da literatura**. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da Universidade – UFRGS, 2000, p. 122.

² Trecho da música “*A Terceira Lâmina*”, do CD **ZÉ RAMALHO: 20 ANOS ANTOLOGIA ACÚSTICA**.
Direção Artística: Sérgio de Carvalho; **Produção:** Robertinho de Recife.

Resumo:

Esta pesquisa visou desenvolver uma história social das criadas e vendedoras de rua a partir do seu cotidiano e das representações que foram construídas sobre e por elas mesmas, ao longo das décadas de 1840, 1850 e 1860. Através da descrição e análise de um corpus documental bastante vasto, composto por fugas de escravos e avisos de jornais majoritariamente, pudemos observar que o universo cultural recifense impunha às escravas, libertas e livres pobres o ingresso em diversos tipos de arranjos de trabalho. Servindo de portas a fora ou de portas a dentro, nas expressões da época, pretas e pardas em sua maioria, elas compartilhavam diferenças e semelhanças em suas condições. Consideradas mulheres sem honra, o seu engajamento nas diversas ocupações estava submetido a sério controle de sua moralidade. Exigiam-se delas confiança, fidelidade, submissão, hábitos morigerados, além da competência na execução dos serviços. Em troca, elas recebiam promessas de bom tratamento, vestuário e, em determinados casos, algum pagamento pecuniário. Os contratos, entretanto, variavam, e elas próprias freqüentemente intervinham na forma como queriam ser engajadas. Apesar das semelhanças, servir como criadas nos sobrados recifenses ou vender diversos gêneros pelas ruas, pátios e praças são atividades singulares que terminam por modelar identidades distintas. Uma mulher branca pobre, dificilmente se ofereceria para um serviço externo, preferindo usualmente servir a uma família “honesta”. Esta pesquisa apresenta as criadas e domésticas como mulheres que negociavam e resistiam, mesmo diante de relações desiguais de poder. Esse grupo diversificado, quando possível, forjava laços de solidariedade, impunha condições a seus patrões e patroas, senhores/as, ou buscava, pela pobreza em que vivia, negociar com seus contratantes sua empregabilidade a partir de demonstrações dos requisitos morais tão exigidos na época.

Abstract:

This thesis develops a Social History study of female domestic workers and street sellers women from Recife on 1840, 1850 and 1860 years based on their daily life and the representations built about them. Working mostly on advertises of slave escapes, we observe the cultural universe in Recife on the XIXth as well as the imposition of values over the slaves and poor free women. We intend to classify the tipos of jobs allowed at these characters, and the social relations among them, their masters and the society.

The representations created about these women by the slave society present them often as dishonoured persons, from which fidelity and submission are required. The group observed by this research is diversified, including slaves, black free women, *mulatas* and also white poor women. As result of this thesis, we are able to describe the social bounds often built among the poor working women, as well as the negociation imposed by them over their masters.

Agradecimentos

Talvez nem o melhor escritor consiga a proeza de, em poucas linhas, listar o nome daquelas pessoas a quem deve agradecer. Trata-se de uma genealogia sem fim, de um esforço interminável de quem busca uma origem primeira para todas as coisas, e que sempre se decepcionará com o descobrir de uma dívida mais profunda. Entretanto, abaixo cito aqueles nomes que mais diretamente contribuíram à execução desse trabalho. Isso de modo algum os responsabiliza pelos meus eventuais equívocos. Ao contrário, todavia, com eles divido tudo o que de melhor se possa divisar no texto final.

Meu orientador de iniciação científica, o Prof. Marcus J. M. de Carvalho, dividiu comigo sua experiência e amizade, tanto que o projeto de pesquisa que desembocou nessa dissertação teve sua leitura atenta e foi o resultado direto de seus projetos de pesquisa nos quais me inseri como bolsista. Nos dois anos consecutivos que com ele trabalhei, fui amadurecendo a sua provocação. Eu não consigo avaliar o tanto que esse trabalho tem de sua influência. Em termos de amadurecimento do projeto, devo ainda o rigor crítico do Prof. Marc J. Hoffnagel.

A Prof. Suzana Cavani Rosas, minha orientadora, foi paciente e atenciosa a minhas inquietações, e dialogou comigo em todos os momentos, demonstrando uma sinceridade e um respeito difícil de encontrar nas pessoas. Suas sugestões, críticas e incentivos foram componentes de uma orientação prazerosa para mim. A Prof. Christine Rufino Dabat, por confiar em mim desde o momento em que ingressei na Graduação, brindando-me com responsabilidades e cobranças que eu não imaginava ser capaz de assumir.

Nomes outros foram surgindo: Peter Beattie dialogou comigo, ofereceu textos seus, e terminou por influenciar muito as nossas análises. Sua amizade propiciou ainda o contato com Beatriz Gallotti Mamigonian, que foi tão gentil comigo como o próprio Beattie. Dela recebi generosamente o texto integral de sua tese de doutorado, e trocamos e-mails que suscitaram questionamentos e respostas, sobretudo no que concerne às condições de trabalho dos africanos/as livres, tema pelo qual a autora é apaixonada. Sou bastante grato pelo carinho e atenção de ambos.

Funcionários responsáveis e eficientes, tornaram a pesquisa de arquivo sempre prazerosa: Hildo Leal da Rosa, Celda Gusmão e Marlene Batista da Silva (além de outros funcionários do Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano); José Gomes e Tácito Galvão (apaixonados pesquisadores do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano); Douglas Batista de Moraes (do Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da UFPE). Todos deram o melhor de si, unindo competência e gentileza na busca e mesmo sugestão de documentos. O desvelo no trato com a documentação, aliado ao conhecimento empírico, faz desses funcionários verdadeiros heróis – perdoem a pieguice – na preservação dos acervos.

A transcrição de boa parte da documentação aqui utilizada foi resultado do eficiente trabalho de Anna Laura Teixeira de França, uma paleógrafa e pesquisadora de exímia competência. A sua experiência, o seu rigor e eficiência merecem rasgados elogios.

Agradeço a minha família pelas vezes que fui me refugiar ao seu lado, e pela paciência em esperar tanto por alguém que, mesmo distante, sempre retorna cansado e alegre. Embora tenha ficado isolado várias vezes, sobretudo na escrita do trabalho, jamais a esqueci. A ela peço desculpas pela certa dose de egoísmo a que a elaboração do trabalho acabou me levando.

Por fim, agradeço a Kalina Vanderlei Paiva da Silva, minha esposa. Uma das pessoas mais inteligentes e amáveis que eu conheço. Desde quando comecei a pesquisar, tive sua competência como horizonte. Tenho o privilégio de conviver com uma pessoa e uma profissional brilhantes. Eu jamais saberia dizer o quanto ela influenciou em minha formação. Por sua paciência em suportar minhas crises, por seu inestimável apoio intelectual (materializado em leituras, críticas, sugestões, incentivos), por seu carinho e preocupação constantes, a ela dedico esse trabalho. Dedico-o ainda a minha mãe, Joana D’Arc Carneiro da Silva, que fez de tudo para sustentar a família: foi cozinheira, lavadeira, engomadeira, costureira, vendedora e trabalhadora agrícola. Na maior parte do curto tempo de sua vida, como tantas outras mulheres, ela realizava essas atividades alternadamente, num esforço cotidiano e repetitivo.

SUMÁRIO:

Relação de Quadros e Ilustrações	12
Introdução	14
Parte I – A Cidade e os Caminhantes:	
Gramáticas de Espaço	22
1 – O Espaço e os Habitantes: uma Leitura da Expansão Urbana do Recife no Século XIX	23
1.1 O Espaço Habitado	26
1.2 A Cidade em Números: Crescimento Urbano e Demográfico	40
2 – Práticas e Gramáticas de Espaço: Vendeiras, Domésticas e Lavadeiras na Paisagem do Recife	61
2.1 Os Caminhantes e suas Leituras do Espaço	62
2.2 Os Micro-espços: a Casa, os Cômodos, os Gestos	89
Parte II – Mulheres, Gestos, Representações:	
O Trabalho e a Honra	99
3 – Identidade, Honra, Riqueza e Status nas Histórias de Pretas Vendeiras	100
3.1 Um Pouco de Origens	100
3.2 Uma Africana “Livre” Vendeira de Fatos ou a “Penélope Africana”	107
3.3 As Últimas tentativas: o Trabalho da Penélope	120
3.4 Uma Preta Forra de Honra	130
Conclusão	143

4 - Representações e Gestos de Mulheres de Rua: Imagens	
Construídas no Cotidiano, contratos e Negociações	148
4.1 A Vendeira que se Precisa: Contratos, Lucros e Artigos Comercializados	162
4.2 O que as Pretas Vendem	173
Conclusão	177
5 - Os Números do Trabalho: na Casa, na Rua ou um Mercado para Muitas Mulheres	181
5.1 Portas a Dentro e Portas a Fora	182
5.2 Entre Preferências e Oferecimentos	187
5.3 Entre a Casa e a Rua	188
5.4 Análise dos Dados Portas a Dentro e Portas a Fora por Década	192
5.5 Escravas e Não-esravas	198
5.6 Uma análise das Preferências e Oferecimentos de Serviços por Década	202
6 - “As Mais Boas Qualidades que se Procuram”: as Mulheres Domésticas nos Anúncios do Diário de Pernambuco	208
6.1 Senhores e Senhoras, Patrões e Patroas: Perfil Social e Expectativas	210
6.2 Domésticas: Histórias não Contadas	221
6.3 Amas-de-leite e de Criação	224
6.4 Mucamas	240
6.5 Cozinheiras	250
6.6 Lavadeiras, Engomadeiras e Costureiras	260
Considerações Finais	275
Anexos	280
Bibliografia	288
Fontes	297

RELAÇÃO DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES:

Quadro 1: Freguesias do Município do Recife (1855)	30
Tabela 1: Número de Casas e Fogos da Cidade do Recife, Freguesia da Várzea, e Freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela (1828)	33
Figura 1: <i>Caes da Rua do Trapiche</i>	48
Figura 2: <i>Bolsa de Pernambuco</i>	49
Tabela 2: População Livre e Escrava, Por Sexo, da Cidade do Recife, Freguesia da Várzea, e Freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela (1828)	55
Quadro 2: Estatística da População Livre e Escrava do Recife por Freguesias, 1873	58
Figura 3: <i>A Venda no Recife.</i>	68
Figura 5: <i>Praça da Boa Vista</i>	79
Figura 6: <i>Vista do Pateo da Boa Vista</i>	85
Figura 7: <i>Vista do Pateo do Carmo/Casa de Banhos</i>	86
Quadro 3: Lista de Alguns Gêneros e Artigos Comercializados por Vendeiras na Cidade do Recife no Séc. XIX	175
Tabela 3: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços conforme o local de exercício da atividade: Recife (1840-1849)	195
Tabela 4: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços conforme o local de exercício da atividade: Recife (1850-1859)	196
Tabela 5: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços conforme o local de exercício da atividade: Recife (1860-1869)	197
Tabela 6: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços segundo a condição	

jurídica das Preferências e Ofertas: Recife (1840-1849)	205
Tabela 7: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços segundo a condição jurídica das Preferências e Ofertas: Recife (1850-1859)	206
Tabela 8: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços segundo a condição jurídica das Preferências e Ofertas: Recife (1860-1869)	207
Figura 8: Ama-de-leite escrava (Mônica) e menino.	238
Figura 9: Ama-de-leite escrava (Mônica, já em idade avançada) e Adelaide de Miranda Leal.	239

INTRODUÇÃO

“Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?”
(PERROT, Os Excluídos da História, p. 186)

Prefiro fazer uma introdução dessa pesquisa relatando as principais reflexões que a nortearam, um relato que mostre o percurso, às vezes enviesado, da construção do objeto, e as inquietações e “soluções” que foram sendo encontradas. Uma introdução que não transmita a falsa impressão de que o trabalho como um todo esteve sempre bem arrumado na cabeça, e pronto para ser transposto para o papel. Assim, o objetivo dessa introdução é bastante sincero: familiarizar o/a leitor/a com o texto final a partir do itinerário da pesquisa e das principais questões que foram tomando forma.

Inicialmente, a proposta era estudar o “*mercado de trabalho feminino no Recife do século XIX*”. Desse modo, efetivar o mapeamento dos principais ofícios realizados pelas mulheres, e que eram anunciados pelos jornais pernambucanos, era o passo essencial. A pretensão era realizar uma história social do cotidiano e da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Claro que essa idéia de “*mercado*” já era inquietante (soando até mesmo anacrônica), dado que a sociedade brasileira no século XIX é marcada pelo trabalho compulsório, e por outros tipos de relação de trabalho não monetarizadas. Além disso, minhas fontes tendiam, pela benéfica influência de meu orientador de iniciação científica, a se reportarem mais às mulheres escravizadas. E não só as fontes, também as análises, ainda preliminares, tendiam a apresentar dificuldades diante das mulheres libertas e livres pobres. No entanto, a idéia de “*mercado*” não foi alijada das reflexões, e muito menos as mulheres escravizadas. O desafio, agora o compreendo, era descobrir como tratar das demais mulheres trabalhadoras (libertas e livres pobres), sem esquecer a escravidão como o contexto intersticial das relações sociais, e como pensar a noção de mercado de trabalho sem cometer anacronismos.

Se a proposta inicial foi cumprida, é complicado dizer, e talvez a melhor resposta seja “sim” e “não”. O fato é que ela sofreu, ao longo do processo, ajustes e superposições a partir da descoberta de novas fontes, da leitura bibliográfica e das conversas informais com pessoas muito mais amadurecidas com o fazer do historiador, mas isso sem perder de vista o

horizonte mais geral vislumbrado a princípio, e que tinha a ver com a percepção de que era possível construir uma história social das mulheres domésticas e vendeiras de rua a partir de seu cotidiano, das representações e das relações sociais.³ O período, entretanto, tornou-se mais modesto, e restringimos o enfoque às décadas situadas entre 1840 e 1870. A explicação para essa definição do marco cronológico está assentada em dois eixos. O primeiro é mais factual, sendo que 1840 assinala a administração emblemática do Barão da Boa Vista (1837-44), que pôs o Recife em marcha para o “*progresso*”, para os melhoramentos urbanos, entre outras transformações, e 1870 assinala o momento imediato que antecede a reforma social da Lei do Ventre Livre, que terá alguma repercussão no contexto das relações de trabalho na escravidão urbana; o segundo é mais processual, e está ligado à idéia de que a escravidão urbana subsiste ainda com certo vigor entre 1840 e 1870, mas a partir dessa década começa a entrar em lento declínio. Avançar para os anos 1870, ao nosso ver, poderia propiciar um quadro mais diferenciado em relação ao período anterior em termos de representações e práticas relativas ao cotidiano das mulheres escravas domésticas e vendeiras em geral.

Desde o início, minha preocupação era como delimitar melhor o objeto para conseguir ampliar os objetivos mais centrais da pesquisa. Foi ficando cada vez mais claro que as criadas e vendeiras – fossem escravas, livres pobres, forras, ou outra condição jurídica – iriam povoar minhas reflexões, apesar de não ter encontrado certas fontes usualmente mais trabalhadas em estudos anteriores, como livros de registro de licenças para ganhadores/as (que seriam fundamentais para o estudo das negras ganhadeiras cuja Câmara Municipal tivesse concedido permissão para exercer o ofício) e maços de população (que possibilitariam a descrição e análise da composição dos domicílios eventualmente chefiados por mulheres pobres).⁴ Registros que perseguimos em vão. Outras marcas, todavia, foram

³ Uma pequena lista das pessoas que mais contribuíram não tanto para “resolver” meus problemas, mas para me inquietar com questões inteligentes e melhor elaboradas: Marcus J. M. de Carvalho (meu orientador enquanto bolsista do PIBIC), Kalina Vanderlei Silva, Peter M. Beattie, Beatriz Gallotti Mamigonian, Marc Jay Hoffnagel e Suzana Cavani Rosas (minha orientadora no Mestrado).

⁴ A obra clássica de Maria Odila da Silva Dias que inspirou uma série de historiadores ligados à história social das mulheres, utilizou-se fartamente de maços de população. DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo, Brasiliense, 1984. Sobre mulheres chefes de família, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*. pp. 49-61. **História**, vol. 12, 1993, UNESP. Sobre as mulheres ganhadeiras e o uso de livros de licença das Câmaras municipais, ver SOARES, Luiz Carlos. *Os escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX*. Pp. 107-142. **Revista Brasileiro de História** - São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, n.º 16, março de 1988/agosto de 1988. Número especial organizado por Silvia Hunold Lara; e ainda SILVA, Marilene

sendo encontradas ou melhor interpretadas, de modo que a pesquisa tomou um curso próprio. As novas fontes exploradas me permitiram fazer um quadro de perguntas diferente das que eram feitas para os maços de população e os registros de licenças de ganhadeiras. Mas isso é interessante, pois os resultados acabam se tornando mais ou menos inusitados.

Nos primeiros passos da pesquisa empírica, a documentação mais fartamente consultada compunha-se de centenas de anúncios de jornais, localizados nas seções *Avisos Diversos* e *Escravos Fugidos* do Diário de Pernambuco, entre 1840 e 1870. No princípio, esses anúncios suscitavam apenas uma vaga impressão de quantidade, já que eram muitos e diziam respeito a diversos ofícios: vendeiras alugadas ou vendendo para seus próprios senhores/as, cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, costureiras, mucamas e amas-de-leite em profusão. A preocupação a seguir era como estabelecer uma abordagem que aproveitasse essa documentação em termos quantitativos e qualitativos. A leitura de autores como Lília Moritz Schwarcz, Gilberto Freyre, Marcus J. M. de Carvalho foi possibilitando a interpretação dos anúncios de jornais que, à primeira vista, pareciam um tanto monótonos e repetitivos.⁵ Os anúncios, em suas poucas linhas, foram ganhando uma dimensão que eu não tinha visto. A leitura atenta demonstrou que eles estavam eivados de representações sociais, de valores culturais presentes na sociedade escravocrata recifense. Fomos percebendo que os chamados *bons costumes* e a *honra*, enquanto atributos morais, povoavam a linguagem dos senhores/as de escravas, dos/as contratantes de domésticas e vendeiras, e a delas próprias. Mulheres que demonstravam possuir grandes habilidades em seus ofícios específicos tinham ainda de tranquilizar seu provável contratante a partir de uma linguagem que dirimisse qualquer dúvida que pairasse sobre sua conduta.

A idéia de representação, todavia, precisava ser melhor compreendida. Roger Chartier nos fez perceber que freqüentemente há um embate de representações, com cada grupo tentando impor ao outro os seus valores. Os *Avisos Diversos*, dessa forma, constituíam o palco para as negociações e lutas de convencimento, onde termos como *bons costumes* e *honra* marcavam identidades e expectativas dos inúmeros atores sociais envolvidos: pretas e

Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1998. Entre outros.

⁵ Cf. SCHWARZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

pardas de condição forra, livre e escrava, mulheres brancas, senhores/as de escravas e locatários/as. Seguindo Chartier, tivemos como referências fundamentais o contexto histórico e o lugar social do discurso produzido na imprensa diária. Essas referências auxiliam ainda à compreensão dos significados múltiplos que os atores podem construir a partir dessas representações. Do mesmo modo, não pensamos em representações e práticas como fenômenos estanques e impenetráveis, mas intrinsecamente relacionados.⁶ Acreditamos que as representações construídas nos jornais eram um ponto de partida essencial do tipo de contrato que poderia ou não vir a existir entre as partes negociantes.

Domésticas e vendedoras de quitandas e tabuleiro, no Recife do século XIX, podiam enfim ter suas histórias reconstruídas, desde que delimitássemos melhor os aspectos de sua cotidianidade, e adentrássemos o universo cultural que construía as representações sobre a trabalhadora ideal. Para isso, a leitura minuciosa dos *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco – documentação com a qual lidamos desde os primeiros momentos, e que foi exaustivamente relida – foi essencial.⁷

A definição de cotidiano aparecia como uma questão bastante problemática, e que precisava de alguma caracterização que permitisse uma utilização viável na pesquisa. A idéia de Michel de Certeau de que o cotidiano se compõe de inúmeras práticas ordinárias que são inventivas e múltiplas, não seguindo necessariamente a padrões impostos por autoridades políticas ou institucionais, tornou a nossa visão menos míope para as inúmeras táticas e micro-resistências que se desenrolam na cotidianidade. Essa definição já contemplava muitos dos anseios, entretanto Agnes Heller e Sidney Chalhoub contribuíram para moldar uma definição mais abrangente que veio a nortear a análise dos dados. Heller propõe que o homem já nasce inserido na cotidianidade, ou seja, ninguém está situado *fora* do cotidiano. Entretanto, essa cotidianidade é heterogênea e hierárquica, e o pesquisador precisa reconhecer quais elementos da cotidianidade vai abordar. Embora a autora

⁶ Cf. CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1990, pp. 16-28. Para o autor, as representações são construções discursivas de uma dada realidade histórica e particular, ou do que se imagina que essa realidade possa vir a ser. O autor busca um conceito que seja menos universalizante, propondo que os indivíduos representam e traduzem o mundo a partir da forma como são socializados, no sentido de perpetuar hierarquias e forjar identidades. As representações, para Chartier, não são construções abstratas, desvinculadas do processo por meio do qual as pessoas e grupos sociais as lêem e constroem os significados.

⁷ Muitas outras fontes tiveram de ser sobrepostas aos *Avisos Diversos*, como imagens litografadas, fotografias, textos literários, entre outros, para uma melhor apreensão das diversas representações que podiam ser construídas a partir de diferentes formas de linguagem.

classifique de forma um tanto rígida o que denominou de “*partes orgânicas da vida cotidiana*”, compreendemos que nosso objeto insere-se, até certo ponto, na parte que ela nomeou de “*organização do trabalho e da vida privada*”. Esse enquadramento, todavia, não explica o desenrolar da nossa pesquisa como um todo. Chalhoub, por sua vez, com seu texto inspirador de *Visões da Liberdade*, esmiúça inúmeros aspectos culturais dos grupos de cor do Rio de Janeiro dos últimos anos da escravidão através da noção de politização do cotidiano. Havíamos chegado, enfim, a uma definição operacional do cotidiano como o lugar onde inúmeras práticas inventivas e heterogêneas adquirem, por vezes, significados políticos bastante sutis, e por isso mesmo de difícil percepção. Ainda complementando o conceito de cotidiano aqui empregado, Heller nos ensina que “*A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas.*”⁸ Na descrição e análise dos inúmeros fragmentos de vidas individuais que aqui fizemos, ficaram patentes que os atores precisaram, a todo o momento, fazer escolhas, tomar caminhos, confiar, desconfiar, ser sinceros, simular sinceridade, acomodar-se, resistir, entre tantas outras escolhas que a vida cotidiana exige.

A descoberta de outras fontes, como não podia ser de outro modo, gerou ainda mais problemas, ao mesmo tempo em que abriu novos horizontes de análise. Além dos *Avisos Diversos*, apareceram uma ação judicial movida por uma vendeira africana livre para se emancipar do contrato que praticamente a tornava escrava de uma mulher viúva, e um processo-crime no qual uma vendeira forra buscava reaver bens que lhe teriam sido furtados. Em ambas as ações, foram construídas representações interessantíssimas em que a noção de honra e de boa conduta afluía no texto. Mais uma vez, como nos *Avisos Diversos*, era possível compreender como as relações sociais (incluindo as relações de trabalho) estavam vinculadas de alto a baixo por perspectivas culturais acerca dos valores dominantes relativos ao que deve ser uma mulher morigerada, honrada, fiel. O mesmo embate de representações que se dava nas páginas do Diário de Pernambuco se dava também na fala dos defensores e opositores das duas negras vendeiras. Elas seriam honradas, virtuosas, fiéis, morigeradas?

A percepção de que a honra podia ser entendida como um índice de todo um quadro mais amplo de valores culturais que informavam a relação entre os indivíduos no século

⁸ Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Ver sobretudo o texto de Luce Giard intitulado *Histórias de uma pesquisa*, pp. 9-32; HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Ver sobretudo o capítulo *Estrutura da vida cotidiana*, pp. 17-41; e CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XIX, levou-nos a compreendê-la por um prisma diferente do que normalmente a historiografia a compreendia. Ao invés de pensarmos a honra como restrita aos aspectos mais diretamente ligados ao comportamento sexual honesto ou desonesto, pensamos a honra como um componente portador de inúmeros e sutis significados. Negras e pardas não tinham a mesma percepção de honra das mulheres brancas senhoriais, mas podiam, em determinados contextos, reivindicar para si alguns dos significados inerentes ao conceito, e assim se mostrarem portadoras de estima pública ou capazes de inspirarem confiança no exercício de alguma atividade nos lares dos brancos. Sueann Caulfield demonstrou que, fosse em relação a casais, fosse em relação à sociedade como um todo, “*a honra era freqüentemente usada para consolidar relações hierárquicas baseadas não somente nas relações de gênero, como também nas de raça e de classe.*”⁹ Todos os grupos sociais, portanto, tinham na honra sexual o elemento em torno do qual se conflitavam ou negociavam, forjando identidades e hierarquias, aproximando-se ou afastando-se. Concordamos com a autora quando ela percebe que a honra apresentava componentes sobrepostos de gênero, classe e raça.

A noção simplificadora de que as mulheres pretas e pardas “não têm honra”, e de que as brancas são “honradas” precisa ser repensada através das noções de hibridismo cultural. Homi Bhabha abre uma fenda importante para a superação do que chama de “*polaridades primordiais*” que transmitem a sensação de fixidez nas identidades. Em sua concepção, há interstícios que precisam ser considerados. Levando adiante a reflexão de Bhabha, devemos nos acautelar, e assim perceber que o binômio honra/desonra não pode ser encarado como portador de identidades fixas, mas como passível de deslocamentos e desvios no contexto de uma cultura que é híbrida. Isso não significa desconsiderar a construção efetiva de discursos e representações antitéticas por parte da elite masculina (e mesmo feminina) no sentido de evidenciar sua “*distinção*”, sua “*diferença*” básica em relação ao conjunto heterogêneo de

⁹ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad.: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p. 26. Sobre a importância de valores culturais como a honra para os grupos pobres, Cf. BEATTIE, Peter M. *Measures of manhood: Honor, Enlisted Army Service, and Slavery's Decline in Brazil, 1850-90*, pp. 232-255. In **Changing Man and Masculinities in Latin America**. Edited by Matthew C. Gutmann. Duke University Press, Durham and London, 2003. Cf ainda, ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

pretos e pretas, pardos e pardas do século XIX. Significa, antes de qualquer coisa, perceber a complexidade inerente às identidades.¹⁰

O/a leitor/a já deve ter suspeitado que a proposta inicial de construir uma história social das mulheres domésticas e vendeiras recifenses no período de 1840 a 1870 acabou tomando uma face voltada para a história cultural e das representações. Deve ter percebido ainda que não tomamos a categoria de análise gênero como o eixo central que permeia o trabalho. Não se trata de desmerecer o potencial das discussões em torno da aplicabilidade da categoria, trata-se sim de reconhecer, como Gianna Pomata e Mary Del Priore, a necessidade de construir uma história social das mulheres que traga à luz as suas experiências, uma história que ultrapasse a “*pobreza dos fatos*” sobre sus vidas.¹¹ No caso das vendeiras e criadas do Recife do século XIX, essa “pobreza” ainda merece destaque. Também se deve reconhecer que a carência de um trabalho voltado para a economia urbana da cidade no mesmo período dificulta o historiador social a situar com mais segurança as condições materiais de existência dos atores. De qualquer modo, como sustenta apaixonadamente Louise A. Tilly, é possível escrever uma história social das mulheres. Em suas palavras: “*Uma história que coloque problemas, descreva e analise os dados disponíveis, e explique. (...) que trate das grandes questões históricas e contribua para resolver problemas já inseridos na agenda da história.*”¹²

Creio que a tessitura do texto revisitou inúmeras questões antigas e suscitou outras, mas sem a pretensão de oferecer uma resposta definitiva para questões velhas e novas. A trama foi dividida em duas partes, a primeira contendo dois capítulos relacionados entre si, e

¹⁰ Para uma compreensão do que acabamos de expor, ver o texto denso e fértil de Homi K. Bhabha **O local da cultura**. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, sobretudo a sua introdução “*Locais da Cultura*”, pp. 19-42, que discute e complexifica as fronteiras da cultura e as identidades. Sua leitura nos fez perguntar: qual o lugar da honra feminina nas sociedades patriarcais? Essa honra também não estaria em um entre-lugar de difícil fronteira? Essa reflexão reforçou a nossa já emergente visão de que as mulheres pretas e pardas tinham (ou mostravam ter) honra em alguns sentidos, e outras tantas virtudes. Para idéia de que a sociedade brasileira é culturalmente híbrida, ver PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

¹¹ Cf. PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres: as vozes do silêncio*. Pp. 217-235. In FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 233. Acreditamos, como Eni de Mesquita Samara, Rachel Soihet e Maria Izilda S. de Matos, que o caminho para a aplicabilidade da categoria de gênero está na sua associação às categorias de classe e raça, no sentido de se vislumbrar não apenas as diferenças entre os campos masculino e feminino, mas a diferença na diferença. Cf. das autoras, **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

¹² Cf. TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. p. 52. **Cadernos Pagu (3)**, 1994, pp. 29-62. Campinas, SP, Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Tema do caderno: *Desacordos, desamores e diferenças*.

que tiveram por motivação básica relacionar as mudanças do espaço urbano recifense às práticas cotidianas das domésticas e vendeiras. A principal questão que permeia esses dois capítulos refere-se à forma como esses atores significavam os espaços através de suas próprias leituras e dos percursos que trilhavam. Suas leituras e gestos, baseados em costumes e hábitos arraigados, não raro entravam em conflito com a visão modernizadora dos espaços públicos e privados. Após construir o cenário de portas adentro e de portas a fora onde domésticas e vendedoras teciam seus passos, suas táticas de sobrevivência e resistência, seguimos pela segunda parte da pesquisa, que se subdivide em quatro capítulos dedicados às relações de trabalho, ao cotidiano e as representações que modelavam condutas, indicavam conflitos e acomodações. Subjacente aos capítulos dessa última parte, estava a concepção de que as identidades forjadas por vendeiras e domésticas podiam ou não coincidir com os anseios dos grupos médios e de elite que as empregavam ou as possuíam enquanto escravizadas. Negociações, expectativas, contratos, relações pessoais instáveis, resistências sub-reptícias emergiam em um cotidiano complexo vincado por expectativas mútuas baseadas em valores culturais constituintes da sociedade patriarcal e escravista do Recife do século XIX.

Essa introdução ao leitor/a, certamente não tocou em todos os pontos abordados no texto que segue, e pode até tê-lo inquietado mais do que o necessário. De qualquer modo, alguma explicação foi dada, e o leitor agora pode partir, se o desejar, para a leitura mais atenta dos capítulos do trabalho. Antes de terminar, esclareço o título. *Pretas de Honra* representa uma provocação do autor, que acredita que os grupos populares também têm a sua honra, e que esta precisa ser reabilitada pela historiografia. E *Pretas* deve ser entendido a partir de um sentido metafórico: não indica que a narrativa tem por personagens apenas mulheres escravas (normalmente associadas à cor preta), e sim que libertas e livres pobres de qualquer cor realizavam serviços comumente atribuídos às “*pretas*” escravas. Seja como for, eram mesmo muitas as pretas que vendiam pelas ruas e/ou serviam como domésticas nos lares recifenses.

I PARTE

A CIDADE E OS CAMINHANTES: GRAMÁTICAS DE ESPAÇO

1 – O ESPAÇO E OS HABITANTES: UMA LEITURA DA EXPANSÃO URBANA DO RECIFE NO SÉCULO XIX

"Neste conjunto, eu gostaria de detectar práticas estranhas ao espaço "geométrico" ou "geográfico" das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de "operações" ("maneiras de fazer"), a "uma outra espacialidade" (...) (uma experiência "antropológica", poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível."
CERTEAU. (2002, p. 172)

O Recife do século XIX, como toda cidade, é algo mais amplo do que as linhas que a formam. Ela se compõe de inúmeros espaços significantes onde atores interagem entre si, vivendo experiências diversas, realizando operações (“*maneiras de fazer*”) e fazendo a cidade existir enquanto aglomeração humana. Neste sentido, o propósito desse capítulo é construir uma leitura espaço-social, tentando apreender o que os espaços da cidade — incluindo aqui os arrabaldes em processo de urbanização — representavam na vida de vendeiras, domésticas e lavadeiras.¹³

É sabido que o Recife, no período desse estudo, passa por um processo de modernização sobretudo de suas estruturas físicas. A Câmara Municipal, nesse processo, aparece como um órgão gestor dos cuidados com a organização espacial e com a moral pública. Nem sempre com recursos para arcar com as despesas que as obras públicas exigiam, ela se valia dos constantes pedidos de quotas orçamentárias à Assembléia Legislativa Provincial. Mas no que se refere à moral pública, aos costumes da população em geral, a Câmara tinha certa autonomia para propor posturas que incidiam diretamente no cotidiano dos habitantes, criando novos espaços de sociabilidade, cerceando o comércio das negras de tabuleiro em determinados locais, exigindo hábitos de higiene dentro e fora das

¹³ O objetivo desse capítulo se complementa a partir da leitura do segundo, no qual abordamos mais detidamente as “*maneiras de fazer*”, as táticas de resistência que a população subalterna da cidade adotava para sobreviver em um contexto espacial em transformação.

habitações, e uma série de normas nem sempre cumpridas.¹⁴ Inúmeros ofícios da Câmara dirigidos aos presidentes da província de Pernambuco atestam as dificuldades que seus fiscais enfrentavam em coibir hábitos arraigados na população, e proibidos por posturas da própria Câmara.¹⁵

Desse modo, o olhar vigilante das autoridades locais quanto à organização espacial e aos usos dos espaços deve ser contraposto às necessidades e resistências próprias dos habitantes, em especial daqueles que se utilizam das ruas como meio de sobrevivência, ou que trabalham nos insalubres sobrados, como as mulheres escravas, forras e livres pobres aqui focalizadas. Ao fazer isso, percebe-se que, para além da disciplina imposta pelos procedimentos institucionais, existe uma malha complexa de outros procedimentos, o que chamamos aqui de antidisciplina, sendo que esta é entendida como o conjunto de táticas de resistência que se opõem às estratégias do poder formal. Se os procedimentos ditos científicos engendram um ritmo de mudanças que se auto-proclamam de modernidade – procedimentos que se fundamentam em estratégias de controle, disciplina e dominação –, é preciso visualizar a outra face dessas mudanças: as resistências que as populações assentadas no costume e na tradição imprimiam às normas disciplinares. É a essa resistência que designamos de antidisciplina, um conceito que inclui um vasto leque de táticas cotidianas que caminham em sentido oposto ao da modernização.¹⁶

Essas noções de tática e estratégia permitem avaliarmos com mais clareza o alcance das posturas municipais que se referem aos usos dos espaços da cidade; permitem ainda — e

¹⁴ As Posturas Municipais podem ser definidas como um conjunto amplo de leis municipais que incidiam sobre diversos temas relativos à administração do município e sua organização. Tais posturas, no Brasil, têm como marco regulador a Lei de 1º de Outubro de 1828, apresentando uma estrutura mais ou menos homogênea. Em geral, dividiam-se em medidas de Polícia Urbana e Polícia Rural. Enquanto a Polícia Rural continha regulamentos destinados às atividades rurais e à preservação de mananciais e outros bens, a Polícia Urbana contemplava um conjunto amplo de temas, como a estrutura das vias públicas e edificações, a higiene e a segurança públicas, a economia urbana e os costumes. Cf. SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2002, pp. 157-169.

¹⁵ Câmaras Municipais, 1855, vol. 35, fl. 73-74v. (Citado adiante CM, seguido do número do volume e folha). Arquivo Público Estadual e Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE).

¹⁶ Para os conceitos de tática e estratégia utilizados aqui, Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 7.^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 116-117. O termo ‘antidisciplina’ é uma recíproca do próprio Certeau à noção de disciplina privilegiada por Michel Foucault. Em termos de fundamentação teórica, o último privilegia os procedimentos, instrumentos e estratégias que forjaram a sociedade disciplinar moderna. Certeau, por sua vez, afirma que tais procedimentos não eram os únicos disponíveis, havendo uma infinidade de práticas e saberes cotidianos heterogêneos que foram objeto de combate e controle pelos procedimentos panópticos; à noção de estratégia (que lembra o poder instituinte), Certeau opõe as táticas infinitas, inventivas e sub-reptícias do cotidiano. Seguimos Certeau ainda em sua perspectiva de buscar as “*Falas dos passos perdidos*”, e as práticas de espaço inscritas na cidade habitada.

esse é um objetivo importante desse e do segundo capítulo — construir uma leitura da expansão urbana do Recife oitocentista a partir da perspectiva dos diferentes personagens da época. Uma leitura difícil, uma vez que os atores institucionais, a Câmara especialmente, constroem a maior parte dos discursos relativos à expansão urbana, à modernização, ao chamado progresso, forjando uma linguagem que se deve interpretar com cuidado, para evitarmos cair no entusiasmo da retórica elitista da época, que superestima os símbolos do “progresso” e da civilização, e assim tendem a minorar as próprias contradições do processo modernizador. Esse equívoco ocorre, particularmente, quando se relega a segundo plano o repertório de interpretações da cidade.¹⁷

Nossa leitura da expansão urbana do Recife, como se verá, privilegia os arrabaldes e subúrbios, povoações próximas aos bairros centrais do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, e que com elas interagiam. Outro ponto fundamental da leitura que fazemos diz respeito aos passos dos que caminham pela cidade. Não há revivescência possível, além de ecos distantes e pistas pouco nítidas no solo; e tais passos estão perdidos. O que se pode fazer é persegui-los Tateando pelas fontes, na esperança de construir caminhos fragmentários. Vendeiras, criadas, escravas ou “livres” (até certos limites) que saíam das casas para o mundo da rua, elas mesmas construíram leituras do espaço; ao caminhar elegeram os caminhos que julgaram melhores ou menos perigosos, criaram laços de amizade e parentesco, fugiram da vigilância panóptica das autoridades, encontraram pessoas que talvez não esperassem encontrar, preencheram os espaços de significados que muitas vezes não coincidiam com aqueles previstos pelos que projetaram os lugares.

Enfim, o interesse dessa parte da pesquisa é ultrapassar os elementos visíveis da paisagem, a sua geometria e geografia, e assim adentrar pelas veredas daquilo que Certeau designou, muito corretamente, como sendo uma “*outra espacialidade*”.¹⁸ Esse termo revela muito de nossas intenções, e indica o caráter social que inspira o estudo aqui desenvolvido.

¹⁷¹⁷ Pensamos, como Edvânia Torre Aguiar Gomes, que “*A cidade contemporânea é (...), alegoricamente, um texto difícil.*” Mas pensamos ainda que a leitura retrospectiva de uma cidade também apresenta inúmeras dificuldades, particularmente no que se relaciona ao uso de categorias cunhadas *a posteriore*. A primeira parte desse estudo adapta para o contexto de uma cidade escravista do século XIX os conceitos de *tática* e de *estratégia*. Cf. GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos*. Pp. 231-251. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001. Cf. ainda, o texto de VASCONCELOS, Pedro de Almeida contido na obra citada: ‘Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista’. Pp. 13-34.

¹⁸ CERTEAU, Michel de. Op. Cit., p. 172.

1.1 O Espaço habitado

Falamos, com uma precisão que se deve desconfiar, da “*cidade do Recife*”. Mas o que era essa cidade no período abarcado por esse estudo é algo ainda a se definir, ao menos territorialmente. Kátia Mattoso, em texto já clássico, já nos alertara para as dificuldades em perceber cidade e campo como espaços plenamente definidos no período escravocrata:

*(...) nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, cidade e campo são, no Brasil, estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites são imprecisos, economicamente vivem em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para outro num contínuo vaivém de cavalos, mulas, palanquins e pedestres. As cidades são pomares, hortas, campos urbanizados.*¹⁹

O Recife do século XIX não constitui uma exceção. Dificilmente podem-se definir os limites da zona urbana propriamente dita dos arrabaldes que a circundam, com suas povoações nascentes, seus loteamentos ainda recentes. Apenas os bairros do Recife — por sua localização quase insular e sua ocupação antiga — e de Santo Antônio, uma ilha, mantêm algum isolamento que os distingue do interior próximo. O bairro da Boa Vista, pelo contrário, é caracterizado por suas casas com amplos quintais e pelos inúmeros sítios que possui. O Recife, tal como a cidade de Salvador no mesmo período, guarda apenas uma aparente separação entre campo e cidade.²⁰ É preciso admitir, entretanto, que os habitantes da época reconheciam visualmente os limites entre o urbano e o rural. Foram eles que criaram uma noção ainda muito popular entre os recifenses segundo a qual a cidade (leia-se a parte central efetivamente urbanizada) se constituía apenas pelos três bairros acima citados. As demais áreas do município — ou seja, suas freguesias suburbanas rurais ou em lento processo de urbanização — eram declaradamente percebidas de modo diferenciado, conquanto fizessem parte do município, visto em sua totalidade.²¹

¹⁹ MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 13.

²⁰ Para Geraldo Barroso “*a cidade do Recife, ainda em meados do século passado [séc. XIX], encontrava-se em processo de realização urbana, crescendo na incerteza entre o rural e o cidadão, condicionada pelos elementos que determinaram sua existência (...)*.” Cf. **Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1981.

²¹ Na mente do recifense oitocentista, já estava tão impregnada a divisão cidade/subúrbio que uma pessoa anunciou no Diário de Pernambuco (citado sempre D. P., no restante do texto) dizendo querer comprar uma escrava e também “*uma casa terrea nos tres bairros*”, sem ao menos indicar quais seriam esses bairros. Estava se referindo, muito provavelmente, aos bairros do Recife, Santo Antonio e Boa-Vista, reconhecidos por ele e seus leitores de modo fácil, sem precisar nomear. O anunciante nem sequer se preocupou com uma possível

Uma referência à cidade de Salvador da segunda década do século XIX será elucidativa para o entendimento da organização espacial do Recife. Naquela cidade, temos a divisão nítida entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta, com funções e características distintas. A primeira sendo o reduto das atividades comerciais, do Arsenal da Marinha, das lojas e dos depósitos, dos negros carregadores de fardos e das edificações irregulares e incômodas, em uma notável semelhança com o bairro portuário do Recife na descrição do viajante Tollenare, que residiu nas duas cidades na segunda década do século XIX.²² Para o negociante francês, o bairro do Recife era o bairro mais mal edificado e asseado da cidade. Já a Cidade Alta soteropolitana, situada sobre uma montanha, sugere maior semelhança com Olinda, tendo sido descrita por Tollenare, de modo quase coincidente com o velho burgo duartino: outeiros, casas espaçosas e ajardinadas, muitas igrejas. Mas por outro lado, a Cidade Alta avizinha-se da Boa Vista, bairro continental do Recife, por ter belas casas, bom ar, algumas ruas decentes. Tollenare descreve a Boa Vista como apresentando ruas e calçadas largas, além de algumas casas bonitas.²³

Do mesmo modo que o Recife, Salvador é um cenário que mistura o rural e o urbano, onde entre um morro e outro surgem vales verdejantes; já a capital pernambucana se espraia longitudinalmente entre espaços mais urbanizados e sítios e chácaras ribeirinhas, no período aqui considerado.

Em 1849, os limites da área territorial do município recifense ainda não haviam sido estabelecidos por lei, o que dificultava o cumprimento das posturas relativas às edificações urbanas. A própria Câmara Municipal não esconde esse fato, e em ofício dirigido ao presidente da Província declara:

Não se achando designado por Ley os limites desta Cidade, nem os seus arrabaldes, e havendo diversos individuos, fundados na disposição do art.º 11 Tit.º 7.º das Posturas em vigor, requerendo para edificar em lugares que parece devem fazer parte d'esta Cidade, mas que elles argumentão estarem comprehendidos no termo = arrabaldes - com o fim único de ahi construirem predios não tão bem

confusão: o bairro de São José, até 1844 pertencera ao bairro de Santo Antonio, e o leitor poderia se perguntar se aquele não seria um dos três bairros não mencionados, já que sempre fora considerado bairro central sob a antiga denominação. Ver D. P., 16/01/1862.

²² TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, pp. 20-21. E VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia - 1850**. 2.^a ed. Salvador: Corrupio, 1999, pp. 17-19.

²³ TOLLENARE, L. F. de. Op. Cit., pp. 22, e p. 130. E VERGER, Pierre. Op. Cit., p. 19-20.

*fundados, como os que são obrigados a fazer dentro da Cidade; e isto unicamente em benefício de seus interesses, pela facilidade com que levantam prédios que não prometem duração em razão da falta de profundidade e largura de seus alicerces, e parêdes, e em prejuizo do bem publico, rogamos á V. Ex.^a se digne de levar o expellido ao conhecimento da Assembléia Legislativa Provincial, na sua proxima reunião, a fim de que esta por uma medida legislativa designe os limites desta Cidade, e seus arrabaldes, e desta forma se evitem os abusos de que se querem prevalecer os particulares.*²⁴

Por esse officio, a Câmara demonstra não ter pleno conhecimento dos limites municipais, pois os infratores da postura em vigor estão edificando em lugares que ela apenas supõe fazerem parte do município, e portanto sujeitas à legislação da edilidade. Até a data do officio – quando não havia ainda legislação aprovada que demarcasse com clareza os limites da cidade e seus arrabaldes – a população preferia interpretar o significado de “arrabalde” de modo a isentá-lo das medidas e normas de edificação, construindo prédios que, diz o documento, “*não prometem duração*”. Muito provavelmente seguir as normas construtivas em vigor encareceria a construção, e quem sabe se esses indivíduos tinham condições econômicas que permitissem utilizar os melhores materiais e os melhores trabalhadores em suas obras? Pode-se pensar ainda que tais prédios não passavam de casebres, embora o documento oculte a condição social dos supostos infratores.

Outro ponto esclarecedor é que, mesmo censurando aqueles particulares que, para evitar multas, diziam residir nos “*arrabaldes*” e não na “*Cidade*”, a Câmara em sua linguagem reconhece que há os prédios de “*dentro da Cidade*”, e que são “*bem fundamentados*”, e aqueles que, podemos acrescentar, se situavam “*fora*” dela, nos arrabaldes. Ora, o texto da Câmara apresenta uma confusão conceitual entre Município (área administrativa que engloba tanto o urbano quanto o rural) e cidade (considerada a parte do Município realmente urbanizada), embora queira dizer que não é preciso uma área ser urbanizada para fazer parte da jurisdição municipal. Os particulares preferiam se apegar à imagem mais visível da paisagem: arrabaldes não são a “*Cidade*”, e portanto não deviam cumprir as mesmas obrigações dos moradores dos bairros centrais, que em 1849 compreendiam as freguesias do Recife, Santo Antonio, São José e Boa-Vista. A Câmara,

²⁴ Câmara Municipal (daqui em diante, abreviado para CM), vol. 29, 10/12/1849, fls. 101-101v.

todavia, embora utilizando o termo “cidade” e não “município”, estava segura de que devia convencer a população de que mesmo os arrabaldes mais distantes – que iam lentamente se urbanizando – compunham uma entidade que devia estar sujeita a uma legislação comum.

Em 1855, pelo Quadro das Freguesias abaixo, percebe-se que a Câmara municipal buscava deixar evidente qual era a configuração espacial pertencente ao município do Recife – a Câmara faz uso do termo “município” efetivamente –, e sob jurisdição. O município aparece como sendo composto por 10 Freguesias, que juntas compõem 21 Distritos (ver Quadro 1).²⁵ Reforçar que a área municipal abrangia um conjunto espacial mais definido e amplo devia ser fundamental para o exercício da vigilância e do controle sobre os habitantes, o que não significa dizer que esse controle e vigilância fossem de fato implementados ou eficientes.

É claro que a formação de novos bairros, mais adiante, mudará esse quadro, tornando-o mais complexo. Mas o que interessa aqui é assinalar que o Recife de meados do século XIX não pode ser pensado unicamente em termos de seus bairros principais. O município não se limita aos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista.²⁶ Não é por acaso que em 1849 torna-se necessário reforçar as Posturas Municipais de 1831, e elaborar outras que comportem a complexidade crescente do município. Sem a observação, ainda que rápida, do contexto mais amplo do município, fica-se com uma impressão mais ou menos homogênea e, pode-se acrescentar, não contraditória da expansão urbana do Recife.

²⁵ Os Distritos, também conhecidos como Distritos de Paz, são as divisões judiciais onde se dá a jurisdição do Juiz de Paz.

²⁶ Definir os limites do município com precisão era fundamental para a administração. Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, enquanto funcionário eficiente, já afirmava em 1852 qual era a extensão do município do Recife. Dirá que o município “*Confina ao Norte com o município de Olinda, seguindo do Manguinho pela travessa do Boi, atravessando a estrada de João-de-Barros, e entrando pela travessa do Pombal, a sair na margem do Capibaribe, e daí à Cruz-do-Patrão, no istmo que separa o mar do rio Beberibe; ao Sul com o município do Cabo, (...); a Oeste com o do Paudalho, pela parte da freguesia de São-Lourenço, que fica superior à confluência do riacho Massiape, no rio Capibaribe, e com o município de Santo-Antão, no engenho Queimadas, (...)*” Cf. MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 81. Obra publicada originalmente em 1852. Na leitura do Figueira de Mello, o município propriamente dito tem proporções territoriais imensas, apesar dele sempre se referir aos bairros principais de Recife, Santo Antonio, São José e Boa Vista como a “Cidade do Recife” (Ver Tabelas 1 e 2).

QUADRO 1: FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DO RECIFE (1855)

<i>N.º dos Distritos de cada uma</i>	<i>Freguesias de que se compõe</i>
2	São Frei Pedro Gonçalves
2	Santo Antônio
1	São José do Recife
3	Boa Vista
3	Afogados
2	Poço da Panela
2	Várzea
2	São Lourenço da Mata
2	Santo Amaro de Jaboatão
2	Muribeca
Total: 21	

Fonte: APEJE, Fundo Câmaras Municipais, vol. 35, 1855, fl. 72.

Em 1860, a indefinição dos limites municipais parece ter sido finalmente resolvida. A Câmara reconhecia como pertencentes ao município do Recife as chamadas freguesias rurais. Ela apenas não seria ainda capaz de evitar que em tais localidades se edificassem casas de taipa. Nesse mesmo ano foi proposta uma postura adicional que visava

*melhorar a construção das casas de taipa, que se fizerem nos povoados de certas Freguesias rurais deste Município, marcando a sua altura, a dimensão das portas externas, a fim de evitar-se o defeito e falta de uniformidade, que se notam nas actuaes, e que concorrem para o desaformoseamento dos nossos povoados.*²⁷

As freguesias rurais a que se refere a Câmara são as de S. Lourenço da Mata, Santo Amaro de Jaboatão, Muribeca e Várzea. Distantes dos bairros considerados centrais, essas

²⁷ CM, vol. 44, 18/07/1860, fl. 105.

localidades abrigavam uma população que não dispunha de moradias melhores que as casas de taipa, e os vereadores se dispõem tão somente a impor algumas normas estéticas para as novas que se edificarem, preocupados que estão com o aformoseamento da cidade. Em 1828, a freguesia da Várzea incluía também as áreas de Afogados e Caxangá, e das 576 casas (ou do que foi assim considerado) havia 204 de taipa, 70 de palha, e apenas 302 de pedra e cal, ou seja, pelo menos 47% das casas eram habitadas por pobres e miseráveis (Ver Tabela 1).

Mas outra freguesia reconhecidamente pobre não distava muito dos bairros considerados centrais — Recife, Santo Antônio e Boa Vista. É o caso da Freguesia dos Afogados, que se comunicava com a Freguesia de São José, pois havia uma estrada que, partindo do Forte das Cinco Pontas, seguia pelo Aterro dos Afogados e se bifurcava na povoação do Largo da Paz.²⁸ Afogados era ainda o ponto de entrada dos almocreves, homens vindos do interior que adentravam o Recife por essa localidade, com seus cavalos e cargas, muitos dos quais podem ser vistos nas praças representadas nas litografias de artistas do período. Havia sobre o aterro, segundo o francês Tollenare em passagem pelo local, “*algumas cabanas feitas de folhagem, nas quais habitam mulatos e negros livres*”.²⁹ A descrição do negociante não difere muito da contagem de 1828, que atribui ao arrabalde dos Afogados a existência de 103 casas de taipa e 236 de pedra e cal. É provável que muita choupana tenha sido negligenciada na estatística.

Essa povoação se comunicava ainda com outras que lhes eram próximas: Remédios, Passagem da Madalena e Bem-fica. O que ligava esses arrabaldes era a Estrada dos Remédios. Em meados do XIX, vários sítios cortavam essa área suburbana. O Diário de Pernambuco contém inúmeros anúncios de sítios para alugar, e alguns deles estavam situados nessa área:

Aluga-se por um anno um grande sitio em Bemfica, com frente para o Rio Capibaribe, e fundo para a estrada confronte viveiro; contendo árvores de fructo (...) e bastante terreno para qualquer outra plantação (...) a casa de vivenda é excellente (...) e muito moderna (...) quartos para escravo, e feitor (...) accrescendo

²⁸ MENEZES, José Luiz da Mota. *A ocupação do Recife numa perspectiva histórica*. Pp. 147-162. In **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, vol. 1, n.º 14, Recife: Editora Universitária/UFPE, 1993. Importante ressaltar que não estamos fazendo aqui uma associação simplista entre freguesia rural e miserabilidade, e freguesia urbana e riqueza.

²⁹ TOLLENARE, L. F. de. Op. cit., p. 34.

*ser muito perto do Recife, pelo que deve preferir-se a outro qualquer lugar: no Recife, rua da Conceição, casa n. 53, 2º andar.*³⁰

³⁰ D. P., dia 15/04/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História - LAPEH, Departamento de História da UFPE. Todos os exemplares do Diário de Pernambuco consultados para essa pesquisa estão no referido Laboratório, em cópias microfilmadas.

TABELA 1: NÚMERO DE CASAS E FOGOS DA CIDADE DO RECIFE, FREGUESIA DA VÁRZEA, E FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE DO POÇO DA PANELA (1828)

Cidade Recife	Pedra e cal	Taipa	Palha	Total	Fogos	Freguesia da Várzea	Pedra e cal	Taipa	Palha	Total	Fogos	Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela	Pedra e cal	Taipa	Palha	Total	Fogos	
Bairro do Recife	964	0	0	964	1043	Afogados (a) Várzea Caxangá	302	204	70	576	595	Poço da Panela (b)	129	156	43	328	319	
Bairro de Santo Antônio	2630	77	24	2731	3015													
Bairro da Boa-Vista	1007	8	6	1021	1262													
TOTAL POR SUB-DIVISÃO	4716 Casas e 5320 Fogos					576 Casas e 595 Fogos						328 Casas e 319 Fogos						Totais 5620 C 6234 F

Fonte: MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco, 1852.

Notas de Figueira de Mello: "(a) O que se menciona nesta casa compreende todo o distrito, que inclui Afogados, Jiquiá, Barro-Vermelho, Peres, Uchoa, Pinanga, Remédios, Bongá, Madalena, e Torre. O arrabalde dos Afogados contém só por si 236 casas de pedra e cal, 103 de taipa, 348 fogos, 446 homens livres, 570 mulheres livres, 144 homens cativos, e 154 mulheres ditas, fazendo todos o total de 1314 almas."

"(b) O mencionado nesta casa diz respeito a todo o distrito, que compreende o Poço, Casa-Forte, Caldeirão, Monteiro, Afritos, e Ponte d'Uchoa. O que compreende o Poço só por si é 12 casas de pedra e cal, 9 de taipa, 20 de palha, 30 fogos, 26 homens e 38 mulheres livres, 15 homens e 20 mulheres cativas, fazendo o total de 99 almas."

Ainda em 1868, essas povoações não eram plenamente urbanizadas. Pelo inventário deixado por Maria Alexandrina do Rego, que morreu deixando seis filhos menores herdeiros, entre as propriedades deixadas estava um sítio “*com poucas fructeiras*” no arrabalde de Remédios, além de outro grande sítio no arrabalde de “*Bem-fica*”, este também “*com algumas fructeiras*”.³¹ A expansão da cidade não é um fenômeno automático, e muitos vazios construtivos ainda persistiam em grande parte do século XIX.

Habitada por pessoas, em sua maioria, da classe menos abastada, negros, pardos e despossuídos³², Afogados era sempre também um dos focos privilegiados das epidemias que assolaram Pernambuco no século XIX. Em 1855, há notícias de que a Freguesia foi atingida pela varíola. Pedindo ao presidente da Província, em ofício de 3 de julho, vacinas para as áreas onde a doença se propagou, a Câmara reconhece “*que a varíola tem feito grandes estragos nos habitantes das Freguesias d’este Municipio, Affogados, Varzea, e Poço da Panella, principalmente na classe menos abastada, e sem recursos (...)*”.³³

E quando o presidente, o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, respondeu ao ofício da Câmara julgando exagerada a sua declaração, esta respondeu que, de fato, a varíola tinha se aplacado nas outras Freguesias, mas em Afogados ela se generalizara, aumentando ainda mais o número de vítimas, pelo que a Câmara reforça o pedido de vacinas para aquela área.³⁴ Em 1860, havendo um surto de escarlatina, as primeiras vítimas eram logo dessa Freguesia. Consultando o médico José Joaquim de Moraes Sarmento, a Câmara desejava saber a causa da epidemia e o que a *entretinha*. O médico percebera que a causa era uma embarcação inglesa que aportara no Recife trazendo crianças com a doença. Os sobreviventes foram instalados no Lazareto do Pina, e

Poucas semanas depois da chegada da Galera Accrington principiei a ser chamado ao Aterro dos Afogados para ver meninos nacionaes atacados pela escarlatina com a angina (...) e ahi vierão a fallecer as primeiras victimas (...), e

³¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: Juízo de Órfãos da Comarca do Recife, 1868. Inventariada: Maria Alexandrina do Rego. Ver fls. 14 e 15.

³² CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1998, p. 86.

³³ CM, vol. 35, 07 de julho de 1855, fl. 43-43v.

³⁴ CM, vol. 35, 28 de julho de 1855, fl. 62-62v.

*isto se deu positivamente nas casas do Aterro, que se achavam a sotavento da Ilha, ou em famílias, que lá tinham ido.*³⁵

Para o médico, a localização do Lazareto era prejudicial aos moradores dos Afogados, uma vez que o vento se dirigia da Ilha do Pina para o Aterro, conduzindo para este os ares doentios. Além disso, os próprios moradores faziam visitas ao Lazareto, certamente para ver parentes seus infectados por outras doenças. Mas o médico surpreende ao falar das causas que fazem a epidemia continuar assolando a cidade:

*Pelo que toca as causas, que podem entreter a molestia, são ellas por demais patentes para escaparem à perspicácia da Illustrissima Camara. A falta de cuidado com os doentes nas classes menos intelligentes (...); os charcos que se encontram nas ruas desta Cidade; o modo, porque se fazem os despejos; os maos habitos culinarios de muitas familias, a insufficiencia das medidas policiaes à cerca dos generos alimenticios expostos à venda, tanto solido, como liquidos (...).*³⁶

Chamar a Câmara de “Ilustre” e “perspicaz” só serviu para aumentar a ironia do médico. A Câmara teve de ouvir o que não esperava (ou quem sabe esperasse): as causas são “patentes”, e o são sobretudo porque é a Câmara a responsável por evitá-las, cuidando dos pobres adoentados, eliminando os charcos, e por uma série de medidas que ela não cumpre eficazmente. O resultado de tudo isso é a manutenção de uma situação de indigência crônica que afeta sobretudo os arrabaldes e subúrbios.

Ainda nesse esforço de perceber os significados da geografia da cidade, não se pode esquecer o esforço da elite local para erguer e evocar alguns símbolos do progresso. Ao norte da ilha de Santo Antônio surgia nas décadas de 1850 o Teatro Santa Isabel e o novo Palácio do Governo, “dois prédios vizinhos que simbolizavam a vinda do progresso, testemunhando o que seria o refinamento cultural da cidade.”³⁷

Surgidos a partir de uma drenagem que se realizou no local, esses edifícios estavam localizados na parte considerada nobre da cidade. Entretanto, isso não significa que eles

³⁵ CM, vol. 44, 1860, fl. 96-96v.

³⁶ Idem, fl. 96v-97.

³⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860*; p. 60. In **Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural**. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, Projeto de Cooperação CAPES/COFECUB, 1998. Para um estudo que entende o Teatro de Santa Isabel em sua carga de propaganda civilizatória, Cf. ALENCAR ARRAIS, Isabel Pinheiro Concessa de. **Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1995.

estivessem livres dos demais problemas comuns ao resto da cidade. Em 1855, a Câmara sugere ao presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo, a construção de um cais no local:

Cabe-nos a que repetir o que d'outra vez já ponderamos a v. Ex.^{ca} sobre a necessidade da construcção de cáes na rua do Sol, ao lado do norte; a fim de vedar-se a continuação progressiva de despejos publicos ahi, desd'a ponte até atrás do Theatro.

*Esta pratica prejudicial à saúde publica, e que tira a gravidade da rua, deverá desaparecer com a factura do cáes (...).*³⁸

Lado a lado com o progresso material mais evidente da cidade, como se percebe, a sujeira e a imundície também progrediam, tirando do local a *gravidade* que supostamente o distinguia do resto da cidade. O problema dos despejos públicos configurará uma batalha perdida pelas autoridades provinciais durante longo tempo. Os comentários da Câmara a respeito não passam, quase sempre, de atos de contrição. Os exemplos são incontáveis. Comentando algumas medidas higiênicas propostas pela Comissão de Higiene Pública, em 1855, a Câmara responde dizendo que em parte elas já estão previstas pelo código de posturas de 1849, mas ela mesma sabe da dificuldade em se fazer executar as posturas relativas aos despejos:

A disposição do citado art. 5 das Posturas, é de bastante utilidade, assim se podesse ella cumprir completamente; mas a experiencia há mostrado constantemente que não pode ser executada por aquellas pessoas, a quem faltão os meios de fazerem os despejos de suas casas das dez horas da noite em diante; porque, servindo-se ellas, para esse serviço, durante o dia, de pretos ganhadores, à noite, às mencionadas horas, não lhes é possível achá-los; e então, ou hão de reter por muito tempo, enterrando-as ate nos quintaes, as materias excrementicias, contra todas as regras de hygiene, ou, por necessidade, hão de praticar infracções, que, em todo o caso, parece que devem ser antes toleradas, em quanto se não estuda e adopta um systema de limpeza geral da Cidade, do que forçar

³⁸ CM, vol. 35, 1855, fl. 46-46v.

*essas pessoas a procederem de um modo tão reprovado e prejudicial às suas próprias vidas.*³⁹

A citação longa nos pareceu necessária. Ela aponta para as contradições da própria lei que, forjada para um cotidiano complexo, não respondia aos interesses de seus promotores. Ora, a linguagem da Câmara se trai: está implícito que seus próprios membros, ou pessoas que ela consideraria de boa fé, também infringem a lei, pois não têm como, depois das dez horas da noite, arranjar pretos ganhadores para fazerem o serviço de despejos nos lugares estabelecidos. O dilema que fica é: não há como seguir a norma, e não é possível que se passe a noite inteira com os dejetos dentro de casa. Os quintais eram então a saída menos desconfortável, ou mesmo, como era comum, lançar os dejetos em locais não autorizados. Não havendo ainda um planejamento para o saneamento de toda a cidade, as posturas caíam no vazio, e era preciso *tolerar* as infrações, reconhece a Câmara.⁴⁰

O problema de se controlar os locais e os horários em que se deveriam fazer os dejetos ficava a cargo dos fiscais municipais. Mas, segundo a municipalidade, estes funcionários nada podiam fazer. Respondendo a um ofício acusatório da parte do presidente da Província, ela defende os seus fiscais como pode, acusando o povo pelo fato. Afirma que seria preciso ter um fiscal por casa ou por rua para que se flagrasse o ato que ocorre geralmente à noite. Uma outra dificuldade é, diz a Câmara, o “*preconceito de muitos*” para com os fiscais:

*Em geral pensa-se que uma multa é uma violencia, e não a execução de um preceito legal, e por isso ninguém quer testemunhar em Juizo aquillo que presenciou fora d'elle; e quando se é à isso compelido pela autoridade, [nega-se] a existencia da infracção.*⁴¹

³⁹ CM, vol. 35, 1855, fls. 21-22.

⁴⁰ Mesmo após a implementação da empresa que contratou os serviços de esgoto, a *Recife Draynage Company Ltd.* (1868), os despejos ainda incomodavam: “*anteontem, enquanto não encheu a maré, tarde, exalava-se no Cais 22 (atual Av. Martins de Barros), bairro de Santo Antonio), junto à ponte 7 de Setembro, o mais apurado perfume da municipalidade. Os selvagens africanos contando com a impunidade e com a relaxação dos agentes municipais, nem ao menos nesse dia desceram a rampa, para lançar n’água o despejo que faziam e junto mesmo da ponte e sobre o monturo que se está formando ao pé do cais, despejaram os vasos. Isto se deu em pleno dia e com escândalo e incômodo público. Já não é a primeira vez que tal sucede. (...)*” *Jornal do Recife*, 02/01/1872. Apud MELLO, Virginia Pernambucano de. **Água Vai! História do saneamento de Pernambuco - 1537-1837**. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, s/d, p. 96.

⁴¹ CM, vol. 35, 1855, fls. 73-74v. Para os locais onde se deveriam fazer os despejos, em 1843, ver SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo**. 3.^a ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 248.

A população, ao que parece, tinha no silêncio um acordo tácito de agir contra os fiscais, evitando assim possíveis multas. Ninguém queria se comprometer, delatando um vizinho ou quem quer que fosse, o que conferia uma característica de contrato velado pelo qual o outro também se comprometeria a fechar os olhos para os seus delitos. A população, apegada a hábitos enraizados, tinha ainda certa hostilidade ao discurso normatizador das autoridades. Pois, como estas alegam, “*pensam que uma multa é uma violência*”.

Ainda por muito tempo, homens e mulheres — entre estas, muitas vendeiras, lavadeiras e criadas que saíam para comprar gêneros para abastecer a casa de seus senhores ou patrões — que transitavam pelas ruas do Recife tinham que conviver com a sujeira da cidade. Seja porque os habitantes não contribuía muito para a limpeza, seja porque a Câmara não era eficiente em tornar a cidade asseada pela simples razão, por ela mesma levantada, de que não lhe eram fornecidos os recursos suficientes no orçamento da Província. Em 1870, em Relatório referente ao exercício anterior (1868-1869), a municipalidade ainda está a lamentar pelo que deixou de ser feito em relação à limpeza da cidade:

Esta Camara vê-se obrigada a confessar que este serviço está muito à quem (sic.) do que se devia esperar em uma Cidade que quer ter foros de civilisada; porem não é possivel trazer a Cidade limpa com a exigua quantia marcada para limpesa e aceio, e muito menos desarraigat hábitos inveterados e enraizados na população, senão com o tempo e muito esforço (...).⁴²

Nessa ocasião, o Recife já era uma cidade bastante populosa, e a despesa com a limpeza tinha que ser aumentada. A Câmara afirma que a verba fornecida pelo orçamento era de apenas 6:000\$000 de réis, quando, por cálculos de seu engenheiro, o gasto foi orçado em 42:000\$000 de réis. E esse último montante ainda não estava levando em consideração a desobstrução dos cais. No mesmo Relatório, a primeira causa do problema era atribuída ao mau costume da própria população em lançar todas as imundícies nas ruas; a segunda apontada foi o grande número de cavalos que adentravam a cidade em certas épocas do ano. Interessante ressaltar aqui que a própria edilidade assume que a cidade apenas “*quer ter foros de civilisada*”.

Vimos anteriormente que a ilha de Santo Antônio abrigava na parte norte alguns símbolos do progresso da cidade. Mas essa área, diferente do istmo do Recife, não era

⁴² CM, vol. 59, 1870, fls. 12-12v.

pequena. A sua parte sul agregava uma população pobre, resultante de um crescimento populacional desordenado. Para facilitar a administração da ilha, ela fora dividida em duas freguesias: na parte norte, Santo Antônio; na parte sul, São José. Esta última freguesia tinha em 1856 uma população de 11.446 habitantes, dos quais apenas 1.122 eram escravos. Sendo a propriedade escrava um indicador de riqueza no período, pode-se dizer que São José era uma área pouco favorecida, já que só 9,8% de sua população era escrava, um índice muito abaixo do das outras freguesias centrais.⁴³

Marcus Carvalho não deixou de perceber o que essa divisão administrativa da ilha de Santo Antônio significava, com os seus componentes de exclusão e controle social:

É significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre e deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio do outro (norte). Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde tinha muito trabalho braçal para se fazer. Mas o maior sintoma dessa redistribuição espacial foi o surgimento na margem do rio, perto do coração de São José, do maior prédio público da província: a casa de detenção. Essa observação revela muito do caráter daquelas reformas. O Recife ficou muito mais belo. Mas o espaço público continuava excludente. Só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas idéias de prevenção e controle eram sobrepostas à repressão pura e simples.⁴⁴

Essa percepção põe em evidência os contrastes existentes em uma sociedade ainda escravista e patriarcal, mas que aspirava seguir os passos da civilização européia, que fazia suas revoluções, tanto no que tange à industrialização, quanto ao que se refere à urbanização. No Recife oitocentista, assim como nas demais cidades portuárias do Brasil imperial, a expansão urbana, a modernização dos aspectos físicos e do tecido urbano são acompanhados de um controle forte sobre as camadas menos favorecidas. A própria modernização implica em certas rupturas no modo de vida das pessoas pobres.

⁴³ Carvalho, M. J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit. p. 85.

⁴⁴ Idem, p. 87.

1.2 A cidade em números: crescimento urbano e demográfico

Se uma cidade não se resume às linhas que a formam, o mesmo se pode dizer dos números. Os dados populacionais podem carecer de conteúdo, uma vez que quase sempre apenas fornecem momentos fixos de uma dada realidade. Entretanto, trabalhar apenas com dados quantitativos de uma população não é tão temerário quanto cunhar dados sobre o consumo de bens culturais, por exemplo. Nesse último caso, alerta Michel de Certeau, as categorias formais terminam por ocultar o que as pessoas realmente fazem com determinados bens⁴⁵; mas no que tange a dados mais gerais, que dispensam o uso de categorias, o risco de ficar muitas perguntas sem respostas é menor. O único problema (e não é pequeno) é a própria precariedade da elaboração dos dados, o que confere um certo descrédito aos resultados das contagens. Essa era, particularmente, a situação das contagens realizadas no Brasil, em todo o século XIX. Apesar desse problema, as contagens do período fornecem elementos para o cruzamento dos dados disponíveis, o que possibilita uma visualização aproximada do que era realmente a cidade em termos populacionais.

Mas antes de falarmos do número de habitantes do Recife, tentaremos captar a forma da expansão da cidade no século XIX. O Recife constitui um dos principais centros em expansão no século XIX. Essa expansão da cidade tem como marco inicial a abertura dos portos em 1808. O espaço urbano vai ganhando os arredores antes cultivados com a cana-de-açúcar, e dos engenhos emergem alguns bairros da cidade, como Casa Forte, Torre, Engenho do Meio, Madalena, Apipucos e tantos outros.⁴⁶ Em 1855, arrabaldes como a Passagem da Madalena, Remédios e Afogados, segundo a Câmara Municipal, já tinham suas plantas aprovadas, e “*diversos moradores (...) requerem licença para edificar nos mencionados lugares.*”⁴⁷

Todavia, se os arrabaldes vão sendo urbanizados, esse processo é relativamente lento em todo o século XIX, e ocorre de um modo não uniforme. Poder-se-ia pensar que os

⁴⁵ CERTEAU, Michel. Op. Cit., p. 93.

⁴⁶ Carvalho, M. J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., pp. 47-8. Entre 1782 e 1850, “o Recife incorpora a chamada “várzea do Capibaribe”, isto é, toda a extensão que vai da Boa Vista e da Madalena até Caxangá e a Várzea propriamente dita, subindo o rio e retalhando os antigos engenhos de uma e outra margem em sítios e chácaras, que, por sua vez, sobretudo a partir da década de 1840, serão objeto de loteamento.” p. 68. MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana*. In **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. L, Recife: 1978, pp. 67-103.

⁴⁷ CM, 1855, vol. 35, fl. 13.

bairros centrais do Recife, urbanizados mais cedo, foram gradativamente se expandindo pelos sítios e engenhos da Várzea do Capibaribe, que iam sendo loteados para que se erguessem habitações e ruas fossem traçadas. Mas não é assim nessa expansão contínua e ininterrupta como uma sombra. A situação é mais complexa. O crescimento do Recife, segundo Cabral de Mello, se dá de forma ganglionar. Os subúrbios vão surgindo a partir de pequenas povoações relativamente isoladas entre si pelos tufos de matas e sítios ainda existentes. O autor frisa que esse ganglionismo vai persistir mesmo até fins do século XIX. E isso “apesar da democratização do arrabalde e de todo o progresso verificado nas técnicas de transporte”. Em 1874, o engenheiro Fournié, procurando um local apropriado à construção de um asilo para alienados, faz o seguinte comentário: “Quando se passa de Apipucos, encontra-se no trecho entre Apipucos e Caxangá, uma série de colinas completamente cobertas de matas, as quais pertencem a vários engenhos, ainda não loteados (...)”⁴⁸

A característica ganglionar do crescimento do Recife foi assinalada primeiramente por Josué de Castro. Para Castro, os engenhos foram

*os germes desses centros ganglionares de crescimento, atraídos pela força absorvente da cidade-porto, ou melhor, da direção imposta pelo porto (...). Os engenhos, esgotadas as suas possibilidades e extintas as suas lavouras, transformaram-se em sítios ou chácaras (...).*⁴⁹

Castro percebe um ponto capital da urbanização do Recife. Ao mencionar a atração exercida pelo porto, ele inverte a posição do crescimento, que não se dá do “centro” já urbanizado para a “periferia”, mas ao contrário, embora condicionado “pela força absorvente da cidade-porto”.

Já se tornou um consenso que o surgimento dos subúrbios recifenses se deve à difícil conjuntura econômica da cultura da cana-de-açúcar, assolada por uma crise crônica caracterizada não tanto pela incapacidade produtiva, mas pela baixa no mercado internacional dos preços do açúcar, provocada em grande parte pela concorrência externa. Essa conjuntura desfavorável aumenta a disposição dos antigos proprietários em se

⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. Cit., p. 69. E ainda: Obras Públicas, 17/04/1874, Victor Fournié a Henrique Pereira de Lucena. Arquivo Público de Pernambuco.

⁴⁹ CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife (um ensaio de Geografia Urbana)**. DF: Imprensa Nacional, 1948, p. 69. E ainda BARROSO, Geraldo. Op. Cit.

desfazem de suas terras. Evaldo Cabral de Mello aponta que “*Em vez de cultivar suas grandes propriedades das cercanias do Recife, estes senhores preferiam “alugar uma pequena porção delas por uma ínfima anuidade” (...)*”.⁵⁰

Os subúrbios, quando estes ainda eram povoados acanhados, com seus sítios e chácaras, ocupam uma função vital ao abastecimento da cidade no século XIX. Para Marcus Carvalho, os antigos engenhos acabaram se tornando celeiros do Recife, devido terem suas terras alugadas para a produção de horticultura.⁵¹ Embora não haja estudos acerca do abastecimento do Recife no período, podemos sugerir, com relativa segurança, que o abastecimento de verduras, frutas, leite, azeite e outros gêneros da mesma natureza, que circulavam pelas ruas e mercados, pelas mãos de vendeiras de tabuleiro e quitandeiras, era feito a nível local, nesse contexto de simbiose cidade-campo. Os sítios não distavam muito do centro da cidade, onde havia o foco do comércio, e além disso, muitos deles comportavam alojamentos para escravos e escravas, o que significava a possibilidade de associar a pequena produção ao comércio urbano através das escravas. Alguns senhores de cativas vendeiras foragidas indicavam nos anúncios de jornais um duplo endereço onde deviam ser entregues depois de presas: ou em alguma rua da cidade, ou em algum sítio que possuíam. Fica patente que tais escravas partiam dos sítios de seus senhores para os bairros centrais conduzindo os frutos de uma pequena agricultura e de atividades de criação realizadas no entorno da cidade.⁵²

Flávio Guerra, tratando da origem de alguns subúrbios do Recife assinala o período já de fins do século XVIII, e princípios do XIX como marco do início da desagregação fundiária que originará as povoações. As terras do antigo Engenho Monteiro, no princípio do XIX, já não fabricavam açúcar ou sequer safrejavam, “*de modo que as repartidas terras*

⁵⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., p. 69. O autor cita GRAHAM, Maria. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. São Paulo: 1956, p. 141, acerca do aumento dos loteamentos em 1821.

⁵¹ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., p. 48. O mesmo se pode dizer para o Rio de Janeiro da mesma época. Segundo Luiz Carlos Soares, verduras, frutas, legumes, aves e ovos eram provenientes de chácaras e sítios situados nos subúrbios fluminenses. E confirma o temos visto para o Recife: “(...) era muito comum que os senhores proprietários de chácaras e sítios deslocassem um ou dois escravos para a venda desses produtos (...)” p. 113. Cf. SOARES, Luiz Carlos. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. Pp. 107-142. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº16, mar. De 1988. Número esp. organizado por Silvia Hunold Lara.

⁵² Ver Diário de Pernambuco, 06/05/1840 e 20/06/1849. A vendeira Benedita fugira com um tabuleiro de frutas, e seu dono pede que a entreguem no sítio da estrada de João de Barros; Margarida, por sua vez, vendia leite pela manhã, e seu senhor pede que ela seja entregue no sítio de Santo Amaro. Um/a anunciante precisava alugar uma escrava para vender na rua frutas e verduras, e pediu que quem a tivesse fosse ajustar no primeiro sítio dos Aflitos. (D. P., 01/03/1852)

já tinham começado a ser vendidas a estranhos, surgindo aos poucos a povoação de Monteiro (...).”⁵³

As terras de Apipucos, que eram um prolongamento das do Monteiro, já no último quartel do XVIII perderam a sua função produtiva original, e o povoado já se desenvolvia nas primeiras décadas do século XIX.⁵⁴ Apesar de pouco estudada, essa desagregação fundiária parece não ter significado imediata urbanização. A persistência de sítios entre pequenos núcleos de povoados parece ter sido algo mais freqüente durante certo tempo. Em 1828, das 328 casas da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela — que incluía os povoados de Poço da Panela, Casa-Forte, Caldereiro, Monteiro, Aflitos e Ponte d’Uchoa — 156 eram de taipa, 43 de palha, e apenas 129 eram de pedra e cal. O Poço da Panela, por si só, apresentava o mesmo quadro de habitações pobres, contendo 12 casas de pedra e cal, 9 e 20 de palha e taipa respectivamente. (Ver Tabela 1).

Os dados coletados por Figueira de Mello em 1852, em sua própria organização interna, já trazem a conhecida divisão entre a Cidade do Recife (que compreendia os bairros principais – Recife, Santo Antonio e Boa-Vista) e o conjunto das demais freguesias suburbanas que compunham o município propriamente dito. Enquanto o que era considerado a “Cidade” tinha um padrão de habitações significativamente marcado por ser de pedra e cal, subestimando certamente o número de mocambos existentes, as demais freguesias ainda eram cheias de palhoças e taipas, onde vivia um número muito grande de despossuídos. Os dados, embora imperfeitos, sugerem um quadro coerente com os dados empíricos relativos à dinâmica do mercado de trabalho para domésticas e vendeiras.⁵⁵ São, principalmente moradores das ruas dos bairros ditos centrais que mais solicitam mulheres para servirem em suas casas como amas, lavadeiras, engomadeiras, e para uma infinidade de funções. Ou seja, os empregadores se situavam, quase sempre, nos bairros centrais, o que fica evidente ainda se cruzarmos com os dados populacionais disponíveis (Ver Tabela 2). O que não quer dizer que a geografia da cidade estivesse rigidamente dividida em termos sociais. Mulheres e homens pobres de condição livre ou liberta poderiam viver em quartos alugados na chamada *cidade*. Ao mesmo tempo, famílias abonadas poderiam ter casas imponentes nos arrabaldes

⁵³ GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. 3.^a ed. Recife: Editora Itinerário, 1978, p. 185.

⁵⁴ Idem, pp. 187-189.

⁵⁵ A seção *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco contém um número imenso de anúncios de contratantes de criadas e vendeiras. Tais anúncios apresentam o registro do endereço, e de certa forma funcionam como um mapa das principais ruas onde se situam patrões e senhores (incluindo patroas e senhoras).

da cidade. O interessante é notar que os dados tendem a confirmar a existência de uma demanda mais visível por prestadores de serviços na área central da cidade.⁵⁶

A administração do Barão da Boa Vista (1837-1844), no que tange à modernização e à ética do progresso, é um marco inegável da expansão urbana e da remodelação do Recife. Mas é preciso cuidado em pensar a modernização empreendida nesse momento. Se de fato houve um avanço nos chamados ‘melhoramentos materiais’ no meio urbano da capital, não se pode entusiasticamente dizer que houve uma “*revolução nos costumes*” da população, nem que a cidade do Recife tomou um aspecto de limpeza higiênica. Flávio Guerra, hipnotizado pela figura de Rego Barros, mitifica o homem e o período de sua administração ao atribuir conseqüências em demasia para as ações do personagem: um administrador responsável por uma *revolução social*, ou ainda por *uma paisagem mais humana*. Em seus termos:

*Esse o homem que fez época no Recife, que durante sete anos governou a Província fazendo uma verdadeira revolução administrativa e social, mais parecendo um inatural, um administrador de futuro ainda bem longe. Esse homem de olhar vivo e penetrante, inquieto, curioso, às vezes mesmo teimoso, que encontrara no Recife um excelente campo de experimentação, embora de material humano difícil, mas que ele tomou nas mãos moldando com um sentido criativo, à custa de esforços enormes e profundos dissabores, fazendo, contudo, surgir uma paisagem mais humana, mais limpa, mais moderna ao tempo, da Cidade do Recife, (...).*⁵⁷

É preciso cuidado com afirmações peremptórias, mas a documentação administrativa que sucede o período administrativo de Rego Barros sugere que o seu esforço modernizante, aliado ao da sua equipe francesa liderada por Vauthier, não configura uma mudança profunda nos hábitos renitentes da população. A cidade tomava um aspecto mais planejado, e realmente a preocupação com as chamadas obras públicas nunca foi tão evidente. A cidade

⁵⁶ Essa observação resulta da leitura de três décadas do Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos*, onde os endereços dos anunciantes (particulares, donos de casas de negócio, lavadeiras, amas, cozinheiras, e pessoas de todas as camadas sociais) eram apresentados por razões de buscarem empregados para seus lares ou estabelecimentos, ou ainda por se oferecerem para prestarem diversos serviços, entre eles os domésticos ou de vender na rua. Ver a parte II desse estudo.

⁵⁷ GUERRA, Flávio. *O Recife e o Conde da Boa Vista*. pp. 264-287. In PEREIRA, Nilo. Et. al. **Um Tempo do Recife**. Recife: Editora Universitária, 1978. Rego Barros, ainda barão no período de sua administração, será agraciado com o título de conde no decorrer da monarquia.

parecia querer pôr fim a seu passado colonial, inaugurando um tempo novo marcado pela prosperidade materializada em construções novas, em estradas melhor construídas. Mas o mais inovador mesmo era a nova ética de progresso que se instituía, pois mesmo as realizações materiais, quando situadas em uma perspectiva de longa duração, configuram um processo lento de transformação urbana.⁵⁸

Em 1857, treze anos após a administração de Rego Barros, escrevendo uma série de artigos para o Diário de Pernambuco, Antônio Pedro de Figueiredo nos fornece uma descrição do estado construtivo da cidade na época e do traçado de suas ruas. O articulista elogia os aspectos naturais da cidade, lamentando, entretanto que

entre nós pode-se dizer que só há natureza, sobre a qual o poder da ciência tem feito insignificantes conquistas (...) podemos dizer que aqui quase tudo é feito por Deus e muito pouca coisa pelos homens.

*A cidade do Recife, que em virtude de sua situação topográfica podia ter canos de esgoto em todas as direções, e ser uma cidade eminentemente asseada, a — xícara de prata — da América Meridional, nem por isso é mui limpa, especialmente em tempo de inverno.*⁵⁹

Os raios da modernização e os princípios da ciência ainda não ‘iluminavam’ a cidade como a elite gostaria. E ela não se tornara a *xícara de prata*, como lamenta Figueiredo. O bairro do Recife, com suas 27 ruas, 13 becos e 7 travessas, nos idos da década de 1860, manifesta ainda características primitivas: mesmo as ruas centrais são descritas como extremamente estreitas e irregulares, dificultando o trânsito dos habitantes. A rua da Cadeia era reta e larga apenas em seu começo, tornando-se torta e “*bastante acanhada*” no restante. A Rua da Cruz, assim como a do Trapiche, é uma das melhores, e apesar de iniciar estreita, é vasta na maior parte, contendo até mesmo um chafariz ao centro, sendo muito freqüentada. A do Trapiche era o símbolo de prosperidade da cidade, e da europeização que afetava a elite e as camadas médias, como se percebe pelo entusiasmo com que a descreve Figueiredo:

⁵⁸ Para uma visão mais positiva do processo modernizador ancorado na europeização dos costumes, ver DANTAS, Ney. **Entre Coquetos e Chico-Machos (uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do séc. XIX)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), UFPE, 1992. Acreditamos que leituras da paisagem urbana do Recife que se deixam ofuscar pelo discurso do ‘moderno’, que é sempre um ‘outro’ avassalador e irresistível, pode perder de vista as inúmeras contradições e resistências que se dão historicamente ao processo modernizador.

⁵⁹ D. P., dia 28/09/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.) **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, vol. II, p. 830.

*fica com a frente para o mar, é uma das melhores; conta excelentes prédios particulares, o Banco, os trapiches de embarque e desembarque de açúcar, três hotéis, o do Francisco, o Inglês, o da Barra, e um restaurante francês; o Café dos Aliados e o de M. Blandin, ambos mui freqüentados. Tem trinta e seis edifícios (...).*⁶⁰

Poucos anos após essa descrição da rua do Trapiche, o artista suíço L. Schlappriz captou em litografias o movimento e a vida da rua e suas proximidades. Em um primeiro desenho, o artista enfatiza o cais e as embarcações no porto, que funcionavam como o elo com a Europa civilizada, talvez simbolizando a abertura para o mundo. Um mundo que já tinha navios a vapor, como o da imagem, ao lado de pequenas canoas ainda resistentes na paisagem do Recife. Na terra, alguns homens que demonstram elegância pelas casacas que envergam, como a tratar de negócios; além destes, duas negras com tabuleiros de frutas à cabeça estão em primeiro plano, uma ao lado da outra, dando um matiz local a um espaço um tanto europeizado. Adiante, quase imperceptível, outra negra conduzindo um pote, provavelmente com água. O espaço litografado nos mostra a terra e o mar, um pouco da América e um pouco da Europa, como um encontro entre dois mundos (ver Figura 1).

Em uma segunda litografia das proximidades da rua, as gameleiras da litografia anterior já estão crescidas. Em primeiro plano, a sede da Associação Comercial Beneficente, fundada pelos grandes comerciantes de Pernambuco; mas o prédio edificado ficaria incompleto sem os personagens desenhados à frente, fornecendo um registro do fluxo que tinha o local. Segundo Gilberto Ferrez, essa foi uma das últimas litografias do suíço. É provável que seja de meados da década de 1860. O local está ainda mais imponente, e dessa vez – ao contrário da litografia anterior – um grande número de senhoras elegantes se faz presente. Ao lado direito, uma negra vendeira com turbante à cabeça, sentada em um pequeno banco, tem sobre uma pequena mesa forrada com uma toalha algumas frutas dispostas de modo ornamental. Em último plano, mas situadas à frente da sede da Associação, duas negras sentadas sobre uma espécie de forro sobre o chão, expõem à venda alguns gêneros que não conseguimos distinguir, atestando a sobrevivência de um pequeno

⁶⁰ D. P., dia 05/10/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.), Op. Cit., p. 836.

comércio que resiste lado a lado – seria melhor dizer *à frente* – com o símbolo do grande comércio da cidade (ver Figura 2).⁶¹

Enquanto isso, algumas ruas parecem lamentáveis, aos olhos de Antonio de Pedro Figueiredo: a dos Tanoeiros “*é obscura, não tem predicado algum que a recomende, e apenas contém três casas: duas de um andar e uma de três, visto que as outras deitam as frentes para a da Cruz e Trapiche.*”⁶² Ruas extensas como as da Senzala Velha e Senzala Nova são descritas como “*cheias de tortuosidades*”.⁶³

Figueiredo testemunha o crescimento do Recife, percebendo suas conseqüências administrativas: a divisão dos bairros. Em 1857 Santo Antônio já havia dado origem ao bairro de São José, que tinha sido desmembrado em 1844 por ato legislativo; igualmente o bairro do Recife, ao crescer em direção ao norte, extrapolando as suas primitivas portas, originou o bairro conhecido como Fora de Portas; o bairro da Boa Vista viria a nascer o da Soledade e o de Santo Amaro.⁶⁴

⁶¹ Cf. FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes - 1863**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981. Litografias 3 e 9. Luís Schlappriz esteve no Recife entre 1859 e 1865, aqui indicadas como Figuras 1 e 2.

⁶² Diário de Pernambuco, 28/09/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.) Op. Cit., p. 836.

⁶³ Idem, p. 839.

⁶⁴ Idem, 12/10/1857, p. 841.

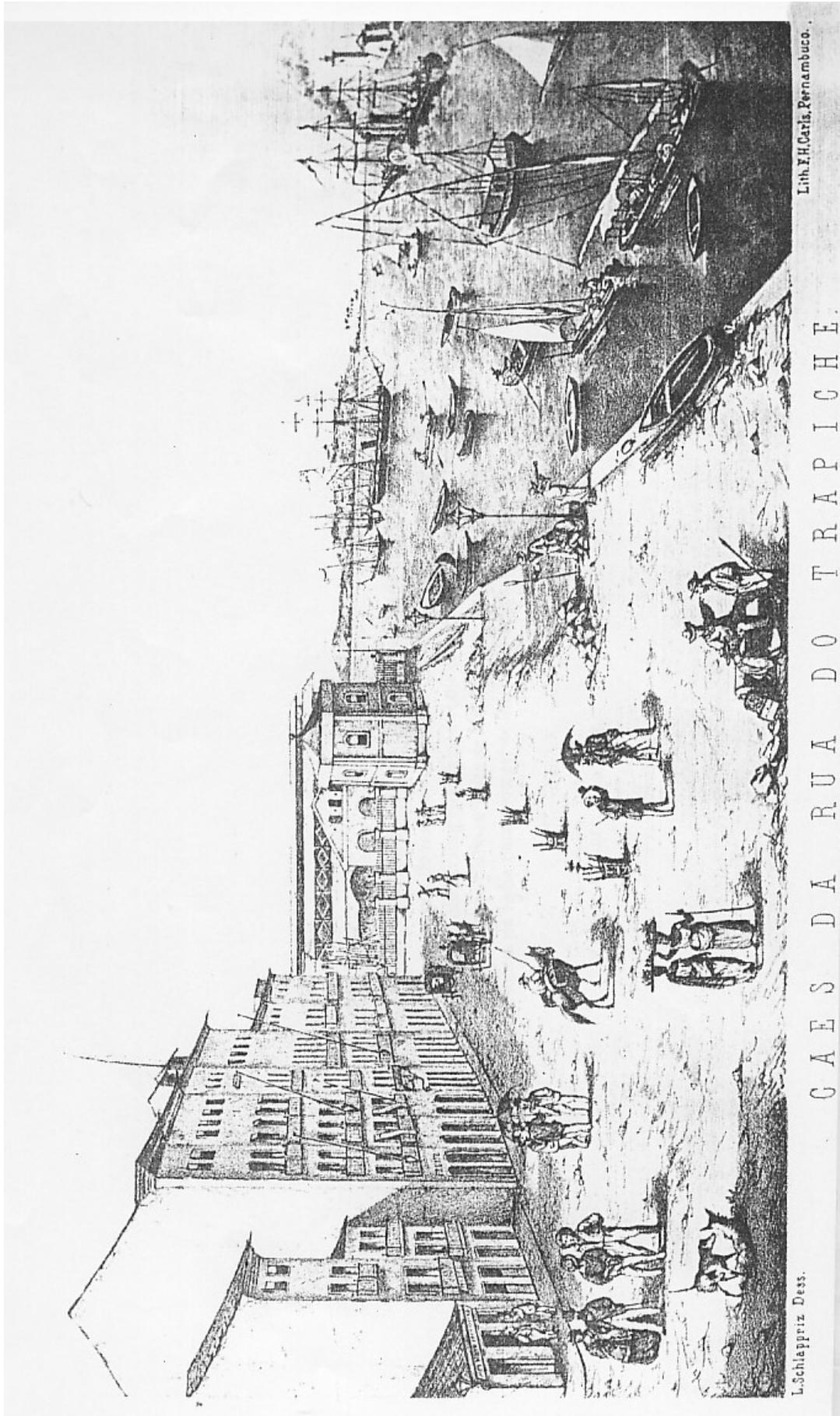


Figura 1 – Caes da Rua do Trapiche. Litografia de Luis Schlappritz apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum Luis Schlappritz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981. Litografia número 3.

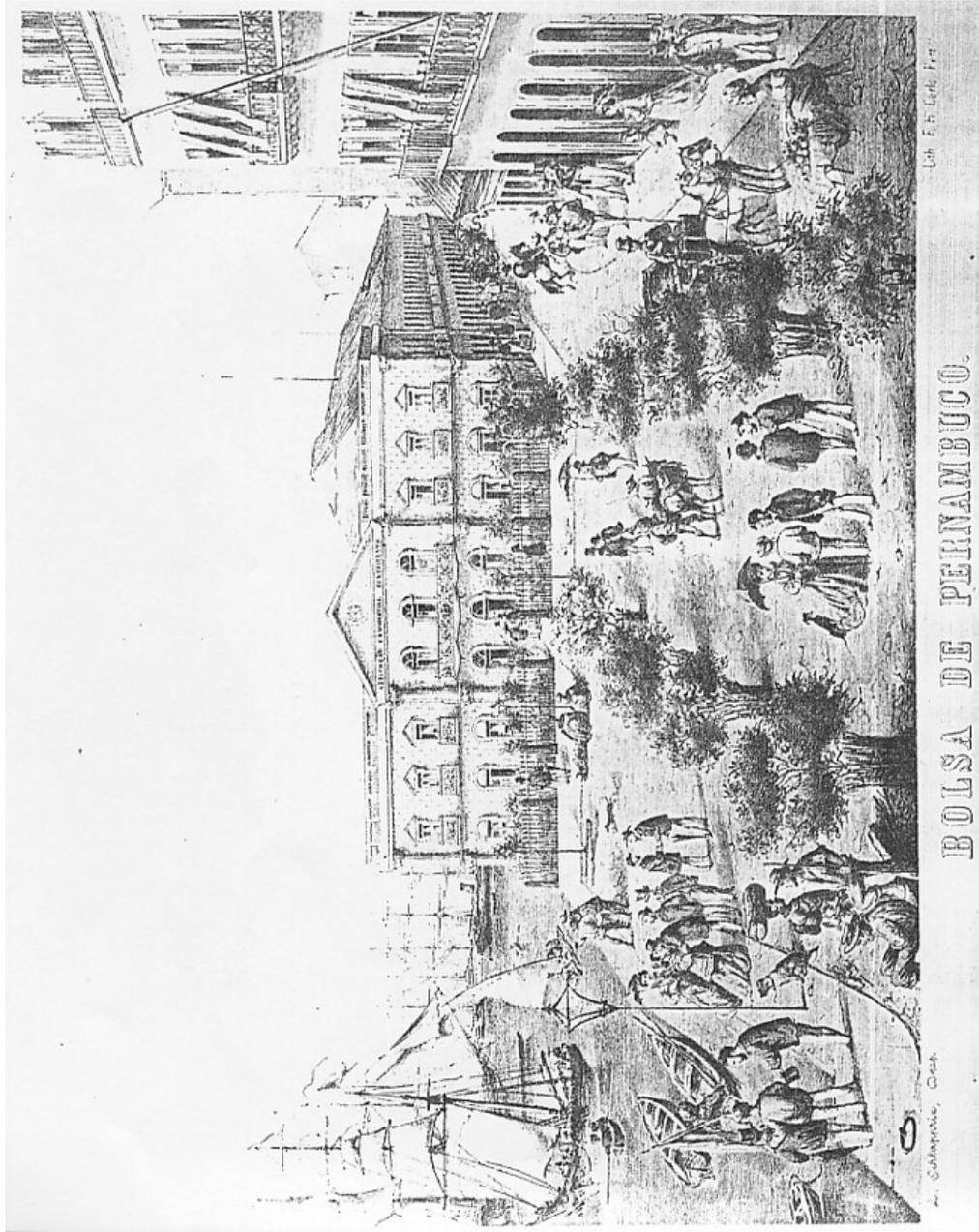


Figura 2 – Bolsa de Pernambuco. Litografia de Luis Schlappritz apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum Luis Schlappritz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981. Litografia número 9.

O bairro de Santo Antônio abriga em sua parte mais central, diz o articulista, a maior quantidade de repartições públicas, e muitos estabelecimentos comerciais, sendo palco de grande movimentação. Sobre as ruas, acrescenta:

As ruas de Santo Antônio em geral são mais largas e mais direitas que as do bairro do Recife, porém as suas denominações são igualmente pouco expressivas.

*Tem trinta e três ruas, vinte travessas, sete becos e sete largos (...).*⁶⁵

Nas suas 33 ruas, 20 travessas, 7 becos e 7 largos, esse bairro possui pátios, largos e ruas importantes para o fluxo e permanência de quitandeiras. Pátios como o do Carmo, largos como o do Palácio, e ruas como a do Rosário Largo eram pontos onde vendeiras e aguadeiras eram vistas com frequência. O Largo do Palácio, abrigando o Palácio do Governo e o Teatro Santa Isabel, era um espaço amplo ainda não ajardinado, pelo que se nota de uma litografia de Schlappriz, que esteve em Pernambuco entre 1858 e 1865. Por essa imagem, o artista parece, à primeira vista, construir uma imagem-monumento do Recife que se queria moderno e civilizado, como a cumprir os desejos de uma elite local presumidamente moderna. Um segundo olhar mais atento perceberá elementos, cenas cotidianas que reforçam o seu caráter documental. Cenas cotidianas que foram também perenizadas pelos traços do estrangeiro, talvez à revelia dos interesses da elite pernambucana, como as negras quituteiras sentadas em bancos, próximas a pessoas elegantes que assistiam a uma parada militar no Largo, e outra negra, junto a estas, com um tabuleiro de frutas à cabeça e um pequeno banco nas mãos, como tendo chegado naquele instante.⁶⁶

O bairro da Boa Vista apresenta uma certa distinção, quando comparado aos do Recife e Santo Antônio. Aquele é recente na cidade, e seu aspecto o denuncia:

*A densidade da edificação desta parte da cidade oferece dois caracteres distintos: na primeira porção, naquela anteriormente edificada, as construções estão aglomeradas como acontece em todas as cidades, mas na porção mais nova em geral ainda não se observa esta regularidade e ordem, de sorte que em algumas ruas ainda se encontram espaços vazios entre uma e outra casa; e até um lado da rua somente edificado, e algumas com muito poucas casas.*⁶⁷

⁶⁵ Idem, Ibidem, p. 842.

⁶⁶ Cf. FERREZ, Gilberto. Op. cit., Litografia número 13 do Álbum.

⁶⁷ Diário de Pernambuco, 26/10/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.) Op. cit., p. 850.

Figueiredo percebe os vazios construtivos da Boa Vista, com seus espaços ainda não edificadas e suas muitas ruas descalças. O bairro tinha, nesse momento, 44 ruas, 19 travessas, 3 largos e 3 becos. O principal largo era o da Matriz da Boa Vista. “*Bastante espaçoso e regular*”, na expressão do articulista, o largo tinha ao centro um chafariz instalado pela companhia de abastecimento de água Beberibe. Esse local era bastante movimentado, pelo que mostra uma imagem litografada pelo suíço Schlappriz, e fora palco de querelas entre as autoridades municipais e as pretas quitandeiras, como se verá adiante. A litografia mostra inúmeras vendeiras ao centro da praça.⁶⁸

Mas deve-se salientar que a expansão urbana da cidade seria impossível sem um crescimento populacional que o antecedesse. As novas áreas edificadas, o crescimento das povoações ribeirinhas e suburbanas correspondem a um aumento da população que demandava espaços para construir suas habitações; Figueiredo registra em 1857 que a população do Recife havia crescido a tal ponto, que já estava “*fora da proporção do número das casas existentes*”.⁶⁹ A cidade experimenta um aumento demográfico, tornando-se um foco de atração populacional; para Evaldo Cabral de Mello, a população recifense passou de 18.000 a 70.000 habitantes, entre 1782 e 1850.⁷⁰ Esse aspecto demográfico traz um elemento novo à paisagem social da cidade: o crescimento e constituição de uma camada média urbana capaz de oferecer oportunidades de trabalho mesmo em serviços tradicionais para a participação tanto de escravas como de mulheres pobres em geral.⁷¹

No século XIX, duas contagens nos servem como referência, a de 1828 e a de 1856. Os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista perfaziam um total de 25.678 habitantes em 1828; quase três décadas depois, a população desses mesmos locais atingia 40.977 pessoas, com um aumento de praticamente 60%.⁷² Nesses dois momentos, a população escrava dos três bairros continuou estagnada na casa dos 7 mil, enquanto o aumento se deveu à população livre ou forra. Para Marcus Carvalho, a explicação para esses números está no fluxo de imigrantes do interior próximo, uma vez que o tráfico e o crescimento

⁶⁸ FERREZ, Gilberto. Op. cit., Litografia número 11 do Álbum, e representada aqui como Figura 5.

⁶⁹ Diário de Pernambuco, 26/10/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.) Op. cit., p. 855.

⁷⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., p. 67.

⁷¹ Ver o estudo demográfico de CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., sobretudo os capítulos 2 *Quem mora no Recife*, e 3 *Mudanças e permanências*, da parte I do seu trabalho; e em particular a pág. 77.

⁷² Com algumas alterações de interpretação, os dados apresentados aqui estão contidos em CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., capítulos 2 e 3; e alguns foram extraídos diretos de MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco, 1852**.

vegetativo não seriam responsáveis pelos números apontadas.⁷³ Esse afluxo de pessoas foi responsável, segundo Carvalho, pela multiplicação dos vendeiros e vendeiras ambulantes, negros e negras de ganho.

De fato, esse aumento populacional, situado por volta da década de 1840, coincide com o aumento do número de mulheres livres pobres e forras que anunciam nos jornais para trabalharem como criadas ou no '*serviço de rua*', como se dizia na época, oferecendo-se para exercerem todos os tipos de ofício associados à escravidão. Uma amostra extraída do Diário de Pernambuco, para a década de 1840, é ilustrativa de como o crescimento populacional pode estar associado a maior busca de trabalho por gente livre e liberta despossuída. Os dados que dispomos indicam que um número expressivo de mulheres livres pobres e forras buscavam servir como criadas, vendeiras, lavadeiras, ou outros ofícios normalmente associados ao regime da escravidão, ou são procuradas para esse fim.⁷⁴

As 25.678 pessoas que moravam nos três principais bairros da cidade em 1828 sugerem uma grande concentração populacional na área de ocupação mais antiga da cidade. O bairro do Recife apareceu na contagem com 5.910 almas, das quais 3.270 eram livres e 2.640 eram escravas. Os cativos tinham uma alta proporção no bairro (44,6%), e em sua maioria eram homens (1.597 frente a 1.043 mulheres escravas). A alta concentração de escravos masculinos deve estar associada ao tipo de serviço mais comum no bairro: a atividade portuária. Carvalho, que trabalhou exaustivamente os dados, sugere que o número de serviços domésticos realizados por escravas na península também devia ser grande, uma vez que o número de escravas e de fogos do bairro coincide em 1.043.⁷⁵ Não se pode esquecer também o inchaço do bairro, que tinha elevado número de pessoas por fogo, isso sem considerar que os dados atribuem ao bairro apenas 964 casas (ver Tabela 2).

Em termos absolutos, entretanto, é o bairro de Santo Antônio que se destaca, tanto pelo número total de pessoas residentes, quanto pela quantidade de escravos que possui. São 13.422 pessoas, das quais 3.019 eram escravizadas (ou 22% do total), e destes as mulheres são a maioria, já que para 1.362 escravos homens havia 1.657 mulheres cativas (54,8% do total de cativos). Aliás, também o número de mulheres livres supera em muito o número de

⁷³ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., p. 75.

⁷⁴ Ver dados discutidos no capítulo 5 deste texto, sobretudo as tabelas 6, 7 e 8.

⁷⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., p. 53.

homens da mesma condição (são apenas 4.188 homens livres para 6.215 mulheres de mesma condição). O maior dos bairros em termos populacionais era também o de população mais feminina. Praças e ruas de Santo Antônio deviam ser apinhadas de mulheres, em sua maioria de cor. As atividades exercidas por mulheres deviam ser relativamente intensas, seja nos sobrados e casas ou pela nas ruas e praças. Santo Antônio era inegavelmente um bairro de aspecto grandioso, e de um dinamismo todo especial. Tal dinamismo não tinha que ver com a existência de uma zona portuária, mas com sua própria dimensão comercial, espacial e demográfica: ruas mais largas, maior número de largos, território mais amplo. Mesmo apontando algumas críticas, Koster não deixou de notar, no bairro, “*uma certa impressão de viveza e alegria*”,⁷⁶ anos antes dos dados acima discutidos.

O espaçoso bairro da Boa Vista bem que poderia, em 1828, ter uma população maior do que a descrita, não fossem ainda as amplas áreas ainda não urbanizadas. Possuía 6.346 almas, das quais 4.070 eram indicadas como livres, e 2.276 como escravas. O número de mulheres escravas era praticamente equivalente ao de homens (1.132 mulheres para 1.144 homens escravos), o que pode significar um certo equilíbrio na divisão sexual de trabalho entre a população escrava do bairro, o que difere dos dados de Santo Antônio. Quanto aos habitantes livres, a situação é outra: são apenas 1.525 homens frente a 2.545 mulheres. Entre os livres, as mulheres representavam 62,5%. Para Marcus Carvalho, era o trabalho doméstico a principal atividade ocupada pelos escravos da Boa Vista, por ser um bairro caracteristicamente residencial. Acrescente-se a isso, o fato de o bairro apresentar casas espaçosas, com amplos quintais e até pequenos sítios, que precisavam de cuidados especiais. Carvalho sugere ainda que, para uma área residencial, o número de escravos deve ser considerado elevado; a explicação mais provável para esse dado é que as pessoas mais abastadas tinham na escravidão um meio eficaz para ostentarem sua riqueza, guardando em sua casa um número expressivo de escravos domésticos, afinal não era qualquer casa que podia dispor de tantos criados.⁷⁷ Alguns desses cativos também deveriam vender nas ruas e feiras.

Para termos idéia da concentração populacional desses três bairros, associamos a população de mais duas freguesias também consideradas na Estatística de Figueira de Mello:

⁷⁶ KOSTER, Henry. Op. cit., p. 30.

⁷⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., pp. 67-68.

a Freguesia da Várzea, que incluía as povoações de Afogados (ressalvando-se que além da povoação homônima, o termo se referia ao Jiquiá, Barro Vermelho, Peres, Uchoa, Piranga, Remédios, Bongí, Madalena e Torre), Várzea e Caxangá; e a Freguesia de Nossa Senhora da Saúde do Poço da Panela, que incluía, além do povoado de Poço da Panela propriamente dito, as povoações de Casa Forte, Caldereiro, Monteiro, Aflitos, e Ponte d’Uchoa.

Essas amplas regiões suburbanas, em 1828, possuíam ao todo 3.533 habitantes, o que significava um acréscimo sem dúvida muito pequeno aos 25.678 residentes dos bairros centrais. Isso vem mostrar algo novo: se considerarmos a totalidade do município do Recife, as áreas ainda por urbanizar e povoar ganham uma grande dimensão, o que confirma o crescimento ganglionar da cidade já discutido mais atrás. Não é de admirar, portanto, que muitos homens e mulheres que fugiam do cativeiro se dirigissem para esses arrabaldes, constituindo núcleos de sociabilidade e resistência. Várzea, Apipucos, Cordeiro, Afogados, entre outros, tinham um significado especial na vida de muitas mulheres escravas que pretendiam resistir à escravidão, e muitas vezes rever parentes libertos e livres pobres que habitavam essas regiões mais distantes do centro da cidade.⁷⁸

⁷⁸ Essas regiões de sociabilidade e resistência para grupos pobres de cor podem ser consideradas, do ponto de vista geográfico, um “lugar” (embora este conceito seja um tanto impreciso) no sentido afetivo conferido ao conceito em usos mais recentes. Como afirma Pedro de Almeida Vasconcelos, acerca de “lugar”: “Este conceito, tradicional na Geografia, foi reapropriado recentemente, pelas correntes fenomenológicas, dando um novo conteúdo ao mesmo, a partir de uma visão mais subjetiva da realidade, incluindo a idéia de apego, pertença, entre outras.” P. 23. Cf. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista*. Pp. 13-34. In Op. Cit.

TABELA 2: POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA, POR SEXO, DA CIDADE DO RECIFE, FREGUESIA DA VÁRZEA, E FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE DO POÇO DA PANELA (1828)

Cidade do Recife	LIVRES	Total	CATIVOS	Total	Freguesia da Várzea	LIVRES	Total	CATIVOS	Total	Nossa Senhora do Poço da Panela	LIVRES	Total	ESCRAVOS	Total
Bairro do Recife	1470 H 1800 M	3270	1597 H 1043 M	2640	Afogados(a) Várzea Caxangá	800 H 1034 M	1834	328 H 232 M	560	Poço da Panela (b)	319 H 423 M	742	220 H 177 M	397
Bairro de Santo Antônio	4188 H 6215 M	10403	1362 H 1657 M	3019										
Bairro da Boa-Vista	1525 H 2545 M	4070	1144 H 1132 M	2276										
TOTAL POR SUB-DIVISÃO		17743 livres e 7935 escravos, ou 11286 Homens e 14392 Mulheres. SOMA: 25678 hab.			1834 livres e 560 escravos, ou 1266 Mulheres. SOMA: 2394 hab.					742 livres e 397 escravos, ou 539 Homens e 600 Mulheres. SOMA: 1139 hab.			TOTAL 29211 hab.	

Fonte: MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco, 1852.

Notas de Figueira de Mello: "(a) O que se menciona nesta casa compreende todo o distrito, que inclui Afogados, Jiquiá, Barro-Vermelho, Peres, Uchoa, Piranga, Remédios, Bonf, Madalena, e Torre. O arrabalde dos Afogados contém só por si 236 casas de pedra e cal, 103 de taipa, 348 fogos, 446 homens livres, 570 mulheres livres, 144 homens cativos, e 154 mulheres ditas, fazendo todos o total de 1314 almas."

"(b) O mencionado nesta casa diz respeito a todo o distrito, que compreende o Poço, Casa-Forte, Caldereiro, Monteiro, Afritos, e Fonte d'Uchoa. O que compreende o Poço só por si é 12 casas de pedra e cal, 9 de taipa, 30 fogos, 26 homens e 38 mulheres livres, 15 homens e 20 mulheres cativas, fazendo o total de 99 almas."

Distantes, sim, mas não tanto que desanimasse uma fuga a pé, ou o ir e vir necessário à sobrevivência de escravas foragidas, como se verá adiante. Outra conclusão importante também pode ser tirada: o Recife, ao menos na primeira metade do século XIX, seria cidade-esconderijo não no sentido que Sidney Chalhoub confere à populosa corte do Rio de Janeiro das últimas décadas da escravidão no Brasil, com sua imensa população negra e mestiça, mas no sentido um tanto inverso de que as zonas relativamente distantes da parte mais urbanizada do município seriam ainda pouco povoadas, menos vigiadas, e possuidoras de tufo de vegetação.⁷⁹ O que não quer dizer que o núcleo central da cidade também não servisse para táticas escravas de esconderijo. Na verdade, arrabaldes e centro se entrelaçam nos passos dos caminantes, como veremos a seguir.

Na segunda metade do século XIX, entretanto, talvez se possa vislumbrar uma correlação entre o Recife e a capital imperial da mesma época, em termos de crescimento populacional. Os dados populacionais de um recenseamento por freguesias realizado em 1873, dividem os habitantes do Recife em livres e escravos, brasileiros e estrangeiros, alfabetizados e analfabetos, e permitem uma comparação interessante com os dados da estatística de 1828 acima analisados. O quadro apresenta mudanças sensíveis. A mais evidente se refere ao número de residentes do núcleo central formado por Santo Antonio (incluindo São José), São Frei Pedro Gonçalves (Bairro do Recife) e Boa-Vista, que dos 25.678 de 45 anos atrás, apresentava agora 64.840 habitantes, um aumento da ordem de 152,5%.⁸⁰ Das antigas três freguesias, a Boa-Vista fora a que mais crescera, aumentando sua população em 263,5% (saltando de 6.346 para 23.071 hab.). A freguesia de Santo Antonio, que naquela contagem tinha 13.422 hab., aumentou em 151,7% sua população, alcançando agora (somando-se a São José, que pertencia a sua jurisdição em 1828) 33.796 hab., um incremento populacional quase correspondente ao que os bairros centrais, como um todo, tiveram. Os vazios construtivos da Boa-Vista, em grande parte, já deviam ter sido preenchidos, e sua área edificada deve ter sido muito ampliada desde a observação de

⁷⁹ Cf. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 1.^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 212 e ss. Talvez a expressão cidade-esconderijo, no sentido atribuído por Chalhoub, não seja a mais propícia para designar o Recife do século XIX. A nossa leitura do Recife entende que é a vasta área municipal, como um todo, que permite espaços múltiplos de esconderijo e sociabilidade, espaços muitas vezes distantes do que se costumava na época designar por cidade.

⁸⁰ Lembrar que Santo Antonio e São José eram um mesmo bairro em 1828. Por isso, para efeitos de comparação estatística, contamos também agora (1873) a população dos mesmos bairros conjuntamente.

Antonio Pedro de Figueiredo em 1857 relativa a suas ruas com “*muito poucas casas*”.⁸¹ Assim, o município como um todo apresenta nova configuração das freguesias, como se percebe pelo quadro abaixo.⁸²

⁸¹ Cf. Diário de Pernambuco, 26/10/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.) Op. cit., p. 850.

⁸² Estatística publicada no Diário de Pernambuco, em 11 de jan. de 1873.

QUADRO 2: Estatística da População Livre e Escrava do Recife por Freguesias, 1873

Freguesias	Número de Livres	Número de Escravos	Total p/ Freguesia
São Frei Pedro Gonçalves	7.011	962	7.973
Freguesia de Santo Antônio	13.864	2.046	15.910
Freguesia de São José	16.916	950	17.866
Freguesia da Boa Vista	20.075	2.996	23. 071
Freguesia da Graça	4.511	992	5.503
Freguesia de Afogados	10.614	1.141	11.755
Freguesia de Jaboatão	9.268	2.281	11.549
Freguesia da Muribeca	6.178	1.009	7.187
Freguesia do Poço da Panela	4.856	681	5.537
Freguesia da Várzea	5.760	905	6.665
Freguesia de São Lourenço	4.145	787	4.932
	Livres: 103.198	Escravos: 14.750	TOTAL: 117.948

Fonte: Estatística Publicada no Diário de Pernambuco, 11/01/1873⁸³

⁸³ O número total de habitantes do município, pela documentação, é de 118.478 pessoas. Mas esse valor não corresponde à soma dos valores parciais obtidos a partir da soma dos livres e escravos, que é de 117.948. Confiamos na soma nos valores parciais, desconsiderando o valor total atribuído na Estatística, ou pelo menos aquele que foi registrado pelo Diário de Pernambuco. De qualquer forma, a diferença perfaz 530 pessoas entre um dado e outro.

Nesse recenseamento, constam outras freguesias não consideradas na Tabela 2, além da recém criada freguesia da Graça. Uma permanência visível é interessante: o número de escravos localizados nas quatro freguesias centrais permanece praticamente constante ao longo do século XIX, perfazendo agora um total de 6.954 cativos.⁸⁴ Considerando apenas os mesmos bairros centrais com seus 64.840 hab., a porcentagem de escravos urbanos é de apenas 10, 72%. Não há ainda um estudo que relacione a escravidão urbana em Pernambuco e as condições da economia urbana, mas é de supor que a partir de certo momento, o custo de manutenção de escravos e escravas dificultou a sua utilização rentável na cidade. Ao todo, contabilizando todas as freguesias, os escravos/as representavam somente 12, 5% da população total.

Ainda está por fazer um estudo da escravidão urbana para as últimas décadas do Império, na cidade do Recife. Emília Viotti demonstrou que o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade foi um fenômeno que atingiu todas as principais cidades brasileiras no século XIX, e é provável que esse fato, associado à inflação da propriedade escrava, tenha feito proprietários urbanos se desfazerem de sua mão-de-obra para regiões mais dinâmicas, notadamente para a área de agroindústria do Sudeste cafeeiro, na esteira do tráfico interprovincial. O encarecimento dos jornais de escravos e a concorrência com a mão-de-obra de livres pobres e libertos também pode ter contribuído para o declínio da escravidão urbana, como assinala Maria Odila Dias.⁸⁵

Por ora, as evidências a respeito indicam que o crescimento urbano do Recife ao longo do século XIX esteve atrelado ao incremento populacional de homens e mulheres livres ou libertos. De resto, a população escravizada passa por um processo de estagnação. Em meados do século e nas décadas de 1850 e 1860, todavia, a mão-de-obra escrava ainda é muito importante para a realização de inúmeras atividades. Aos escravos, precisamos ainda acrescentar o crescente número de livres pobres e libertos, e mesmo alguma participação de africanos livres. São diversos os caminhantes, muitos trabalham, outros não encontram serviços, outros ainda têm os seus percursos interrompidos pela mão da autoridade que

⁸⁴ Resultado da soma dos números de escravos das freguesias de São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antonio, São José e Boa-Vista.

⁸⁵ Cf. COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 180. Para São Paulo, Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 97.

prende. Caminhos se cruzam, e nesse cruzar a tensão é permanente. Estas reflexões serão desenvolvidas com mais profundidade nos capítulos seguintes.

2 - PRÁTICAS E GRAMÁTICAS DE ESPAÇO: VENDEIRAS, DOMÉSTICAS E LAVADEIRAS NA PAISAGEM DO RECIFE

A palavra ‘leitura’ deve ser entendida aqui em seu sentido próprio e figurado. Pensar as linhas do espaço enquanto passíveis de múltiplas leituras pelos caminhantes é atribuir um caráter textual e lingüístico ao tecido urbano com toda a carga de interpretações que ele possibilita. Como pensa Certeau, os urbanistas e arquitetos criam um espaço geométrico que

*parece valer como o “sentido próprio” construído pelos gramáticos e pelos lingüistas, visando dispor de um nível normal e normativo ao qual se podem referir os desvios e as variações do “figurado”.*⁸⁶

Mas essa é só uma face, a normativa, a impositiva. E, usando uma imagem sugerida pelo próprio autor, assim como a fala não está restrita a este “sentido próprio”, o caminhar também não se resume a seguir cegamente as linhas traçadas na paisagem. É nesse ponto que Certeau propõe um olhar atento para as resistências miúdas e sentidos diversos imprimidos pelos leitores do espaço. As leituras das pessoas comuns, do ponto de vista normatizador, são encaradas como os *desvios* ou *erros* ambulatórios (tropos). Do ponto de vista de quem lê, todavia, os sentidos figurativos podem ser – e para sua lógica freqüentemente o são – os mais convenientes, porque têm a ver com sua autonomia, com seus sonhos, com sua busca de lugar. Afinal, a acreditarmos em Certeau, “*Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar (...).*”⁸⁷ Homens e mulheres libertos e livres pobres, escravos e escravas percorriam as maiores cidades do Brasil oitocentista provocando, muitas vezes, temores entre a elite que projetava os espaços e o modo como as pessoas deviam interpretá-los. É

⁸⁶ Cf. CERTEAU, Michel de. Op. Cit., Vol. 1, p. 180.

⁸⁷ CERTEAU, Michel de. Op. Cit., Vol. 1, p. 183. Pode-se questionar se essas imagens de Certeau não são propícias e aplicáveis apenas para as megalópoles criadas pela expansão capitalista do século XX, onde a imensidão do espaço e o grande número de pessoas evocam essa errância aparente ou real, e a falta de identidade disso decorrente. Parece inegável que até mesmo a teorização de Certeau foi inspirada por problemas e vivências do mundo urbano e industrial contemporâneo; entretanto, cremos que sua teorização é suficientemente flexível para, ao mesmo tempo, não cair nas tentações de um sistema explicativo de validade transcultural, e para ser utilizado com adaptações a outros contextos sociais. Acrescentamos ainda que, se o Recife do século XIX não é uma megalópole, isso não impede que seus espaços sejam suficientemente habitados e significados pelos diversos praticantes, e que muitos destes realmente vivenciassem uma situação de “falta de lugar” e de relativo anonimato, e lessem a cidade a seu modo.

nesse sentido que caminhar, ou estar presente em algum espaço, pode adquirir um sentido de resistência, de negação ou apropriação de valores dominantes.

Para o contexto histórico e social aqui pesquisado, encarar o ato de caminhar com seus sentidos de resistência é reconhecer como fundamental todo o conteúdo de interdições, limites – e mesmo concessões – presentes em uma sociedade marcada pela escravidão e pelo patriarcalismo. É reconhecer ainda que os grupos populares possuem também linguagens próprias na leitura do mundo e de cada significante espacial.

Creemos que existem múltiplas gramáticas de espaço, e estas são resultantes das experiências culturais dos agentes históricos, de sua posição na hierarquia social, de seu gênero, e dos próprios locais habitados. As gramáticas de espaço configuram as diversas formas de relação que as pessoas têm com as vias de circulação e com os lugares. Formas de relação pautadas por elementos subjetivos, por projetos e anseios do próprio caminhante ou morador. É desse modo que Slenes analisa a importância simbólica das precárias habitações independentes que homens e mulheres escravos conquistavam a seus senhores a partir do casamento.⁸⁸ Deixar de habitar a senzala coletiva e distanciar-se da vigilância da casa-grande, para casais escravos, tinha muito a ver com projetos cultivados na árdua vida de cativo. Compreender as múltiplas vivências dos caminhantes no espaço é o que tentamos desenvolver abaixo.

2.1 Os caminhantes e suas leituras do espaço

Priorizamos, até o momento, expor e analisar a constituição do espaço urbano do Recife, assim como a sua expansão demográfica. Isso não significa que já não tenhamos

⁸⁸ Um enfoque semelhante, embora, ao que parece, apenas paralelo à proposta de Michel de Certeau, é o desenvolvimento que Robert Slenes faz dos significados da “Arquitetura das senzalas” para os escravos do Sudeste do Brasil oitocentista. Slenes percebeu que os escravos casados que construíam suas cabanas, ou escravos fugidos que erguiam seus quilombos (assim como seus descendentes), eram portadores de uma “gramática do espaço” que se relacionava com suas referências africanas de habitação e vida familiar, e com projetos de maior autonomia advindos da vida conjugal. Fundamental lembrar que o autor dá grande importância em todo o seu texto, aos aspectos lingüísticos e culturais dos agentes históricos abordados, e exatamente por essa argúcia consegue extrair relevantes inferências e significados a partir de gestos e símbolos aparentemente sem importância para um olhar pouco atento. Cf. SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Ver, sobretudo, o cap. 3, intitulado *Esperanças e recordações: condições de cativo, cultura centro-africana e estratégias familiares*, e o sub-capítulo número 3: “Casa e casar-se: a arquitetura das senzalas”.

insinuado algumas das práticas cotidianas que se dão nesse espaço, alguns comportamentos que constituíram obstáculos aos dispositivos disciplinares da Câmara Municipal. Todavia, o entendimento da organização espacial não é possível sem que se visualizem as formas de apropriação e uso do espaço que os atores sociais empreendem. Cremos que agora é fundamental refletir mais detidamente aquilo que Certeau denominou de “*outra espacialidade*”. Outra espacialidade que emerge de um conjunto de procedimentos — Certeau designa “maneiras de fazer” — “*multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos*”, que escapam aos instrumentos que visam forjar uma cidade e uma sociedade disciplinar. Procedimentos que são, antes de tudo, engenhosos e inventivos, e que não raro atribuem significados outros às formas e estruturas urbanas.⁸⁹

Mesmo que aqui não seja o lugar de elaborar uma teoria das práticas cotidianas, não é fora de propósito a exposição e análise de algumas dessas práticas, o que auxiliaria a uma posterior teorização do cotidiano. Algumas práticas, bem entendido. Não nos é possível fazer um inventário das incontáveis práticas cotidianas desenroladas no tecido urbano e suburbano do Recife do século XIX pelas mulheres escravas, forras e pobres livres; o interessante aqui é mostrar a possibilidade de se fazer uma leitura do espaço em associação com os usos sociais que a eles são dados⁹⁰, considerando os limites do proibido e as transgressões.

Primeiro que tudo, denominamos praticantes aos personagens aqui focalizados (mulheres vendeiras de tabuleiro ou quitandeiras, lavadeiras, aguadeiras, domésticas etc., de condição escrava, forra ou livre pobre), e que normalmente estão imersos em um anonimato de difícil percepção, situados no domínio do “*anônimo inominável*”⁹¹, escorregando de modo fugidivo pelos espaços da cidade, subvertendo lógicas impositivas que lhes eram estranhas. Nomeá-los, tarefa complexa, mas na medida do possível tentamos dar-lhes nomes

⁸⁹ CERTEAU, Michel de. Op. Cit., Vol. 1, p. 172 e pp. 174-175.

⁹⁰ A leitura que fazemos aqui da cidade e seus subúrbios se inspira também no que Selma Pantoja designou de “leitura espaço-social”, em *Três Leituras e Duas Cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos*. In PANTOJA, Selma. SARAIVA, José Flávio Sombra. (orgs.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Tomamos emprestado o enfoque de politização do cotidiano urbano, em Sidney Chalhoub. Cf. **Visões da Liberdade**. Op. Cit. Fundamenta ainda foi a abordagem de GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Trad. Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁹¹ A expressão está em CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. 4.^a Ed., Petrópolis: Vozes, 2002, p. 216.

e seguir seus passos. Nomeação talvez mesmo nociva aos interesses desses praticantes na época.

Uma constatação inicial: a conhecida reclusão feminina dos tempos patriarcais, notada por viajantes europeus, não é uma condição que se deva atribuir às mulheres escravas, forras e livres pobres. A presença destas no meio urbano se dá, sobretudo, como um imperativo da busca pela sobrevivência, e pela condição básica de exercício de seus ofícios; essas circunstâncias conferem a estas mulheres uma presença mais intensa pelas ruas da cidade, uma presença que está basicamente – mas não totalmente – vinculada à atividade do trabalho. Exercendo ofícios chamados na época de *‘portas a fora’*, essas mulheres tinham uma mobilidade espacial e um conhecimento dos “perigos” da rua muito maior do que suas senhoras e patroas. Elas acabavam se apropriando, por assim dizer, de uma maior quantidade de espaços da cidade, ao mesmo tempo em que lhes atribuíam significados e qualidades próprios com seus gestos diários de “mulheres de rua”: gritos, risos, falas “*obscenas*”, movimentos do caminhar e linguagem.⁹²

Essa apropriação do espaço urbano por mulheres de cor, em sua maioria, não é algo que surge como novidade a partir do século XIX. Muitas cidades e vilas coloniais, notadamente as das Minas Gerais, eram abastecidas por um pequeno comércio exercido por mulheres em vendas, vendas volantes e tabuleiros.⁹³ Também na Capitania de Pernambuco, já no século XVIII, era intensa a presença de uma

multiplicidade de Volantes, Mascates, Marinheiros, Pretos e Pretas, q.’ pelas ruas publicas desta Vila, e seus suburbios andão em [], Bocetas, Taboleiros, Caixas, e por outras diferentes formas vendendo ao Povo toda a qualidade de fazendas, e outros mais generos, e miudezas (...).

O grande número de pessoas envolvidas neste pequeno comércio de rua preocupava os governadores do Pernambuco setecentista pelos prejuízos que causavam ao grande comércio. O Bando decretado pelo governador José Cezar de Meneses, em 1781, faz alusão a uma Lei e Pragmática de 1749 que proibia esses negócios em virtude do contrabando, mas

⁹² Maria Odila da Silva Dias notou que em São Paulo do oitocentos, as mulheres pobres “*Estavam presentes por toda parte, dentro e fora das pontes da cidade*”, e que “*concentravam-se, no seu vaivém, em locais mais movimentados (...)*”. Cf. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX - Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 15.

⁹³ FURTADO, Júnia Ferreira. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Comerciantes, tratantes e mascates*. Pp. 93-113. In DEL PRIORE, Mary. (org.) **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 106.

que não haviam sido cumpridas até o momento. Sob pressão dos comerciantes da Praça do Recife, o Bando decretado visava fazer cumprir a lei anterior, e incidia mais fortemente sobre as pretas que vendiam fazendas e miudezas. Vejamos:

exceptas porem desta prohibição aquelas negras q.' publicamente trouxerem a cabeça as seguintes fazendas = pano branco, botoens da mesma especie, linhas, agulhas, alfinetes, [dedaes], tesouras, fitas de lam, de linho, e [pentas], com tanto q.' todos estes generos sejam fabricados no Reyno e seus Dominios (...)

Pela cabeça de negras de tabuleiro, circulava um conjunto de mercadorias contrabandeadas que entravam em concorrência com os produtos de Portugal e suas colônias. Isentas das punições estabelecidas estavam apenas as negras que vendessem mercadorias de Portugal e seus Domínios. Entre outras punições, a Lei de 1749 previa o desterro dos infratores, em virtude do “*dano q.' causão a Republica e a mesma Real Fazenda na diminuição dos seus Direitos pelos contrabandos q.' vendem (...)*”.⁹⁴

Pelo que se percebe, o fluxo de negras vendeiras pelas ruas do Recife não é o resultado direto da maior expansão urbana e demográfica que se dá nas primeiras décadas do século XIX. Embora careça de estudos para o período colonial, as vilas de Recife e Olinda possuem na Colônia uma certa dinâmica que permite o desenvolvimento do pequeno comércio urbano a cargo de mascates e negras boceteiras e de tabuleiro.

No início do século XIX, já era comum a presença de mulheres negras “*a vender bugigangas e guloseimas pelas ruas*” do Recife.⁹⁵ As senhoras e iaiás de sobrado sofrem maior restrição a sua presença na rua, e só gradativamente a sua presença passará a ser mais comum, rompendo em parte os limites domésticos. Para essas mulheres senhoriais, vale ainda o código patriarcal que as distanciava da rua, uma vez que, no dizer de Freyre, “*O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua.*”⁹⁶

Os inúmeros registros iconográficos e os diários de viajantes estrangeiros estão férteis de imagens e passagens onde mulheres vendeiras se encontram nas ruas mais

⁹⁴ Bando sobre a proibição das pessoas que vendem fazendas pelas ruas etc. Registro de Provisões 03/1 (1769-1797).

⁹⁵ SETTE, Mário. Op. Cit., p. 39.

⁹⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 9ª ed., 1996. Pp. 34-7.

movimentadas, conduzindo seus tabuleiros de doces, frutas, miudezas e tantos outros gêneros. Em uma descrição do bairro do Recife, em 1817, o francês Tollenare aponta que

*negras percorrem as ruas oferecendo à venda lenços e outras fazendas que trazem em cestos sobre a cabeça (...). Não se vê absolutamente mulheres brancas na rua. Um pequeno mercado junto de uma igreja oferece à minha vista montões de raízes de mandioca, bananas, ananases, cajus, mangas e laranjas. As vendedeiras, mui sucintamente vestidas, algumas de cachimbo ao queixo, preparam grosseiros manjares para o povo (...).*⁹⁷

Nesses primeiros anos do século XIX, as mulheres brancas ainda não haviam rompido os limites patriarcais que as mantinham reclusas, distantes da rua. Entretanto, as negras misturavam seus pregões aos cantos dos negros carregadores, tão comuns no bairro portuário do Recife, aumentando o burburinho das ruas. Não é difícil imaginar alguns panos estendidos junto a igreja, encimados pelas frutas, ou ainda os tabuleiros equilibrados nas cabeças das negras, imagens artisticamente representadas por artistas contemporâneos que souberam perceber sociologicamente que esses tipos humanos e cenas caracterizavam a paisagem urbana e social do período.

Outro cronista da mesma época, ao se instalar no Recife da segunda década do século XIX, percebeu como da rua para a casa há uma comunicação possível:

*Eis-nos, portanto, tranqüilamente instalados em nossa nova residência, tão tranqüilamente como possa estar alguém quando uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender.*⁹⁸

O inglês Koster, apesar de todo o espírito antropológico que apresenta em quase todas as ocasiões relatadas, não deixou de transparecer certa irritação ante as vozes, certamente

⁹⁷ TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, pp. 20-21. Flávio Guerra afirma que o mercado descrito é o que depois seria o mercado de São José, junto à Igreja da Penha, mas nessa parte do texto Tollenare trata do bairro do Recife, e só um pouco mais adiante descreverá o bairro de Santo Antonio. GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. 3.^a ed. (Revista e Aumentada), Pref. De Gilberto Osório de Andrade. Recife: Editora Itinerário, 1978, p. 58.

⁹⁸ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 29. A sensação auditiva, juntamente com o olfato e o olhar, ajuda os viajantes estrangeiros a comporem suas representações das cidades e tipos humanos brasileiros do século XIX. O barulho foi um dos elementos característicos do Brasil que mais impressionavam os viajantes. No dizer de BARREIRO, José Carlos: “A sensibilidade auditiva dos viajantes registra também as características específicas do urbanismo ruidoso das cidades brasileiras ao longo do século XIX.” p. 80. Cf. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura, cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

persistentes, que ecoavam dentro de sua casa. Outro ponto visível é o grande número de negras vendeiras no espaço urbano. Por sua função móvel, elas terminavam por se transformar em um elo de comunicação entre o espaço da rua e o da casa. Gilberto Freyre vê um sobrado urbano ainda carregado do patriarcalismo das casas grandes, em sua expressão um sobrado que é “*inimigo da rua*”. Mas a rotina desse sobrado onde as senhoras e sinhás se viam reclusas é quebrada pela presença alegre tanto do mascate como das pretas boceteiras e quitandeiras, estas últimas adentravam os sobrados para vender doces e bicos às iaiás, levando com elas os mexericos e fofocas do meio urbano.⁹⁹

Para ilustrar esse nexos entre a casa e a rua, vejamos uma gravura de Rugendas intitulada “*Venda em Recife*”. A venda se situa no térreo, enquanto o andar superior servia como residência. Logo de início o que aparece com mais evidência é o grande número de mulheres negras na venda, comprando, vendendo, ou mais provavelmente ambas as coisas, uma vez que criadas podiam ser incumbidas de fazer a compra de gêneros para consumo diário da casa. Muitas saem da venda calçadas, sugerindo serem livres ou libertas. Há uma mulher indígena descalça, deitada como bêbada à porta da venda. Destaca-se uma negra boceteira que, ao lado direito externo da venda, ergue um colar de contas e o apresenta a uma das residentes situada na varanda (ver Figura 3). Após essa cena inicial de convencimento, a negra poderá ou não ser convidada a entrar no andar superior e efetuar mais uma venda. Apesar do certo despojamento da mulher branca situada na varanda, sugerindo que ela não era tão reclusa como se costuma pensar, é pouco provável que ela viesse ao encontro da negra. Ao seu modo, diz Gilberto Freyre, essas negras foram também mascates.¹⁰⁰

Mas ao lado das práticas de trabalho propriamente ditas, as ruas podem ainda ser o espaço da vadiagem, da mendicância, das brigas, de prisões, de lazer. Tal pode ser visto no caso de uma escrava fugida, de nação Congo, que “*foi vista nos Afogados pedindo esmolas*

⁹⁹ FREYRE, Gilberto. Op. cit., pp. 36-7.

¹⁰⁰ RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972. PRANCHA 77. Segundo Eduardo França Paiva, a imagem *Venda em Recife*, apesar de ser uma composição arbitrária de Rugendas, apresenta categorias sociais em situações bem reais, realçando o caráter documental da imagem. Assim aponta: “*Ainda que a composição do desenho seja uma criação arbitrária de Rugendas, toda essa diversidade e todo esse dinamismo representados existiam concretamente e foram incontáveis vezes mencionados na documentação manuscrita da época.*” P. 63. O autor conclui: “*Rugendas compôs uma cena idealizada, mas a partir daquilo que ele costumava ver no Recife, no Rio de Janeiro, nas Minas Gerais.*” P. 63. Cf. PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

de farinha aos matutos, que passavão”. O seu nome era Joanna, e tinha fugido do engenho Benfica dois meses antes de ser anunciada no dia 17 de junho de 1845. Porta de entrada do interior para a capital, Afogados era ponto obrigatório de passagem de comboios, o que tornava o bairro bastante freqüentado; além disso, o engenho citado não distava muito daquele povoado. Nesse arrabalde habitado por gente humilde e de cor, em sua maioria, a escrava esboçava sua resistência ao cativoiro, mas ainda sem conseguir um trabalho ou alguma pessoa que lhe desse guarida (D. P., 17/06/1845).



Figura 3 - *A Venda no Recife*. RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo: Martins/Ed. Universidade de São Paulo, 1972. Prancha 77.

Mas outra escrava, Catharina, de nação Angola, com 22 anos, era ladina o suficiente para ter melhor sucesso em sua fuga. O seu dono diz que ela podia ser encontrada na Estrada-Nova da Passagem da Madalena e no Aterro dos Afogados vendendo verduras, ou aos domingos no referido Aterro, no maracatu dos coqueiros. Além desses locais de trabalho e sociabilidade, Catharina tinha seu coito em um arrabalde ainda mais distante, na Várzea,

de acordo com notícias em que o senhor dela acreditava. O seu proprietário era morador na rua estreita do Rosário, localizada no bairro central de Santo Antônio, desse modo, a tática utilizada pela escrava foi distanciar-se, buscando os arrabaldes onde, pelo conteúdo do anúncio, ela tinha tecido algumas relações.¹⁰¹ Da Estrada-Nova da Passagem da Madalena, Catharina podia facilmente se dirigir para o bairro de Afogados, associar-se com tantas outras pessoas de cor, e assim ser favorecida pelo anonimato e pela distância, traçando linhas próprias no espaço da cidade. Além de ser muito jovem, Catharina é descrita por seu dono como sendo “*bem feita do rosto (...) com todos os dentes na frente (...) muito conversadeira e risonha*”. Uma mulher jovem, de riso e conversa fácil, isso tudo deve ter contribuído para forjar as amizades, os contatos necessários para que ela instituisse para si um modo próprio de vida, talvez exercendo a mesma atividade do seu cativo. O seu proprietário possuía um sítio em S. Amaro, e é provável que sua escrava já fosse vendeira antes da fuga, oferecendo pelas ruas algum produto desse sítio (D. P., 30/06/1845).

A mobilidade das escravas negras de tabuleiro, onipresentes no cenário urbano das principais cidades escravistas, lhes permitia maior possibilidade de fuga. Lilia Moritz Schwarcz analisou anúncios de fuga desse tipo na imprensa paulistana.¹⁰² Para o Recife, encontramos também dados semelhantes. Por exemplo, a escrava de José Antonio dos Santos, de nome Thereza, fugiu “*em ocasião em que sahira a vender doce em um taboleiro*”, no dia 5 de julho de 1847. Ou ainda o caso da escrava de Francisco Pereira Thomé, de nome Maria, que na sua fuga em 6 de dezembro de 1848, levava consigo além de “*(...) vestido velho de chita, com babadinho por baixo, panno da Costa*”, um taboleiro para vender banha e goma.¹⁰³ É aqui onde vemos a contradição entre a necessidade de se controlar a cativa por parte do seu dono, e a necessidade de deixá-la com maior autonomia para trazer o lucro desejado. As escravas vendeiras que viviam a percorrer as ruas da cidade parecem fugir com mais frequência que as demais. Os exemplos são numerosos na imprensa recifense do século XIX.

¹⁰¹ D. P., dias 17/06/1845 e 30/06/1845. No seu traçar de linhas, Catharina estabeleceu uma rede complexa tanto na superfície espacial, ligando pontos, como, de um ponto de vista mais subjetivo, ligando “lugares”. Cf. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista*. P. 24. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Op. Cit., pp. 13-34.

¹⁰² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 139-40.

¹⁰³ Diário Novo, 15 de Jul. de 1847; e D. P., dia 13/01/1849.

Essas fugas, facilitadas pelo conhecimento do espaço urbano e pelos contatos estabelecidos com conhecidos, podem ser classificadas como *fugas para dentro*. De acordo com essa classificação, Eduardo Silva mostra que escravos fugiam e permaneciam (ou pelo menos tentavam) ocultos na própria cidade, tentando ganhar a vida oferecendo sua força de trabalho, o que para tanto era premente o conhecimento da área urbana.¹⁰⁴

O caso da fuga da crioula Filippa é emblemático, e não é sem razão que merece uma citação integral:

Fugio, no dia 20 de novembro proximo passado, as 7 horas da manhã, uma preta de nome Filippa, crioula, de 32 annos; foi escrava do Sr. Brigadeiro Aleixo, possuindo o mesmo Sr. um filho que essa escrava tinha; he de boa estatura, cheia do corpo, côr afulada, com o semblante carrancudo; tem as costas marcadas (...) já foi escrava do finado coronel Brederode e de Pinho Borges, por isso he bem conhecida; consta que ella vai algumas noites pedir aos filhos do finado coronel agasalho, e suppõe-se que ella anda pelo bairro do Recife, e que muitas vezes vai dormir em Fóra-de-Portas, em casa de uma preta forra que diz ser sua madrinha; também consta que as vezes anda pedindo roupa para lavar de ganho, e vai lavar no Monteiro, e segundo consta, dizem que tem para as bandas do Cordeiro um irmão forro, onde dorme muitas vezes; foi comprada em dias do mez de outubro (...) ao Sr. José da Silva Monteiro, vendedor de escravos, morador na rua do Fogo, o qual declarou no papel de venda a ter comprado ao Sr. José Antonio Bastos, morador na rua da Cadeia-Velha. Quem a pegar leve-a a rua da Aurora, sobrado n. 52, que será generosamente recompensado. (D. P., 04/01/1849).

Escrava fugida no dia 20 de novembro de 1848, quem sabe aproveitando-se dos distúrbios provocados pelas lutas políticas da Praieira, Filippa prova que havia forjado uma grande teia de relações por grande parte da cidade. Possuía uma amiga forra que se dizia sua madrinha, e que morava em Fora de Portas, ao norte do bairro do Recife, onde Filippa dormia muitas vezes; possuía ainda um irmão forro no bairro do Cordeiro, onde também costumava dormir. Além destas relações, o seu dono diz que Filippa pedia roupa para lavar de ganho no Monteiro, mas ainda parecia andar pelo bairro do Recife, segundo ouviu falar. É impossível sabermos com precisão como essas informações chegavam aos ouvidos dos

¹⁰⁴ REIS, João José/SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 1ª reimpressão; pp. 71-2.

proprietários, mas surpreendente mesmo é que, apesar de tantas informações disponíveis, a procura de uma cativa pode durar meses sem sucesso, como nesse caso.

Em outro anúncio, para reforçar o primeiro, seu dono já sabe que Filippa “(...)consta ter sido acoitada em alguma casa onde presta serviços de cozinhar, por ser excelente cozinheira”, e reforça que ela “já foi vista em diferentes lugares nesta praça”. Neste segundo anúncio, surge o nome de Romana, uma crioula forra que apreende nossa personagem às dez horas da noite do dia 26 de janeiro de 1849 e a entrega ao brigadeiro Aleixo, na suposição de que ele fosse seu dono; mas este já a tinha vendido há certo tempo, então Romana parece ter entrado em acordo com a foragida, “*aproveitando-se do serviço da mesma escrava*” em sua casa na Boa Vista (D. P., 26/02/1849). Filippa conhecia bem o espaço da cidade, e se beneficiava disso, como se percebe; do sobrado 52 da rua Aurora, a escrava partiu para locais certamente bem conhecidos por ela, fazendo uso de inúmeros expedientes inventivos: fez contatos com parentes e conhecidos, negociou sua liberdade com uma mulher forra, lavou roupas, cozinhou, pediu agasalho e local para dormir, percorreu diversos locais nem sempre próximos para uma caminhada a pé.

A explicação para Filippa ter se apropriado dessa complexa gramática de espaço deve estar na vantagem de ser crioula, e certamente nos seus muitos anos de experiência de cativo. Ao longo de mais de três décadas de escravidão, já sofrera muita coisa: castigos corporais, um filho escravo, senhores de todos os tipos. Comprada e vendida muitas vezes, Filippa caíra nas garras de um senhor que a chicoteou impiedosamente, e cada vergastada deixara as marcas que o seu senhor ainda teve coragem — quiçá o orgulho — de mencionar no jornal como sinal três meses depois, no dia vinte e seis de fevereiro. Os muitos senhores de Filippa devem tê-la empregado em diversos ofícios, alguns destes de *portas a fora*, embora o seu proprietário mais recente faça menção apenas a sua capacidade para lavar roupas, sem dizer que ela era lavadeira antes da fuga.

A análise da fuga de Filippa nos diz muito sobre a dimensão da própria cidade. Ruas e bairros distantes do centro da cidade, casas que serviam de esconderijo, os caminhos trilhados em nome da liberdade, ou de algo que se aproximasse desse vago conceito. A paisagem urbana do Recife, enquanto cidade-esconderijo para essas mulheres¹⁰⁵, é o cenário

¹⁰⁵ Para o conceito de cidade-esconderijo, Cf. CHALHOU, Sidney. Op. Cit., p. 212 e ss. E ainda SILVA, Wellington Barbosa da. “**A cidade que escraviza é a mesma que liberta...**” **Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1996, UFPE.

onde é possível tecer relações sociais em pelo menos dois planos. Há relações que podem ser descritas como clientelísticas ou verticais, na medida em que são estabelecidas com ex-senhores, ou com outros indivíduos hierarquicamente superiores; e há ainda um tipo de relação que designamos de *redes horizontais de ajuda mútua*, tecidas entre parentes, vizinhos, conhecidos e amigos do mesmo grupo social. Essas são táticas cotidianas comuns de sobrevivência entre cativos, forros e livres pobres no meio urbano recifense.¹⁰⁶

Mesmo algumas escravas descritas como boçais por seus donos, conseguiam aprender a viver no meio urbano, e gradativamente apreendiam a dimensão espacial da cidade. Delfina, uma escrava da Costa “*muito boçal*”, teve sua fuga anunciada no dia 17 de agosto de 1849, três dias após o fato. Reincidente em suas fugas, foi dito que ela normalmente escapava “*para a cidade de Olinda e alli costuma vender Agoa em S. Thereza; porém talvez que ella desta vez fosse para outra parte: quem a pegar leve-a a Rua do Rangel, n. 36, que será gratificado.*” (D. P., 17/08/1849). Por alguma razão impossível de se saber, Delfina partia do Recife para o recolhimento feminino de Santa Thereza, em Olinda, e lá vendia água. Mas o local já era visado pelo seu senhor, e ele agora desconfiava que seu paradeiro não era mais o mesmo. Suas suspeitas foram confirmadas. Tendo apreendido a escrava, esta mal passou um mês em sua posse e novamente se evadira no dia 8 de outubro. Vejamos que o teor do anúncio agora é outro, apesar de seu senhor ainda considerá-la “*bastante bucal*”. Em suas palavras: “*he bastante buçal (sic.); costuma fugir para a cidade de Olinda e vender Agoa em S. Thereza, e também foge para a Casa-Forte, Passagem-da-Madalena e Afogados (...).*” (D. P., 10/10/1849).

Ao apreender Delfina, o seu dono provavelmente ficou sabendo de sua incursão pelos subúrbios da cidade, e agora com essa nova fuga, ele fora impelido a aumentar a lista dos locais possíveis onde sua escrava seria encontrada. É bem provável que Delfina não fosse mais tão boçal assim, e se o fora, em breve deixaria de sê-lo.

De um modo simplificado, podemos dizer que as mulheres escravas que trabalhavam pelas ruas e arrabaldes da cidade tinham a dupla vantagem de conhecer lugares e pessoas.

¹⁰⁶ Para o conceito de redes horizontais de ajuda mútua, Cf. JELIN, Elizabeth. **Las Familias en América Latina**. In ISIS INTERNACIONAL, 1994, EDICIONES DE LAS MUJERES N.º 20. “(...) esta inserción en redes horizontales de ayuda mutua funciona en la cotidianidad y como sistema de seguridad social informal al que se acude en situaciones de emergencia: enfermedades y muertes, pérdida de trabajo, crisis de vivienda, protección frente a la violencia, etc.” p. 82.

Em um passeio pelos arrabaldes do Recife, seguindo pelas margens do rio Capibaribe, o inglês Koster assim relata:

*Ao lado da estrada, neste ponto, estão várias negras vendendo laranjas e outras frutas e bolos aos canoeiros, com seus compridos varapaus que, incapazes de perder tempo, compram e vendem provisões. Era a primeira vez que deixava a cidade e fiquei verdadeiramente agradado desse aspecto do país, do qual me tornara habitante.*¹⁰⁷

Se em outra ocasião mencionada anteriormente, Koster demonstra certa irritação com a presença de vendeiras gritando pelas janelas da residência onde ficou instalado, caminhando pelos arrabaldes, seguindo as margens do rio, a sua reação é outra. A cena como um todo parece agradar ao viajante de tal modo que chega a se dizer habitante do país. Entretanto, o que interessa mesmo é notarmos que as vendeiras não se situavam apenas nas praças, largos e ruas dos três principais bairros da cidade. Koster não deixou muito claro, mas é provável que nos portos de rio, em um tempo onde o transporte fluvial ainda era essencial à cidade, muitas vendeiras se situassem, buscando nos canoeiros ou nas pessoas que estes transportavam, eventuais clientes para seus gêneros. Evaldo Cabral de Mello aponta a existência de inúmeros desses portos que mais adiante serão substituídos pelas passagens, com o declínio do transporte fluvial.¹⁰⁸ Dessas conversas, e também de namoros, é que saíam inventivos planos de fuga.

É preciso não esquecer ainda que o contato de mulheres escravas com canoeiros era uma combinação perigosa para a escravidão urbana. Algumas canoas para transporte de pessoas possuíam cabinas que resguardavam a privacidade e o anonimato daquele/a que as ocupasse. As escravas que conhecessem canoeiros tinham assim uma oportunidade de fugirem escondidas nas canoas. Em 1845, um proprietário de escravos que anunciara no Diário de Pernambuco a fuga de um escravo pescador, aproveitou a ocasião para alertar “*aos proprietários de canoas que não permitissem nos camarotes a presença de "pretos fugidos, ou pretas, pois já se tirou de uma canoa uma preta da mesma casa"*.”¹⁰⁹

¹⁰⁷ KOSTER, Henry. Op. cit., p. 38.

¹⁰⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife*. Op. Cit., p. 81.

¹⁰⁹ Para as canoas, ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife*. Op. cit., p. 78. Para o nexos entre canoas e cativos/as fugidos/as, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., p. 32.

Voltamos mais uma vez à gravura “*Venda em Recife*”, de Rugendas (ver Figura 3). Uma negra, equilibrando um cesto com inúmeras frutas, e usando uma roupa que deixava aparecer parte dos seios, conversa com um negro que porta um grande varapau, instrumento característico dos canoieiros, que necessitavam de varas para conduzirem as canoas nas partes mais rasas dos rios do Recife.¹¹⁰ Eram dessas conversas e namoros que muitos planos de fuga inventivos e audaciosos saíam. Locais como vendas e tabernas pertencem ao número de espaços onde a convivência dos pobres urbanos se tornava possível, geralmente pessoas de cor que faziam compras, embriagavam-se, encontravam amigos e amásios. Muitas criadas que compravam na rua poderiam se demorar por certo tempo na venda, marcar encontros furtivos, e então retornar aos lares de suas patroas ou senhoras. É claro que fugir do mundo da casa para o da rua implicava certos riscos, e a denúncia de um vizinho ou parente da família para o qual a criada trabalhava poderia significar castigo certo.¹¹¹

No imaginário dominante entre a elite e membros de uma classe média urbana com foros de requintada, a ‘*venda*’ estava associada a tudo o que havia de mais ignóbil e perigoso: lugar de vícios e de desordem, freqüentado por pessoas de baixa condição moral, independentemente de sexo, uma vez que muitas mulheres são descritas mesmo como “dadas a bebedeiras”. A literatura da época, mesmo de escritores abolicionistas, cria quadros terríveis da ‘*venda*’, quase sempre associada à escravidão e à imagem da *venda-inferno*:

a venda é horrível; é o recinto da assembléia selvagem dos escravos, onde se eleva a tribuna malvada da lascívia feroz, da difamação nojenta e do crime sem suscetibilidade de remorso (...).

*Se quiserdes suprimir a venda-inferno, haveis de suprimir primeiro a escravidão-demônio.*¹¹²

Mas a embriaguês era um fenômeno bastante difundido. Uma vendeira de água, com seus 40 a 50 anos, descrita como bastante faladeira e muito conhecida em razão de seu

¹¹⁰ O viajante Kidder notara que as canoas eram impulsionadas “*quase que exclusivamente com o auxílio de varejões*”. KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil. (PROVÍNCIAS DO NORTE)**. Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 96.

¹¹¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 67.

¹¹² MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão**. 3.^a ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Scipione, 1991, p. 12. Publicado em 1869, o livro reúne três contos, todos destinados a impetrar nos senhores o medo da escravidão e a necessidade de extingui-la. Mas, ao fazer isso em nome da civilização, Macedo põe a nu todo o seu preconceito, demoniza e animaliza escravos e escravas. Apesar de reiteradas vezes afirmar que o mal está na escravidão e não no escravo, o autor cria imagens por demais sórdidas dos negros e negras para que se pense diferente.

ofício, vendia há muito tempo pelos bairros de S. José e S. Antônio. Segundo seu senhor, ela “*quasi sempre anda bêbada, cuja bebedeira lhe dá para fallar muito (...). Adverte-se que ha toda a certeza que ella anda mesmo dentro dessa cidade, ou pelos subúrbios della.*” (D. P., 08/06/1849).

Joaquim Manuel de Macedo reconhece mesmo que, sem a venda, “*os suicídios dos escravos espantariam pelas suas proporções*”.¹¹³ Muitos homens e mulheres aliviavam-se da tensão da escravidão na sociabilidade da venda; ali, além da bebida que anesthesiava uma vida de dissabores, havia a possibilidade de reafirmar laços de solidariedade e identidade, e desse modo encontrar apoio em caso de necessidade. Uma africana livre que em 1843 apelou à Justiça pela sua liberdade, devido ser uma africana trasladada para o Brasil após 1831 (portanto, quando o tráfico já era ilegal), tinha entre suas testemunhas dois portugueses taverneiros que moravam na mesma rua onde ela estava alugada. A proprietária dos serviços da africana, citando esse laço de vizinhança, a condição de taverneiros e naturais de Portugal, procurou nitidamente desqualificar os depoimentos das testemunhas de sua quase escrava.¹¹⁴

Ao mesmo tempo em que muitas cativas conheciam pessoas, os recônditos da cidade e seus arrabaldes, onde compravam e vendiam de tudo ou lavavam roupas, outras escravas sofrem a reclusão que recaía sobre suas senhoras. Os anúncios de fuga de escravos evidenciam situações de cativas que parecem ter sido apenas seduzidas ou furtadas; e isso supõem, quando a cativa é do tipo de Rosa, cujo dono “*desconfia que esteja recolhida em alguma casa*”, porque “*não conhece as ruas desta cidade*”. (D. P., 09/02/1849). Rosa tinha 50 anos. Situação esta bem distinta do caso da escrava Fillipa citado anteriormente. Isso ocorre, sobretudo, quando as escravas foram trazidas há pouco tempo através do tráfico inter-provincial ou atlântico. Algumas escravas descritas como *recolhidas*, postas à venda, têm essa ‘*qualificação*’ associada diretamente ao ofício de serem mucamas. Para uma mucama, ser ‘recolhida’ era um requisito fundamental do ponto de vista senhorial.¹¹⁵ Mas o universo espacial de algumas cativas era sem dúvida bem mais amplo do que os cômodos da

¹¹³ Idem, *ibidem*.

¹¹⁴ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Tribunal da Relação. Apelação Crime do Juízo de Direito do Crime da 1.^a Vara desta cidade, 1843-1844. Apelante: Cândida Maria da Conceição; Apelada: D. Anna Nobre Ferreira. Para um estudo mais aprofundado da ação movida pela africana, ver a Parte II, cap. 3 desse trabalho.

¹¹⁵ No D. P., dia 02/01/1845. “Vende-se (...) uma mulatinha de 18 annos, engomma e he optima para mucama por ser recolhida (...).”

casa, notadamente quando exerciam ao mesmo tempo ofícios de ‘*portas a dentro*’ e de ‘*portas a fora*’. Alguns anunciantes na imprensa pernambucana desejavam alugar ‘*pretas*’ que soubessem engomar, cozinhar e ainda comprar na rua.¹¹⁶

A fuga de escravas que normalmente trabalhavam pelas ruas como vendeiras de ganho é facilitada pela condição do seu ofício. E uma vez fugidas, o lucro do seu trabalho não teria que ser dividido com o seu senhor. Cecília Moreira, estudando as ganhadeiras de Salvador, vê que as libertas, embora desempenhando as mesmas funções das cativas, têm a vantagem de não dividirem com ninguém os produtos da venda.¹¹⁷ Essas mulheres caminhantes tencionavam continuar vendendo, pois, não raro, conduziam consigo o tabuleiro, apesar de este ser uma marca que as identificava como fugitivas.

A importância da rua para o ir e vir dessas mulheres é inquestionável. Em um tempo no qual a rua estava associada a elementos pejorativos, essas mulheres não se envergonhavam em se expor, mesmo porque, não tinham mesmo opção. Na sua linguagem poética, Mário Sette descreve o que se entendia por rua na época: “*Rua tinha saibo de cousa proibida e de má fama. Moleque de rua... Povo da rua... Mulher de rua... Bôlo de rua... Namoro de porta de rua...*”¹¹⁸

Mas é o próprio Mário Sette, mais adiante, a notar a presença de vendeiras de bolos e tapiocas em plena via pública, por onde os que passavam iam formando grupos ao redor delas. No século XIX, as principais cidades escravistas litorâneas eram marcadas pela presença de cativas e cativos, negras e negros não-escravos realizando os mais diversos ofícios. Estavam lado a lado com as “modernidades” que o meio urbano experimentava, oferecendo às cidades brasileiras um cenário de convivência entre uma instituição tradicional – como a escravidão – e os avanços resultantes de uma ética do “progresso”. E essa convivência comumente era marcada pelo conflito e tensão.

As normas de controle social que a cidade imprime à organização e disciplinarização de seu espaço físico, muitas vezes são incompatíveis com a maior autonomia requerida pelo mercado informal desempenhado por escravas, forras e pobres livres. Já em 1818, no

¹¹⁶ Para escravas que exerciam múltiplos ofícios, Cf. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 283-284.

¹¹⁷ SOARES, Cecília Moreira. AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX, pp. 57-71, In **AFRO-ÁSIA**, Nº 17, Centro de Estudos Afro-Orientais – Bahia, Salvador: EUFBA, 1996, p. 58-59.

¹¹⁸ SETTE, Mário. Op. Cit., p. 8 e p. 19.

governo do capitão general Luís do Rego Barreto, aumentava a pressão sobre o fluxo de vendeiros e vendeiras pelas ruas da cidade. A Câmara decidira então

*que os vendedores de diversas mercadorias, tanto brancos, como mulatos, negros ou negras de Quitandas só possam estabelecer suas vendas, no Bairro da Boa Vista, no Largo, ou Praça da Matriz, no Bairro de Santo Antonio nos Largos, ou Praças da Penha, do Carmo, e do Hospital, no Bairro do Recife, junto ao Cais da Lingueta, sendo absolutamente vedado e proibido aos referidos vivandeiros, e Quitadeiras, venderem em diferentes lugares, e pelo meio das ruas, afim de ficar assim evitado os incômodos que de semelhante abuso faziam aos usos públicos, e os que transgredirem a esta determinação serão condenados em mil réis, pagos da cadeia, ficando ao cuidado dos juizes almotacéis a observância disto.*¹¹⁹

Pela determinação da Câmara, apenas os espaços amplos de cada bairro deveriam ser ocupados por vendeiros e vendeiras. Eram eles a Praça da Matriz, na Boa Vista; os pátios da Penha, Carmo e Hospital, em Santo Antônio; e o cais da Lingüeta, no bairro do Recife. É muito provável que essas determinações de 1818 não tenham sido cumpridas como se esperava. Ruas, pontes, becos e outros largos não foram abandonados pelas vendeiras. Isso fica demonstrado pelos inúmeros exemplos que a documentação fornece. Além disso, essa determinação da Câmara se restringia apenas aos três bairros principais, e nem mesmo nestes se pode assegurar o cumprimento do estabelecido.

Vejam os que segue. Em 1849, as posturas municipais da Câmara proíbem a “*permanência de pretas quitadeiras em certos pontos da cidade, como por exemplo na calçada da Matriz da Boa Vista, onde faziam derriços com os negros...*”.¹²⁰ Como vimos, em 1818, por determinação de Rego Barreto, a praça da Matriz da Boa Vista (atual Praça Maciel Pinheiro) era um ponto permitido para o comércio das quitadeiras. É provável que, seguindo uma gramática de espaço peculiar, as quitadeiras tenham se aproximado cada vez mais da Igreja, causando escândalo aos olhos das autoridades, que desejavam isolar o espaço sagrado do espaço de trabalho (profano, por sua própria natureza). O Recife vive esta situação dúplice de progresso e proibição, situação que vai atingir as mulheres em suas atividades urbanas. A fiscalização apertava, tentando retirar de certos espaços da cidade

¹¹⁹ Resoluções da Câmara Municipal do Recife (1818). CM, vol. 1 (1814-1818), sem paginação. APEJE.

¹²⁰ SETTE, Mário. Op. Cit., p. 47.

sobretudo as mulheres negras, sob a desculpa, nesse caso, de que ficavam de namoro – “*derriços*” – com os negros em frente à Igreja. Essas tentativas nem sempre eram fáceis, segundo Mário Sette, e encontravam resistência, pois o fiscal de Santo Antônio “*queixava-se à Câmara Municipal de não lhe ter sido possível "desavesar as pretas quitandeiras da rua do Rosário Largo*”.¹²¹

As negras, habituadas a utilizar aquele espaço, insistiam em permanecer no ponto agora proibido, e era necessário tirar delas o antigo costume – o “*vezo*”. Cecília Moreira, para Salvador, também mostra que, no século XIX, as leis não proibem “*a participação das negras no varejo, mas continuariam a tentar um controle seguro. Constantemente as negras defrontavam-se com as autoridades municipais (...)*”.¹²² Costumes antigos ainda renitentes dificultavam o controle.¹²³

Mesmo após as posturas de 1849, as pretas quitandeiras esboçam sua resistência. Uma litografia de L. Schlappriz, da década de 1860, mostra que as quitandeiras continuavam na praça da Boa Vista, se não à frente da Igreja, pelo menos próximas ao chafariz que havia sido instalado na praça em 1846.¹²⁴ Inúmeras gravuras do mesmo autor retratam a presença de vendeiras em outros locais da cidade: os pátios do Carmo e da Penha, o Largo do Palácio, a Igreja de São Gonçalo, a frente da Bolsa de Pernambuco, entre outros. Isso sem falar nas ruas. Quase sempre onde está representado um chafariz, há negras aguadeiras com baldes à cabeça, além de inúmeras vendeiras. Os chafarizes, localizados normalmente nos centros de praças movimentadas, eram pontos de encontro de destituídos, e eram em seus arredores que se instalavam grupos de vendeiras.¹²⁵ Uma aguadeira que fosse “*amiga de adjuntos*”, no dizer da documentação, provavelmente teria no chafariz uma ocasião propícia a exercer suas artimanhas no contato com tantos outros desfavorecidos.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² SOARES, Cecília Moreira. *Op. Cit.*, p. 65.

¹²³ As autoridades recifenses do século XIX agiam como os puritanos da Inglaterra do século XVIII, que tentavam também separar o religioso do secular, impedindo que dançarinos e tendas de vendedores (provavelmente mulheres incluídas) de permanecerem dentro ou no pátio das Igrejas. Cf. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 53. Para as quitandeiras da praça da Boa Vista e da rua do Rosário Largo, talvez os costumes arraigados (vínculos com pessoas que ali freqüentavam, amizades, anos de permanência no lugar) representassem parte essencial de suas identidades.

¹²⁴ Ver o álbum de Luís Schlappriz **Memória de Pernambuco. Álbum para os Amigos das Artes - 1863**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. Particularmente as litografias 10 (ver Figura 7), 11 (ver Figura 5) e 12 (ver Figura 6).

¹²⁵ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. *Op. Cit.*, p. 30.

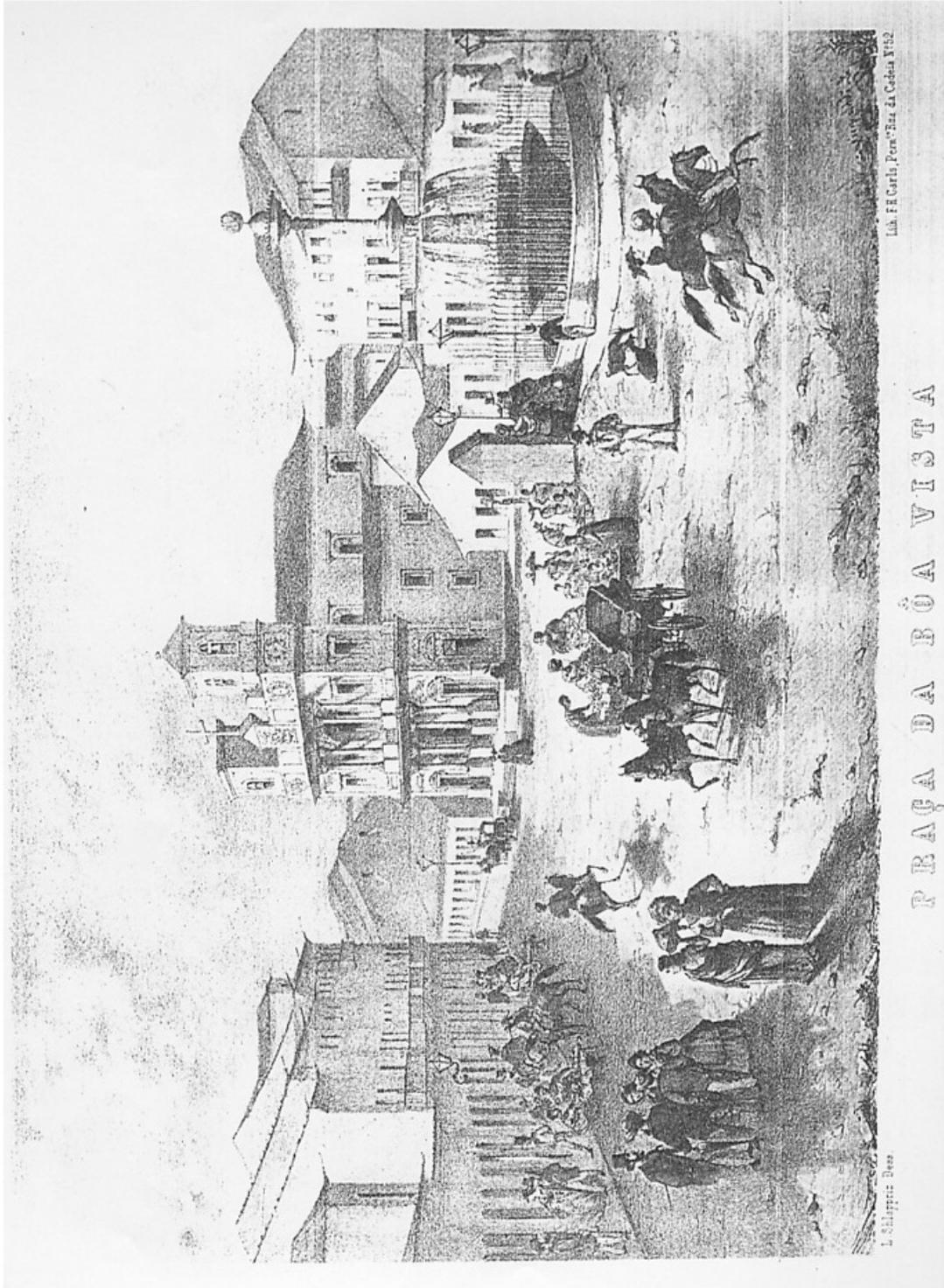


Figura 5 – Praça da Boa Vista. Litografia de Luis Schlappriz apud FERREZ, Gilberto. **O Álbum Luis Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981. Litografia número 11.

Mas além das presenças, podem-se notar as ausências. Em 1840, mais de vinte anos após a determinação de 1818, que restringia a presença das vendeiras a apenas alguns locais, Kidder assim descreve o arco de Nossa Senhora da Conceição, na Ponte do Recife: “*A passagem inferior é estreita, mesmo para um único veículo; mesmo assim, é tomada, durante o dia, por numerosas quitadeiras com seus tabuleiros, e, à noite, por vagabundos que ali vão dormir.*”¹²⁶

Isso mostra que a determinação de 1818 virara letra morta, pois os arcos que davam passagem pelas pontes não foram designados como pontos permitidos para o comércio ambulante. Mas por volta de 1865, uma litografia de Schlappriz nos apresenta uma ponte com poucos passantes, onde se salienta apenas o aspecto arquitetônico imponente produzido pelo uso do ferro e as luminárias instaladas em cada pilastra. Substituíam-se a velha ponte de madeira, construída na época da presença holandesa em Pernambuco. Na imagem não aparecem os arcos, embora ainda existissem, mas é difícil supor que quitadeiras (e numerosas) estivessem sentadas sob eles, como a preta crioula Maria, escrava fugida que, exatamente no mesmo local e época em que Kidder aponta o hábito, “*tinha costume de vender pão de lot, e sentar-se ao pé do arco da Conceição (...)*”. (D. P., 06/07/1840). A observação do viajante, portanto, não era invenção. Havia mesmo, pelos menos até 1840, vendeiras na ponte do Recife. As pontes foram locais escolhidos pelas vendeiras para se instalarem. Em 1845, outra escrava Maria, que havia fugido do tenente João Pacheco Alves, foi descrita como uma preta “*muito conhecida por ter de costume muito antigo vender pão-de-ló junto a ponte da Boa-Vista*” (D. P., 07/03/1845). Práticas costumeiras e tradicionais compõem um quadro bem real do comportamento das vendeiras de qualquer condição jurídica. Essas práticas normalmente envolviam percepções e escolhas de lugares, bem como experiências comunitárias forjadas na faina cotidiana.

Antes mesmo de 1849, como vimos, o poder público já visava situar o comércio ambulante em determinados pontos da cidade. Em 1818, confiante na execução de suas medidas, o governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, oficia dizendo: “*tenho feito com que esse povo se sujeitasse por uma ordem, a não parar com tabuleiros de fazendas e*

¹²⁶ KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Norte)**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, p. 78.

outras quitandas mais miúdas, se não em lugares determinados, o que se tinha tentado inutilmente por várias vezes.”¹²⁷

Se Luís do Rego permanecesse na província por muito mais tempo, perceberia as resistências, as infrações, e portanto a dificuldade em se fazer cumprir suas normas. A reiteração de regulamentos só vem demonstrar o difícil controle das ruas e espaços públicos pelas autoridades municipais. Em 1845, o vereador Cintra Manoel elabora um projeto de regulamento para policiar as praças, cais e mercados públicos do Recife, visando policiar e disciplinar os mercados denominados ‘da ribeira’, que estavam tendo suas reformas concluídas. O autor do projeto assim justifica a sua elaboração:

*Convindo dar um regulamento sobre a polícia dos mercados públicos, praças, e caes do municipio, a fim de obstar, quando fôr possível, o progresso do mais escandaloso desleixo, que se observa nos lugares destinados para venda de comestíveis, embarques, e recreio publico, e privar que continuem a ser a morada da mais torpe, e nojenta crapula, com particularidade o que vulgarmente entre nós ribeiras; patenteando-se aos olhos do público tudo quanto ha de atraso em nossa civilização (sic.), usos, e costumes, contribuindo indubitavelmente, e o mais possível, para que de dia em dia se deteriore a hygeine (sic.) publica. E tendo mostrado a experiencia de longos annos, que baldados são os esforços e diligencias dos fiscaes das freguezias, do que por reiteradas vezes tem sido a camara testemunha, colhendo apenas momentaneos fructos, do que ha ordenado em diversas occasiões, relativamente a semelhante objecto, logo esquecido, e desprezado, na ausencia do fiscal (...).*¹²⁸ (Grifo nosso).

Do mesmo modo que os fiscais não conseguiam fazer cumprir as determinações e regulamentações no que se refere aos locais e horários de despejos de dejetos e imundícies domésticas, eles também não eram capazes de policiar o comportamento diário das “*classes menos abastadas*” nos mercados e demais locais públicos, particularmente o grande número de pessoas que viviam da venda de gêneros de primeira necessidade, como víveres, verduras e pescados. A Comissão de Edificação da Câmara estava anunciando o fim de algumas

¹²⁷ COSTA, F. A. Op. Cit., vol. 8, p. 13. Apud BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. Cidade Moderna X Trabalho Urbano: a questão do comércio ambulante no Recife nos séculos XIX e XX. In **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 10, n. 1. Recife: FUNDAJ, 1994. Grifos da autora.

¹²⁸ Consultar o D. P., dia 02/06/1845, ANO XXI, N. 119.

reformas que haviam sido feitas nos mercados denominados da ribeira, e portanto entendeu ser conveniente “*dar um regulamento apropriado, a fim de que sua conservação seja duradôra, e restitua-se o desejado asseio, policia, e regularidade de costumes nas classes menos abastadas da sociedade, e que vivem do commercio de viveres, verduras, e pescados.*”¹²⁹

As normatizações não incluíam apenas os espaços, mas também os horários em que devia funcionar o comércio. Tal projeto seria executado por um fiscal parcial (um para cada mercado), e um guarda municipal para cada freguesia; disciplinava a venda de víveres, os horários e os locais onde as quitadeiras deveriam armar suas quitandas, a necessidade de licença prévia concedida pela Câmara para expor os gêneros à venda, e mais um conjunto de regras para livres e escravos/as indiscriminadamente. Pelo artigo 7.º do regulamento, as vivandeiras teriam suas barracas armadas ao romper do dia, e após às quatro horas deviam desarmá-las, varrendo o local. Enquanto os peixeiros podiam ficar nos mercados até às nove horas da noite, tendo uma lanterna. O art. 4.º proibia “*Ter fogos, ainda mesmo em fornalhas volantes, em qualquer lugar das arcadas, passeios, adros e ruas*”, o que atingia diretamente aquelas mulheres que preparavam e vendiam comidas prontas.

Os artigos do projeto de regulamento deixam transparecer que havia uma certa divisão sexual no que se refere ao tipo de produto vendido e aos horários estabelecidos. O peixe, no Recife, parece ser um gênero vendido mais pelos homens, talvez os próprios pescadores; o comércio de frutas, fazendas, miudezas e outras mercadorias ficava a cargo das mulheres.¹³⁰ Os horários visavam impedir que as mulheres vendessem após as quatro horas da tarde, quando deviam estar recolhidas a suas casas. A mulher que vendesse à noite seria inevitavelmente confundida com o mundo da prostituição. Tanto no Rio de Janeiro, quanto no Recife, o comércio era uma atividade diurna. Essa determinação que estendia até às nove horas da noite a venda de peixes para os homens configura certamente uma exceção. Às

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Em Salvador e São Paulo, a situação parece ser outra. Em 1848, James Wetherell faz menção a “*ganhadeiras peixeiras*”, segundo mostra Cecília Moreira Soares; Cf. *As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. P. 62, Op. Cit.. Em São Paulo, no século XIX, quitadeiras vendiam peixes frescos. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no Século XIX – Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 177. No Rio de Janeiro, entretanto, como ocorre no Recife, o comércio de peixe e carne era monopólio masculino, enquanto apenas o peixe frito poderia ser vendido por mulheres. No Recife, encontramos através das fugas de escravas vendeiras um único caso de vendeira de peixe. Pode ser até que fosse peixe frito, mas o anunciante não foi preciso em sua descrição. Cf. KARASCH, Mary C. Op.Cit., pp. 285-86.

mulheres, a rua é oficialmente vedada após o fim da tarde. Para Sandra Graham, na Corte: “À noite, porém, a vida na rua cessava oficialmente, e esperava-se que as pessoas estivessem em casa.”¹³¹

Porém, apesar da determinação oficial, havia casos de vendeiras de tabuleiro que vendiam à noite. No *Diário de Pernambuco*, em 1840, alguém se mostrava particularmente incomodado com um preto e uma preta que vendiam em tabuleiros, até às nove da noite, no beco Largo do Recife, porque, segundo dizia, “fazem insultos a visinhança, e as famílias que transitão por aquella rua, com palavras obscenas [...]”; e terminava por clamar às autoridades que botassem os tabuleiros do beco para fora “a fim de evitar o barulho que todos os dias fazem.”¹³²

A construção de espaços fixos para feiras que antes eram livres, a cobrança de licença para vender, e mais uma série de sanções são os meios que as autoridades encontraram para ‘civilizar’ a cidade e os grupos pobres. Pensava-se a rua como o lugar da desordem, do caos; e as pessoas pobres e de cor que a freqüentavam não raro eram vistos como desordeiros em potencial. O símbolo desse esforço civilizatório no Recife é o mercado de São José, erguido em 1875 onde antes era o mercado de verduras do pátio da Penha.¹³³ Perceber quais as implicações da instalação desse mercado na vida de quitandeiras e boceteiras é um aspecto ainda inexplorado nesse trabalho. É provável que o processo de remodelação da cidade tenha afastado para a periferia os grupos de quitandeiras e boceteiras que não puderam se fixar no mercado.¹³⁴ Selma Pantoja, para Luanda, em Angola, sugere esse tipo de influência ocasionada pela nova lógica de ocupação dos espaços que se dá na virada do século XIX para o XX.¹³⁵

O mercado da ribeira, situado no Bairro de São José (parte sul da ilha de Santo Antonio), mereceu uma litografia do artista suíço Schlappriz. A descrição do mercado composta por Flávio Guerra, aparentemente reproduz a imagem do artista, pelo cenário que descreve:

¹³¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 30.

¹³² D. P., dia 14/04/1840. Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. Op. Cit., p. 20.

¹³³ Ver litografia 12 de Schlappriz. Op. Cit., aqui representada como Figura 6.

¹³⁴ Um afastamento que pode ter sido apenas temporário e parcial. Qualquer observador/a mais atencioso pode perceber o quanto o centro do Recife atual é apinhado de mulheres e homens com quitandas e inúmeras outras formas de comércio informal.

¹³⁵ PANTOJA, Selma. *A dimensão Atlântica das Quitandeiras*. In FURTADO, Junia Ferreira. (org.) **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, pp. 45-67.

Êste mercado (...) era, em linhas grosseiras, o atual mercado de S. José, existente defronte da Igreja (Basilica) de hoje. Ao tempo era, como se admite, cheio de balcões

*grosseiros, com mulherio e homens acordados pelo pátio, vendendo verduras ou frutas. Viam-se cavalos e animais soltos estropeando, enlameando; peixeiros desovando ou entornando vísceras de peixes por ali afora; um grande chafariz ao centro da praça, a enlamear ainda mais o chão grosseiro, e onde os negros iam com seus baldes ou grandes vazilhames buscar água para os seus **senhores**; vendedoras de doces e afelôs, mascates, ambulantes, almocreves descarregando seus cavalos; fressureiros, vendedores de passarinhos, etc., tudo invadindo os oitões e as calçadas da Igreja e do Convento.¹³⁶*

¹³⁶ GUERRA, Flávio. **Velhas Igrejas**. Op. Cit., pp. 58-59.

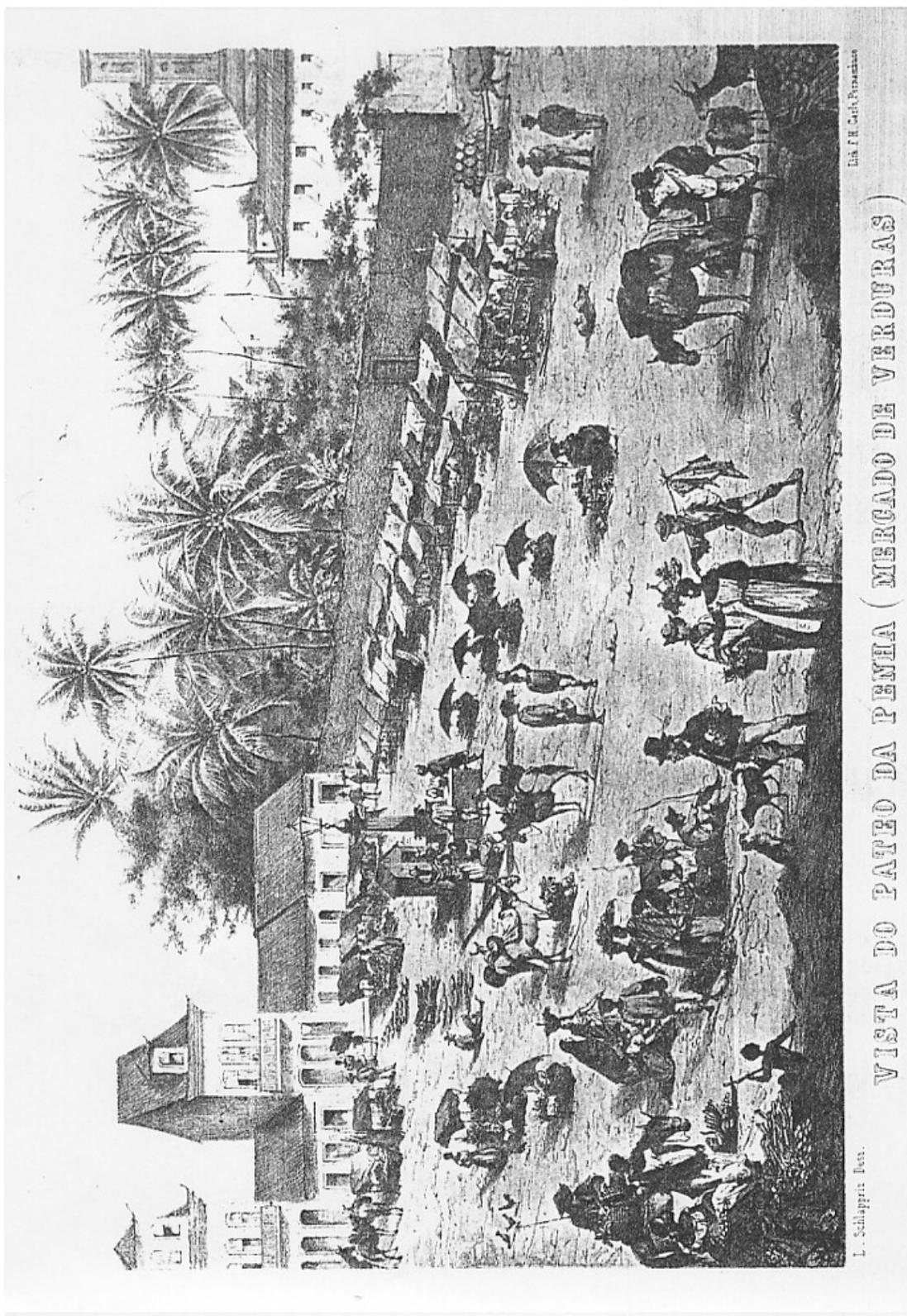


Figura 6 - Vista do Pátio da Penha (Mercado de Verduras) - Litografia de Luis Schlappriz apud FERREZ, Gilberto. O Álbum Luis Schlappriz: Memória de Pernambuco. Album para os amigos das Artes - 1863. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981. Litografia número 12.

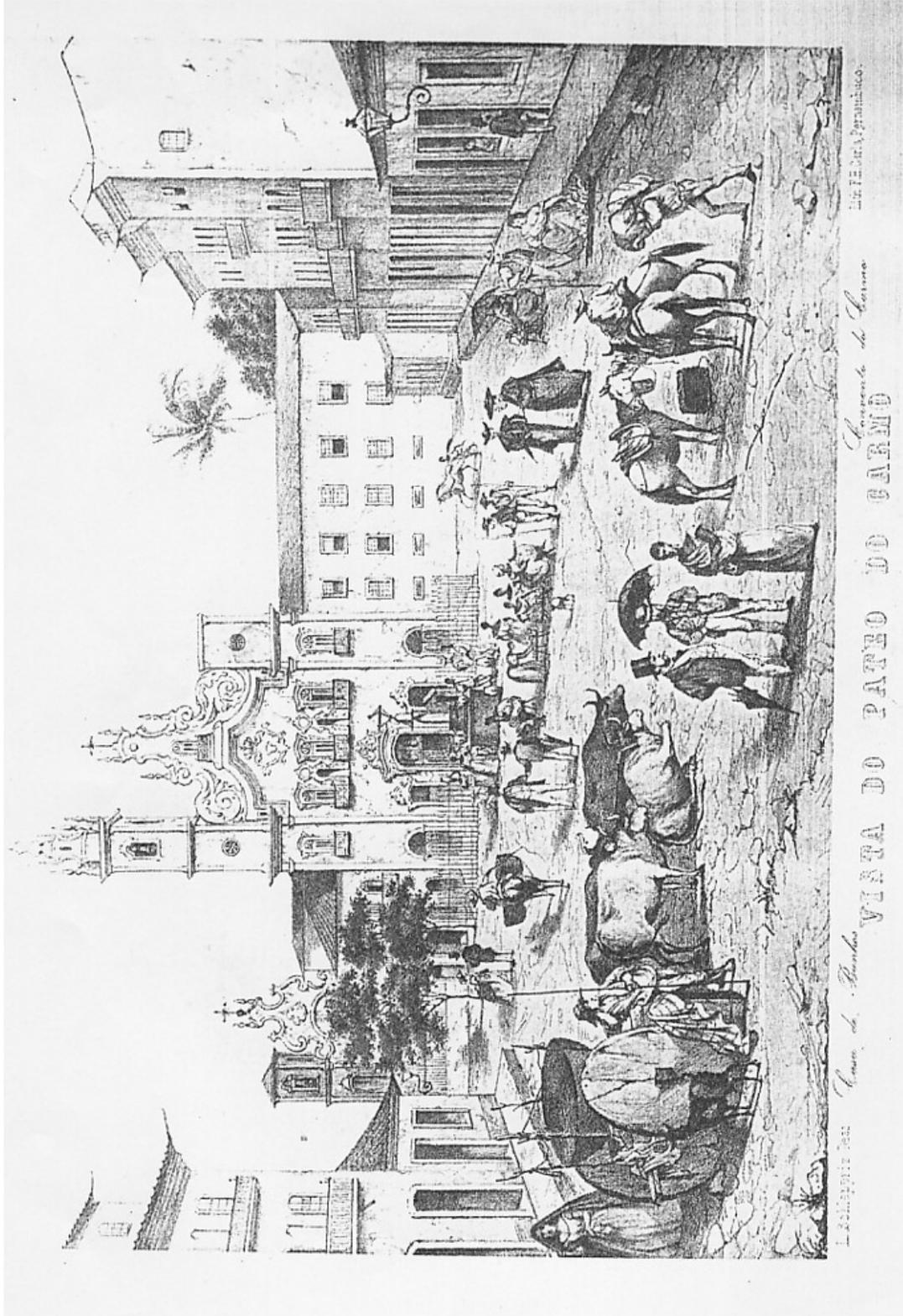


Figura 7 – Vista do Pátio do Carmo/Casa de Banhos – Convento do Carmo. Litografia de Luis Schlappritz apud FERREZ, Gilberto. O Álbum Luis Schappritz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes – 1863. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981. Litografia número 10.

A litografia de Schlappriz, produzida por volta de uma década antes de ser construído o Mercado de São José, mostra a invasão de barracas pelo entorno do Convento da Penha, e um chafariz onde alguns negros e negras pegam água, cavalos, cestos e tabuleiros; o artista captou ainda o movimento: as mulheres e homens falam entre si, apontam para locais. Nessa aparente desordem, há algo que merece registro: as barracas, forradas por algum tipo de lona ou tecido, eram situadas em fileiras, aos pares, ao redor do pátio, deixando no centro o chafariz com seu fluxo peculiar. Animais de carga como os cavalos, e as aves vendidas na localidade certamente eram razões para a maior sujeira do local que, pela litografia, tinha um calçamento bastante irregular (ver Figura 6).

Além das vendeiras, também as lavadeiras dispunham de certa mobilidade espacial. Os arrabaldes recifenses eram os pontos mais comuns onde se situavam as lavadeiras. Os sítios próximos à cidade que possuíssem lagoas ou poços congregavam muitas delas, que tanto lavavam roupa de ganho como exclusivamente para seus senhores, caso fossem cativas. Em 1849, uma escrava lavava roupa em uma dessas lagoas quando uma confusão com outras lavadeiras ocasionou sua fuga (D. P., 31/10/1849). Mas a povoação do Beberibe era mesmo o principal ponto de lavagem de roupas. Uma escrava que fugira no mesmo ano era “*muito conhecida nas estradas que vão para Beberibe, por ser lavadeira*” (D. P., 20/12/1849). No começo do XIX, a região do Poço da Panela chegava mesmo a possuir uma fileira de “*casebres de lavadeiras*”, segundo o inglês Koster: “*O Poço da Panela possui uma Capela, construída por subscrição, uma fila de casas alinhadas paralelamente ao rio, tendo muitos casebres de lavadeiras em frente, e outras residências esparsas em todas as direções (...).*”¹³⁷

As lavadeiras, tal como as vendeiras, circulavam mais facilmente pelas ruas, ao saírem dos bairros centrais para os arrabaldes, e retornarem com a roupa limpa. Pereira da Costa registra até a existência de um antigo Porto das Lavadeiras, já em 1711, por onde se passava antes de se chegar ao Varadouro, subindo pelo rio Beberibe. Mas a sua localização precisa parece envolta em névoa, pois Pereira da Costa e Evaldo Cabral de Mello, que o mencionaram, não dizem muito mais a respeito.¹³⁸

¹³⁷ KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 39.

¹³⁸ COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 2.^a ed., Vol. 5. Recife: FUNDARPE, 1983, p. 219. MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana*. In Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. L, Recife: 1978, p. 83.

Também se lavava roupa no açude do Monteiro, o que prejudicava a qualidade da água que durante muito tempo abasteceu o Recife. Em 1830, a sujeira da água e sua relação com as lavadeiras eram notórias:

Tampouco a água do Monteiro, mesmo depois da comercialização promovida por Lobo Brandão, tinha a pureza que se queria inculcar. É certo que as bicas eram limpas e a levada, embora servisse também à moenda do engenho Monteiro, fora "encanada por um cano de pedra e cal que se acha no melhor estado de limpeza". À Sua beira, porém, via-se roupa estendida a secar ou em cestos à espera de lavagem. Quanto ao açude de Apipucos, donde o riacho procedia, suas margens estavam permanentemente "coalhadas de lavadeiras, fazendo barrela, cuja imundície se comunica ao cabocó e às bicas da dita levada", segundo constatara uma vistoria feita de ordem da Câmara do Recife (...). Ademais, as canoas d'água do Monteiro eram comumente utilizadas para o transporte de roupa suja e lavada.¹³⁹ (Grifo nosso).

O fluxo de lavadeiras, segundo Evaldo Cabral de Mello, parece estar associado ao dos canoeiros, que traziam água e roupa lavada em suas canoas, no ir e vir dos bairros centrais para os arrabaldes. Diferentemente do Rio de Janeiro, onde geralmente se lavava roupa nos chafarizes públicos, como o chafariz das Lavadeiras do campo de Santana, no Recife os açudes, poços e regiões ribeirinhas dos sítios e arrabaldes eram os locais mais comuns. Situações peculiares, entretanto, podem existir, como no caso em que a Câmara se queixa, no ano de 1860, da ausência de um sentinela que vigiasse o cais 22 de novembro (atual avenida Martins de Barros, no bairro do Recife) para evitar que nele se fizessem despejos e se lavassem roupas “*como já tem acontecido*”. Nem chafariz, nem rios, mas um cais. Esse caso, entretanto, parece ser aleatório, não sugerindo um uso freqüente de chafarizes ou cais por lavadeiras escravas ou contratadas. Pode-se supor que as pessoas que lavavam roupas em um cais ou chafariz fossem mendigos e mendigas, e não lavadeiras propriamente falando.¹⁴⁰

¹³⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana*. Op. Cit., p.89.

¹⁴⁰ CM 44, 1860, fl. 113-113v. Para o uso dos chafarizes públicos para lavagem de roupa no Rio de Janeiro, Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., pp. 51-54. Os anúncios de fugas de escravas que dispomos fornecem apenas um caso de lavadeira que costumeiramente lavava roupa em um chafariz, localizado nas imediações do Forte do Mattos (parte sul da península onde se situa o bairro do Recife). Ver D. P., dia 12/03/1867.

O espaço da rua para mulheres e homens pobres, escravos ou não, é ainda o espaço da suspeição generalizada, da tensão com as autoridades policiais e judiciais. Mulheres como Maria Themoteo e Izabel Maria da Conceição, ambas pardas, foram presas pelo Sub-Prefeito de Santo Antonio pela razão genérica de serem de “*péssima conduta*”¹⁴¹. Caminhar pela cidade em “*horas incompetentes*” foi o motivo da prisão da preta Inocência Maria do Rosário e da parda Francisca das Chagas.¹⁴² Algumas ofereciam algum motivo para a prisão, mas para o olhar das autoridades não era preciso tanto. A 1ª Patrulha das Cinco Pontas, no dia 16 de abril de 1840, prendeu a parda Maria da Conceição que, além de estar bastante ébria, apedrejava a quem passava, e ainda havia quebrado os pratos do tabuleiro de uma negra.¹⁴³ Mas não apenas autoridades suspeitavam de negros/as e mestiços/as. Comerciantes suspeitavam de negros e negras que adentravam seus estabelecimentos comerciais. Um dono de botica apreendeu um transelem de ouro a uma negra que se dizia forra, por achar que ele era roubado:

Na botica da rua dos Quarteis, de José Maria Gonçalves Ramos, acha-se um transelem de ouro, que em o dia 11 do corrente foi apreendido a uma preta, que se diz forra, e ter sido captiva do Sr. João de Carvalho Paes de Andrade; quem der os signaes certos do referido transelem, lhe será entregue. (D. P., 14/04/1845).

Estas ocorrências mostram um pouco do cotidiano da cidade do Recife, que não pode ser apreendido unicamente da perspectiva disciplinar, mas na relação entre disciplina e antidisciplina, entre estratégias e táticas. Trabalho, mendicância, lazer, medos, projetos, tensões compõem um quadro social bastante diversificado, onde variadas gramáticas de espaço tinham lugar.

2.2 Os micro-espços: a casa, os cômodos, os gestos

Compreendemos que o espaço mais amplo — a cidade — é composto por inúmeros micro-espços nos quais a vida é vivida. Tais micro-espços têm implicações sobre esses grupos de mulheres, norteiam suas ações e gestos, interferem e ajudam a conformar seu

¹⁴¹ Devemos a execução deste parágrafo à colaboração de Manoel Nunes Cavalcanti Junior (Mestre em História pela UFPE) por nos dispor uma documentação de sua pesquisa. D. P., dias 03/05/1839 e 18/04/1840, respectivamente.

¹⁴² D. P., dia 27/08/1838.

¹⁴³ D. P., dia 18/04/1840.

modo de vida, em um jogo de autonomia/reclusão, presença/ausência. Em suma, os espaços são carregados de significados. As categorias de *casa* e *rua* que utilizamos aqui são interpretadas segundo Sandra Lauderdale Graham as percebeu. Sugerimos, tal como a autora, que “*os significados convencionais podiam ser revertidos ou se tornar ambíguos: para os criados, a casa podia ser um local de injustiça, punição ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada como um local de maior liberdade.*”¹⁴⁴

Graham, dessa forma, parece corrigir certo determinismo impregnado nos códigos casa e rua de Roberto Damatta. Trazendo dados históricos, a autora capta significados outros atribuídos a esses espaços, o que sem dúvida faz repensar a proposta sociológica de Damatta. Para este, com muita frequência, a casa e a rua são interpretadas por oposição. A casa como o “*espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano”*”, e a rua como “*um espaço definido precisamente ao inverso.*”¹⁴⁵

Mas assim como a cidade apresenta seus micro-espaços, também os sobrados insinuam sua geografia. O sobrado onde o pastor Kidder se instalou no Recife, em 1840, possuía a cozinha no último andar. Vantagem: “*assim, o resto da casa fica livre, não só da fumaça do fogão, como do eflúvio das panelas.*” Desvantagem: “*está em que se torna necessário transportar para tão alto um sem número de cousas pesadas*”.¹⁴⁶ Mesmo a vantagem deve ser relativizada, pois se o resto da casa ficava livre da fumaça e do eflúvio das panelas, a própria cozinha devia ser bem quente, engordurante e esfumaçante para as cozinheiras.

Demonstrando profundas preocupações com a higienização da cidade, e apontando seus defeitos arquitetônicos e urbanísticos, o médico higienista Joaquim d'Aquino Fonseca afirma em 1855:

As cozinhas, construídas como são entre nós, expõem aqueles, que nelas passam grande parte do dia, a moléstias, quase todas são pequenas, escuras, não ventiladas e fumantes, de sorte que concorrem poderosamente para a mortalidade dos escravos, que de ordinário sucumbem à tísica pulmonar. Se as cozinhas são

¹⁴⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 16.

¹⁴⁵ DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 57.

¹⁴⁶ KIDDER, Daniel P. Op. Cit., pp. 74-75.

*situadas no centro das habitações, como se encontram em casas de algumas ruas, os males (...) ainda mais funestos são; porque, além do ar viciado que se respira, o fumo introduz-se também nos pulmões (...).*¹⁴⁷

De um lado, o médico generaliza o péssimo estado das cozinhas. De outro, refere-se àquelas ainda piores situadas no centro das habitações, e que pareciam concentrar ainda mais fumaça, certamente pela menor circulação do ar no interior da casa. É neste ambiente doentio e sujo que as cozinheiras trabalhavam. Em 1849 fugiu uma escrava de nação Caçange, mas bastante ladina, que “*sempre tem sido do serviço de cozinha e que por isso anda porca (...).*” (D. P., 06/12/1849). Seu senhor ou senhora faz uma alusão direta entre cozinha e sujeira. Ora, se o espaço externo da cidade do Recife nunca foi dos mais limpos no século XIX, também o interior das casas não era muito diferente. A insalubridade dos estreitos cômodos da casa, o ar pouco renovado e a falta de luminosidade, associados ao serviço desgastante da cozinha, eram as causas de muitas mortes por doenças pulmonares.

Uma outra dimensão intrigante da casa é que ela não aprisiona apenas as mulheres senhoriais. Havia mesmo cativas que eram descritas como reclusas por seus donos e donas, como se essa reclusão valorizasse a propriedade. Entre tantas outras, reclusa estava Luiza, em seus 19 anos, de nação Caçange, escrava fugida que “*não tem costume de andar na rua, porque tem sempre estado empregada no serviço de casa*”. Do mesmo modo, a escrava fugida Rosa é descrita como recolhida, e por isso “*não conhece as ruas dessa cidade*”. Escravas que provavelmente haviam sido compradas há pouco tempo, ao chegarem à cidade, desconheciam as ruas, como era o caso de outra escrava de nome Luiza, nação Congo, 14 anos, e que “*ainda não falla bem, e nunca sahio a rua, por isso se supõe furtada (...).*”¹⁴⁸ Algumas escravas ‘recolhidas’, postas à venda, têm essa ‘qualificação’ associada diretamente ao ofício de serem mucamas. Para uma mucama, ser recolhida era um requisito fundamental do ponto de vista senhorial.¹⁴⁹

Era dentro dos limites estreitos das alcovas, em grande medida, que as mucamas trabalhavam para o bem estar de suas sinhás. Esse contato permanente com seus superiores, pelas escravas mucamas, diz a historiografia, traz vantagens e desvantagens para essas

¹⁴⁷ Bases para um plano de edificação da cidade. D. P., dia 28/08/1855. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. Op. Cit., p. 811.

¹⁴⁸ D. P., dias 27/05/1845; e 09/02/1849, 02/06/1840.

¹⁴⁹ D. P., dia 02/01/1845. “Vende-se (...) uma mulatinha de 18 annos, engomma e he optima para mucama por ser recolhida (...).”

criadas. Por um lado, as criadas, livres ou escravas, não tinham independência, e eram vistas como pertencentes ao lar onde trabalhavam, e supostamente teriam a proteção do senhor ou patrão; mas por outro, os abusos, os trabalhos excessivos, a exploração sexual pelos homens da casa, o excessivo recolhimento que as dificultava forjar uma maior sociabilidade com companheiros e companheiras de ofício, cor e condição social similares, fazem perceber que essa “proteção” era instável e muitas vezes inexistente. A sociedade patriarcal não era assim tão acolhedora e agregadora. As hierarquias sexuais e raciais existiam a partir do próprio lar, em uma segmentação que se dá em vários níveis.

No *Diário de Pernambuco* de todo o ano de 1849, analisando sistematicamente todas as fugas de escravas que tiveram seus ofícios especificados, percebemos apenas uma única fuga de mucama.¹⁵⁰ Aqui opera para isso não apenas a maior proximidade do centro de poder, mas a própria rotina contínua de trabalho, as atenções prestadas a todo o tempo. Laços afetivos ou sexuais gerados com os membros da casa poderiam ser recompensados com a alforria ou melhor tratamento, em uma negociação onde a esperteza das mulheres poderia dar algum resultado. Mas não era um jogo fácil. Para as mulheres escravas ou não, que trabalhavam pelas ruas, a sensação de liberdade ao menos era maior, e certamente alguns locais específicos permitiam expressões mais naturais. As criadas, por sua vez, deviam ser discretas, suas expressões sóbrias, para não constranger uma visita importante, nem corromper as famílias, comportando um conjunto de gestos que as distinguiam das experiências da rua; a sua moral tinha de se coadunar com os princípios da casa, embora não se possa dizer que a moral da casa patriarcal fosse um modelo plenamente digno de ser imitado. As criadas também tinham muita dificuldade para viver relações amorosas, e quase

¹⁵⁰ No dia 03/01/1849, uma mucama foi corajosa o suficiente para fugir da casa de uma importante autoridade da província, o conservador e absolutista convicto Coronel Bento José Lamenha Lins, que chegou a ser Comandante das Armas durante o Primeiro Reinado: “Desapareceu da casa do coronel Bento José Lemenha Lins, na rua do Seve, na noite de 31 de dezembro (...) uma preta de nome Antonia do Rozario; levou vestido preto com pinturas brancas; tem 18 a 19 annos, de altura regular, dentes alvos, sadia, muito ladina; servio de mucama; (...) Quem della der noticia, ou levar a dita casa, será generosamente gratificado.” O Coronel Lamenha parece mesmo que não tinha muito controle sobre sua escravaria. No mesmo ano, no dia 28/07, ele anunciaria mais uma fuga de uma de suas escravas. Ver o D. P, nos dias assinalados. Para uma descrição da biografia e do itinerário político do Coronel Lamenha, Cf. ANDRADE, Manoel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada**. 4ª ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

sempre eram às escondidas e furtivamente que os encontros se davam.¹⁵¹ Atarefadas durante o dia, recolhidas à noite, essa era essencialmente a vida de algumas criadas. A literatura da época fornece ainda seu testemunho: “*A mucama muito atarefada de dia, raro da casa escapava para encontrar-se com Simeão em rápida entrevista, e trancada à noite sob o teto da família, não tinha o recurso da senzala ou do passeio noturno para receber o amante.*”¹⁵² Dormindo recolhida, a escrava mucama do conto de Macedo não tinha muitos meios para viver aventuras amorosas. Mas os escravos acabaram dando um jeito e, continua a história:

Aconteceu o que acontece mais vezes e em mais casas do que se presume.

*Simeão e a escrava mucama ajustaram-se: à meia-noite ela abria uma janela, e Simeão saltava para dentro da casa: depois, quando a desconfiança (...) tornou perigosa a entrada pela janela, o dinheiro, que não faltava a Simeão, abriu-lhe a porta da cozinha.*¹⁵³

O autor, preocupado com os perigos da escravidão para a vida doméstica dos senhores, alerta que esses encontros furtivos são demasiadamente corriqueiros. Se a janela estava ficando vigiada, o escravo pagou a cozinheira para que ela lhe facilitasse a aventura. Ficção e história parecem se encontrar. Sandra Graham escreve que no Rio de Janeiro, em 1859, uma ama-de-leite cativa escapava da vigilância de seu senhor, namorando um escravo do mesmo senhor que estava alugado em uma casa da vizinhança. E desse modo: “*Bonifácio vinha visitá-la todas as noites, esgueirando-se pelos quintais da vizinhança depois do toque de recolher e indo dormir com a amante na mesma cama que ela compartilhava com a criança de peito.*”¹⁵⁴

Entretanto, o universo espacial de algumas domésticas era bem mais amplo do que os cômodos da casa. Havia aquelas que exerciam ao mesmo tempo ofícios de *portas a dentro* e de *portas a fora*. Alguns anunciantes na imprensa pernambucana desejavam alugar ‘pretas’

¹⁵¹ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., particularmente os capítulos 1 e 2, e pp. 24 e 68. Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. cit., parte III, capítulos 10 e 11. Para maior aprofundamento do excelente trabalho de Sandra Graham, ver o cap. 6 dessa dissertação, dedicado às criadas.

¹⁵² MACEDO, Joaquim Manuel de. Op. Cit., p. 42. Macedo, preocupado com a família senhorial, irá produzir o que denomino de demonização da doméstica, particularmente a escrava. Esse argumento será melhor desenvolvido no capítulo 6, dedicado às criadas.

¹⁵³ Idem, pp. 42-43.

¹⁵⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 68.

que soubessem engomar, cozinhar e ainda comprar na rua.¹⁵⁵ Esse tipo de criada, que teria de se expor aos grosseiros lugares públicos, segundo Sandra Graham, eram usualmente as mais velhas, e portanto, mais traquejadas e sexualmente experientes, enquanto as mais novas serviam *portas a dentro* mesmo.¹⁵⁶

No interior dos lares, as domésticas podiam servir também como concubinas, o que aproximava o trabalho doméstico da prostituição.¹⁵⁷ Em 1840, Vauthier narra o momento em que dois técnicos franceses se instalam no Recife. Ao procurarem caseiras, entram em acordo com uma família, e com o consentimento dos pais arrumam duas mulheres brancas, que tanto cuidariam da casa como seriam suas amantes.¹⁵⁸ Como se vê, não eram apenas as escravas que serviam como domésticas e concubinas, também mulheres livres pobres, mesmo brancas, se sujeitavam a um ofício que lhes desonrava, certamente pela miséria em que viviam.

O serviço de venda de rua podia conferir uma receita suficiente para que cativos e cativas comprassem suas alforrias com mais autonomia, sem depender de uma possível, mas distante, concessão de seus senhores, como no caso dos escravos domésticos. Koster, ao classificar os escravos do Recife em duas categorias, os domésticos e aqueles que “*pagam semanalmente aos seus donos um estipêndio proveniente do que ganham n'algumas ocupações (...)*”, afirma que

*A primeira classe tem poucas oportunidades de ganhar sua alforria com seus esforços e está sujeita aos caprichos e extravagâncias dos superiores. Alguns poucos foram libertados pela bondade daqueles a quem serviam, e são geralmente melhor alimentados e vestidos que os outros (...).*¹⁵⁹

Não se trata de oferecer uma escala hierárquica, ou de asseverar quem tinha melhor ou pior situação, mas é interessante notar que a rua e a casa oferecem dimensões distintas de análise no que se refere aos ofícios que nelas são desempenhados pelas mulheres.

Nas ruas, o comércio ambulante podia muito bem se confundir com a prostituição, sendo um trabalho mal visto, portanto. Além disso, o mundo da rua traz consigo o olhar

¹⁵⁵ Para escravas que exerciam múltiplos ofícios, Cf. KARASCH, Mary C. Op. Cit., pp. 283-284.

¹⁵⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 45. Ver os capítulos 5 e 6 desta pesquisa.

¹⁵⁷ Cf. CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Pátria, o Lar e as Empregadas Domésticas*. Recife: mimeografado, 2001.

¹⁵⁸ Diário Íntimo de Louis Léger Vauthier, In FREYRE, Gilberto. **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Tomo 2.º. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1960, pp. 642-643.

¹⁵⁹ KOSTER, Henry. Op. Cit., p. 400.

vigilante e repressor das autoridades públicas. Mas na casa, todavia, não se pode assegurar qualquer proteção. Abrigo e alguma comida sim, mas constrangimentos e abusos sexuais também deviam ser constantes, frutos do arbítrio da autoridade privada assentada em costumes sexuais patriarcais.¹⁶⁰ A lógica espacial, os significados atribuídos aos espaços dependem das experiências vivenciadas por cada praticante. Assim, concordamos com Sandra Graham quando ela relativiza as noções usuais de que a casa é o local seguro e protegido, em oposição ao perigo da rua e dos espaços públicos. Referindo-se às criadas, dirá: “*Para as criadas, porém, o trabalho e os locais de trabalho podiam assumir sentidos opostos, revertendo ou neutralizando as designações tradicionais de seguro ou perigoso, limpo ou sujo, valorizado ou depreciado.*”¹⁶¹

Talvez a casa e a rua sejam apenas códigos demasiadamente rígidos e restritos. Se atentarmos para as maneiras de fazer e leituras de espaço daqueles indivíduos que vivem em uma situação de hegemonizados, perceberemos que suas táticas desviam os sentidos usuais, criando outros sentidos para os espaços, burlando as noções estreitas de perigoso ou proibido. Para muitos despossuídos e despossuídas, escravos e escravas que haviam fugido de senhores e senhoras cruéis, a rua poderia ser o lugar do anonimato, o local que, a despeito dos perigos, poderia servir de esconderijo e meio de sobrevivência. Não podemos pensar que todos os escravos domésticos gozavam de boa condição, de proteção no reduto da casa por parte de seus proprietários; nem que as mulheres que exerciam ofícios externos à casa temiam as ruas e praças, e trocariam com satisfação por um serviço interno. Entretanto, prestar serviços internos tinha seus atrativos, e configura uma opção para muitas mulheres. Em 1845, uma ama parda forra, precisando de trabalho, dizia que cozinhava o diário de uma casa, e ainda “*sujeitava-se a fazer compras de porta fora, e alguns mandados*” (D. P., 05/04/1845). Enquanto muitas mulheres, que parecem ser livres, optam mesmo por se oferecerem para trabalhos internos. É o caso de muitas costureiras e governantas que tentam

¹⁶⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Pátria, o Lar e as Empregadas Domésticas*. Recife: mimeografado, 2001. Analisando anúncios de escravos da década de 1840, afirma: “Chama atenção também, a proliferação de anúncios de escravas próprias para “*serviço de homem solteiro*”, ou expressão correlata. Não há aí uma conotação sexual necessária. Poderia significar apenas que havia pessoas treinadas para servir um homem sozinho, cozinhando, lavando roupa, tomando conta da casa.” Adiante, esclarece que isso podia ser mais verdadeiro no caso de mulheres livres, mas no caso de escravas o anúncio traz um sentido de maior valoração de cativas assim descritas, como próprias para “*casa de homem solteiro*”. Agradeço ao autor por permitir a utilização de trabalho ainda inédito.

¹⁶¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 45.

ser contratadas para servir a uma família. Essas mulheres que ofereciam seus serviços não tinham em boa reputação os serviços prestados *portas a fora*.

Para algumas mulheres, cuja história pessoal as tivesse eventualmente lançado na miséria, um teto acolhedor seria muito bem vindo. Casos de mulheres que se oferecem para servir a famílias no âmbito doméstico como o exposto abaixo impressiona:

Uma senhora de bons costumes, maior de 50 annos, que sabe coser chão, bordar, fazer lavarinto, ler, escrever, fazer pão-de-lo, bolos, podins, pasteis, massas de todas as qualidades; se offerece para ensinar estas habilidades nesta praça, ou para servir de companhia em alguma casa de familia, dando-lhe somente o sustento e algum vestuario em paga de seu trabalho; quem de seu prestimo se quizer utilizar, dirija-se a rua do Caldeireiro n. 88. (D. P., 16/04/1845).

O anúncio deixa transparecer um ar de desespero. Já relativamente idosa, uma mulher provavelmente branca livre ('senhora de bons costumes') lança mão de todas as suas habilidades adquiridas ao longo de sua vida. E isso em troca apenas do sustento e de algum vestuário, o que, supomos, inclui também a moradia no local de trabalho. Entre as competências da anunciante consta saber ler e escrever, o que pode significar que seu status anterior fora melhor do que o atual. Mas as outras habilidades, de um ponto de vista mais amplo, não são nada desprezíveis, e mereciam ser bem remuneradas. O que a faz pedir com tanta humildade uma paga tão inferior a suas habilidades?

A casa é também o local onde pequenos negócios são instalados. A função de muitos sobrados e casas não é meramente residencial, mas inclui muitas vezes uma função produtiva e econômica para mulheres que precisam ganhar a vida com o trabalho que sabem oferecer.¹⁶² Em 1845, em sobrado de um andar apenas, estava instalado um pequeno negócio de guloseimas:

Com grande perfeição e delicadeza fazem-se bolinhos para chá, e bolos de todas as qualidades, e se enfeitão bandejas dos mesmos com figuras, flores, e ramos de alfinins, do melhor gosto, que quizerem; e também se fazem sobremesas de doces d'ovos, de pasteis de nata, e de carne, papos de anjos, tortas, tremedeiras, arrôz de

¹⁶² Sônia Maria Giaocomini também compreende que a unidade doméstica não está atrelada unicamente ao consumo. Nela se daria ainda a produção de gêneros para maior autonomia do lar, ou para serem comercializados por negras vendeiras. Cf. GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 74.

leite, e o mais que fôr apetecido: na rua Direita, sobrado de um andar, junto ao de dous de varanda dourada n. 33. (D. P., 05/04/1845).

Do mesmo modo, anuncia-se uma casa que produzia algumas guloseimas que rivalizavam com as citadas acima; além disso, a casa prestava serviços de costura, e estava precisando de mulheres para vender na rua:

Na rua das Trincheiras, casa terrea n. 25, fazem-se bolinhos de todas as qualidades para chá, bolos francezes, quequês de mandioca, podins, tortas e de outras muitas habilidades, armão-se bandejas com diversas qualidades de bolinhos; também cose toda a qualidade de costura, tanto para homem como para senhora, tudo por preço mais commodo do que em qualquer outra parte; na mesma casa precisa-se de pretas para venderem bolinhos, pagando-se de vendagem quatro vinténs por pataca. (D. P., 18/03/1845).

Um negócio como esse era organizado o suficiente para se adequar aos produtos que estavam na moda: bolinhos que seriam tomados à inglesa, no chá da tarde, e produtos franceses. Podiam até empregar mulheres para vender na rua, as quais trabalhariam por produção. Algumas mulheres pertencentes aos grupos médios urbanos certamente poderiam, em caso de necessidade ou mesmo por iniciativa própria, estabelecer pequenos negócios que precisariam de escravas ou não-escravas para trabalharem.

Outras mulheres, engomadeiras e costureiras, utilizavam suas próprias casas para realizar seu ofício, onde atendiam a seus fregueses. Uma mulher, provavelmente livre ou liberta, que já tinha uma clientela fiel assim se expressa:

A engommadeira, da rua do Cotovello n. 18, faz ver aos seus freguezes, que ella ainda não deixou o trabalho de engommar; espera nos seus freguezes, que continuem a frequentar a sua casa; pois engomma por muito barato preço, vestidos de senhora, com enfeites, a 240 rs., e sem elles a 160 rs., e camisa de homem, 40 rs., calças a 80 rs., e outra qualquer roupa, por diminuto preço. (D. P., 16/04/1845).

O objetivo dessa parte da pesquisa não foi o de apresentar todos os espaços que, no Recife, foram palcos para os ofícios realizados pelas mulheres, nem o de esgotar todas os significados possíveis impregnados nesses espaços. Buscamos construir uma leitura social e assim compreender um pouco do conteúdo de vida que emergia em lugares específicos. As

ações e os gestos das mulheres escravas, forras e livres pobres, no período assinalado, ganham assim uma ambiência. Mais do que isso, são essas ações e gestos que constituem e dão significados a esses ambientes, ao mesmo tempo em que são influenciados pelo espaço em que emergem.

Creemos ter demonstrado que, não obstante o advento de uma ética de progresso e um esforço urbanístico por parte das autoridades municipais, os praticantes do espaço persistiam em significá-lo a seu modo. Através de costumes antigos e práticas de dissimulação, os setores populares, se não impedem a vaga modernizante, certamente atrapalham bastante as intenções elitistas com comportamentos considerados incômodos ou inapropriados aos novos espaços. A simples presença desses grupos subordinados é motivo de vigilância e desconfiança permanentes, em um estado caracterizado pela tensão. Em um contexto de modernização excludente, negras e pardas precisavam ser cautelosas ao caminhar, cunhando uma leitura dos espaços confiáveis ou perigosos, para evitar suspeitas, e inventando gramáticas de espaço que respondessem a seus anseios de sobrevivência, mesmo que essa gramática incluísse, muitas vezes, a sua ausência de determinados pontos da cidade ou da casa. Era preciso, no cotidiano, fazer escolhas rápidas no ato de caminhar.

Tendo *territorializado* e discutido algumas práticas e gestos, devemos agora focalizar com mais atenção questões essenciais para a elucidação das condições de trabalho de vendeiras e domésticas, investigando quais os embates cotidianos que elas travaram; que motivações informavam seus gestos; quais as representações que senhores e patrões delas construíram, e como elas mesmas se representavam; que identidades construíram de si mesmas, e em que medida essas identidades eram signo de resistência e rebeldia ou de acomodações ao sistema. Essas identidades, podemos adiantar, implicavam diferenças e semelhanças entre elas mesmas, conforme os serviços fossem exercidos pelas ruas ou dentro dos lares, e conforme a condição jurídica as situasse como escravas, libertas, africanas livres e livres pobres. É o que desenvolvemos a seguir, na tentativa não de oferecer respostas definitivas e fáceis, mas de esboçar um quadro coerente de reflexões.

II PARTE

MULHERES, GESTOS, REPRESENTAÇÕES: O TRABALHO E A HONRA

3 - IDENTIDADE, HONRA, RIQUEZA E STATUS NAS HISTÓRIAS DE PRETAS VENDEIRAS

3.1 Um pouco de origens

É impossível descortinarmos quando, pela primeira vez, surgiram os mercados com suas feiras tumultuadas e alaridos, e quando, nesses mercados, ecoaram as vozes das primeiras vendeiras. A origem dessas feiras se perde, não apenas na noite dos tempos, mas, por seu caráter universal, perde-se ainda na multiplicidade de lugares onde provavelmente surgiram como que espontaneamente, como uma lei da própria sobrevivência. Braudel, ao descrever as feiras do mundo europeu medieval e moderno, deixa uma imagem que talvez se preste à generalização:

*Se este mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através dos séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado o frescor dos gêneros perecíveis que fornece, trazidos diretamente das hortas e dos campos das cercanias.*¹⁶³

Mercado elementar, sim, e no entanto constituinte do universo de representações de muitos povos e culturas, em tempos e espaços distintos, como que respondendo a um imperativo universal de abastecimento de necessidades primárias do gênero humano.

Não é incomum, por exemplo, encontrarmos referências a mercados e mulheres vendeiras na mitologia iorubá. Alguns mitos da região africana de cultura iorubá narram episódios de vendeiras que enriqueceram ou caíram em ruína conforme os caprichos dos orixás.¹⁶⁴ Em uma dessas narrativas, tão míticas quanto poéticas, fala-se que

Abionã vendia roupas no mercado.

Era mulher próspera e respeitada.

*Todos cumprimentavam Abionã solenemente
quando ela ia ao mercado fazer o seu comércio.*

*Mas havia muito Abionã se esquecer de Exu;
nada de ebós, de suas comidas prediletas,*

¹⁶³ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo, séculos XV-XVIII**. Vol. 2: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 15.

¹⁶⁴ Os povos de cultura iorubá habitavam a costa ocidental do Baixo Níger.

nada de aguardente, pimenta e dendê.

Ela não se lembrava que Exu lhe dera tudo.

Exu dera tudo o que tinha.

(...).

Segue-se, então, o castigo de Abionã: Exu se vinga dela fazendo sua casa pegar fogo, e deixando que sua banca no mercado fosse roubada. Mas de outra feita, Ogum, que aparecera com seu exército todo faminto, dirigiu-se a uma vendeira de acaçá – mingau – para que esta saciasse a fome do grupo. E como “*Ela os serviu atenciosamente e com abundância*”, Ogum dividiu com ela o seu butim de guerra; e “*Foi assim que a vendedora de Acaçá tornou-se riquíssima e divulgou o gesto de Ogum por toda parte.*” Até mesmo Iemanjá, talvez a mais importante figura dos cultos afro-brasileiros, trabalhava no mercado, “*onde sempre vendia seus quitutes.*”¹⁶⁵

É reconhecida a importância das mulheres africanas de cultura iorubá na circulação de gêneros comestíveis em sua região de origem. Essa habilidade cruzou o oceano, quando do tráfico atlântico de escravos, e desembocou, sobretudo, na Bahia, para onde o afluxo de escravos da Costa da Mina foi mais intenso do que para os outros pontos de desembarque na costa brasileira.

O Recife, ao que parece, não foi o foco privilegiado do tráfico de escravos conhecidos como minas, devido ao nome do porto de embarque na costa africana, situado no Benin, a sudoeste da atual Nigéria. Segundo Marcus Carvalho, a principal rede de tráfico de escravos que desde o século XVIII abastecia o Recife tinha o sentido Brasil/Angola/Benguela. O contato entre o sudoeste africano (incluindo aqui o Congo) e Pernambuco, salienta o autor, era fartamente favorecido pela relativa proximidade, o que seria a razão da baixa taxa de mortalidade nessa rota de tráfico.¹⁶⁶

Mas o fato de Pernambuco não ter acolhido grande quantidade de mulheres negras minas, cuja cultura favorecia as habilidades mercantis femininas, não deve ser interpretado como inexistência ou menor incidência de um gênero de comércio que era comum em outras

¹⁶⁵ PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 58, 98 e 389-390, respectivamente. A mitologia dos povos iorubás constitui uma narrativa rica em imagens do cotidiano. Por seus mitos, acaba-se conhecendo muito dos costumes das pessoas comuns, além das origens e atributos dos orixás. Reginaldo Prandi coletou e sistematizou 301 mitos africanos e afro-americanos. Alguns desses mitos falam de vendeiras ou de mulheres que iam ao mercado comprar mercadorias.

¹⁶⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit., págs. 100 e 118.

regiões do Brasil colonial e imperial. As escravas vindas da África Centro-Occidental – Congo Norte ou Cabinda, Angola e Benguela –, que vieram em maior número para o Recife, culturalmente também se envolviam no chamado comércio *miúdo*. À sombra do tráfico de escravos que enriquecia os grandes traficantes, havia nas cidades atlânticas da costa ocidental africana o pequeno comércio de gêneros alimentícios. Selma Pantoja sustenta mesmo que

*Esse comércio de caráter secundário era essencial na distribuição dos alimentos para as cidades e portos. A venda de gêneros básicos foi uma das tarefas das mulheres que garantiam o feijão, a farinha, a carne e o peixe seco para a alimentação dos escravos. (...) Para a região da África Central Ocidental, as quitadeiras são o exemplo de como atuava essa rede comercial de gêneros de primeira necessidade, registrando-se, também, como as migrações transatlânticas trouxeram para as cidades coloniais brasileiras essas comerciantes.*¹⁶⁷

Pantoja, portanto, salienta a importância do pequeno comércio que as mulheres dominavam na África Central e Ocidental para a existência do grande comércio dedicado ao tráfico atlântico de escravos. A autora, entretanto, vai mais além, chegando a perceber os vínculos entre as migrações forçadas dessas mulheres e a continuidade desse modo de vida no mundo americano. Como evidência da existência de uma vida ativa nos mercados da região Centro-Occidental da África, até mesmo a linguística o prova:

*Os mercados tão comuns por todo o continente africano, na região da África Central Ocidental, mais especificamente entre os umbundu, são designados Kitanda, termo que deu origem, no português, a quitanda.*¹⁶⁸

Desse modo, a maior parte das mulheres escravizadas que serviam como vendeiras no Recife eram designadas como sendo angolas, congos, cabindas, caçanges, gabões, loandas

¹⁶⁷ PANTOJA, Selma. *A dimensão atlântica das quitadeiras*. Pp. 45-67. In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 46. Para uma discussão densa acerca da relação entre o pequeno comércio e escravas de nação, ver KARASCH, Mary C. Op. Cit., pp. 35-66. Ver ainda Dias, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder**. Op. Cit.: “*Em anúncios de jornais e nos raros maços de população, que discriminavam a origem dos escravos, preponderavam numericamente as escravas de Angola e de Moçambique, do grupo bantu, que aliás, em suas terras, também praticavam um comércio ambulante e de feiras, de comestíveis e de primeira necessidade, (...) o que não exclui a presença de práticas de comércio do Daomé e Congo, por escravas iorubanas (...)*” p. 116.

¹⁶⁸ In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). Op. Cit., p. 46. Em nota, Selma Pantoja esclarece a etimologia do termo: “*Quitanda: em Kikongo, Kitanda, , feira quotidiana, feira, lugar da feira, tanto feira de víveres como de escravos. (...)*” P. 63.

ou songos (estas, em menor quantidade). Isso não significa a inexistência de cativas vindas da África Ocidental e Oriental, no exercício do pequeno comércio de tabuleiro, pois havia algumas minas e moçambiques também. Apenas essas últimas não preponderavam numericamente.¹⁶⁹ Deve-se reconhecer ainda que a documentação, não raro, omite informações acerca da origem africana das escravas, e, sobretudo, omite ainda o ofício que desempenham. O mesmo se dá com as mulheres livres pobres e forras presas pelas autoridades policiais ao se envolverem em freqüentes distúrbios urbanos.

Reforçando os argumentos de Selma Pantoja, Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares reconhecem que a quitanda é uma invenção social dos povos bantos da África Central. Acrescentam, entretanto, que na diáspora atlântica houve ainda a alteração que fez das mulheres de nação mina serem as hegemônicas na atividade, uma afirmação que precisa ser contextualizada e tomada com ressalvas no caso de áreas escravistas do Brasil de menor relação com a região da Costa da Mina, como é o caso do Recife.¹⁷⁰ Na falta de dados estatísticos que possam confirmar, cremos pelos anúncios de jornais – *Fugas de Escravas e Avisos Diversos* – que as vendeiras recifenses eram provenientes, em sua maioria, da rede de tráfico do centro-oeste africano, ou então escravas crioulas, além de mulheres livres pobres e libertas.

Mas se em vastas regiões africanas o comércio de abastecimento primário era monopólio feminino, também em Portugal, devido à constante migração masculina, essa atividade caiu em mãos das mulheres.¹⁷¹ As cidades e vilas coloniais, desse modo, fundaram-se sob a influência africana e portuguesa no que tange ao tradicional gênero de pequeno comércio de abastecimento urbano, notadamente o alimentar. Segundo Luiz R. B. Mott, os portugueses já dispunham de longa tradição em mercados e feiras. O mesmo autor

¹⁶⁹ O Diário de Pernambuco da década de 1840, sobretudo nas seções *Avisos Diversos* e *Escravos Fugidos*, possibilita estabelecer a relação ofício/nação de origem, e é baseado nesse periódico que chegamos às conclusões acima. Em um único dia, estavam postas à venda 9 escravas das seguintes nações: Rebollo (1), Cabinda (1), Benguella (1), Baca (1) e Angola (3). Duas angolanas eram descritas como boas quitandeiras, entre outras qualificações. Isso atesta a grande presença de escravas da África Centro-Ocidental no Recife. Ver D. P., 10/03/1840. Para completar o quadro das estrangeiras, havia ainda inúmeras mulheres portuguesas que se ofereciam para os serviços domésticos.

¹⁷⁰ Cf. GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “*Dizem as quitandeiras...*” *Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX*. P. 3-16. In **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**. Vol. 15, Nº 2, de jul/dez 2002. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 8.

¹⁷¹ Cf. FURTADO, Júnia Ferreira; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Comerciantes, Tratantes e Mascates*. Pp. 95-113. In DEL PRIORE, Mary. (org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

acredita que o objetivo português em instalar feiras na sua Colônia americana era menos o de satisfazer “*as necessidades de subsistência imediata dos habitantes dos pequenos núcleos populacionais da Bahia*”, do que “*provocar a concentração de mercadorias nativas a serem exportadas para a metrópole*”.¹⁷² Seja como for, é inegável que as feiras e as negras de tabuleiro foram fundamentais ao abastecimento das vilas coloniais. Mott indica mesmo que sem o comércio ambulante praticado em grande medida pelas “*gentes de cor*”, sobretudo negras vendedeiras, “*seria praticamente inviável viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, especialmente durante os séculos XVIII e XIX.*”¹⁷³ Pode-se acrescentar que também na dinâmica e urbana sociedade mineira do setecentos, a figura onipresente responsável pela circulação de mercadorias de consumo rápido, como bebidas e comidas, era a das negras de tabuleiro e das proprietárias de pequenas vendas.¹⁷⁴

A América portuguesa, na verdade, caracteriza-se pela diversidade de seu comércio. Júnia Ferreira Furtado e Renato Pinto Venâncio destrincharam a hierarquia do comércio colonial da seguinte maneira: havia o chamado *comércio de grosso trato*, dominado hegemonicamente por homens brancos da Metrópole, donos de estabelecimentos mercantis importantes e possuidores de grandes somas de capital; em segundo lugar, vinha o comércio interno, que ficava nas mãos de homens brancos nascidos na própria colônia e desprovidos de maior capital, muitos deles eram mercadores volantes que trabalhavam por comissão para um comerciante de grosso trato estabelecido nos portos, e assim faziam circular pelas distâncias coloniais os gêneros importados por comerciantes maiores e de comércio fixo na região portuária; por fim, já próxima ao consumidor direto, havia uma rede ampla de grupos sociais responsáveis pelo chamado *comércio miúdo*, que era predominantemente dominado por negros, mestiços e forros, e em particular por mulheres.¹⁷⁵

¹⁷² Cf. MOTT, Luiz R. B. *Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil*. **Revista de História**. Ano XXVII, vol. LIII. São Paulo: 1976, pp. 80-106. Neste estudo pioneiro sobre o pequeno comércio no Brasil, Luiz R. B. Mott identifica algumas diferenças importantes na origem dos mercados e feiras latino-americanos. Países como México e Guatemala possuíam mercados pré-hispânicos famosos e movimentados, enquanto para o Brasil e a maioria dos países latino-americanos “*as feiras constituíam uma inovação que era desconhecida da população nativa.*” P. 82.

¹⁷³ Idem, pp. 100-101.

¹⁷⁴ Cf. FIGUEIREDO, Luciano. **O Avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

¹⁷⁵ Cf. FURTADO, Júnia Ferreira; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Comerciantes, Tratantes e Mascates*. Pp. 95-113. In DEL PRIORE, Mary. (org.). Op. Cit.

Furtado e Venâncio apontam para as características fundamentais do pequeno comércio, notadamente o seu exercício prioritário pelas mulheres e a feminização desse setor importante de sobrevivência. Afirmam que

*(...) o pequeno comércio freqüentemente era dominado por mulheres de origem humilde. Os homens, obviamente, não estavam ausentes dessas atividades, mas nelas ocupavam uma posição secundária. A passagem do “grande” comércio para o “pequeno” significava, nesse sentido, o deslocamento do mundo masculino para o feminino.*¹⁷⁶

O pequeno comércio ainda se subdividia em comércio fixo (vendas) e comércio volante (usualmente associado às mulheres de tabuleiro). As vendeiras podiam possuir ou não alguns cativos. Recebiam em suas vendas toda a gama de desclassificados sociais, e podiam ainda dar guarida a prostitutas, propiciando e estimulando uma intensa vida social no universo da venda, espaço por excelência da mistura de elementos físicos e culturais. O pequeno comércio volante, apesar de alguns homens o exercerem, pode ser considerado um universo predominantemente feminino. Furtado e Venâncio não deixam dúvidas de que “*as atividades econômicas femininas se concentravam nos níveis mais baixos da hierarquia social*”.¹⁷⁷ Essa relação gênero/atividade é também assinalada por Selma Pantoja, que estudou o tema das quitadeiras nos dois lados do Atlântico, apontando continuidades e rupturas na transposição do ofício de quitadeiras da África para o Brasil colonial. Em suas palavras:

*(...) no transporte para a outra margem do Atlântico ocorreu uma mudança de gênero no ofício. Enquanto na terra dos umbundu foi sempre um ofício de mulheres, na travessia atlântica surgiu, do lado americano, também a figura do quitandeiro. Neste caso, não só o tabuleiro, mas o comerciante de uma pequena loja que vende verduras, legumes e frutas (...). Em Luanda, quitadeira continua sendo, até hoje, uma profissão exercida por mulheres.*¹⁷⁸

Enfim, apesar de o pequeno comércio ser uma atividade largamente difundida entre as mulheres inseridas na América portuguesa desde o período colonial, os homens também se

¹⁷⁶ Idem, ibidem, p. 104.

¹⁷⁷ Idem, ibidem, pp. 104-106.

¹⁷⁸ PANTOJA, Selma. *A dimensão atlântica das quitadeiras*. Pp. 45-67. In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 62.

incorporaram à atividade. A historiografia brasileira ainda precisa, entretanto, mensurar qual a real dimensão das presenças masculina e feminina no âmbito dessa atividade, adentrando os contextos específicos de cada época e lugar.

É necessário lembrar que a passagem da Colônia para o Império não vai assistir ao fim das atividades comerciais femininas no abastecimento das cidades. Os ditos grandes eventos da política institucional, que marcaram o processo de autonomia do Brasil frente a Portugal, pouco alterariam esse cotidiano de pequeno comércio. Se no período colonial já havia vigilância por parte das Câmaras Municipais, o Império continuará vigilante e normativo. Se antes, era grande a atuação de mulheres vendendo quitandas em tabuleiro ou em barracas fixas, essa situação persistirá na esfera do cotidiano, sendo notada pelos inúmeros viajantes que se tornaram cada vez mais presentes em terras tropicais. Nesse sentido, acreditamos em Agnes Heller, quando afirma que as estruturas da política e da vida cotidiana são esferas heterogêneas nas quais se dá de modo distinto “*o ritmo da alteração das estruturas sociais*”.¹⁷⁹ Isso não significa que essas esferas estejam isoladas ou que não possam interagir. No Recife da Guerra dos Mascates, por exemplo, humildes negras mariscadeiras mandadas à praia para mariscar eram vítimas dos tiroteios da briga política dos brancos. Diz José Bernardo Fernandes Gama:

*(...) e sendo quotidiano este exercício [o da coleta de mariscos], e em muitos dias duas vezes repetido, poucas vezes se recolheram a seu salvo, sem que de fóra lhes apanhassem algumas negras.*¹⁸⁰

Desde muito tempo, o exercício dos papéis informais femininos ligados ao pequeno comércio e ao abastecimento das vilas e cidades coloniais esteve diretamente ligado ao controle que as Câmaras Municipais tentavam exercer sobre as mulheres e sua função. Uma vasta bibliografia já demonstrou essa relação inequívoca.¹⁸¹ Para a capitania, e depois província de Pernambuco, a história dessa relação se encontra prejudicada em virtude da

¹⁷⁹ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4ª ed., Trad.: Carlos Nelson Coutinho/Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 3. Cf. ainda DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit., p. 18.

¹⁸⁰ Cf. GAMA, José Bernardo Fernandes da. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. 1844, Vol. IV, p. 137. Apud DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit., p. 32.

¹⁸¹ Cf. a primeira parte da dissertação. O desafio das mulheres pobres no decorrer do século XIX pode ser sintetizado na frase de Maria Odila da Silva Dias: “*A verdade é que suas vidas vão se tornando gradativamente mais árduas, cada vez mais penoso o confronto com as autoridades do fisco, das terras, da higiene e da moral pública*”. Cf. Op. Cit., p. 17. Alguns trabalhos notaram a vigilância das autoridades sobre o comércio miúdo, como FIGUEIREDO, Luciano. Op. Cit.; DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.; SOARES, Cecília Moreira. Op. Cit., entre outros.

documentação da instituição da Câmara ainda está em processo de organização. O que nos faz seguir outros caminhos não menos esclarecedores.

Um dos caminhos escolhidos foi o de seguir algumas trajetórias individuais de vendeiras, até o ponto em que foi possível construir uma curta história pessoal. A história de cada uma constitui um ponto de partida interessante para que se investigue como certas noções culturais eram percebidas por essas mulheres, e que desafios elas tiveram de enfrentar para uma possível mudança de status. Do mesmo modo, essa abordagem pode servir para testarmos algumas teses conflitantes já bem fundamentadas sobre o tema, e que são basicamente de duas ordens: empobrecimento/riqueza decorrente da atividade exercida, adoção ou não de valores prescritos pelas camadas dominantes.

3.2 Uma Africana “livre” vendeira de fatos ou a “Penélope Africana”¹⁸²

Um primeiro caso a se analisar é o de uma africana *livre* que vendia roupas para uma viúva nas ruas do Recife.¹⁸³ Pela condição jurídica peculiar na qual essa vendeira se situa – não é verdadeiramente livre, escrava ou forra –, esse estudo de caso propicia um debate interessante sobre uma categoria pouco abordada pela historiografia tradicional relativa à desintegração do sistema de trabalho escravo. Essa historiografia privilegia excessivamente o setor de exportação e a presença de trabalhadores estrangeiros na nomeada ‘*transição*’ do trabalho escravo para o livre. É preciso, todavia, reconhecer, como Silvia Hunold Lara, que existem muitos meandros entre o trabalho escravo e o trabalho livre assalariado, e não se pode fazer uma história do trabalho no Brasil pensando linearmente em termos como *substituição*, *transição* e *formação* de um mercado de trabalho livre.¹⁸⁴ Um desses meandros

¹⁸² Segundo Dicionário da época, fatos são “*Os bens móveis, como roupas, e outros. § Os vestidos e roupas do corpo.*” Dicionário da Língua Portuguesa, 4ª Edição, Tomo I (A-E), Lisboa, na Impressão Régia, Anno 1831. Por Antonio de Moraes Silva. P. 17. A discussão que se segue nas próximas páginas é baseada na Apelação Crime do Juízo de Direito do Crime da 1ª Vara do Recife, 1843-1844. Apelante: Cândida Maria da Conceição; Apelada: D. Anna Nobre Ferreira. Serão indicadas apenas as fls. do processo, que tem 58 folhas.

¹⁸³ As reflexões empreendidas a seguir se baseiam, em larga medida, na excelente Tese de Beatriz Gallotti Mamigonian, que estudou os africanos livres, seus arranjos e condições de trabalho e formas de adquirir autonomia. A autora gentilmente nos cedeu sua Tese e discutiu de forma empolgada conosco acerca do tema, fornecendo apontamentos essenciais. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **To be a Liberated African in Brazil: Labour and Citizenship in the nineteenth century.** University of Waterloo, Ontario, Canada, 2002. Remeto o leitor, sobretudo, ao terceiro capítulo.

¹⁸⁴ Para uma crítica bem elaborada à historiografia aqui mencionada, ver os estudos de LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil.* Pp. 25-38. In **Projeto de História 16** – Tema:

constitui a vida dos africanos e africanas livres inseridos no Brasil durante o período em que se as leis anti-tráfico se tornaram mais intensas. Um caso como o que vem a seguir também traz pontos relevantes para se pensar os limites da liberdade no Brasil oitocentista.

Em algum lugar da África vivia Cândida Maria da Conceição, ou quem depois veio a ser assim nomeada. O seu nome antigo, bem como a sua origem, parece irrecuperável. Os registros não esclarecem a nação da qual Cândida provém. Sabe-se apenas que ela pertencia à carga de africanos e africanas apreendida na costa pernambucana em 1831, e que vinha na Escuna Clementina. O seu nome é um código comum da linguagem senhorial, e representa a imagem que dos escravos se espera, denotando ideais costumeiros de fidelidade, candura, submissão, passividade. Assim, muitas escravas eram nomeadas como Fidélia, Clemência, Pacífica, Cândida, e outros nomes que, de modo sintético, ‘*enclausuravam*’ o escravo também lingüisticamente.¹⁸⁵

Cândida enquadrava-se juridicamente em uma categoria nova, criada em razão da pressão inglesa no combate ao tráfico de escravos, e que era a de ‘africana livre’. Não era, portanto, escrava, forra ou plenamente livre, uma vez que vivia com a liberdade suspensa sob uma situação que Robert Conrad denominou de “*legalidade dúbia*”.¹⁸⁶ A coerção britânica se deu primeiramente diante de Portugal, e posteriormente do Brasil independente como exigência do reconhecimento de sua independência, e se materializou numa série de leis e medidas regulamentares, como as que criaram tribunais internacionais ou comissões mistas responsáveis pela repressão ao tráfico ilegal. Um navio que fosse apreendido ao norte do Equador após a lei de 1815, ou após a Lei de 1831, teria sua carga de escravos/as considerada livre por um Tribunal de Comissão Mista. Esses homens e mulheres assim emancipados, não gozariam de imediato a sua “liberdade”. A lei previa que o/a africano/a emancipado/a pelo tribunal passaria por um período de 14 anos de aprendizado e adaptação à nova terra, para só então ser inserido no grupo dos livres. Esta medida se justificaria,

Cultura e Trabalho. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP. São Paulo, (16), 1998. Cf ainda MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. Cit., pp. 86-87; e CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Op. Cit., pp. 19-20.

¹⁸⁵ Para os nomes dos escravos, ver SCHWARCZ, Lílían Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 174.

¹⁸⁶ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ª ed., trad.: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 55.

portanto, por um apelo humanitário. Cândida, sob a condição acima prevista, havia sido considerada liberta em 11 de outubro de 1831.¹⁸⁷

Por Alvará Real de 26 de janeiro de 1818, regulamentando os recentes acordos com o governo inglês, a Metrópole interiorizada no Rio de Janeiro decide quais os destinos que aguardariam os emancipados do tráfico ilegal realizado ao norte do Equador.¹⁸⁸ O Alvará assim define a situação dos libertos:

*(...) por não ser justo que fiquem abandonados, serão entregues no Juizo da Ouvidoria da Comarca, e onde não houver, naquelle que estiver encarregado da Conservatoria dos Indios, que hei por bem ampliar unindo-lhe esta jurisdição, para ahi serem destinados a servir como libertos por tempo de 14 annos, ou em algum serviço publico de mar, fortalezas, agricultura e de officios, como melhor convier, sendo para isto alistados nas respectivas Estações; ou alugados em praça a particulares de estabelecimento e probidade conhecida, assignando estes termo de o alimentar, vestir, doutrinar, e ensinar-lhes o officio ou trabalho, que se convencionar, e pelo tempo que fôr estipulado, renovando-se os termos e condições as vezes que fôr necessário, até preencher o sobredito tempo de 14 annos, este tempo porém poderá ser diminuído por dous ou mais annos, àquelles libertos que por seu prestimo e bons costumes, se fizerem dignos de gozar antes delle do pleno direito da sua liberdade. (...).*¹⁸⁹

O Alvará também se refere aos africanos que ficariam sob a tutela do Estado, exercendo serviços públicos de variados matizes, o qual também deveria se responsabilizar pela socialização dos emancipados. Estabelece ainda a existência de um Curador, de mandato trienal, indicado pelo Juiz e aprovado pela Corte ou Governador das Províncias. Este Curador funcionaria como um ‘protetor’ dos libertos, na medida em que deveria

requerer tudo o que fôr a bem dos libertos, e fiscalisar os abusos, procurar que no tempo competente se lhe dê ressalva do serviço, e promover geralmente em seu beneficio a observancia do que se acha prescripto pela lei a favor dos orphãos, no

¹⁸⁷ Ver fl. 4v da Apelação Crime do Juízo de Direito do Crime da 1.ª Vara desta cidade, 1843-1844. Apelante: Cândida Maria da Conceição; Apelada: D. Anna Nobre Ferreira. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Tribunal da Relação. Daqui em diante, abreviaremos para “Processo”.

¹⁸⁸ Esse Alvará, todavia, também foi aplicado para os africanos e africanas introduzidos após a Lei Antitráfico de 1831.

¹⁸⁹ Alvará de 26 de Janeiro de 1818, § 5º. Colleção das Leis do Brazil de 1818-1819. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, pp. 7-10.

*que lhes puder ser applicado, para o que será sempre ouvido em tudo o que acerca delles se ordenar pelo sobredito Juízo.*¹⁹⁰

O próprio governo imperial mantinha sob seu domínio grande número desses africanos engajados em diversos serviços públicos, não raro exercendo ofícios considerados dos mais desprezíveis na época, ao lado de escravos e sentenciados, por exemplo.¹⁹¹ Mas esse não foi o destino da vendeira Cândida, que terminou sendo arrematada por um particular, de nome Marcolino José Ferreira, no dia 11 de Janeiro de 1832.

Pelos termos de arrematação, Marcolino ficaria responsável por ensinar um ofício a Cândida, vesti-la, alimentá-la e ensinar-lhe a doutrina cristã. A africana fora arrematada juntamente com outros escravos. Seus serviços foram arrematados por 12\$000 réis anuais, e Cândida deveria trazer \$480 réis diários para seu contratante. Era preciso ser uma ótima vendedora para todos os dias cumprir com esse valor, mas seria provavelmente com tais recursos que Marcolino a sustentaria, ficando ainda com o restante. A acreditar em Cândida e nos depoimentos a seu favor, ela seria de fato uma excelente vendedora, pois suas testemunhas afirmam que ela mesma se mantinha com “*seo pequeno negocio*”.¹⁹² Maria Odila da Silva Dias calculou para a década de 1830 um custo com alimentação da ordem de \$50 a \$100 réis diários, e um gasto anual com vestuário para as mulheres da ordem de 4\$200 réis anuais. Em 15 dias úteis de trabalho (ou três semanas), considerando a situação ideal de Cândida cumprir com êxito o total estipulado, o montante adquirido (7\$200 réis) seria suficiente para a sua própria alimentação (1\$500 rs.) e para o vestuário (4\$200), e isso mesmo concordando com o índice máximo de \$100 réis proposto por Dias para a alimentação. Dessas despesas, sobrariam ainda 1\$500 réis livres para Marcolino. Durante o restante do ano, a preocupação com gastos ficaria restrita à alimentação e a algum remédio, se acaso Cândida adoecesse. É claro que se deve aduzir a possibilidade de multas por infração de alguma postura por parte da africana, além do descumprimento por parte do arrematante dos serviços essenciais a serem prestados para a manutenção da arrematada. Mas, sem dúvida, tratava-se de um negócio muito vantajoso para o arrematante. Mesmo assim, Marcolino julgou melhor alugar Cândida, e assim evitar os eventuais gastos com sua

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 274-276.

¹⁹² Ver análise dos depoimentos adiante. Situam-se da fl. 6 a 10v do Processo.

manutenção, que ficaria a cargo da locatária.¹⁹³ Virtualmente, Cândida não ficava com nada do que ganhava, pois os lucros eram divididos entre sua locatária e seu arrematante.

Para além dessas condições ideais acima esboçadas, é preciso atingir outro nível de discussão, no sentido de compreender as relações de trabalho nas quais Cândida sobrevivia. No final de 1842, Marcolino já havia falecido. Cândida apenas começara a mover uma ação de Justificação pela qual desejava comprovar que poderia *viver sobre si*, sem necessidade de tutela e que, portanto, deveria adquirir plena autonomia como previa o Alvará de 1818. E há 20 de outubro de 1842, após 10 anos de serviço, solicitava ao juiz de direito que o escrivão consultasse os livros de assentos e lhe passasse o teor do Termo ou Auto de Arrematação, documento necessário para mover a ação. A partir de então, tinha início uma querela que envolveria a africana Cândida e a viúva do falecido, d. Anna Nobre Ferreira, permeada pelo depoimento de algumas testemunhas, e por interpretações diversas do significado da liberdade e dos códigos culturais relativos à *moral* e aos *bons costumes*.

Mas não era a primeira vez que Cândida tentava libertar-se. Já em 1839 acalentara o sonho de ser considerada verdadeiramente emancipada pelas autoridades provinciais, e assim gozar de “plena” liberdade. A sentença não lhe foi favorável, e a ação não parece ter chegado sequer ao Tribunal da Relação, a principal instância jurídica da Província de Pernambuco. A africana livre julgou melhor não prosseguir com a ação, ou foi assim aconselhada por seu advogado. A segunda tentativa, como veremos, não parou na primeira instância, e ultrapassou todo o ano de 1843, e seguiu até fevereiro do ano seguinte. A arrematação de Cândida havia se dado no dia 14 de janeiro de 1832, seguindo as determinações do Alvará de 23 de janeiro de 1831 e também do Acórdão de 11 de outubro de 1831, que considerava libertos os africanos apreendidos da Escuna Clementina. Portanto, com apenas metade dos quatorze anos que deveria servir a seu arrematante, Cândida já se sentiu capaz de alcançar juridicamente sua autonomia, vendo se transformar em realidade a promessa da lei de reduzir os anos de trabalho em dois ou mais anos para aqueles que conseguissem a difícil tarefa de provar merecimento.

¹⁹³ Em um mês de trabalho de 25 dias úteis, com um jornal no valor de 480 réis, o arrematante já pagaria ao Estado a taxa anual necessária, e ficaria com os lucros durante o restante do ano. Alugar os serviços dos africanos e africanas livres não era expressamente proibido aos arrematantes, e ao menos no Rio de Janeiro essa era uma prática muito comum. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. Cit., pp. 99-100.

Em suas *Cartas do Solitário*, o autor Tavares Bastos descreveu os obstáculos burocráticos para os africanos/as livres que requeressem sua emancipação final, e concluiu que aqueles que uma vez foram beneficiados com os serviços de africanos/as livres “*não cahem na asneira de facilitar-lhes a emancipação...*”.¹⁹⁴ Em função das dificuldades burocráticas, dificilmente os/as africanos/as livres conseguiriam, com seus próprios esforços, adquirir a emancipação almejada. Não é de admirar que um dos principais suportes de Cândida em sua segunda tentativa de emancipação fora seu advogado José Bernardo Galvão Alcanforado. Contudo, havia muito mais do que seu advogado nessa história. Dois taberneiros portugueses serviram de testemunhas favoravelmente a causa da vendeira de fatos, afirmando que ela “*sabe a Doutrina Christã*” e que “*he de bons costumes*”; além dos taverneiros, havia outra testemunha, e todos ofereceram idêntico depoimento. E Cândida ainda conseguira, talvez com a ajuda de seu advogado, a assinatura de nove testemunhas na seguinte declaração:

*Nós abaixo assignados attestamos e juramos, se necessario for que, conhecemos a Africana Candida, a qual tem bons costumes, muito bem murigerada (sic.), e com capacidade de viver sobre si, independente de curador, e com o uzo que tem de Fateira pode ganhar para sua subsistência. Recife. 4 de Abril de 1843.*¹⁹⁵

Mas voltemos aos testemunhos. A primeira testemunha, Manoel Ignacio Dias, branco, solteiro, era natural da Ilha Terceira¹⁹⁶, e era caixeiro. Ele disse que Cândida serviu a seu arrematante, e depois da morte dele, continuou a servir à viúva e aos filhos dela; disse ainda que a fateira tinha “*toda capacidade para por si viver emdependente de curador*”, e que vive alugada, sendo “*muito verdadeira*”, dando “*fiel conta do negocio*” de fateira, e além disso ela tinha “*seo pequeno negocio para com os lucros vestisse, e mesmo mantesse a sua vontade, o que he publico neste bairro da Boa Vista*”. Que negócio independente seria esse, não ficou claro em nenhum momento. A segunda testemunha era Vicente Ferreira de Vasconcellos, branco, casado, recifense, e vivia “*de negocio*”. Confirmou que Cândida “*alem do que paga dearea (sic.) [diária] com os seos negócios que faz vistesse (sic.) [veste-se] e sustenta-se a sua vontade e he muito capas (sic.) e fiel dando conta do negocio de que he emcarregada (sic.)*.” A terceira testemunha era branco, da Galiza, chamado Jose Maria

¹⁹⁴ Cf. CONRAD, Robert. Op. Cit., p. 57. Ver as págs. 461-462 das *Cartas do Solitário*, de Tavares Bastos.

¹⁹⁵ Fl. 27 do Processo. Grifo nosso.

¹⁹⁶ O nome da ilha é de difícil leitura, podendo haver algum engano.

Martins, que vivia de seus negócios e, como os primeiros, também morava na Freguesia da Boa Vista. Ele acrescentou que Cândida estava alugada a uma casa defronte a sua, e que pagava os já ditos 480 rs. diários de aluguel aos arrematantes, acrescentando que a africana “*com seus negocios que faz de fatura*”, conseguia aia amealhar algum dinheiro com o qual se vestia e se sustentava “*a sua vontade*”. Essa e a primeira testemunha foram enfáticas em afirmar que ela era “*muito morigerada com bons costumes muito fiel*”.¹⁹⁷

Mas d. Anna Nobre de Lacerda não estava nem um pouco disposta a perder os serviços de Cândida, e usou de todos os argumentos possíveis, desde aqueles supostamente respaldados pela pretensa interpretação judiciosa da lei, até aqueles que não passavam de consensos comuns e preconceitos buscados diretamente no universo cultural compartilhado pelos demandantes. Ela havia ficado viúva, e possuía filhos cujo número e idade não foram mencionados, e certamente havia um componente de necessidade econômica no esforço da viúva em manter Cândida atrelada ao contrato de locação. No dia 12 de março de 1843, a arrematante responde à notificação do Juízo e nomeia um advogado, iniciando assim a exposição de seus argumentos.

Inicia-se um embate desigual de representações entre a viúva – supostamente com status de mulher de ‘honra’, valorizada socialmente pelo casamento e filhos legítimos, e talvez pela cor – e a africana livre – para quem a dificuldade em comprovar a adoção dos princípios culturais prescritos, e a aquisição de uma plena “perfeição”, como exigia a lei, constituirá uma tarefa difícil, diante dos obstáculos pautados pelo ceticismo da elite em acreditar em uma vendeira de cor que adentrava o mundo da rua quase todos os dias. Um mundo que usualmente era considerado pelos contemporâneos como desonroso para uma mulher decente.

Surpreende, à primeira vista, que o primeiro e mais repetido argumento da viúva seja exatamente o ataque à imagem da vendeira. Mas é preciso reconhecer que o próprio Alvará de 1818 impunha condições diretamente ligadas ao caráter dos africanos para emancipá-los ou não, e seria portanto nesse ponto onde se concentraria o advogado da viúva. Logo no início, d. Anna julga que a africana fora *seduzida*¹⁹⁸, e que “*de mãos dadas com seus*

¹⁹⁷ Os depoimentos das testemunhas estão de difícil leitura, e encontram-se da fl. 6 a 10v.

¹⁹⁸ No contexto de toda a Ação de Justificação, seduzir (do latim, *seducere*) se apresenta não apenas no sentido de induzir alguém ao erro ou ao mal, mas ainda no sentido mais comum que envolve o levar alguém a ter relações sexuais. Uma sedução que parece ser recíproca, pois as testemunhas são descritas como “*seus*

*adoradores tem incomodado este respeitavel Juizo, a fim de ver se, illudindo-o, pode com plena liberdade, e mais franqueza entregar-se as orgias, e devassidão, para o que, na verdade, está magistralmente habilitada.”*¹⁹⁹

Como se percebe, a viúva não usa meios termos. A vendeira estaria inapelavelmente se entregando à prostituição, e fora levada a demandar por sua liberdade pela sedução das três testemunhas – ou quem sabe pela sedução dela para com as testemunhas?! –, particularmente os dois portugueses proprietários de tavernas. O que nos leva a perceber a associação óbvia, para a época, entre o estabelecimento de venda de bebidas e a prostituição. Teria sido na sociabilidade da venda, e pela vizinhança que Cândida mantivera contatos com os taverneiros, o que fica evidente pela passagem em que a viúva analisa a *pessoa* das testemunhas, mostrando o porque de não merecerem confiança. A primeira e a última seriam “*Ambos naturaes de Portugal; ambos taverneiros; ambos moradores na mesma rua, e bem vizinho da caza em que está alugada a Africana (...)*”.²⁰⁰ Redes de vizinhança podiam muito bem ser acionadas em situações de dificuldade, vivenciadas por grupos populares, como demonstramos na primeira parte desse estudo.²⁰¹ A segunda testemunha, embora não tivesse os “defeitos” da nacionalidade e da profissão, seria também interessada na liberdade de Cândida, e por isso se associara aos dois taverneiros “*a fim de os atar*”.

Mas além desses argumentos morais, sem dúvida de muito peso em toda a querela, havia também interpretações distintas relativas às relações de trabalho a que eram submetidas, sobretudo, as pessoas de cor no meio urbano. Para os defensores de Cândida, o fato de ela estar alugada seria por si só uma razão suficiente para que ela devesse ser considerada capaz de reger-se *por si mesma*, sem depender de um curador. Afinal, ela tinha

adoradores”; o que implica reconhecer uma possibilidade real de Cândida ter investido seus encantos sexuais e outras artes de convencimento para trazer os taverneiros para seu lado. Sidney Chalhoub, no excelente texto de *Visões da Liberdade*, aponta para esse jogo de sedução em que o sedutor é seduzido. Ver o caso da escrava Fortunata em CHALHOUB, Sidney. Op. Cit, p. 109. Lilia Moritz Schwarcz é responsável por um dos mais completos estudos sobre a representação de negros e negras na imprensa paulistana do séc. XIX, e também percebe que a imagem da mulher negra como “sedutora” e “imoral” era recorrente, pois esta, conforme a documentação “*expõe seus pés nus e seu corpo sem collete e entrega-se de maneira condenável*”. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 62 e 233.

¹⁹⁹ Fl. 14 do processo.

²⁰⁰ Fl. 14v do processo.

²⁰¹ Para as redes de vizinhança acionadas por mulheres pobres na cidade de Belém, ver PANTOJA, Ana Lúcia Naur. *Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910)*. Pp. 119-141. In BRUCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2001. Para a relação entre laços de vizinhança e de família, Cf. o excelente estudo de JELIN, Elizabeth. **Las Familias en América Latina**. In ISIS INTERNACIONAL, 1994, EDICIONES DE LAS MUJERES N.º 20.

uma ‘*indústria*’ através da qual se sustentava e pagava o que era devido à viúva. O advogado de Cândida entende que:

O estar allugada não foi jamais prova de incapacidade; pelo contrario demonstra q. a Justificante tem huma industria, e industria que lhe rende 480 rs. diarios, alem do sustento; ora quem esta nestas circunstancias não se pode contestar q. tenha meios de viver sobre si, porque se por conta da o sustento, e 480 rs. para ainda tirar lucros, he indubitavel que a Justificante pode obter maiores lucros. Se pois a Justificada alluga os serviços da Justificante, he por q. assim lhes [convêm], he por q. disto tira maior lucro, sem q. dahi se possa deduzir incapacidade, por q. todos, q. tem escravos, costumão alluga-lo por interesse, q. disto lhes resulta; se pois não estivesse allugada a Justificante, se não tivesse meios alguns de ganhar a vida, rasão teria a Justificada (...).²⁰²

Como colocar escravos sob regime de aluguel era algo muito comum no Brasil oitocentista, o advogado deduz que isso não significa que os escravos e escravas assim engajados ao trabalho fossem incapazes de maior autonomia, e sim que o/a proprietário/a assim preferia por ser mais cômodo, e porque “*disto tira maior lucro*”. Chega mesmo a admitir que a própria Cândida tem os meios necessários para “*viver sobre si*”, e que ela ainda poderia “*obter maiores lucros*” caso fosse livre. O advogado faz, em todo o texto, uma alusão comparativa entre a condição dos escravos e escravas e a da africana *livre*: ambos são postos em regime de aluguel pelos interesses de seus locadores.

Mas d. Anna Nobre entendia diferente o fato da vendeira estar alugada. Afirmava que havia posto Cândida no regime de aluguel exatamente por não encontrar outra alternativa melhor de lucro, por exemplo, colocando-a sozinha a vender na rua ou em outro negócio, e por a africana ser incapaz de sozinha dar conta da atividade que desempenhava. E assim aponta uma lista imensa de defeitos que nenhuma vendeira deveria apresentar. Ressalta que:

a triste experiencia do genio desvairado, e atrabiliario da Justificante, disso [refere-se ao lucro] tem privado a Justificada, pelo justo receio das continuadas perdas, e má conta, que dava das vendas, que se lhe incumbia: pelos disturbios, que pela rua fazia, como succedeo com o ferimento por ella feito no escravo de D. Maria Benedicta, do que resultôu, pagar o falescido marido da Justificada, as

²⁰² Fl. 24v do documento. Grifo nosso.

custas (...). Por isso, e para conter outros desvarios, que seria prolixo narrar, he, que a Justificada tem posto em aluguer (sic.) a Justificante. (...) E ahi que de proezas, que não tem praticado, que artimanhas não tem exercitado nesse tão gabado trafico de fateira, com cujo producto, dizem as testemunhas, que ela se veste!! (...) Sendo portanto a Justificante tão inquieta, e desvairada, como exuberantemente parece estar provado, estará ella porventura no caso de por si mesma reger-se? quando mesmo alugada, ainda assim necessario hé ter uma outra companheira, que vigie, e regule sua conducta! quando ella nem sufficiencia tem para ser a recebedora de seo salário (...)!²⁰³

Ao lucro certo e eficiente, carregado pela viúva a partir do regime de aluguel, o advogado desta opção as “*continuadas perdas*” resultantes de um comportamento descrito como *violento, inquieto, desvairado, atrabiliário*. O que implica dizer que, do ponto de vista da parte da viúva, Cândida não poderia jamais ser posta *ao ganho*, em uma situação que lhe propiciaria maior autonomia. Ao contrário, o sistema de aluguel, com vigilância por parte do locador/a, seria o menos nocivo aos interesses imediatos de d. Anna Nobre, apesar desta afirmar que poderia tirar melhor lucro sob outros regimes de trabalho. Cândida, na visão da viúva, não teria os requisitos morais necessários para ser uma “*boa vendeira*”. Os brancos, presume Gilberto Freyre, mandavam apenas os negros

*moralmente superiores: merecedores de uma confiança que nem todos os pretos mereciam dos brancos seus donos. Pois não nos esqueçamos de que a variedade de escravos com valores morais do ponto de vista dos seus senhores deve ter sido tão grande quanto a variedade de tipos físicos entre eles.*²⁰⁴

Se acreditarmos que os brancos escolhiam suas vendedoras de rua, pautados por todo um quadro de referências a serem preenchidas, então, desse ponto de vista, Cândida parecia não se encaixar nos padrões da vendeira ideal. As expectativas dos contratantes brancos certamente existiam e interferiam nos contratos de trabalho. Não obstante, isso não significa que as suas vendeiras fossem submissas às representações e percepções que eles erigiam como modelo a ser seguido. Nesse caso, particularmente, a mulher branca precisa

²⁰³ Fls. 15/15v do processo.

²⁰⁴ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2.^a ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, p. 76.

desqualificar a africana enquanto vendeira exatamente para continuar a receber os lucros que o trabalho desta certamente fornecia.

D. Anna Nobre Ferreira não precisou provar todas as acusações impingidas à africana *livre*. Não foram apresentadas testemunhas que confirmassem o fato alegado de que a vendeira se vestia com as roupas destinadas a vender.²⁰⁵ Não havia também documento que comprovasse a agressão física a um escravo. O único documento que, de certa forma, funcionou como um depoimento, tratava-se de uma carta supostamente escrita pela mulher a quem Cândida estava alugada. A viúva havia solicitado a Maria da Penha que expressasse “*qual a conduta da preta Cândida*”, e mais “*que conta tem ella dado dos fatos, que vai tomar para vender, e finalmente que confiança nella depozita.*”²⁰⁶

A visão da mulher para quem Cândida trabalhava confirma algumas das expectativas senhoriais quanto ao trabalho e ao comportamento das pessoas de cor sob sua tutela. Mas o conteúdo da carta não era de todo negativo para a africana. Dizia que

*a conducta da Preta Candida em minha casa não tem sido the (sic.) hoje a mas (sic.) desejavel, isto he não p.^r q. ella pratique actos notaveis, por q. então eu a teria despedido, mas alguma cousa pouco cuidadosa dos serviços q. lhe da a fazer. Quanto ao negocio dos fatos que ella vende ainda continua nelle, se bem q. outro lucro poderia ter tirado a não ser alguns prejuizos provenientes de desmanxos (sic.) della, bem como tem acontecido e continua acontecer ella por motivo de suas vadiações não vender-me os fatos que leva p.^a a rua. A respeito da confiança, q. nella tenho, desta bem [Vm] ajuizar pelo facto de ser o pagamentos (sic.) das semanas entregue a Il.^{ma} p. a sua escrava Florência, e isto remmetido durante o tempo q. fui passar a festa p.^r o senhor Francisco Pereira da Luz pessoa a quem deixei em minha casa p.^a tomar sentido no meu negocio, e pagar as semanas das pretas. Isto he o q. tenho a responder-lhe [além] de outras couzas proprias destas gentes, e propria da idade della (...).*²⁰⁷

²⁰⁵ Difícil imaginar os motivos para Cândida vestir as roupas que vendia. Uma possibilidade é que a viúva não lhe fornecia, como era seu dever, o vestuário, como todo senhor devia fazer com seus cativos e também com os africanos livres. Outra razão pode estar no fato de Cândida ter avaliado que as roupas que vendia eram melhores e mais atraentes que as fornecidas por sua locatária ou senhora, sobretudo se com elas se prostituísse para guardar algum lucro para si.

²⁰⁶ Fl. 20 do documento.

²⁰⁷ Recife, 10 de Março de 1843. Fls. 20 e 21.

Abaixo vinha o nome Maria da Penha, embora a defesa de Cândida vá alegar que a carta deve ser considerada apócrifa, pois a suposta autora não sabe ler nem escrever. Mas de nada adiantou sugerir à Justiça que chamasse a autora da carta para comprovar a sua condição de analfabeta. A dúvida sobre a autoria da carta não foi dirimida por alguma prova, uma vez que os julgadores da ação não cederam à pressão do defensor de Cândida.

Dona Maria da Penha deixa transparecer que possuía um bom negócio, pois menciona “pretas” que trabalhavam para ela por um pagamento semanal. Sobre Cândida, suas afirmações estão repletas de ambigüidades. Como por uma certa experiência em lidar com vendeiras, a negociante apenas questiona o fato da vendeira ser um tanto ‘desregrada’ – referindo-se a *desmanxos*, e *vadiações* –, causando algum prejuízo por não vender as roupas. E como uma negociante que era, não confiava o dinheiro à Cândida, mas a uma escrava que provavelmente lhe inspirava mais confiança. Mas além dessa crítica à conduta da Africana, não julga nada de mais especial, ou *notável*, no comportamento da negra. Maria da Penha estava preocupada apenas com os comportamentos que lhe pudessem causar danos materiais, e parecia adotar relativa tolerância cultural – provavelmente uma estratégia inteligente para a manutenção do negócio que possuía –, uma vez que sequer detalhou quais seriam os atos para ela típicos das pessoas de cor, e típicos da idade da preta Cândida. Havia, ao que parece, todo um universo cultural que seria próprio das negras jovens, e do qual uma mulher branca honrada – solteira, casada ou viúva – teria de manter distância, construindo uma identidade distinta do complexo identitário expresso na associação *vendeira-negra-rua*.²⁰⁸

Difícil afirmar se a carta era verdadeira ou falsa. Mas o interessante é que ela expressa e insinua sentidos e interpretações compartilhados pela visão de mundo dos que viviam do serviço de outras pessoas, estas geralmente de cor. Era muito comum que criados e criadas, vendeiros e vendeiras de rua, de condição escrava ou não, fossem objeto dos comentários negativos de seus senhores e patrões, como um instrumento de controle daqueles que seriam ou não admitidos em suas casas e negócios. Ao pedir e receber as informações sobre a

²⁰⁸ Para a reclusão e seus significados, ver: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**, Op. Cit., sobretudo o capítulo 4; e CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p. 29.

africana *livre*, os possuidores do serviço dela estavam tacitamente tratando-a como escrava, alguém sobre quem deve recair o olhar senhorial vigilante.

As omissões deixadas pela locatária, suposta autora do documento, tanto podem ser compreendidas como um ardil dos reais autores da carta – que prefeririam apenas insinuar aspectos comportamentais mais escabrosos, e assim conferir certa imparcialidade ao depoimento –, ou como uma prova da autoria da própria Maria da Penha, que não estaria interessada em detalhes que não prejudicavam seu negócio. Se essa última interpretação for a correta, então d. Anna deve ter ficado um tanto frustrada por não poder reforçar os seus prediletos ataques à moralidade da africana, servindo-se apenas da afirmação relativa aos prejuízos e às vadiações. Mas aqui estamos em um terreno prenhe de incertezas.

Logo após a ação de Justificação de Cândida e os depoimentos das três testemunhas que ela conseguira arrolar, bastou vir a resposta de d. Anna Nobre Ferreira seguida da carta atribuída a negociante Maria da Penha, e o Juiz da 1ª Vara chegou à seguinte conclusão:

(...) julgo improcedente a Justificação, por não ter a justificante satisfatoriamente provado ser capaz de reger-se sobre si; entretanto que o [inverço] se prova com a resposta da arrematante, e depoimento da terceira testemunha (...) (fl. 17v)

não apresentou-se facto algum, em que ella tivesse mostrado essa suposta capacidade, que pelo contrario se [fez] traida pelo facto de [] a Justificante alugada a huma terceira pessoa, que dirige os seos serviços (...) segundo porque a [Justificante ahinda] não tem um perfeito habito de trabalho, para que se possa supor que ella por si se poderá sustentar (...). (fl. 18)

E terceiro (...) tem se mostrado a justificante de hum genio violento e rixoso, e consequentemente ahinda precisa de huma pessoa, que tenha [immediata] vigilancia sobre suas acções, e as corrija. (fl. 18/18v).

Acima está o resultado da Justificação da fidejussora. A defesa de Cândida, entretanto, no dia 30 de março de 1843, inicia nova Justificação, combatendo as alegações da viúva. O teor do debate não mudará muito de ambas as partes. Antigos argumentos são continuamente reforçados, antigas críticas mútuas e ironias freqüentam mais uma vez essa parte do processo. Mas é preciso reconhecer que, para além dessa aparente monotonia e repetição, o discurso que “se repete” ainda assim não tem mais as mesmas camadas de sentido. Além do que, novas armas são movidas pelos demandantes.

3.3 As últimas tentativas: o trabalho de Penélope

O advogado da vendeira ataca agora diretamente os principais pontos levantados por d. Anna Nobre. Primeiro ridiculariza o que considerou ofensivo aos portugueses e uma alegação fútil, afirmando que o fato de serem dessa nacionalidade não os impede de falar a verdade. A seguir, interpreta os laços de vizinhança de modo diferente da viúva. Para ele, a vizinhança seria “*mais húa rasão para que bem conheção a Justificante, e conheção seus costumes; a outra pecha de adoradores he [] banalidade trasida em falta e outros meios.*”²⁰⁹

A defesa de Cândida não contestou diretamente os ataques incisivos feitos à sua moralidade. Considerou banalidade, e não se deteve muito em contra-argumentos. Contestou, todavia, pontos mais gerais que lhe atribuíam características de mau comportamento, bem como aqueles relativos a sua capacidade para o trabalho. O regime de aluguel, lucrativo para a viúva, não constituiria argumento sólido, como ficou demonstrado anteriormente. E mesmo se o aluguel fosse recebido por outra pessoa, e não pela africana, isso se devia ao fato dela estar ocupada em seu serviço, e não caracterizaria incapacidade, senão que ela não poderia ser usada também para esse fim. Opondo-se ao argumento que mencionava as despesas, o advogado afirma que Cândida dava lucros equivalentes a 15\$000 réis mensais.²¹⁰ Logo, durante os 11 anos que trabalhou para a viúva, ela já tinha compensado *abundantemente* as despesas feitas pelo arrematante. O tempo de trabalho era lembrado ainda não tanto pelo lucro conferido pela vendeira, mas também pela experiência e socialização disso decorrente, tornando-a capaz de autonomia:

os Africanos são arrematados para por meio de seus serviços indemnizarem (sic.) as despesas com sua educação, e sustento até q. se ponhão em estado de se poderem reger, e de se não fizerem pesados á sociedade, julgando a Lei os serviços até q. os Africanos cheguem á este estado sufficientes para a indemnização; a Justif.^e tem prestado estes serviços por 11 annos, tem adquirido esta capacidade,

²⁰⁹ Fl. 24 do processo.

²¹⁰ Um valor que, se for verdadeiro, seria bem superior a costumeira média de 10\$ réis mensais pagos pelo aluguel de escravas, e constantes nos *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco durante toda a década de 1840.

*como está provado pelos depoimentos (...), e fica corroborado pelo documento agora junto (...).*²¹¹

Para o advogado, a africana tinha cumprido a sua parte no contrato. Tinha prestado serviços lucrativos suficientes para a indenização das despesas da arrematante, e adquirido as condições sociais básicas exigidas pela lei para sua inserção no grupo dos livres. Condições essas já ditas na primeira tentativa de emancipação, e que são o domínio da língua portuguesa, o conhecimento dos princípios cristãos e a capacidade de reger-se sem necessidade de curador. Desta vez, entretanto, a defesa da africana busca conferir mais legitimidade e veracidade a seus argumentos. É nesse momento que se recorre ao atestado de boa conduta, já citado, assinado por nove pessoas que asseguravam os bons costumes, o caráter morigerado de Cândida e sua capacidade de sobreviver de seu ofício de fateira. As assinaturas vinham reconhecidas legalmente, ao contrário da assinatura da carta de d. Maria da Penha, que a viúva d. Anna Nobre Ferreira não se preocupou – porque não foi compelida a isso – em comprovar. O advogado de Cândida dirá que Maria da Penha não sabe ler e escrever, embora a carta sugira ter sido por ela assinada. Contestam-se ainda as próprias opiniões esboçadas na carta pela suposta autora, que seria demasiado interessada na manutenção dos lucros da africana, e comenta:

*em 1º lugar hua simples carta não pode destruir a prova resultante de 3 testemunhas contestes; em 2º lugar he suspeita pelo interesse, que tem a allugadora na conservação do alluguel da Justificante; em 3º lugar he inverossimil que sendo a Justificante de máu (sic.) comportamento, e incapaz de dar conta do que lhe entrega, a supposta authora da carta queira conservar, continue a pagar alluguel de quem he desleixada, e incapaz de se encarregar da industria que tem. (...).*²¹²

O terceiro argumento toca em um ponto essencial da questão. Ora, os locatários de escravas vendeiras eram ciosos em que estas fossem de confiança, e não raro exigiam que seus senhores se responsabilizassem por possíveis furtos ou extravios. Os contratos de aluguel iniciados nas páginas do Diário de Pernambuco já insinuavam as cláusulas consensuais a serem seguidas, e por elas fica patente que os locatários se mostravam

²¹¹ Fls. 25v/26 do processo.

²¹² Fl. 25 do processo.

bastante receosos de possíveis perdas.²¹³ Nesse sentido, o argumento da defesa de Cândida se torna fortalecido, uma vez que está fundamentado na própria relação cotidiana entre possuidores de escravas vendeiras e os locatários.

Havia ainda outro argumento a contestar. A africana seria ‘rixosa’, como se afirmava comumente na época de tantas mulheres negras e mestiças presas pelas autoridades policiais? Faria ela os distúrbios pela rua de que era acusada? O seu defensor não negou o caso específico do ferimento cometido por Cândida a um escravo, mas alegará que não há prova de que o crime tenha ocorrido, e que, mesmo sendo verdade, o fato não a tornaria ‘rixosa’ ou ‘*de maus costumes*’. Além do que, deveriam ser verificados os motivos do crime. O advogado qualificou o acontecimento como um “*facto isolado, que não pode estabelecer prova do caráter, e costumes da Justificante*”.²¹⁴

A rua, enquanto ambiente onde se dá a vida social de grande parte de negros e negras, e mestiços e mestiças, era um espaço repleto de situações conflituosas, envolvendo pessoas de mesma cor e condição social ou hierarquicamente diferentes. Roubo, estupros, agressões físicas, assédios, palavrões não eram incomuns. Viver nas ruas demandava da parte das negras e mestiças atitudes de autoproteção, o que significava um comportamento pouco aceito ou apregoadado pelos códigos do patriarcalismo.²¹⁵ Não é, portanto, nada improvável que Cândida tenha mesmo agredido um outro negro pelas ruas. Daí a considerar tal ato um índice irrefutável dos ‘*maus costumes*’ da africana já é outra coisa. Entretanto, para a época, qualquer ato ou gesto mais insubmisso da parte de elementos pertencentes a grupos sociais inferiores era visto como índice de rebeldia ou ingratidão pela elite branca. Cândida talvez tivesse violado o limite tênue entre o ‘certo’ e o ‘errado’, do mesmo modo que a viúva também insistia em situá-la no limite do ‘*desonroso*’, do comportamento sexual imoral, em oposição à sexualidade austera que se exigia das mulheres ‘honradas’, em geral tidas como mulheres brancas.

Logo após essa segunda tentativa, a sentença não foi alterada. Só restou à Cândida pagar as custas da ação. Os seus documentos não foram considerados, mas os da viúva ganharam credibilidade perante o juiz que, no dia 22 de junho de 1843, declarou: “*Julgo*

²¹³ Ver o cap. 4 dessa pesquisa.

²¹⁴ Fl. 25v do processo.

²¹⁵ Ver as conclusões do recente trabalho de Cecília Soares, sobre os desafios enfrentados pelas mulheres de cor nas ruas de Salvador, no século XIX: ‘*A negra na rua, outros conflitos*. Pp. 35-47. In SARDENBERG, Cecília M. B. Et. al. (orgs.) **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

*improcedente a presente Justificação para o fim que se pretende a vista do que por parte da Justificada se allega, e prova com os documentos (...): pague portanto as custas a que a condenno.”*²¹⁶

Cândida ainda não desistiria. Determinada a continuar o embate, mandou lavrar termo de apelação, voltando-se agora para o Tribunal da Relação. Este Tribunal poderia reformar a sentença a que chegou a 1ª Vara do Recife. José Bernardo Galvão Alcanforado, principal nome em defesa da emancipação de Cândida, lamenta que o Juiz tenha desprezado o depoimento das três testemunhas, e tece comentários que põem em dúvida a letra da lei e a realidade vivida pelos africanos. Por mais que reafirme sua confiança na legislação, deixa transparecer certo ceticismo em relação a seu efetivo cumprimento. Os serviços que os africanos prestariam seriam apenas para compensar os gastos dos arrematantes, não para mantê-los sob um regime de escravidão disfarçada. Vejamos as palavras contundentes do advogado:

*estes servissos (sic.) forão dados em compensação disto [refere-se aos dispêndios], mas nunca foi, e nem podia ser intenção do Legislador sugeitar (sic.) os Africanos assim arrematados á hua escravidão, de que estavam isentos, e por isto se expedirão regulamentos, q. garantissem a condição dos Africanos, concedendo-se que tendo elles adquirido (sic.) a capacidade necessaria gosarião de sua liberdade. A apellante confiada nesta garantia, confiando que a Lei a considera livre, e que seu disvalimento, e sugeição, em que vive, não obstaría a que a Lei se fisesse efectiva a seo respeito, intentou a Justificação (...), que a pesar da prova em que se fundou, foi dispresada, e a apellante condenada á jaser na disfarçada escravidão, em q. se acha.*²¹⁷

Alcanforado põe em cheque as contradições entre a lei emanada pelo Estado, que estaria de conformidade com supostos princípios humanitários, e uma realidade que punha os africanos, como Cândida, em uma “*disfarçada escravidão*”. Para ele, os arrematantes particulares interpretavam a arrematação como escravização de fato, e não como uma responsabilidade pela socialização e efetiva emancipação dos seus arrematados. Acerca do desprezo da Justiça ante os testemunhos favoráveis à africana, reforça que Cândida não

²¹⁶ Fl. 28v do processo. Sentença assinada por José Nicolau Regueira Costa.

²¹⁷ Fls. 32/32v do processo.

poderia ter sido desatendida, a não ser “*que a liberdade dos Africanos, q. a Lei garante não he illuzoria*”, sugere com mordacidade o advogado.²¹⁸

As despesas de d. Anna Nobre com a manutenção de Cândida, afirma Galvão Alcanforado, estão sendo exageradas, e já estavam compensadas pelos onze anos de serviço da africana. E por fim, apela para a observação do Alvará de 26 de janeiro de 1818, particularmente para o parágrafo 5º.

A viúva, por seu turno, volta agora com um discurso ainda mais seguro e confiante. Entram em cena novas interpretações. José dos Anjos Paiva d’Amorim, o advogado da viúva, entende que a sentença contra o interesse de Cândida está de acordo com o referido Alvará, exatamente porque se salva a africana

*das garras da mizeria á que a querem expor aquelles, que a despeito de sua insufficiencia e inaptidão procurão-lhe a plena liberdade, para com mais liberdade dar pasto á seos libidinosos fins!! e finalmente tãobém (sic.) assim se exerce a bem ordenada caridade (...).*²¹⁹

Agora o curador da viúva julga a lei relativa aos africanos como portadora de virtudes humanitárias que deveriam ser cumpridas. Libertar Cândida antes dela se tornar capaz para a vida dos livres seria um ato contrário à caridade. Mais uma vez, o componente sexual aflora grosseiramente no documento. Haveria, da parte dos defensores da africana, interesse em substituí-la, e por isso estariam criando imaginariamente uma perfeição que não existia em sua “*Penelope africana*”. Pode-se imaginar que, quanto à perfeição, Cândida não devia ser uma Penélope – talvez um ideal inatingível para qualquer mulher –, mas quanto à perseverança e o trabalho incansável de tecer e desmanchar os fios que a fariam reencontrar a liberdade, ela seria mesmo uma Penélope.²²⁰

Das suspeitas dirigidas pelo defensor da africana quanto ao real significado da legislação relativa aos africanos, o advogado da viúva parte para a apologia dos dispositivos legais:

²¹⁸ Fl. 33 do Processo.

²¹⁹ Fl. 35 do Processo.

²²⁰ Segundo o mito de Penélope, esta é o símbolo da fidelidade conjugal, uma vez que se manteve fiel ao marido Ulisses durante o longo tempo de sua ausência, afastando de si os pretendentes com o argumento de que não se casaria antes de tecer a mortalha de seu sogro, Laerte. Tecendo pela manhã, e desmanchando à noite, a mortalha nunca ficava pronta, e assim Penélope sempre aguardava o esposo distante. Por isso que a expressão “trabalho de Penélope” ficou sendo usada para todo trabalho que parece não ter fim. Cf. COMMELIN, P. **Mitologia Grega e Romana**. Tradução: Thomaz Lopes. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 227.

Concordamos, que de conformidade com a Lei seja dada plena liberdade ao Africano, cujos serviços são arrematados, logo que sufficientemente se prove, que elle se acha em tal gráo (sic.) de perfeição, que o habilite para por si reger-se: porem tãobém nos convencemos, que jamais seria a mente do Legislador querer, que cumprido certo prazo, sem attenção á capacidade, e como, que por mera formalidade, se concedesse plena liberdade ao Africano a despeito de sua inhabilitação (...). Assim em logar (sic.) de cumprir-se o fim da Lei, que foi beneficiar essa desgraçada porção da especie humana, seria pelo contrario decretar hum mal para elles, e para toda a sociedade, que teria de os soffrer, e punir a enormidade de seos delictos. Nestas circunstancias (sic.) pois está a Apellante, que apesar de estar já há onze annos em poder d'Apellada, com tudo pela sua rebeldia ainda não foi possível morigerar-se, e adquirir qualidades, que a tornem apta para viver sobre si.²²¹ (Grifo nosso).

O Alvará a que se refere o advogado de d. Anna Nobre prevê uma possível redução de dois ou mais anos para o tempo de 14 anos de serviço. Para ele, isso não significava a possibilidade real de que os africanos conseguissem a liberdade antes do prazo final. De modo realista, percebe que a legislação impõe às mulheres e homens nessa condição a penosa missão de provar de modo muito convincente o seu *grau de perfeição*. Já o Alcanforado, apesar do ceticismo diante da Lei, tenta passar uma imagem de que ela é favorável aos que demandam pela liberdade, e só questiona se a lei não fora elaborada “*para africano ver*”, tal como – podemos acrescentar – a lei para inglês ver, que proibiu o tráfico de escravos africanos em 1831. Essa *perfeição* exigida pela lei e pelo olhar vigilante e cético das autoridades brancas frente às mulheres negras, alega o advogado da viúva, não seria ainda a condição de Cândida. Ela não era morigerada e submissa como dela se queria, mas sim rebelde. E o conceito de rebelde na época é bem vasto. Não inclui somente a radicalização do enfrentamento entre a elite e seus subordinados, mas uma multiplicidade de gestos cotidianos. A falta de deferência diária, a chamada *ingratidão*, o não atendimento eficiente aos chamados dos senhores e patrões, tudo isso poderia entrar na soma da rebeldia, e contar pontos negativos na *ficha* das mulheres e homens trabalhadores.

²²¹ Fl. 36 do Processo.

O que o documento não diz abertamente, mas deixa indícios, é a falência da negociação que deve ter acontecido entre Cândida e a arrematante de seus serviços. O comportamento da vendeira não se amoldou ao espírito negociador de muitos outros em condição similar a sua. Essa negociação falida, ou sequer tentada, deve ter levado a fateira a mover as ações de Justificação contra os interesses da viúva.²²²

A vendeira Cândida, para seus opositores, só trazia prejuízo com o trabalho em educá-la. Ela não havia sido arrematada para *jazer na escravidão*, realmente, mas para ser *tratada com docilidade*. Outrossim, o dever de ensinar-lhe a Doutrina Cristã, um ofício e a língua nacional, era considerado também um “*grande, dispendioso, e variado trabalho*”.²²³

É difícil imaginar como ensinar essas habilidades – que certamente envolviam, sobretudo, a transmissão oral e a própria experiência cotidiana – seria tão dispendioso assim. Se essa obrigação do arrematante demandava algum esforço, era mais de natureza não monetária: certa dedicação e paciência, até começar a colher os lucros de uma pessoa já mais adaptada ao local em que fora inserida. Embora sem cair no excesso de economicismo, não se deve considerar tanto um ato de caridade esse ensino, mas um ato de investimento e interesse em um trabalhador ou trabalhadora mais eficiente. No caso de Cândida, falar o português seria essencial para o exercício do ofício de vendeira. As habilidades exigidas não deixam, portanto, de estarem relacionadas com a intenção básica de forjar uma trabalhadora morigerada e lucrativa, ordeira e disciplinada.

A sentença da 1ª Vara fora confirmada no pelo Tribunal da Relação no dia 11 de Novembro de 1843. Acreditou-se nas palavras da viúva, que julgou não haver diferença alguma no caráter de Cândida desde a primeira tentativa, em 1839, e esta, três anos depois. Se havia alguma diferença, disse, era para pior.²²⁴

Logo no dia 27 de Novembro, Cândida e seu advogado apresentaram sua tentativa de embargo. O advogado da viúva tratou rapidamente também de impugnar os embargos. A linguagem da viúva, através de seu representante legal, Jozé dos Anjos, revela segurança na manutenção da sentença, mas ainda assim reforça seus ataques à imagem da vendeira. A

²²² Para a negociação escrava e seus limites, Cf., entre outros, REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas: mocambos, e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; CARVALHO, Marcus, J. M. de. **Liberdade**. Op. Cit.

²²³ Fl. 38 do Processo.

²²⁴ Ver sentença à folha 44 do Processo.

pertinácia e veemência da africana, ou de seus aliciadores, em alcançar a plena liberdade revelariam apenas a pretensão de “*licenciosamente se entregar aos envenenados prazeres da dissolução*”.²²⁵ A condição de imperfeição de Cândida estaria comprovada pelas três decisões da justiça. Também pelas Instruções de 19 de janeiro de 1835²²⁶, que dispunham sobre a possibilidade e as circunstâncias em que os contratos entre africanos e arrematantes deveriam ser finalizados, apenas “*por faltas do arrematante, se pode rescindir a arrematação*”, ou seja, o contrato só deveria ser rompido quando se provasse não apenas a perfeição da vendeira, como também a imperfeição da viúva. A lógica da lei, segundo o defensor da viúva, era a seguinte: como “*não se nota defeitos na embargada*” (d. Anna Nobre), “*nem se descobre perfeição alguma*” no caráter da negra Cândida, a sentença não deveria ser alterada. A imperfeição da arrematante seria demonstrada no caso da arrematada não ser devidamente vestida, ou se tratada desumanamente, entre outras faltas. Em uma linguagem eivada de representações senhoriais, Jozé dos Anjos considera que qualquer alteração na sentença seria um ato contra a lei e a moral, porque não se estaria concedendo à Cândida a liberdade, e sim “*licença!!!*”, brada o advogado da viúva.²²⁷

De nada adiantou Alcanforado afirmar que não era as Instruções de 1835 o objeto em questão, mas sim o Alvará de 1818, e a condição que este previa para que a africana fosse considerada livre do contrato de prestação de serviços. De nada adiantou ratificar que a condição de africana arrematada não é a mesma de uma escrava, e que as leis “*mandão favorecer as causas de liberdade*”. Afinal, ele estava lutando não contra um plano maquiavélico dos administradores do Império para manter os africanos na condição de escravos, mas contra algo que estava inscrito na própria sociedade escravista, e que vinha a ser a visão de que os africanos eram perigosos para a ordem social, seja por seu potencial de resistência, seja pela incompatibilidade entre seu status de livre e a hierarquia escrava, como notou Beatriz Gallotti Mamigonian.²²⁸ Tanto a sentença da primeira instância, quanto o acórdão que a confirmou foram mantidos. Os embargos movidos não foram considerados.²²⁹

²²⁵ Fl. 50 do Processo.

²²⁶ Para todo o conteúdo desse Decreto, Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **To be a Liberated African in Brazil: Labour and Citizenship in the nineteenth century**. University of Waterloo, Ontario, Canada, 2002, p. 302-304 (ANEXO).

²²⁷ Fls. 52-52v.

²²⁸ Ver MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. Cit., p. 105.

²²⁹ Para os argumentos da tentativa de embargo, ver fls. 54-55v do Processo; e para o desfecho em 28/02/1844, ver fl. 56.

Menos de dois meses após o desfecho desfavorável à Cândida, ela já estava interpondo um Recurso de Revista ao Supremo Tribunal de Justiça no sentido de rever os acórdãos contra ela proferidos. Não é para esperar outra coisa de uma africana que, com apenas metade do contrato cumprido, em 1839, já pleiteara pela primeira vez por sua plena liberdade. À Cândida, a convivência com sua arrematante na condição de africana livre lembrava muito a vida de tantos outros pretos e pretas dedicados aos mesmos ofícios e submetidos à mesma vigilância senhorial.²³⁰ E isso para ela era motivo de repúdio, daí seu esforço em chegar a maior instância judicial do Império, o Tribunal de Justiça da Corte.²³¹ É muito provável que, nessa instância, as autoridades do poder central tenham mantido a mesma decisão que negou à Cândida a segunda emancipação. Essa afirmação não é mera suposição. A conjuntura política pós-Abdicação – e mais ainda pós-revolta dos Malês de 1835 – era particularmente complicada para os negros em geral, e sobretudo para os inúmeros africanos/as lançados ilegalmente em grandes contingentes no país. Acusavam-se os africanos/as de serem moralmente corruptos, e portanto distantes do ideal de “*povo ativo e morigerado*” acalentado pela elite imperial. Na verdade, a idéia de construir uma “*nação*” morigerada e trabalhadora passava pela resolução do problema da mão-de-obra. Nesse sentido, segundo Jaime Rodrigues, “*O africano foi se tornando um mau trabalhador nos discursos dos parlamentares, especialmente no início da década de 1830.*”²³² Diante desse contexto adverso, dificilmente as autoridades judiciais da Corte dariam ganho de causa à vendeira africana livre.

Mesmo hipoteticamente supondo que Cândida alcançasse seu objetivo, a sua inserção no mercado de trabalho recifense não iria ser fácil se aqueles que a apoiaram na ação

²³⁰ Para Beatriz Gallotti Mamigonian, não havia muita distinção entre Africanos/as livres – sobretudo aqueles/as concedidos/as a locatários privados – e escravos/as propriamente ditos: “*In the eyes of many people, their experience resembled that of slaves, yet the government officials responsible for guaranteeing their freedom interfered only in extreme cases of abuse.*” Ou ainda: “*Liberated Africans and slaves shared not only their masters but very often their occupations, too.*” Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, Op. Cit., p. 87 e 95. Conferir todo o cap. 3 de sua Tese. Confirmando essa assertiva, pode-se notar que os próprios africanos/as livres se percebiam como sendo tratados como escravos. É desse modo que muitos fugiam de seus locatários como faziam tantos escravos com seus senhores. No Diário Novo, 05/06/1848, há a fuga de um “*moleque africano livre de nome Manoel*”, e que já havia fugido várias vezes de seu arrematante. O conteúdo do anúncio em nada difere dos anúncios de escravos fugidos.

²³¹ Infelizmente, se houve algum desdobraimento no Tribunal de Justiça da Corte não sabemos, pois não dispomos da documentação que lá pode ter sido produzida.

²³² Para toda a discussão do parágrafo, ver RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: São Paulo, Editora da UNICAMP/CECULT, 2000. Ver principalmente o capítulo inicial intitulado *Diagnóstico dos males*, pp. 31-68.

judicial não lhes oferecessem alguma proteção. O contexto do mercado de trabalho recifense é de intensa competição entre mulheres escravas, forras e livres pobres nacionais, e mesmo entre elas e alguns homens de cor e mulheres portuguesas. De qualquer forma, a persistência de Cândida não deixa dúvidas de que, para ela, valia mais a pena entrar nessa competição, a ter de prestar serviços gratuitos a terceiros em regime de submissão e dependência. Para Beatriz G. Mamigonian, africanos/as *livres* reconheciam sua condição como a de escravos/as, e eram pautados/as por esse reconhecimento que eles/elas exigiam dos arrematantes que cumprissem as mesmas obrigações que deviam cumprir com seus escravos. A mesma autora assinala ainda que uma arma freqüentemente usada nas petições de emancipação era dirigir as reclamações ao governo oficial, mas tal arma somente seria utilizada quando os africanos/as percebiam que “*o tempo tinha se tornado favorável*”.²³³ É nesse sentido que o caso da vendeira Cândida se torna particularmente interessante. Ela, como vimos, não esperou ao menos que se completasse o termo de arrematação com seus 14 anos de serviço. Do mesmo modo, ela não estava reclamando de possíveis maus-tratos, estava sim contando com suas próprias qualidades e com os dispositivos legais que a beneficiavam. Não foi suficiente.

A história de Cândida é a história de uma luta árdua para alcançar uma autonomia, ainda que precária, e sair de uma situação de liberdade fictícia em que vivia. A ironia do advogado de d. Anna Nobre de Lacerda, ao chamar Cândida de “*Penélope Africana*”, pode ter seu sentido revertido, indicando aquela tenta sem cessar alcançar sua liberdade. Se ela não era “casta” como Penélope, certamente era persistente e perseverante em seus objetivos; do mesmo modo, se ela não era uma *fênix* de perfeição (outra ironia do mesmo advogado), seria uma *fênix* no sentido de renascer incessantemente das cinzas para vôos de maior autonomia.²³⁴ A viúva que dela extraía o aluguel mensal, respaldada por seu advogado, conseguira construir um conjunto de representações maniqueístas que lhe valeram continuar na posse dos serviços de Cândida. Opôs sua reputação de *viúva honesta* – provavelmente branca ou tida como tal – à condição da vendeira preta, que seria sexualmente sem honra,

²³³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. Cit., p. 101. Ver o conflito, discutido pela autora, entre a Africana livre Dionísia e sua arrematante Joaquina Amália de Almeida, a quem a Africana serviu por quase 16 anos.

²³⁴ As ironias estão nas folhas 36v e 37 do Processo. Fênix era o nome de um pássaro fabuloso que vivia vários séculos, pois tinha um tipo raro de reprodução: para assegurar sua descendência, quando sentia a proximidade da morte, fazia uma espécie de ninho com plantas aromáticas e ervas mágicas e, após atear-lhe fogo, punha-se ao centro da fogueira, deixando-se queimar, renascendo assim de suas próprias cinzas. Cf. CIVITA, Victor. (Editor). **Dicionário de Mitologia Greco-Romana**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 73.

propensa a licenciosidades, freqüentadora de tabernas, briguenta.²³⁵ No entanto, outras vendeiras tentaram, como Cândida o fez no decorrer da ação, construir outras representações de si mesmas, mostrando serem portadoras de virtudes comumente associadas ao universo e às percepções culturais dos brancos e livres. É o caso que vamos discutir a seguir.

3.4 Uma preta forra de honra

Delindra Maria de Pinho é portadora de uma experiência pessoal de uma vendeira que alcançou certo status social e condição econômica que a tornam um caso peculiar no contexto urbano recifense do oitocentos. Preta forra, Delindra havia sido convidada, em 1822, para apresentar uma recém-nascida em um batizado que seria realizado no distante lugar de Maria Farinha, região litorânea situada ao norte de Olinda. O fato de ter sido convidada para uma cerimônia importante do culto cristão, por si só, é demonstrativo do reconhecimento social por ela adquirido. Por sua vez, o contato com um local tão distante sugere que ela mascateava por aqueles lados também. Ela era, provavelmente, uma das mulheres forras que bem poderiam dizer que adquiriram sua posição “*Por meu trabalho, serviço e indústria*”.²³⁶ A preta forra, ao que parece, tinha adquirido um certo status e riqueza, e por isso mesmo iria reivindicar para si um conjunto de valores ligados à honra e aos bons costumes. Recuperamos sua história a partir de um processo que ela moveu para recuperar preciosos bens que supostamente teriam sido roubados por um homem livre, proprietário de um sítio nas proximidades de Olinda.

A história começa de modo um tanto pitoresco. Para chegar ao evento, contratou os serviços de um condutor, de nome Manoel Felix, que tinha vindo com uma carga de peixe para o Recife em seu cavalo. Delindra, então, acondicionou a sua roupa e demais objetos em

²³⁵ Pessoas que, como Cândida, freqüentavam tabernas eram sempre consideradas de “*moralidade duvidosa*”. Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 78.

²³⁶ Para o enriquecimento e o status de forras nas Minas Gerais, ver o excelente trabalho de PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais: 1717-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 28. Ver ainda, seguindo o mesmo raciocínio, FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras - Riqueza e estigma social*. Pp. 65-92, In Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 5, n.º 9, Jul. 2000. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. Essa parte da pesquisa inspira-se, em larga medida, nas suas contribuições, e tenta mostrar que nem sempre há uma associação direta entre pequeno comércio ambulante e miserabilidade. Eduardo França Paiva, mais que Sheila de Castro Faria, reconhece o status adquirido por muitas mulheres forras nas Minas Gerais, assim como as táticas e permeabilidades culturais que permitiram essa ascensão social.

um balaio de tampa, fechado, ficando com a chave, e o entregou ao condutor, que o colocou em um dos caçoais do seu animal. O condutor, ao caminhar por estrada próxima ao muro do Mosteiro de São Bento, em Olinda, resolveu pôr o cavalo a pastar por pouco tempo, e por isso mesmo não lhe tirou a carga. Deitando-se para descansar, o condutor teria adormecido “*por um leve momento*”, e ao despertar não encontrara mais nem cavalo, nem carga. Suas buscas foram em vão. Três dias após esse incidente, apareceu um papel afixado no Varadouro comunicando que o cavalo fora ter em determinado sítio, e que o dono, dando os sinais do cavalo, poderia ir buscá-lo. Delindra e o dono do cavalo foram à casa do suposto autor do bilhete, e encontraram apenas o animal e o balaio aberto, sem a fechadura, portando apenas um par de chinelas em seu interior. O homem do bilhete disse que assim o achara. Esse é um breve resumo de uma pendência judicial de grande acirramento entre a preta forra e Belchior José dos Reis, responsável por encontrar o dito cavalo.

O conteúdo do balaio estava avaliado em 232\$340 réis, e constava de inúmeras peças de roupa de seda e objetos de ouro.²³⁷ A longa relação dos bens, posta a folha 6 do processo, arrolava os dezenove itens seguintes: doze corais com 12 oitavas de ouro, oito varas de cordas de ouro com 3 oitavas, quatro voltas de contas do Rio de Janeiro com 4 oitavas de ouro, uma volta de cordas de ouro de bentinhos com 6 oitavas, um par de brincos de diamantes, um relicário de ouro com 8 oitavas, um cordão do mesmo relicário com 13 oitavas, um rosário de ouro com 17 oitavas de ouro, um anel de topázio, um anel de fequinha (sic.) com 1^{1/3} oitava de ouro, um Sulutário (sic.) com meia oitava de ouro, uma saia com 10^{1/2} Es de sarja de seda, duas Es de pano fino de lumirte (sic.), duas saias brancas de lavarentos, cinco cabeções de carra, um bauzinho de tartaruga, dois lenços, uma saia de barra, e, por fim, 9 mil réis em dinheiro. Era uma lista invejável para uma vendeira que se dirigia para um batizado fora da cidade. É de se supor que Delindra fosse aproveitar o evento para vender parte dessas peças. Mas pode-se imaginar ainda que o aparato de vestimentas e adornos com os quais a própria forra se preparara para a cerimônia fosse apenas um sinal de ostentação, que atuaria no sentido de confirmar sua ascensão social, seu status.

²³⁷ Libelo Crime. Apelante: Delindra Maria de Pinho; Apelado: Belchior José dos Reis. Fl. 6. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; daqui em diante citado “Libelo Crime” seguido do número da folha. Embora embaixo da relação conste o valor total de 232\$340 réis, a soma do valor de cada item perfaz outro valor: 241\$340 réis.

Entre esses objetos, um em particular será o cerne de toda a ação judicial. Trata-se de uns corais encastoados em ouro, que encabeçavam a lista, e tinham o valor de 16\$800 réis. Só após certo tempo, Delindra “veio a saber, que o Reo fora quem abrira, e se utilisara de sua roupa, e ouro; por que este fora visto em poder da mulher do Reo, que com elle se adornava”; na versão da forra, que requereu uma busca na casa de Belchior, foi achada realmente uma de suas peças, os corais, e neles se fez embargo e depósito em nome de Jose Joaquim Jorge, mas não os colocaram no depósito geral. E aí estava o problema: o depositário, segundo Delindra, tinha amizade com Belchior, e manteve a peça nas mãos dele, que a mostrou a diversos ourives para maquinar sua defesa. Era essa, em linhas gerais, a versão dos fatos segundo a vendeira, e o motivo que a levava a cobrar do réu o valor das peças extraviadas, as custas do processo e a condenação imposta legalmente.²³⁸ Uma pergunta que se pode fazer é porque, diante de tantos bens até mais valiosos, eram os corais engranzados em ouro o móvel principal da questão. Só o par de brincos de diamantes valia 28\$000 réis, e o relicário e seu cordão valiam juntos 37\$000 réis.

As primeiras palavras de Delindra no libelo crime são dignas de registro, e simbolizam a condição, real ou teatralizada, de uma mulher negra que possuía – ou mostrava possuir – os valores da cultura branca senhorial: “*Por que a Autora he preta forra, que vive de vender fazendas em taboleiro, e bocetas, de boa moral, e conducta sem que tenha nota em contrario.*”²³⁹ A partir de então, temos uma longa demanda judicial para a qual é acionada extensa rede de testemunhas de ambos os lados da querela. A ação correria misteriosamente à revelia até o momento em que o réu percebeu que o seu silêncio o condenaria, e só agiu quando o Ouvidor Geral, em 7 de outubro de 1826, proferiu sentença favorável a Delindra:

*O silencio do Réu, ter apparecido em seu sitio o cavallo, e o balaio ainda com o par de chinellos; os corazes que se descobrirão na occasião da busca; a prova feita pela Autora. são fortissimos, e sobejos argumentos contra o Réu. Conformando-me [pois] a elles, e ao que os Autos mostram condemnno o Réu con (sic.) tres annos de degredo para fora do Termo, e a que pague a Autora. o pedido no Libello, depois de liquidado na execução desta sentença, e mais as custas. Recife 7 de outubro de 1826.*²⁴⁰

²³⁸ Libelo Crime. Fls. 4-5v.

²³⁹ Libelo Crime, fl. 4.

²⁴⁰ Libelo Crime, fls. 21-23.

Antes dessa sentença, no dia 29 de setembro de 1825, inúmeras pessoas conhecidas da preta haviam testemunhado a seu favor. Uma delas, o próprio condutor da carga, o qual confirmou a mesma versão da vendeira. Havia ainda outras duas testemunhas, ambas costureiras: Maria do Carmo, uma parda solteira de 20 anos, a quem o escrivão equivocadamente nomeou de Maria Ignacia Tavares; e Francisca Maria da Conceição, uma preta forra viúva de um Martinho de Tal, de 48 anos. Todos asseveraram conhecer Delindra, que era uma *forra de boa conduta*.²⁴¹ Delindra, insatisfeita com os trabalhos do Escrivão e Inquiridor, pede nova inquirição. Além do erro do nome de uma das testemunhas, o Inquiridor registrou, seja por omissão ou má fé, que as costureiras sabiam apenas por *ouvir* dizer que a mulher de Belchior usava as peças furtadas da vendeira, e esta asseverava que as costureiras sabiam por presenciarem o fato. Delindra chegou mesmo a suspeitar da boa fé do Inquiridor quando aponta “*que não he bem que por omissão e pouco clareza do Inquiridor e Escrivão seja a Autora prejudicada em seo direito na parte mais esencial (sic.) delle*.”²⁴²

Ao aparecer para se defender judicialmente, de algum modo Belchior conseguira embargar os *corazes*, e argumentou ainda que não fora citado para a ação primordial, pondo em suspeita a autoridade legal do oficial público Antonio José Bezerra para fazer a citação. De qualquer modo, no dia 30 de outubro de 1826, entra em cena o réu, que nomeou diversos advogados como seus procuradores: Joaquim do Rego, José da Silva Guimarães e José Rabalho (sic.) Pereira Torres, entre outras pessoas. Após o desfecho da primeira ação, Belchior indicou uma morada de casas térreas situadas em Fora de Portas, próximo a maré, para ser penhorada como pagamento da sentença. Logo após esse Termo de Nomeação, vem o Termo de Depósito correspondente às custas da ação, no valor de 22\$225 réis.²⁴³ Segundo a própria Delindra, essa nomeação da casa de moradas não lhe convinha, pois o principal não havia sido pago. No embargo, Belchior decide atingir a moral de Delindra, que seria “*uma preta velhaca e que caluniosamente intentou com falsidade o presente Libelo para raptar aquela quantia que diz importam as peças furtadas*”.²⁴⁴ Disse Belchior que ela suspeitou do condutor da carga, mas não conseguindo nada com essa suspeita, planejou a falsa citação, e moveu o libelo “*com testemunhas por ela angariadas com suborno*”. A

²⁴¹ Libelo Crime, fl. 9 e ss.

²⁴² Libelo Crime, fl. 13.

²⁴³ Libelo Crime, fls. 26, 27 e 28.

²⁴⁴ Libelo Crime, fl. 33-33v.

acreditarmos no embargante, Delindra teria posses suficientes para subornar testemunhas e forjar uma ação ‘*caluniosa*’ contra ele, um homem ‘*livre de suspeita*’ e com ‘*boa reputação pública*’, em sua própria opinião.

Mas a preta forra não se dá por vencida, e em 25 de abril de 1827 move uma ação contrariando os embargos dos seus bens e da sentença por Belchior. Reforça a autoridade legal do oficial público que fez a citação de Belchior, e expõe outras razões para a Contrariedade. Acusa Belchior de astúcia no ato de embargo, porque trocara os *corazes* por outros, ficando com os originais “*em seo puder, á vista do que a Embargada não pode levar á vante esta questão, que a despeza della vinha a exceder muito, do que podião valer os ditos corazes*”.²⁴⁵ Interessante declaração para quem irá permanecer por longo tempo na luta pelo valor dos bens e particularmente pelos *corazes*. Não seria o dinheiro em si a única preocupação de Delindra. Havia algo mais, algo que talvez possamos designar como *honra* e *status*, e quem sabe algum simbolismo mágico-religioso na peça perdida. Esta peça, é bem provável, tivesse mais que um valor material a ser ressarcido. Eduardo França Paiva percebeu, com erudição, que objetos como pérola, âmbar, coral, atravessavam muitas regiões e culturas, recebendo usos e significados culturais próprios a cada povo que entrava na imensa rede comercial que os fornecia. Mostrou ainda que os corais engranzados foram bastante difundidos e apreciados na África desde o século XV. Referindo-se aos corais e outras jóias, afirma:

*Aliás, é necessário ressaltar que além de terem propriedades mágicas e místicas esses objetos eram parcela importante da riqueza acumulada na Colônia. E os corais engranzados em ouro eram, sem dúvida, os mais incidentes desses itens.*²⁴⁶

Maria Inês Côrtes de Oliveira, analisando os bens de testadores libertos na Salvador do século XIX, indicou um empobrecimento que se abateu sobre a sociedade baiana a partir de 1830. Nos testamentos consultados, ela percebeu que a posse de jóias e demais objetos de valor incidia mais na primeira metade do XIX, e eram as mulheres as maiores possuidoras desses bens. A autora tende a ver nas peças de ornato menos um sinal de fortuna do que “*pequenos símbolos de dignidade e distinção pessoal que os libertos faziam questão de*

²⁴⁵ Libelo Crime, fl. 42v.

²⁴⁶ PAIVA, Eduardo França. Op. Cit., p. 232. Mas ver ainda da pág. 223-236.

possuir e externar”.²⁴⁷ Côrtes de Oliveira chega a entender tal empobrecimento como uma realidade não só baiana, mas nordestina.²⁴⁸ Se essa opinião for correta, a situação econômica de libertos e libertas, como é o caso de Delindra, poderia estar se deteriorando também no Recife da mesma época. Isso talvez explique, juntamente com a valoração simbólica e cultural das peças, a sanha da vendeira em obter de volta os bens extraviados.

Na nova Inquirição conseguida por Delindra, uma de suas testemunhas, a crioula forra viúva Maria Francisca do Sacramento, afirma que *viu* a mulher de Belchior

*ornada com algumas das peggas de ouro da Autora [como fosse] hum rosário huns brincos, e huns corazes, e ouviu dizer que mandando a Autora dar buscas na casa do Reo [], e realmente lhe forão achados ditos corazes (...).*²⁴⁹

Não era incomum, sobretudo no hibridismo cultural da sociedade brasileira, que as mulheres saíssem às ruas ornamentadas com peças de ouro misturadas a peças de cunho mágico e religioso, às vezes até misturando amuletos aos rosários de contas. Quem sabe não fosse essa a razão pela qual os corazes estavam sendo disputados tão acirradamente? É claro que, como aduz o próprio França Paiva, eles eram utilizados também como símbolo de riqueza, através do entesouramento. Todavia, não podemos desprezar o universo cultural que confere significados às representações associadas aos objetos disputados judicialmente.²⁵⁰ Obter os *corazes* de volta seria, para Delindra, reafirmar a distinção social conferida simbolicamente pela jóia furtada. Deve-se considerar que, para uma mulher preta forra, os sinais de sua ascensão eram fundamentais, e deviam ser evidentes o suficiente para que ninguém a confundisse com seu antigo status de escrava. Delindra reconhece a todo instante que precisa demonstrar ser portadora dos “*bons costumes*” exigidos socialmente. Em nenhum momento, entretanto, ela deixa claro se é casada, viúva ou solteira. Parece que

²⁴⁷ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790/1890**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 47.

²⁴⁸ Idem, p. 36.

²⁴⁹ Libelo Crime, fl. 18.

²⁵⁰ Eduardo França Paiva assim define: “*As representações incorporadas a objetos de culto e de uso mágico nunca foram facilmente apreendidas por observadores leigos. E isso atinge tanto o cronista antigo, quanto o historiador moderno. Os amuletos, sejam de coral, de âmbar ou de qualquer outra matéria, são, contudo, pequenos fragmentos que podem esclarecer práticas culturais e relacionamentos sociais no passado e no presente. Elas ajudam a desvelar teias do imaginário e do comportamento de grupos. Demonstam, também, como certos grupos e certos indivíduos construíram alternativas de sociabilidade e de distinção social, como atribuíram poderes aos símbolos e como escolheram símbolos para os poderes.*” Op. Cit., p. 236.

não era casada; se o fosse, talvez tivesse usado o laço matrimonial reconhecido pela Igreja como mais uma arma a seu favor na querela.²⁵¹

Na tentativa de fazer confirmar a sentença que lhe foi favorável, Delindra expõe uma das razões pelas quais devia ser atendida, e que diz respeito aos comportamentos culturais que lhe faziam merecer certa distinção social, apesar de certas “máculas” impossíveis de evitar:

*Porque posto que a Embargada seja preta, com tudo sempre tractou verdade em seos negócios, e a sua conducta he tal, que tem merecido a estima geral de todas as pessoas de bem desta cidade, e dos lugares por onde tem andado.*²⁵²

A vendeira reconhece que sua cor é um entrave à comprovação das virtudes comumente associadas ao mundo dos brancos, e esforça-se por demonstrar que a sua cor não a impede de ter *honra* em alguns dos inúmeros significados que a palavra comporta nos idos do século XIX. Na época, a definição de honra estava associada não apenas à castidade e ao comportamento sexual *honesto* ou *desonesto*. Palavras como *respeito*, *estima*, *boa fama*, *crédito*, compunham o vasto leque de significados do comportamento tido como honroso. Um dicionário da época assim define: “*Tem honra o homem, que constantemente, e por um sentimento habitual, procura alcançar a estima, boa opinião, e louvor dos outros homens, e trabalha pelo merecer.*”²⁵³ Embora os significados de *honra* sejam normalmente associados

²⁵¹ O casamento, para muitos livres pobres (e também para os libertos e libertas, pode-se acrescentar), era um importante título de honra e privilégio. Para melhor compreensão do assunto, Cf. BEATTIE, Peter M. *Measures of manhood: Honor, Enlisted Army Service, and Slavery's Decline in Brazil, 1850-90*, pp. 232-255 (Ver sobretudo a p. 244). In **Changing Man and Masculinities in Latin America**. Edited by Matthew C. Gutmann. Duke University Press, Durham and London, 2003. Para a importância que os forros e forras conferiam ao casamento sancionado pela Igreja, ver AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Quotidiano da população forra em Minas Gerais do período colonial*. In **OCEANOS** - N.º 42. Viver no Brasil Colônia. Abri/Junho 2000, pp. 50-66. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Contradizendo a tese de que Minas Gerais seria, no período colonial, o modelo típico das relações consensuais, Aguiar afirma: “*Para os forros, sobretudo aqueles que alcançaram certa projeção econômica e social, casar era um ato importante. Entre os testadores negros e mulatos do termo de Vila Rica, 51% haviam experimentado a condição matrimonial. Filhos ilegítimos não constituíam impedimento para casamento e, em alguns casos, mães solteiras casaram-se e tiveram novos filhos.*” p. 58.

²⁵² Libelo Crime, fls. 42v e 43.

²⁵³ Conferir Verbete ‘Honra’ em SILVA, Antonio Moraes. **DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**. Tomo II. Lisboa: Imprensa Régia:1831, p. 123. Um raro exemplar consultado, pertencente ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, precisa urgentemente de um serviço de restauração. Para uma discussão dos significados da honra em sua relação com gênero, classe e raça, no período colonial, cf. ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, particularmente o cap. 3 da Segunda Parte: *A preservação da honra e da virtude feminina*. A análise da autora entrelaça, com maestria, honra e sexualidade, contribuindo decisivamente para os estudos sobre a identidade de

ao gênero masculino, uma mulher de comportamentos virtuosos também seria considerada honrada não apenas no sentido de ser sexualmente virgem. E se as pretas normalmente eram consideradas “*sem honra*”, isso não as impedia de construir uma identidade calcada em outras “*virtudes*” que não a honra no sentido puramente sexual. Na verdade, Delindra mostrava ter um tipo de honra que era considerado típico dos homens: a fidelidade da palavra empenhada, e o fato de ser (ou demonstrar ser) portadora de estima pública. É claro que isso não significa que os brancos acreditassem nessas representações construídas pelas pessoas de cor. Eles usualmente interpretavam o sentido da honra e de outras percepções culturais a seu modo, o que dificultava o reconhecimento social de negros e negras, fossem livres ou libertos.

Delindra insinua ainda algo que merece nota: menciona andar por outros lugares além da cidade do Recife. O que pode ser entendido como sinal de que ela mascateava por uma região bem ampla.²⁵⁴ Não se trataria, portanto, de uma vendeira de gêneros comestíveis, situada nas praças e mercados dos principais bairros recifenses. Seu negócio parece ser de maior dimensão, o que parece se comprovar inclusive pelos inúmeros contatos que ela forjou, contatos que abrangiam um vasto espectro social incluindo desde membros de seu próprio grupo (mascates e pessoas forras), até autoridades importantes.²⁵⁵ O que é

gênero. Do nosso ponto de vista, entretanto, se a honra não é um atributo que se possa associar a todas as mulheres, é preciso que a historiografia reveja as situações concretas em que negras e pardas de diferentes estatutos jurídicos reivindicam senão a honra em sua conotação sexual, ao menos virtudes outras que as fazem forjar uma identidade de gênero peculiar, se comparadas às demais mulheres brancas. Assim como a historiografia vem reabilitando a família escrava, novos estudos podem reabilitar a “honra” – ou os significados que a esta são conferidos – tanto de escravizados/as, como dos demais grupos socialmente desfavorecidos.

²⁵⁴ Se concordarmos com Peter M. Beattie, segundo o qual o direito de mobilidade geográfica era um importante marcador da autoridade masculina em muitas sociedades patriarcais, então Delindra e outras mulheres que mascateavam por distantes lugares assinalam a aquisição de um “direito” comumente negado a outras mulheres (brancas, sobretudo). Ao mesmo tempo em que aquelas poderiam ser (e eventualmente eram) consideradas ‘sem honra’, por não terem a ‘proteção’ dos machos da casa, estavam assumindo uma postura de força e de coragem (honrosa, no sentido mais masculino do termo). Cf. BEATTIE, Peter M. *Measures of manhood: Honor, Enlisted Army Service, and Slavery’s Decline in Brazil, 1850-90*, pp. 232-255 (Ver sobretudo a p. 241). In **Changing Man and Masculinities in Latin America**. Edited by Matthew C. Gutmann. Duke University Press, Durham and London, 2003.

²⁵⁵ Eduardo França Paiva mostra alguns casos de mulheres forras que também mascateavam e tinham muitos contatos com autoridades do Brasil colonial. Uma delas é Bárbara Gomes de Abreu e Lima, que tinha negócios espalhados da região das Minas até a Bahia, e que provavelmente havia comprado sua manumissão. Detentora de razoável fortuna, ela declara como seus testamenteiros apenas pessoas reconhecidas socialmente, como um vigário, um tenente, um mestre de campo, um capitão-mor, entre outros. Paiva enfatiza que nenhum dos doze testamenteiros escolhidos era negro ou mestiço, e que não parece haver pobre entre eles. Delindra tinha, provavelmente, uma “fortuna” apenas modesta, se comparada a de Bárbara e de outras libertas das Minas Gerais setecentistas, e apesar de também manter contatos com algumas autoridades, o cerne de suas relações

impossível de afirmar com segurança é se essa relativa prosperidade de Delindra é resultante de sua condição de forra, ou se já no tempo de cativo ela dispunha de autonomia suficiente para exercer seu ofício e assim acumular o pecúlio necessário a uma suposta compra de sua manumissão.

Respondendo à ação de Contrariedade, Belchior lança sua Réplica, que é logo seguida da Tréplica da preta forra. No decorrer dessa última ação, novas inquirições são levadas a cabo por ambos os demandantes. Dessa vez, não são mais costureiras que testemunharão a favor de Delindra. O libelo tinha tomado novos rumos, e era preciso comprovar a autoridade e a competência legal do oficial que, como se devia provar, citou a Belchior. Este, por sua vez, iniciava nova investida contra a vendeira.

No dia 10 de julho de 1827, o escrivão registrou as respostas das testemunhas apresentadas por Delindra²⁵⁶, e que vinham a ser João Fernandes Campos, pardo casado, Oficial de Justiça, 50 anos; Manoel Ignacio Dornelles, branco casado, 49 anos, e também Oficial de Justiça; Mathias Gregorio, branco casado, 40 anos, que vivia de mascatear fazendas, tal qual Delindra; João Francisco, preto forro de nação Angola, 54 anos, casado, e que era carroceiro; Joaquim Pereira Martins, crioulo forro, casado, oficial de alfaiate de 64 anos; Ignacio Jose dos Santos, um pardo casado de 56 anos, que era Corretor; por fim, um terceiro oficial de justiça, Joaquim Jose da Silva Botelho, branco casado de 71 anos.

Todos os Oficiais de Justiça disseram conhecer Delindra, e confirmaram que ela era “*verdadeira, e de boa conducta, e como tal tem merecido a estima de muitas pessoas*”. Essas autoridades, da mesma profissão de Antonio Jose Bezerra, poderiam ainda comprovar que este tinha a Portaria necessária para exercer a função de Oficial, e assim fazer as citações e demais incumbências relativas ao cargo. Tal foi o conteúdo do depoimento dessas três testemunhas. Já o mascate estaria, segundo ele, defronte à casa de Belchior, quando viu chegar o Oficial, e depois soube que a citação era para a causa em processo. Não deu opiniões sobre a conduta de Delindra.

O carroceiro forro afirmou estar presente na circunstância da citação, e por isso viu ainda que dentro do balaio nada mais tinha que um par de sapatos, faltando as peças de ouro

era mesmo com forros e pardos. Como não temos o testamento de Delindra, não há como avaliar melhor os seus bens.

Cf. PAIVA, Eduardo França. Op. Cit., p. 51 e p. 220.

²⁵⁶ Para os depoimentos da Tréplica, ver fls. 50-53v do Libelo Crime.

e a roupa, e defendeu a imagem de Delindra, a quem conhecia como “*verdadeira em seos tractos, e de boa conducta*”. O carroceiro liberto, como era presumível, não assinou o depoimento, assinalando com grande “X” junto a seu nome, escrito com a caligrafia do próprio escrivão. O Oficial de Alfaiate tinha mais segredos a contar: era amigo do Oficial de Justiça Antonio José Bezerra, e estando na praia de Fora de Portas o viu se aproximar, perguntando o que ia fazer por aqueles lugares soube que a razão era a dita citação ao embargante em nome da embargada. Deixou claro que era fato público em Fora de Portas que os *corazes* embargados por Belchior foram por ele trocados por outros devido à amizade com o depositário. Por fim, por ver e conhecê-la, oferece o melhor testemunho das virtudes da vendeira: “*he preta de muita verdade, e liza nos seos tractos*”. O pardo Ignacio Jose dos Santos oferece, todavia, o depoimento mais condenatório da moral de Belchior: o oficial lhe teria confessado que Belchior lhe oferecera dinheiro para que não fizesse a dita citação. Trouxe mais um elogio a Delindra, a quem descreveu como “*muito verdadeira, e sincera no que tracta, e incapas de querer o alheio*”. Também não sabia escrever.

No dia 25 de Julho de 1827, era a vez das testemunhas Belchior serem inquiridas. Eram sete: Joaquim Antonio Gonçalves Lessa, 39 anos, presbítero secular e capelão da Relação de Pernambuco; Jose Pedro de Alcântara, branco solteiro, 38 anos, um boticário; Jose Zacarias de Carvalho, branco, viúvo, 45 anos, que afirmou *viver de negócio*; Jose da Silva Neves, branco solteiro de 29 anos, que disse ser *Capitão de sua embarcação*; Manoel da Silva Neves, também branco e solteiro, com 23 anos e que exercia a função de *Prático da barra*; Agostinho da Silva Neves, branco casado, também Prático da Barra do Porto, com 41 anos; por fim, Jose Fidentes Barroso, branco casado de 31 anos, e que vivia *de negócio*.²⁵⁷ O perfil das testemunhas de Belchior é diferente do que se pode perceber das testemunhas da vendeira, pois são todas brancas – o presbítero não teve sua cor determinada – e sugerem exercer profissões mais estáveis, se pensamos nas profissões de carroceiro, mascate, alfaiate

²⁵⁷ Para essa Inquirição, ver as fls. 54 a 60 do Libelo Crime.

e corretor²⁵⁸, exercidas por algumas testemunhas de Delindra, e que a maioria destas foram descritas como de cor preta, parda ou crioula.²⁵⁹

As testemunhas de Belchior foram unânimes em afirmar que Antonio José Bezerra não tinha a Provisão de Meirinho para poder citá-lo, e acusaram-no ainda de ter fama de fornecer certidões falsas. E sobre Delindra, o presbítero ouviu dizer que ela *não he verdadeira*, e baseava esse julgamento no fato de Delindra ter dito que a peça de ouro com *corazes* era sua, quando se provou o contrário em sua derrota para Belchior.²⁶⁰ Os demais confirmaram essa opinião: muitos deles por *ver*, Jose da Silva Neves, Manoel da Silva Neves; e Jose Fidelles por *conhecer* e *ser notório*. Agostinho da Silva Neves, ou não sabia de nada, ou se eximiu de fazer qualquer comentário acerca da moral da vendeira. Mas tanto Jose Fidelles como Jose da Silva Neves disseram que Delindra tinha *capacidade de urdir falsidades*. Entendiam, ao que parece, que Delindra tinha levantado falso testemunho contra Belchior, ao acusá-lo de furto dos *corazes*, e era prova disso o fato dela ter perdido o litígio. É claro que Delindra afirmava só ter perdido devido às artimanhas de Belchior e do depositário. As testemunhas trouxeram ainda nova versão que, sendo verdade, explicaria a demora de Delindra em mover o Libelo Crime: esta teria, antes de Belchior, desconfiado do condutor do cavalo e carga, e nessa ocasião teria mesmo se queixado do condutor ao Governo da Província. A versão da vendeira, como vimos, é diferente. Ela não teria movido a ação desde logo, porque só depois de certo tempo é que vira a mulher do embargante usando suas peças de ouro e roupas. Entre o incidente da perda do cavalo, em 1822, e o início do Libelo, fazia três anos.

Belchior, não satisfeito em atingir a moral de Delindra e de Antonio José Bezerra (“*homem de corrompida moral, muito bêbado*”), desqualifica as testemunhas da preta forra. As dele seriam de “*maior exceção*”, enquanto as de Delindra, particularmente a parda Maria

²⁵⁸ Havia corretor de casamento, de amizades, mas o significado mais próximo neste caso deve ser o de intervir nas compras e vendas de mercadorias, de seguros, letras de câmbio etc. Pode ainda ser que esse corretor fosse um “enculcador” de criados e moços de servir, ou seja, alguém que agenciava criados para prováveis contratantes. Cf. SILVA, Antonio Moraes. DICIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA. Tomo II. Lisboa: Impressão Régia:1831, p. 473 e 686.

²⁵⁹ É comum, nas demandas judiciais, a utilização das redes de vizinhança e amizade, muitas vezes tecidas entre pessoas da mesma cor e universo social. Para a cidade de Belém, ver PANTOJA, Ana Lídia Nauar. *Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910)*. Pp. 119-141. In BRUCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2001.

²⁶⁰ O presbítero se refere à derrota de Delindra na sua tentativa inicial de embargar os *corazes*, pois Belchior conseguiu ficar com eles em seu poder.

Ignacia Tavares e a forra Maria da Conceição – cujos nomes foram corrigidos na segunda inquirição –, seriam “*de sua estofa*”, ou seja, ambas do mesmo nível social, da mesma laia de Delindra. Isso sem falar do carroceiro e do Oficial de Alfaiate, também forros, que também testemunharam a favor da vendeira. A acusação que pairava sobre Delindra era de ter forjado maliciosamente o libelo com testemunhas capazes de perjúrio, para tomar as peças pertencentes à esposa de Belchior, e que eram semelhantes às de Delindra, segundo afirma o próprio Belchior.²⁶¹

A cor e a profissão das testemunhas de Delindra – exceção feita aos Oficiais – contam negativamente a seu favor, pois, dirá Belchior, que elas “*Não estão em igualdade de conceito*” em relação as suas, “*cujas qualidades ocupação, e probidade públicas fazem uma ilibada fé de seus depoimentos*”.²⁶² Ao que parece, essa diferença de “*conceito*” irá pesar no desfecho da querela. Dificilmente Delindra poderia defender as suas testemunhas, embora tenha com veemência se defendido dos ataques a sua moral, como se nota em mais essa passagem:

*Se o Embargante [Belchior] figura de homem de bem e vive remediado, e se a Embargada [Delindra] he huma pobre preta, que senão pôde comparar com elle dê graças a Deus da sua sorte, que a Embargada se contenta com a que tem, e não inveja a d'elle, por que nesse mesmo estado sempre tratou verdade, e nunca se utilizou do alheio, e por a sua boa conducta, e fidelidade obteve a sua Liberdade, e não se pode por isso inferir que o Embargante possa ter mais Fe, e credito, do que ella, porque a riqueza he um donativo da fortuna, as cores são accidentes, e a moral he hum dote d'almas, que não depende dos accidentes, nem dos bens.*²⁶³

Texto bastante enfático. A vendeira mais uma vez afirma que moralidade e bons costumes não devem ter por fundamento a cor ou a riqueza, e que, sendo ela uma “*pobre preta*”, isso não a desqualificava moralmente, pois tinha conseguido a liberdade exatamente por sua boa conduta e fidelidade. Em suma, Delindra tentava mostrar que tinha uma boa reputação que vinha construindo há certo tempo, desde o tempo de escrava. Sendo a riqueza “*um donativo da fortuna*”, e as cores da pele “*accidentes*”, ela se distinguiria então por qualidades relativas à moral, e que seriam independentes de cor ou riqueza, pois viriam da

²⁶¹ Fls. 63-63v do Libelo.

²⁶² Fl. 66v do Libelo.

²⁶³ Fl. 80 do Libelo.

alma. Pelo que acima expôs a forra, sua manumissão parece ter sido resultado de grande investimento numa conduta que favorecesse sua ambição de liberdade. Comprada ou ‘concedida’, o importante é perceber que, para Delindra, a manumissão tinha sido resultado de, no mínimo, um contínuo investimento moral.

O Ouvidor Geral da Comarca, Francisco Maria de Freitas Albuquerque, não irá reformar a sentença, mantendo os embargos de Belchior. Suas razões são as que seguem:

Julgo provados os embargos (...) não porque o oficial, que citou ao embargante (Belchior) deixasse de ter provisão, pois que esta falta fica sanada (...), que tinha segundo atestão as testemunhas, e já pela tácita permissão das autoridades, que o consentiam, mas porque sendo o argumento dos corazes o de maior peso contra o embargante desvanecido fica á [trecho ilegível] documento (...), do qual se vê, que afirmando a embargada serem seus não o pode mostrar, vencendo o embargante, e sendo-lhe entregue a dita peça: e igualmente porque está provado, que a embargada se queixava do condutor, e jamais do embargante a favor de que está a veemente presunção de que a ser ele o Autor do furto jamais entregaria o balaio, e daria fim ao cavalo, o que prova a sua boa fé.²⁶⁴

Mesmo sendo impossível – e mesmo desnecessário – afirmar se a sentença fora justa ou não, vale notar alguns pontos que a ensejaram. O juiz parece ter nitidamente descartado os testemunhos que acusaram ver a mulher de Belchior usando as peças do furto. Apenas aceitou como verdade os testemunhos dos Oficiais, e por isso não questionou a competência legal de Antonio José Bezerra. Como Belchior já tinha conseguido retomar os corazes de volta, o Juiz não via motivos para reverter a sentença, porque admitiu que esse era o principal argumento de Delindra. Por fim, o Juiz termina sua sentença com uma presunção bastante condescendente para Belchior: ele não entregaria o balaio e o cavalo se tivesse realmente furtado as peças de roupa e ouro, e como os entregou, tinha boa fé. Argumento esse que, em nenhum momento, foi levantado sequer pelo advogado de Belchior. Delindra teria de pagar as custas do processo, um montante realmente elevado depois de tantas idas e vindas do Libelo. A sentença fora publicada no dia 30 de outubro de 1827. No dia seguinte,

²⁶⁴ Fls. 81-81v do Libelo.

Delindra, através de seu advogado Sebastião Antônio de Albuquerque e Mello, citava Belchior para a Apelação que estava movendo ao Tribunal da Relação.²⁶⁵

Apelar ao Tribunal da Relação em nada adiantou. Um último argumento ainda fora apresentado por Delindra: o balaio, como o demonstrava o próprio bilhete que Belchior afixara no Varadouro, tinha “*algumas couzas dentro*”, ou, na expressão do próprio Belchior, estava “*com várias couzas dentre*”. Em suma, o balaio não estava vazio como ele queria demonstrar. E, não conseguindo arrolar testemunhas que atestassem que ele encontrara o balaio fechado, deveria de fato tê-lo aberto, pois só assim saberia o conteúdo da carga. Para o advogado de Delindra, a expressão usada no bilhete confirmava que ele abrira intencionalmente o balaio. Por um lado, não afirmou no bilhete nem provou que o balaio chegara aberto, e por outro não devia tê-lo aberto, pois fazê-lo seria indicativo de astúcia e má fé de sua parte. Mas o bilhete, ao contrário, fora interpretado como sendo prova da honestidade de Belchior, como vimos, e em nada adiantou esmiuçar significados mais ocultos. O Tribunal julgou que não havia matéria nova sobre a qual discutir, e manteve a sentença contrária a Delindra.

Conclusão

As ações movidas por Cândida e Delindra sinalizam para algo que Sidney Chalhoub já havia percebido para as inúmeras Ações de Liberdade movidas por escravos e escravas contra seus senhores/as na cidade do Rio de Janeiro. Tais ações, para a primeira metade do século XIX, quase nunca davam ganho de causa a seus autores, e a liberdade acalentada tinha que ser adiada, resguardando-se o direito de propriedade. No caso de Cândida, a sua Ação de Justificação tem o mesmo sentido das Ações de Liberdade estudadas por Chalhoub, mas com algumas peculiaridades próprias da condição de africana livre da vendeira. O embate com a viúva sinaliza para uma tensão entre identidades. De um lado, uma mulher cuja honradez é inquestionável, do outro uma “preta” que, seduzida/sedutora, tenta comprovar que tinha as virtudes necessárias a *viver sobre si*, sem necessidade da

²⁶⁵ Fl. 83 do Libelo. Após todas as ações movidas até essa parte do libelo, Delindra teria de pagar um montante razoável, superior mesmo ao valor dos próprios corazes disputados: suas custas perfaziam um total de 21\$636 réis. Isso se ela não tiver pagado ainda as custas do Réu, que atingiram 10\$911 réis. A relação das custas está na folha 87.

intermediação de sua arrematante ou de Curador. O contexto desse embate, como vimos, é bastante negativo para Cândida. Foi se intensificando, no decorrer da década de 1830 e seguintes, uma associação recorrente entre a chamada “*corrupção moral dos costumes*” e os homens e mulheres africanos ilegalmente transferidos para a recém fundada nação brasileira.

Delindra, outra preta vendeira, é egressa do cativo, e carrega ainda consigo o estigma da escravidão. Sua nova condição de mulher forra não lhe garantiu um status muito diferente do anterior, apesar de denotar alguma prosperidade no negócio que desempenhava. Seu ofício, sua cor, suas testemunhas de mesma condição (forras), não foram boas ferramentas na ação que moveu para resgatar suas primorosas peças encastoadas em ouro e demais bens. Em um processo bastante difícil e oneroso, a vendeira de fazendas e miudezas procurara apresentar uma imagem de si que tinha sido responsável por sua ascensão ao novo status de liberta. As autoridades, entretanto, não reconheceram nela as virtudes de *fidelidade e boa conduta*, preferindo acreditar nas palavras de Belchior, homem livre e proprietário de sítio em Olinda. Em comum, as vendeiras Delindra e Cândida têm muita coisa: a persistência com que travaram as ações judiciais, a dificuldade em comprovar um comportamento social prescrito pela elite branca, o ofício que desempenhavam, o perfil das testemunhas que arrolaram, além da situação social complexa em que, não sendo escravas, viviam num mundo que ainda as desqualificava socialmente, aproximando-as do status escravo. Há diferenças também: enquanto mulher forra, Delindra parece ter bastante autonomia para circular até mesmo para fora do Recife, enquanto a africana livre Cândida era alugada por sua arrematante, e era vigiada por ela e por sua locatária ao mesmo tempo; Delindra, provavelmente, tinha mais tempo de vivência na profissão, e talvez fosse mesmo nascida no Brasil; por fim, Delindra parece ter atingido uma situação econômica mais estável, enquanto Cândida provavelmente não ficava com muito daquilo que vendia, tendo talvez que obter algum lucro através de outros expedientes. Contudo, não se pode esquecer que as testemunhas de Cândida afirmaram que ela obtinha lucro suficiente com *seu negócio* para se manter sozinha. De qualquer modo, deve-se lembrar que Delindra atingiu um status superior ao de Cândida, e isso se percebe pelo fato dela haver obtido para si o testemunho de oficiais de justiça.

A análise dos casos de Cândida e Delindra nos leva a crer que o pequeno comércio, se exercido de forma autônoma, pode conferir uma certa lucratividade, pois se Delindra por si

só já representa essa possibilidade de enriquecimento para as vendedoras, Cândida também assegurava que poderia viver sozinha caso fosse liberta da prestação compulsória de serviços a sua arrematante. Cândida, na fala de seu advogado, mostrava que tinha um ofício, não iria adentrar o grupo dos desocupados urbanos após obter uma sentença que lhe fosse favorável.

Mas os dois casos ainda nos fazem refletir acerca da introjeção ou não dos valores senhoriais ou dominantes pelos grupos de cor – sejam estes escravizados ou não –, ou dos usos diferenciados de representações culturais compartilhadas. Quanto a essa introjeção, Chalhoub reconhece que a reprodução da escravidão enquanto forma de organização das relações de trabalho por tantos séculos seria impossível “*sem a introjeção pelo menos parcial de certos símbolos de poder*”. Sem negar essa introjeção, e seguindo as precauções do próprio autor, pode-se avançar para o argumento segundo o qual as pessoas podem de fato “*crer em determinado símbolo – ou simular a crença – por razões ou motivações das mais variadas (e não serão necessariamente hipócritas por causa disso)*.” Assim como os escravos e libertos estudados por Chalhoub que forjavam significados e usos peculiares para questões como a alforria e os castigos físicos, também Cândida e Delindra o fizeram, mas por outros caminhos. O desejo da manumitida Delindra não era contestar o direito de propriedade ou as “virtudes” que a caracterizariam como proprietária e liberta – esta sendo uma conquista, segundo ela mesma, resultante de sua fidelidade e seus bons costumes. Ela mostra crer, inclusive, que ser portadora dos comportamentos preconizados pelos grupos dominantes a tornaria estimada pelas chamadas *pessoas de bem*, e digna, portanto, de reaver seus bens extraviados ou furtados. Cândida, por sua vez, também em nenhum momento nega os significados inerentes ao ser *morigerada*, e busca usá-los em seu proveito. Não questionava ainda os direitos da arrematante sobre ela (obter, através de seu trabalho, a indenização pelos gastos com sua manutenção e educação), mas tais direitos não podiam descambar para o cativo efetivo, nem ser duradouro além do limite em que ela tivesse “*aprendido*” os comportamentos e costumes prescritos pela elite do Império.²⁶⁶ Ambas tentaram se apresentar como pretas de honra em nome da ‘*plena*’ liberdade e de seu direito de propriedade, e batalharam numa arena cujas armas simbólicas e culturais tinham de ser buscadas na cultura dos grupos dominantes, e reinterpretadas segundo seus próprios anseios.

²⁶⁶ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., pp. 149-151.

Delindra deve ainda ser pensada como um caso paradigmático da condição de outras mulheres forras vendeiras. Não se trata de generalização, e de considerar que todas as mulheres ex-escravas conseguiam atingir alguma posição social e riqueza. Entretanto, a historiografia mais recente sobre a vida dos forros, particularmente para a região das Minas Gerais do século XVIII, tem mostrado a existência de elevado índice de socialização e de acumulação patrimonial entre os libertos e libertas.²⁶⁷ Essas pessoas se relacionavam, como Delindra, horizontal e verticalmente na sociedade colonial, mantendo contatos com companheiros de mesma condição jurídica e, ao mesmo tempo, forjando laços com autoridades e grupos mais abastados. As ambições de Delindra são, assim, paradigmáticas, entrelaçando riqueza e status. As estratégias parecem também seguir um padrão de táticas comuns aos demais forros e forras: a busca da socialização com as chamadas “*pessoas de bem*” e da “*estima pública*”, a interiorização real ou teatralizada dos valores da cultura dominante.

Os contextos regionais e as condições econômicas, entretanto, devem ter pesado na maior ou menor possibilidade de riqueza de mulheres forras. Em um contexto como o do Recife do século XIX, onde a pobreza atingia até as mulheres brancas, é de se supor que as mulheres forras também passassem dificuldades de toda ordem. Delindra, portanto, pode ser ao mesmo tempo um caso paradigmático de um tipo de mulher forra que existiu no contexto mineiro do século XVIII (mas que pode ter existido no Recife oitocentista, até certo ponto), e uma feliz exceção para a sua própria região. Isso não anula as semelhanças. Pode-se até arriscar uma rápida comparação: mulheres vendeiras, tanto nas Minas setecentistas como no Recife oitocentista, parecem ter buscado dar um sentido melhor às suas vidas através de táticas que muito tinham a ver com percepções culturais, independente do maior ou menor êxito que pudessem ter na difícil empreitada.

²⁶⁷ Há toda uma discussão historiográfica para Minas Gerais, entre os historiadores/as que defendem a possibilidade concreta de ascensão social e acumulação de riquezas por mulheres escravas e forras que se dedicavam ao pequeno comércio, e aqueles que defendem a tese da pobreza das negras de tabuleiro que, para sobreviver e complementar a renda do pequeno comércio, precisariam se prostituir. Para a primeira visão, ver FARIA, Sheila de Castro. FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras - Riqueza e estigma social*. Pp. 65-92, In Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 5, n.º 9, Jul. 2000. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000; PAIVA, Eduardo França. Op. Cit.; AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Quotidiano da população forra em Minas Gerais do período colonial*. In OCEANOS - N.º 42. Viver no Brasil Colônia. Abri/Junho 2000, pp. 50-66. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Para a segunda, ver, entre outros, FIGUEIREDO, Luciano. Op. Cit. Figueiredo, em certa medida, dá prosseguimento à visão Maria Odila da Silva Dias, que enfatiza a condição de pobreza da mulher paulista do século XIX. Ver DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.

Às experiências de Cândida e Delindra é interessante contrapor as representações construídas pela imprensa pernambucana, seguindo pistas preciosas do comportamento das vendeiras, dos contratos em que se inseriam, do controle que sobre elas incidia. Os periódicos trazem não só representações sobre as vendeiras. Neles podemos divisar inúmeros registros de suas rebeldias e de suas tensões cotidianas. É o que tentaremos explorar no capítulo seguinte, no sentido de construir uma leitura mais ampla da experiência de ser vendedora de rua. Subjacente a toda essa parte da pesquisa, está o pressuposto de que ser vendeira-negra-parda constitui uma identidade peculiar e diversa do que se costuma chamar genericamente de *'identidade feminina'*.

4 - REPRESENTAÇÕES E GESTOS DE MULHERES DE RUA: IMAGENS CONSTRUÍDAS NO COTIDIANO, CONTRATOS E NEGOCIAÇÕES

Uma leitura atenta de alguns jornais, particularmente do Diário de Pernambuco entre as décadas de 1840 e 1870 possibilita, por um lado, inventariar algumas representações veiculadas acerca das mulheres vendeiras. Por outro, é possível perceber alguns tipos de contratos que podiam ser estabelecidos entre as vendeiras e os contratantes de seus serviços, além das condições de trabalho a que elas eram submetidas.²⁶⁸ Anúncios de fugas de escravas de tabuleiro, de vendas ou aluguel de cativas engajadas na venda de quitandas, ou ainda de solicitação de mulheres para vender por comissão, são portadores não apenas de informações preciosas, como de representações diversas e até conflitantes dessas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, táticas inventivas de sobrevivência também se insinuam em muitas situações.²⁶⁹ Entrecruzando essa vasta documentação ao longo do período assinalado, o objetivo desse capítulo é perceber as relações entre as percepções culturais e os objetivos estritamente econômicos daqueles/as que se serviam das vendeiras para seu bem estar. É preciso adentrar um terreno onde representações culturais construídas sobre as vendeiras e expectativas concretas por parte de seus senhores/as e locatários/as estão interrelacionados.²⁷⁰

A busca por essas representações, entretanto, deve estar relacionada, sempre que possível, com o que Ciro Flamarion chama de *momento histórico*, que, em sua visão, é tudo

²⁶⁸ Para o contexto aqui investigado, deve-se entender por contrato não a ocorrência de um documento escrito constando cláusulas sobre as obrigações e deveres das partes. Nem sempre haveria tal documento, e a negociação poderia se dar apenas conforme o costume e a prática. Daremos ênfase, ao longo desse capítulo, aos contratos de aluguel estabelecidos entre proprietários/as de escravas e os locatários/as dos serviços das escravizadas.

²⁶⁹ Algumas dessas táticas já foram exploradas na primeira parte dessa pesquisa. Ver particularmente o capítulo 2 desse ensaio.

²⁷⁰ Sobre o conceito de representação, Roger Chartier assinala que se trata de uma falsa questão pensar de forma estanque em “objetividade das estruturas” de um lado, e “subjetividade das representações” de outro. O autor defende um conceito que não caia em universalismos, e que compreenda o lugar do discurso que constrói a representação. Assim sendo, pensamos as representações como construções sociais pautadas por determinados interesses de um grupo, e que muito têm a ver com as condições objetivas daqueles que as constroem e daqueles que as “recebem”. A recepção dessas representações, por sua vez, está pautada também por condições objetivas de vida, que influenciam na construção de significados pelos diversos grupos que entram em contato com os discursos e imagens. O contexto histórico de produção das representações não pode ser menosprezado, sob o risco de universalizar os discursos, e não perceber os condicionantes que envolvem sua produção e recepção. Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1990, pp. 16-28.

aquilo que não são as representações. Estas, certamente, não possuem uma autonomia plena, pairando acima da vida concreta que as forjou. Por outro lado, elas não são entendidas aqui como determinadas *in totum* por condicionantes de ordem política, econômica, social ou ideológica. Há uma boa razão para crermos que os autores dessas representações (grupos apenas remediados e de elite) compartilhavam de costumes e consensos desde longe arraigados na sua visão de mundo e de sociedade, e não eram pautados por um maquiavelismo de classe. Ao exporem nos jornais sua visão sobre as vendedoras de rua, eles demonstravam uma real interiorização dos postulados assim tornados público.²⁷¹ Por outro lado, as vendeiras poderiam forjar suas próprias interpretações dessas representações, acreditando nelas ou apenas fingindo acreditar, e assim significá-las a seu modo para melhor levar a vida.

O exercício de venda pelas ruas conferia características comportamentais e condições específicas às mulheres a ele incorporadas. Habilidades peculiares do ofício eram desenvolvidas ao longo, muitas vezes, de certo tempo de trabalho. Algumas escravas, por exemplo, mudavam de senhores mas não mudavam de ofício, continuando a vender para o novo senhor, como a preta Izabel, de nação Congo, que levou em sua fuga “*um taboleiro de miudeza bem sortido, e duas latas com lenços, meias, bicos*”, e que já era acostumada a vender fazenda “*no tempo do antigo sr.*”²⁷² Todavia, poderia haver superposições de competências e, no caso das mulheres escravizadas, mudanças de ofício. Em 1863, uma escrava costureira e engomadeira havia escapado da vigilância de seu senhor, o major Antonio da Silva Gusmão. Segundo a descrição da escrava, ela tinha no alto da cabeça “*alguma falta de cabellos proveniente de carregar taboleiro no tempo do primeiro senhor (...)*”²⁷³ As experiências diversas a que as escravas eram submetidas permitiam essa superposição de competências e o engajamento em diversas situações de trabalho, conforme

²⁷¹ Para tanto, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 252-3. Concordo apenas em parte com as críticas de caráter metodológico e teórico dirigidas ao excelente trabalho de Schwarcz por Ciro Flamarion Cardoso. Este chega mesmo a reconhecer as muitas contribuições da autora. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.) **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 93-96.

²⁷² Diário de Pernambuco, 06/08/1840. Escravas descritas como “*sem habilidades*” poderiam ser engajadas no serviço de engenhos, mas na cidade a especialização era imprescindível: Ver o D. P., 24/03/1853: “*Compram-se pretas de meia idade e mesmo velhas, com habilidades ou sem ellas, sadia, que é para engenho: paga-se bem: na rua larga do Rosário n. 35, loja de miudezas.*”

²⁷³ D. P., 06/03/1863

as necessidades senhoriais e, quem sabe, seus próprios anseios.²⁷⁴ A escravidão urbana, como vasta historiografia tem demonstrado, configura características e demandas próprias de especialização, se comparadas com a escravidão rural.²⁷⁵

Nem sempre, entretanto, fica evidente que as escravas foragidas eram engajadas na atividade de vendeira antes da fuga. Há casos em que elas aparentemente se tornavam vendeiras por tática de sobrevivência ou disfarce. Uma negra foragida de nação Rebolo tinha sido vista comprando água para vender; do mesmo modo, a negra Juliana tinha uma profissão inusitada – era *tiradeira de marisco* – e seu senhor sabia que ela andava pela freguesia de São José, e que fora vista vendendo. Se ela agora, intitulando-se forra, coletava os mariscos para vender, é só uma suposição plausível. Ilustrando com mais um exemplo: a preta crioula de 20 anos, não teve seu ofício especificado, mas quando foi pega da primeira vez que fugiu, disse que “*andava vendendo pastéis*”, enquanto outra “*tem sido encontrada a vender quitanda*”.²⁷⁶ No Rio de Janeiro de meados do século XIX, Sônia Maria Giacomini também encontrou casos de escravas que se tornavam vendeira depois de foragidas, e que, na fala de seus senhores, estariam “*fingindo vender quitanda*”.²⁷⁷

As habilidades não deixam de ter uma associação direta com personalidade das vendeiras. Muitas eram descritas como risonhas, conversadeiras, espertas,

²⁷⁴ Talvez seja um truísmo, mas é bom salientar que, além do Recife, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro no século XIX apresentam esse quadro em que mulheres escravas eram engajadas tanto em serviços internos como externos, eram vendedoras e, muitas vezes domésticas. Certamente isso tem a ver com a estrutura de posse de escravos no meio urbano, com muitos pequenos proprietários de escravos, que os utilizavam para diversas finalidades. Cf. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos**. Op. Cit., p. 197 e 283-84; e DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder**. Op. Cit., p. 85.

²⁷⁵ Mesmo autores de diferentes filiações historiográficas defendem esse ponto de vista. Cf., entre outros: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª ed., São Paulo: UNESP, 1998 (sobretudo a parte II), publicado originalmente em 1966. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Op. Cit.; CARVALHO, Marcus J. M. De. **Liberdade**. Op. Cit. Esse autor dirá, pensando no contexto recifense: “*A escravidão urbana, portanto, não era apenas o resultado de sobras do hinterland, mas uma instituição plenamente estabelecida, com necessidades próprias*.” P. 54. Um anunciante do Diário de Pernambuco desejava comprar “*pretas de meia idade e mesmo velhas, com habilidades ou sem ellas, sadia, que é para engenho*”. D. P., 24/03/1853. No meio urbano, só escravas ainda meninas seriam desejáveis sendo mesmo sem habilidades, já que poderiam ser ensinadas conforme a rigorosidade e as necessidades de seus donos.

²⁷⁶ D. P., dias 05/09/1840, 03/11/1849, 02/01/1849 e 17/03/1849.

²⁷⁷ GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 85. É muito comum que escravas fossem treinadas para se engajar em diversos ofícios. Os anúncios de venda de escravas produzem uma lista invejável de habilidades para valorizar a propriedade vendida: “*Vende-se uma escrava de nação Moçambique, boa vendeira de miudezas, e do que se lhe ponha na cabeça; lavadeira, cozinha o ordinario de uma casa e tem outras habilidades; na rua do Aragoão D. 37*.” D. P., 12/03/1840.

desembaraçadas²⁷⁸, denotando comportamento associativo fácil e indispensável à vivência nos espaços públicos e à venda dos gêneros e artigos comercializados. É claro que esse comportamento poderia ser um risco para a vigilância de seus patrões e senhores, já que ‘*excessos*’ de sociabilidade poderiam conduzir a vendeira para uma fuga bem sucedida com um namorado, parente, ou outro senhor menos violento, ou mesmo para bebedeiras nas tabernas de conhecidos, e ser eventualmente presa pelas recorrentes causas de *distúrbios*, *brigas* e/ou *embriaguez*. A essas características da personalidade de muitas vendeiras, os senhores queriam associar a fidelidade, algo nem sempre possível no caso das escravas, mesmo porque as chicotadas nem sempre eram o instrumento ideal para gerar um comportamento fiel e obediente, e moderar os ‘excessos’ de sociabilidade. São freqüentes as fugas de vendeiras marcadas por calombos de chicotadas.

O ideal de submissão e docilidade apregoado para as mulheres em geral dificilmente poderia ser mantido por uma mulher de cor dedicada a vender em locais públicos. As diversas experiências vividas lhes ensinavam um comportamento peculiar necessário a resistir ao assédio dos homens, à linguagem sexualmente ostensiva das ruas, praças e mercados. As situações nesses espaços de fluxo intenso eram potencialmente arriscadas. Em 1865, um pardo escravo, indevidamente recrutado para servir de praça em um navio de guerra, havia fugido de sua senhora, e enquanto foragido fora preso e remetido ao subdelegado da Boa-Vista por estar “*andando furtando nos taboleiros das quitandeiras na Freguesia da Boa-Vista*”.²⁷⁹ Não é de admirar, portanto, que as vendeiras se adequassem ao contexto em que trabalhavam. Em Salvador, o quadro não era muito diferente do Recife quanto a esse aspecto. Cecília Soares entende que

(...) *as experiências de vida das mulheres negras que descobriram, no espaço público, uma forma particular de preservar sua identidade, sua vida social e*

²⁷⁸ Podem ser encontrados diversos significados para o termo. Um anunciante que desejasse uma trabalhadora desembaraçada poderia estar se referindo a uma mulher desenvolta e disposta “*em coisas que pede agilidade*”, ou ainda uma mulher que fosse “*Livre de embaraços, físicos, ou moraes*”, ou “*solta*”, “*despejada*”, “*desobrigada*”. Filhos, maridos ou outras pessoas, por exemplo, não poderiam acompanhar certas domésticas na casa de seus patrões/patroas. Não se deve esquecer que os anunciantes poderiam também superpor significados. Uma pessoa poderia ter a “*consciência embaraçada com culpas*”, configurando os embaraços morais. Uma mulher assim não seria a ideal para exercer ofícios nos lares de uma elite presumidamente moralizada. Ser desembaraçada poderia, nesse caso, ser sinônimo de “sem antecedentes”, sem “*má fama*”. Cf. os verbetes DESEMBARAÇADA e EMBARAÇADA In SILVA, Antonio de Moraes. **DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, págs. 560 e 651.

²⁷⁹ Coleção Petições (Recrutamento) – 1849-1894. Recife, 05/06/1865. Recrutado: Theodoro José Joaquim Antônio Manoel (escravo fugido).

*condições para prover o seu sustento. Até que pudessem desempenhar outras atividades socialmente reconhecidas, a sua passagem e permanência em determinados setores da economia está diretamente relacionada com ocupações informais, de certa maneira modelando uma personalidade própria de mulheres ousadas, resposdonas, barulhentas, e espertas. Essa especial situação não deixava de macular códigos socialmente estabelecidos para a mulher de modo geral. Além do mais, contrariava as mentes daqueles que se esforçavam em varrer da sociedade lembranças de uma África em Salvador. E isto valia para todas as mulheres nas ruas.*²⁸⁰ (Grifo nosso).

A observação de Cecília Soares é interessante, sobretudo, por evidenciar uma associação entre a construção da identidade de gênero e o contexto social e cultural no qual essa identidade é modelada. Mulheres que não seguiam padrões culturais socialmente reconhecidos eram constantemente presas por distúrbios e bebedeiras, e apareciam nas folhas dos jornais descritas como inconvenientes e imorais, causadoras de escândalo. Em 1835, um exaltado anúncio declarava:

*Nada mais escandaloso, que as scenas nocturnas da Praça da Independência desta Cidade; isto he, dicterios, e acções de moleques cativos, tudo cauzado pelo criminosissimo commercio de pretas vendeiras de bolinhos, e mesmo ortalices (sic.), em menoscabo do Tit. 12, § 3º, das Posturas da Camara Municipal, a qual manifestou os competentes lugares para as differentes mercadorias, impondo a pena de 600 reis, ou 24 horas de cadeia aos infractores.*²⁸¹

Embora as ações obscenas sejam atribuídas aos *moleques cativos*, o denunciante fez questão de frisar que a causa de tudo era o uso da praça pelas vendeiras de bolinhos e hortaliças, o que já estaria errado segundo o recente Código de Posturas de 1831. Locais muito frequentados do Recife, como a Ribeira da Boa Vista, eram palco de palavrões, escândalos e gritos, segundo o revoltado leitor do Diário de Pernambuco que escreveu sua crítica na *Revista Diária*, no dia 18 de março de 1861. Ele não se referia as vendeiras, que certamente tinham lá seu comércio, mas aos açougueiros que “*despejavam pela bocca, e em altas vozes, tudo quanto é escandalo e immoralidade, sem se lembrarem, ou antes, sem se*

²⁸⁰ SOARES, Cecília. *A negra na rua e outros conflitos*. In Op. Cit., p. 36.

²⁸¹ Diário de Pernambuco, 07/03/1835.

quererem lembrar, de que se acham no centro de uma cidade e rodeados de familias.” E lamenta: “Oh meu Deus, não ha policia nesta terra?!...” Certamente havia polícia, mas a linguagem livre das ruas, esteja ela na boca de vendedoras ou de vendedores de carne e peixe, por exemplo, ainda não se podia calar, a despeito das insistentes posturas municipais proibindo “*vozerias, alaridos, e gritos pelas ruas, sem necessidade; assim como fica proibido, que os pretos carregadores andem pelas ruas cantando, desde o recolher até o nascer do sol (...).*”²⁸²

A *Revista Diária* do Diário de Pernambuco anunciou em 1862 que a preta quitandeira Joanna, escrava de 50 anos, foi presa por ordem do subdelegado de São José por suspeita de estar fugida. Até mesmo mulheres brancas poderiam se envolver em distúrbios: Alexandrina Severina da Silva, Antonia Joaquina da Conceição e Maria Joaquina da Conceição foram presas pelo subdelegado de Santo Antonio por distúrbios, e as duas primeiras eram brancas. Enquanto mulheres brancas, estas destoavam da identidade feminina que delas se esperava. Mas nesse caso elas estavam, pela pobreza e comportamento “*desviante*”, aproximando-se de uma imagem normalmente associada às mulheres escravas e mesmo negras e pardas não-escravas.²⁸³ O desenvolvimento de estudos específicos sobre o comportamento de mulheres brancas pobres poderia complexificar a simplificação corrente na historiografia que associa as mulheres negras e pardas à falta de honra, e as mulheres brancas ao ideal de honra.

Ao longo das três décadas que essa pesquisa abrange, foi-se criando a imagem da vendeira que incomoda, que desmoraliza ambientes públicos, que atrapalha o trânsito, e que, portanto, deveria ser ao menos disciplinada, na impossibilidade de dispensar a sua presença e a sua função na cidade. Embora em tom jocoso, o periódico *A marmota pernambucana* assim propõe em sua “*PARTE OFFICIAL*”:

Observando este governo o abuso que continuamente se consente em se sentarem as negras vendedeiras de fructas e outros objectos pelas portas das calçadas das ruas, privando por esta fórma o transito publico, e incomodando aos moradores das casas que necessitão ter suas portas de entradas livres: ordena que sem a menor demora, Vmcs. Obriguem aos fiscaes de cada freguezia a cumprirem suas

²⁸² Código de Posturas. TÍTULO 11, § 1º. Ver publicação no D. P., 13/12/1831. O Código de Posturas de 1831 foi atualizado em 1849 e 1873, reiterando muitos dos artigos. As diferenças são concernentes ao acréscimo ou supressão de certos temas, mas a estrutura temática não mudou muito. Cf. SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2002.

²⁸³ D. P., Revista Diária, 31/03/1862 e 02/03/1863.

obrigações, enxotando as sobreditas negras para as competentes quitandas, e no caso de reincidência mettendo-as na cadeia por espaço de oito dias, e condemnada, a pagarem a quantia de quatro mil réis, que serão applicados as despezas da municipalidade.

*Deos guarde a Vmcs. Palacio da Marmota, 24 de Abril de 1850. (...)*²⁸⁴

O periódico nada mais faz do que parodiar as tão conhecidas posturas municipais, o que se nota pela própria construção do texto, mencionando inclusive multas e penas correspondentes a serem aplicadas, e o destino de tais multas. Abaixo do texto, inclusive, “assinam” o “*Illm. S.r presidente e mais vereadores da câmara*”, indicando a quem se dirige a crítica pela permanência desses “*crimes*” quase vinte anos após a elaboração do primeiro código de posturas da cidade, em 1831. Ressalte-se que ainda não fazia sequer um ano da reiteração dessas posturas em 1849, e então o periódico parece aproveitar o momento para ridicularizar a lei e seu descumprimento. A linguagem é grosseira, sem subterfúgios legais, e expõem com crueza o que os fiscais deveriam fazer com as negras – enxotá-las para não atrapalharem o trânsito. Era uma forma direta e muito menos eufemística do que a utilizada pelo formalismo das leis municipais que visavam o efetivo controle social dos grupos pobres, nomeadamente negros e negras, e mestiços, enquadrando-os no que os legisladores definiam, na época, de Polícia Urbana.²⁸⁵

Outra representação comum, disseminada pelos periódicos, é a da vendeira embriagada, ora descrita como faladeira ora como agressiva. Uma boa recompensa era oferecida a quem capturasse a escrava Thereza, Caçange, de 35 anos, que fugira no dia 2 de agosto de 1844. Ela era assim descrita:

Caçange, representa 35 annos, estatura regular, reforçada do corpo, (...) tem côroa na cabeça de vender na rua, he bastante bêbada e dada a valente (...) dão 100 \$ rs. a quem descobrir dita preta (...) levem a rua Direita, loja n. 61.(D. P., 12/04/1845).

A gratificação era bem convidativa, apesar das características depreciativas da vendeira – *bêbada, valente* e, é claro, *fujona* –, o que indica que nem sempre a representação negativa implicava na dispensabilidade dos serviços da vendeira. Cem mil réis equivaliam

²⁸⁴ A Marmota Pernambucana, Nº 12, Terça, 07/05/1850.

²⁸⁵ Cf. SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas** Op. Cit.

ao aluguel pago pelos locatários aos proprietários de escravas vendeiras, no decorrer de 10 meses de aluguel de serviços, uma vez que 10\$000 rs. mensais eram o preço dos aluguéis de vendeiras na década de 1840. Inúmeras famílias não poderiam dar-se ao luxo de dispensar os ganhos do pequeno comércio exercido por essas vendeiras, ainda que essas fossem *bêbadas* ou *valentes*. Outra *preta de nação*, de nome Catharina, em seus 40 ou 50 anos, era descrita como “*muito faladeira*”. Ela tinha um grande calo na cabeça “*em cujo lugar não tem cabelo*”, devido há anos vender água nos bairros de São José e Santo Antonio; e quase sempre andava bêbada, “*cuja bebedeira lhe dá para fallar muito*”. Apesar disso, e das prováveis despesas que Catharina dava, o/a anunciante afirmava gratificar o seu apreensor. No mínimo, se não desejasse seus serviços, ele poderia tentar vendê-la, atribuindo-lhe, quem sabe, qualidades que destoariam do teor desse anúncio. (D. P., 08/06/1849).

Ainda sobre o tema vendeira escrava e embriaguez. Benedicta Cabinda, seguindo uma tática comum da escravidão, fugira em dias de festa. Aproveitou a quarta-feira de cinzas de 1843 e fugira para bem longe de seu senhor. Este a descreve como “*muito esperta, bem fallante*”, usando um lenço dobrado amarrado em torno da cabeça; segundo ele, Benedicta “*algumas vezes bebia a ponto de perder os sentidos, e desaparecer de casa um, ou dois dias*”. Ela teria sido vista em Santo Antão, Limoeiro e imediações, fingindo-se de forra e vendendo tabuleiro de miudezas e perfumaria francesa. O seu senhor estava há muito tempo sem sua escrava, pois esse anúncio longo e detalhista estava publicado no dia 11 de março de 1844, portanto um ano depois da fuga de Benedicta. Apesar da resistência da escrava e de sua embriaguez, o anunciante oferece 50.000 réis por sua apreensão, um valor correspondente aos lucros de cerca de 5 meses de serviço a 10.000 réis mensais. (D. P., 11/03/1844).

Difícilmente essas mulheres dedicadas a vender eram descritas com obedientes. Alguns anúncios de venda de escravas, todavia, em razão do objetivo a que se destinam – convencer o comprador das qualidades de sua mercadoria – caracterizam suas vendeiras como obedientes. No Diário Novo, há um caso emblemático:

- *Vende-se uma negrinha de 14 a 15 annos com principio de costura e engomado, e sabe vender muito bem na rua, sem vicio nem achaque, uma dita que engoma e cozinha muito bem o diario de uma caza, e é muito boa quitandeira e propria para todo o serviço de uma caza por ser bem desembaraçada e muito obediente, não se*

duvidará dar-se a contento, (...).(Diário Novo., 04/07/1847; e o dia 09/08 do mesmo ano).

- *Vende-se uma escrava de nação Moçambique, boa vendeira de miudezas, e do que se lhe ponha na cabeça; lavadeira, cozinha o ordinario de uma casa e tem outras habilidades; na rua do Aragão D. 37.* (D. P., 12/03/1840).

Desembaraçada é, como já vimos, uma das *qualidades* comuns das vendeiras – e mesmo de muitas domésticas –, mas *muita obediência* isso já parece certo exagero. O dono da escrava de 14 a 15 anos talvez supervalorize as suas habilidades, ou, no mínimo, atribui a ela uma habilidade pouco comum para sua idade, a de “*vender muito bem na rua*”. Normalmente, pela faixa etária dessa escrava, ela seria elogiada por sua habilidade enquanto mucama, mas não como vendedora. Mesmo que se possa duvidar da caracterização moral dos vendedores de escravas, a caracterização das habilidades e sua diversificação pode ser encarada como algo plausível.

Como percebeu Lilia Moritz Schwarcz, pesquisando os periódicos paulistanos, nos classificados dos jornais os anunciantes possuíam a “*difícil tarefa de exaltar as características positivas dos cativos oferecidos, garantir o caráter excepcional das “mercadorias” e afastar deles todo o “estigma” da escravidão, tão presente nos anúncios de fuga (...).*”²⁸⁶

As representações, como ser percebe, são diferentes conforme as seções do jornal, e as funções que estas têm a desempenhar junto ao público. Nas fugas, as vendeiras atestam sua desobediência, seus “*vícios*” mais comuns, mas quando anunciadas para serem vendidas adquirem “*qualidades*” que as valorizam. No caso explicitado, elas teriam ainda habilidades domésticas, o que poderia realmente corresponder aos anseios do/a comprador/a, visto que muitos possuidores/as de escravas as mantinham, sempre que possível, em muitas tarefas.²⁸⁷ Ao longo do período que esta pesquisa abrange, os *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco que incluem a compra, venda e aluguel de escravas mantêm um padrão mais ou menos constante de representações seja para domésticas seja para vendeiras, e que dizem

²⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 136-137.

²⁸⁷ Infelizmente ainda falta um estudo do perfil da posse de escravos na cidade do Recife para que se afirme com segurança o número de escravos mais comum entre os proprietários. Mas os *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco, embora sejam dados qualitativos, trazem inúmeros anúncios de solicitantes de criadas para “*todo o serviço*”, o que implica em um número restrito de escravos/dependentes por proprietário. Esta reflexão sobre criadas será desenvolvida mais adiante, no cap. 5.

respeito aos aspectos morais necessários, associados muitas vezes a características físicas como saúde e beleza. Por outro lado, não se pode homogeneizar as representações dessa seção do jornal impunemente, e assim tratar de modo indiferenciado mulheres que serviam *portas a fora e portas a dentro*.²⁸⁸

Não é incomum a desconfiança senhorial para com as mulheres – particularmente as escravas – postas para vender na rua. Enquanto Gilberto Freyre presume que os escravos nessa condição seriam, por parte dos senhores, os mais “*merecedores de confiança*”, há registros nos próprios jornais que evidenciam o contrário. No dia 13 de março de 1845, alguém anunciava procurando “*uma mulher capaz, que queira andar com duas pretas vendendo fazendas, e que esta dê fiador a sua conducta*”. Uma escrava vendeira parecia rebelde o suficiente para justificar, na visão de seus senhores, a presença de vigilantes contratados. Josepha, Congo, vendia pão, e por isso era bastante conhecida na praça. Além do mais, andava vendendo o produto “*com um preto forro atrás, e também he bem conhecida por já ter andado com um ferro no pescoço*”. É interessante notar que também a iconografia costuma representar as vendeiras acompanhadas de perto por algum homem negro ou outra negra vendedora. É difícil, em alguns casos, fazer essa associação, já que pode não haver ligação alguma entre as duas vendeiras assim representadas, e que os homens de cor situados perto podem apenas ser fregueses. Mas há imagens que sugerem essa vigilância, ou ao menos deixam a situação ambígua.²⁸⁹

Havia, por outro lado, aqueles que confiavam em suas vendeiras. Um/a anunciante anunciou na seção *Escravos Fugidos*, do Diário de Pernambuco, o caso de sua escrava, Roza, de nação Rebolo, 40 anos, que havia desaparecido – não fugido – com um taboleiro de fazendas e miudezas. Sua suspeita é ela ter sido “*furtada ou assassinada porisso (sic.) que nunca fugio*”. Caso interessante: a confiança vai ao ponto de sugerir assassinato, retirando da escrava qualquer autonomia diante da situação. Isso pode indicar ainda a incompreensão do/a senhor/a diante dos anseios e projetos de sua escrava. Uma

²⁸⁸ Esta diferenciação será feita mais adiante, no cap. 5.

²⁸⁹ Ver FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, p. 76. E o D. P., 13/03/1845, e 30/11/1849. Remeto o leitor/a às litografias de Luís Schlappriz trabalhadas na primeira parte desse estudo, e às famosas gravuras do francês Jean Baptiste Debret.

incompreensão que se pautava na crença de que davam “*bom tratamento*”, e que, por isso mesmo, não haveria razão para fugas ou motins.²⁹⁰

As mulheres vendeiras, ao contrário das domésticas que ficassem estritamente recolhidas *portas a dentro*, desfrutavam de sociabilidades diversas como já sugerimos reiteradamente. Não é à toa que as imagens apresentadas por seus senhores/as contenham expressões como as que seguem: *muito amiga de adjuntos, muito conversadeiras, risonhas, ladinas, capoeira, bastante espertas, pronostica, faladeira, disfarçadas*, entre outras.²⁹¹ As características dessas mulheres serviam como ‘marcadores’ para sua identificação em casos de fuga. A preta da Costa Flora, segundo o seu senhor, apresenta um perfil que facilita identificá-la, e diz: “*bem facil he conhecel-a por este signal, costuma vender frutas, he muito barulhenta entre as outras*”. (D. P., 03/03/1845) São mulheres que extrapolam os limites culturais e sociais a que são obrigadas pela maioria dos seus senhores/as e/ou autoridades municipais, pois devemos pensar nas vendeiras forras e livres também que, mesmo sem um senhor/a no âmbito privado, deviam cumprir as tantas interdições que incidiam sobre negros e negras, e mestiços em geral, que sobreviviam do pequeno comércio e outras atividades urbanas.²⁹² Uma escrava, além de vender, era capoeirista e fazia presságios. Uma escrava doméstica, sobretudo se trabalhasse unicamente portas a dentro,

²⁹⁰ Muitos senhores e senhoras acreditavam que tratavam seus escravos e escravas “com amizade”, demonstrando surpresa diante de insubordinações. Cf. GOMES, Flávio do Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 345 e ss.

²⁹¹ D. P., 19/12/1849, 24/08/1849 e 30/06/1845. Pronóstica: “adj. Que pronostica, preságo. (...) O que se mette a pronosticar, diz-se á má parte, do que se faz entendido de futuridades, e se enculca vente do provir (sic).” Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. TOMO II. Lisboa: Impressão Régia, 1831, p. 533. No dia 30 de junho de 1845, aparece o anúncio de fuga de uma escrava ladina, apesar de ser angolana. Descrita como “*bem feita do rosto (...) com todos os dentes na frente (...) muito conversadeira e risonha, de idade de 22 annos*”, Catharina estava sendo encontrada a vender verduras na Passagem da Madalena e no Aterro dos Afogados, e aos domingos ia para o maracatu dos coqueiros no mesmo Aterro, embora se acoitasse na matriz da Várzea. Uma mulher comum jamais teria vida associativa tão agitada. (Caso já citado no cap. 2 desse texto).

²⁹² Podemos sugerir, embora ainda seja prematuro no estado atual das pesquisas sobre o tema, que a construção do Estado Nacional brasileiro ao longo do período imperial, a busca quase que desesperada da elite e camadas médias por valores europeus e burgueses, reforçaram os contornos da ordem já esboçada no período colonial. Essa conjuntura, ao nosso, ver é fundamental para que se compreendam as representações sobre os diversos tipos de trabalhadores/as, seja no meio urbano ou rural do Brasil oitocentista. Representações essas que informavam práticas de controle bem visíveis no cotidiano, e ao mesmo tempo inúmeras resistências miúdas ou, se preferirmos, desvios culturais, como temos constantemente apontado. Ponto de partida interessante para a visualização de mudanças e permanências no controle social, particularmente de vendeiras, é o trabalho pioneiro de Maria Odila da Silva Dias, cujo enfoque privilegia os anos finais do período colonial e a primeira metade do século XIX. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.

difícilmente iria ter essas autonomias difíceis de reprimir no caso das vendeiras, mas melhor vigiadas no âmbito interno da casa.

As fugas de escravas vendeiras nos permitem ainda perceber aquilo que Gilberto Freyre já notara: os castigos físicos e as deformações de ofício. Mais uma vendeira que “*quasi sempre anda bêbada*”, Catharina tinha “*um grande calo na cabeça, em cujo lugar não tem cabelo*”, e vendia água; do mesmo modo, Germana, nação Calabar, tinha “*falta de cabellos no lugar em que assenta o taboleiro*”; aproveitando o Sábado de Aleluia, Gertrudes, nação Angola, tinha “*na pá esquerda*” uma cicatriz de mais ou menos duas polegadas de comprimento “*procedida de uma sipoada*”; a crioula Maria que vendia ao pé do Arco da Conceição, junto a ponte do Recife, tinha nas costas “*marcas de quem tem apanhado chicotadas*”, como tantas outras, vale salientar.²⁹³ Quanto às marcas de ofício, é notória a alta incidência de descrições de negras ainda jovens, mas já com *calos* na cabeça, seja pela venda de água ou de outros produtos.

Freyre cita casos em que marcas de doença, deformação física causada pelo ofício e castigos físicos aparecem no corpo de uma mesma escrava:

Com “uma grande queimadura de fogo nos peitos” se apresentava Benedita, “de nação Cabinda, estatura regular, cor meio fula, algumas marcas de bexiga na cara, dentes podres, falta de cabelo na coroa da cabeça”, que em 1835 fugiu dos senhores (D. P., 3-9-35).

*E ainda: a negra Teresa, de nação Luanda, sempre de pano-da-costa por vender perfumarias em tabuleiro, tinha as costas “cheias de costuras levantadas” e o dedo mínimo de uma das mãos aleijado (D. P., 27-11-43).*²⁹⁴

Queimar os seios é um tipo de castigo normalmente associado às senhoras enciumadas com as relações ilícitas entre seu marido e as escravas da casa, castigo que visava, ao que parece, desfeminizar a concorrente, na impossibilidade de punir a traição do marido.²⁹⁵ As costuras levantadas do último caso pode até ser outra coisa, mas sugere um castigo bastante severo. Ser uma escrava vendeira, poder até conferir mais autonomia espacial e social no meio urbano, mas não era garantia de menos controle ou rigor por parte de senhores e

²⁹³ Ver o D. P., dias 08/06/1849, 29/04/1845, 06/07/1840 e 16/07/1849.

²⁹⁴ FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p. 54 e 65.

²⁹⁵ Para as tensões entre senhoras e escravas, e os componentes sociais e sexuais que as caracterizavam, ver GIACOMINI, Sônia Maria. Op. Cit., sobretudo o cap. 5 intitulado *A senhora e a escrava*, pp. 73-86.

senhoras implacáveis, mesmo porque, se às escravas não fosse concedido permissão de *viver sobre si* – uma expressão da época para escravos/as que viviam em quartos alugados por conta própria e distantes dos senhores/as, mas com o consentimento destes/as –, elas teriam de retornar à vigilância senhorial após as vendas realizadas.

Representações outras são também veiculadas pelas fugas de vendeiras. Em seus 22 anos, a “mulatinha de nome *Euphrosina*” fugira levando consigo vestido de chita já usado, pano da Costa, sapatos nos pés e uma trouxa de roupas suas. Mas o interessante é o fato de Euphrosina levar ainda argolas de ouro nas orelhas. O/a senhor/a da escrava não fala se as argolas eram ou não furtadas, como era usual deixarem claro nos anúncios, o que implica em supor que as peças de adorno poderiam pertencer mesmo a vendeira. Parece-nos que a ostentação de objetos de ouro e sapatos pode ter a função de simular o status de livre ou liberta, ou ainda indicarem um gesto “*político*” de afirmação de uma humanidade negada às pessoas de condição escrava, gesto que tem a ver com a vaidade, o gosto pelo adornar-se, mas ainda com negação do status de cativa. A vendeira de doce Sofia não era diferente: usava argolas de pedras nas orelhas, *corazes* encarnados no pescoço, e fora descrita como “ *muito disfarçada (sic.)*”.²⁹⁶ Os corazes, como mostrado anteriormente, estavam impregnados de importante carga simbólica para as mulheres negras.²⁹⁷ Outra vendeira, Bonifácia, além das vestimentas – vestido de chita desbotado, saia de lila preta nova e pano da costa novo – usava nas orelhas rozetas de ouro. Mais uma vez, o/a anunciante não informa se as rozetas pertenciam ou não à cativa, ou se eram uma das peças contidas no tabuleiro de miudezas que ela vendia. É provável que essas vendeiras tentassem construir uma auto-imagem positiva que se realizava plenamente com o uso e ostentação de adornos e roupas melhores.²⁹⁸

Na segunda década do século XIX, em sua permanência nas províncias de Pernambuco e Bahia, o francês Tollenare percebeu algumas situações em comum a estas

²⁹⁶ D. P., dias 26/01/1849 e 16/06/1849. Uma vendeira escrava que fosse descrita como disfarçada, poderia ser tanto no sentido de que elas usualmente se adornavam com peças que dificultavam a identificação de seu estatuto jurídico, peças que funcionavam como máscaras sociais; ou no sentido figurado segundo o qual o indivíduo disfarça “*as suas inclinações*”, dissimula, faz parecer o que não é. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, p. 617.

²⁹⁷ Ver o sub-capítulo 3.4 desse texto.

²⁹⁸ Ver a parte desse estudo relativa à fiteira Cândida, Africana livre que se vestia com as roupas que vendia, segundo alegação de sua arrematante.

regiões. Nas notas dedicadas aos momentos que passou em ambos os lugares, duas descrições chamam a atenção. Em Pernambuco:

À porta da igreja, e mesmo no seu interior, as negras mais bonitas, ricamente vestidas sem abandono do tipo dos seus trajes habituais, cobertas de correntões, brincos e braceletes de ouro maciço, os dedos cheios de anéis, vendem por conta dos senhores, que as aparamentaram assim, fitas chamadas medidas, bentas ou santificadas (...).

Na Bahia:

Diante da minha morada está situada a igreja e o seu modesto presbitério. (...) As mulatas e negras, apenas vestidas de uma camisa de gaze ou de musselina clara, deslumbrante de alvura, de rendas e de uma saia de chita de grandes ramagens, vão à missa descalças; trazem à cabeça envolta num lenço muito graciosamente disposto em turbante; algumas têm o colo e os braços carregados de cadeias de ouro e de relicários do mesmo metal; todas trazem amuletos suspensos sobre o seio.²⁹⁹

Com tintas de literato, o atencioso cronista destaca com primor os ornamentos das mulatas e negras (vendeiras, no caso de Pernambuco, e não identificadas, no caso da Bahia). Em ambas descrições, as negras estavam em torno ou dentro das igrejas, e ornamentadas especialmente para a ocasião. As vendeiras pernambucanas, vistas pelo francês, estariam, em suas palavras, aparamentadas pelos próprios senhores. Voltamos mais uma vez à Cândida e Delindra. Se a observação de Tollenare for verdadeira, então Cândida, ao vestir as roupas que vendia estaria reivindicando para si um “direito” que era “concedido” às demais vendeiras escravas por alguns senhores/as. Talvez fosse mesmo um costume senhorial escolher vendeiras bonitas e ornamentá-las de modo a atrair fregueses. Um costume que poderia mesmo ir ao encontro dos interesses das vendeiras. Seguindo as anotações de Tollenare, podemos entender Delindra, como pertencente a um contexto no qual o uso de ouro, amuletos e relicários era tido como algo essencial para distinguir as forras socialmente, e modelar mesmo sua identidade. Como pretas vendeiras, a africana livre Cândida e a liberta Delindra, pode-se imaginar, julgavam precisar de elementos como ouro e

²⁹⁹ Cf. TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1978, págs. 103 e 223 para ambas as citações.

roupa. A noção de mulheres disfarçadas ganha, dessa forma, grande complexidade de significados.

Uma escrava vendeira “*disfarçada*” faria provavelmente usos de outros expedientes inventivos para se livrar de problemas. A representação da vendeira disfarçada é interessante porque indica a tentativa de aceitação enquanto mulher liberta ou livre. Uma escrava idosa, de mais ou menos 50 anos, nação Moçambique, foi descrita como “*muito ladina, e tem muita lamuria para illudir*”. Ela vendia em tabuleiro 3 massos e 9 pares de meias de algodão grosso, feitos em Portugal, 15 varas babados de linho e 24 bagres secos. A “*lamuria para illudir*” seria o resultado de longa experiência de cativo, pois a cativa era muito conhecida exatamente por já ter “*servido a diferentes senhores no matto e na praça*”. (D. P., 12/03/1845). Uma escrava descrita como *bastante ladina* poderia, quando necessário, “*fingir-se de bruta*”, como a preta Romana, nação Costa, que, mesmo grávida, vendia “*pão todos os dias e agoa a tarde*”, na fala de seu senhor ou senhora que pagaria generosamente por sua captura. (D. P., 18/03/1847).

A linguagem daqueles que punham suas escravas para venderem ou dos que faziam uso dos serviços alugados dessas vendeiras, construiu representações que ora valorizavam as habilidades específicas do ofício, ora as depreciavam em termos morais. Como veremos a seguir, esse conjunto de representações não poderia deixar de interferir nos contratos de aluguel de vendeiras e nas relações de trabalho estabelecidas, sendo a partir desse imenso repertório de representações que as expectativas dos contratantes eram forçadas.

4.1 A vendeira que se precisa: contratos, lucros e artigos comercializados

No Recife, como nas demais cidades escravistas do século XIX, havia um conjunto amplo de relações de trabalho no quais forros/as, livres pobres, Africanos/as livres e escravos/as estavam engajados. Para Salvador, Maria Inês Côrtes de Oliveira classificou em três tipos as relações escravistas de trabalho. Levando em consideração questões relativas à manutenção do escravo/a, à apropriação do trabalho excedente, e à utilização efetiva do escravo/a, a autora chegou à seguinte classificação:

- 1.º) *é o próprio proprietário que usa e se apropria integralmente do produto do trabalho de seu escravo e assume os gastos de sua manutenção;*
- 2.º) *o trabalho do*

*escravo é apropriado, parte pelo proprietário (locador), parte por quem dele se utiliza (locatário), que passa a assumir os encargos de sua manutenção; 3.º) o trabalho escravo é apropriado parte pelo proprietário e parte pelo próprio escravo que presta serviços a terceiros, podendo caber ao próprio escravo ou ao senhor os gastos de manutenção (...).*³⁰⁰

Haveria, portanto, três tipos de relações básicas nas quais os escravos/as estavam inseridos: no primeiro caso, o escravo/a serve a seu proprietário, de quem unicamente recebe a manutenção; no segundo, sua força de trabalho está alugada a uma outra pessoa (locatário) que o/a sustenta, pagando ao senhor o aluguel estipulado; e no terceiro, o escravo/a é posto/a ao ganho – podendo até mesmo sustentar-se por conta própria e morar longe de seu senhor/a – e oferece seus serviços a quem melhor lhe convier, entregando ao senhor o pagamento fixo estipulado previamente, seja por dia, semana ou mês. Segundo os anúncios dos jornais pernambucanos sugerem, as vendeiras – de qualquer condição jurídica – normalmente eram engajadas em contratos de aluguel. É claro que algumas escravas vendiam para seus próprios senhores. Escravas postas ao ganho exercendo o ofício de vendeiras não foram encontradas nos periódicos pesquisados entre 1840 e 1870.³⁰¹

Decerto, mulheres livres, forras e escravas entrariam também na categoria reconhecida na época como *de ganho*, mas sua visualização e análise ficam prejudicadas pela precariedade do acervo da Câmara Municipal do Recife, instituição destinada em todas as principais cidades escravistas do Império a conceder as licenças para que homens e mulheres se tornassem *ganhadores*. O Diário de Pernambuco, ao menos entre 1840 e 1870, não faz referências às ganhadeiras, embora sua existência estivesse confirmada pelas posturas relativas às licenças a serem concedidas. Como a decisão de colocar uma escrava ao ganho era exclusiva do senhor/a da cativa, e não envolvia uma terceira pessoa (locatário/a) não era preciso anunciar nos jornais. Os aluguéis sim. Tanto locatários/as em busca de vendeiras, como senhores/as desejosos/as de alugar suas escravas faziam uso do jornal que mais circulava entre a população da cidade para estabelecerem contratos de aluguel.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Op. Cit., p. 13 e ss.

³⁰¹ Como não foram encontrados Livros de Registros de Licenças da Câmara Municipal para ganhadores, não identificamos a presença das “ganhadeiras”, que provavelmente deviam existir.

Na década de 1840, esperava-se que uma mulher que vendesse pelas ruas ganhasse 480 réis diários, enquanto uma escrava posta em aluguel para executar serviços domésticos ganharia algo em torno de 320 réis por dia.³⁰² Eram 480 réis diários o contrato feito pelos arrematantes de Africanos e Africanas livres a quem estes eram concedidos por 14 anos para uma suposta proteção e educação que seriam essenciais na adaptação do/a estrangeiro/a trazido/a pelo tráfico ilegal, como já foi assinalado em páginas anteriores. O/a arrematante, por sua vez, teria de pagar uma taxa anual de 12\$000 réis, conforme rezava o contrato, o que seria um negócio muito vantajoso. O valor do aluguel pago aos proprietários de escravas vendeiras alugadas, na mesma época, também aponta para esse valor diário de 480 réis, ou para o valor mensal de 10\$000 réis³⁰³, um montante que era um pouco superior à multiplicação de vinte dias de trabalho por mês ao valor dos 480 réis por dia. Aqueles que precisavam alugar escravas para vender na rua, durante esse período costumavam, entretanto, oferecer o valor mensal acima mencionado ou, no caso de ofertas mais convidativas, acrescentar ao valor a garantia de alimentação da escrava. Mulheres forras e livres pobres poderiam também alugar seus serviços para venderem na rua ou, como era mais freqüente para as libertas, serem solicitadas para esse fim.³⁰⁴

O valor médio de 10\$000 réis mensais para a década de 1840 será mesmo o mais freqüente. Há casos de anunciantes que oferecem apenas de 8 a 10 mil réis mensais, e que, poucos dias adiante, aumentam para 12\$000 réis, tornando a oferta mais atraente. É razoável supor que o anunciante estivesse premido pela urgência na venda de algum produto. (D. P., 18 e 26/03/1840). Ao longo da década de 1850, entretanto, o valor do aluguel pago pelos

³⁰² D. P., 12/03/1840. “*Precisa-se de alugar uma preta para servir a uma casa, pagando-se 320 réis diários: anuncie.*” Embora não esteja definida com exatidão a natureza do serviço a ser prestado, imagina-se que sejam os serviços de ‘portas a dentro’, o que nos faz perceber que os serviços internos eram menor remunerados do que o comércio urbano por mãos de negras de tabuleiro e quitandeiras, que assinalam uma lucratividade superior a quatrocentos réis diários nessa mesma época. Dos serviços internos, entretanto, há um particularmente bem remunerado: o de amas-de-leite.

³⁰³ No dia 08/01/1845 (Diário de Pernambuco), alguém oferecia 10\$000 réis mensais por uma “*preta boa quitandeira*”. Dada a incidência desse valor em toda a década, podemos inferir que esse era o padrão monetário da década para o pagamento do aluguel de negras de ganho. As décadas seguintes terão novos padrões, como veremos. Entretanto, ainda na mesma década, variações podiam ocorrer: um anúncio, no mesmo periódico, oferecia apenas 8\$000 réis por uma escrava que seria destinada ao serviço da casa e a vender na rua, no dia 25/01/1848; enquanto outro, no dia anterior, dizia precisar alugar uma escrava “*para o serviço interno de uma casa de pouca família, que saiba engomar, comprar na rua e cozinhar*”, oferecendo 10\$000 réis mais o sustento. E, obviamente, também o preço de compra dessas escravas variava.

³⁰⁴ Uma ressalva aqui é fundamental: entre os anúncios dos *Avisos Diversos* cujas pessoas precisam de trabalhadoras, ao menos ao longo dos anos 1840 a 1870, a preferência é maior para mulheres cativas, seguidas por mulheres forras, e por últimos de mulheres livres – dado que vale para serviços domésticos e de venda na rua. Exceções existem para confirmar a regra: o serviço de cativas e forras era mais procurado.

serviços de venda de rua em tabuleiros ou quitandas deve ter sido bem superior ao da década anterior. Embora na consulta aos meses de março dos anos entre 1850 e 1859 não tenha sido possível encontrar valores expressos dos aluguéis que remuneravam os serviços de venda na rua, podemos supor que tais valores tenham seguido a mesma inflação que recaiu sobre os aluguéis de criadas (muitas para servir como amas-de-leite ou de *portas a dentro e portas a fora* ao mesmo tempo), e que oscilaram entre 12, 16 e 20\$ réis mensais a julgar pela observação dos meses de março de toda a década. Na década de 1860, houve considerável diminuição da busca por vendeiras nos meses de março de todo o período, e os casos encontrados também não indicavam valores dos aluguéis das vendeiras. Mas houve continuidade a inflação dos aluguéis de criadas. O que nos faz pensar que também o aluguel de escravas, forras ou livres pobres que vendessem pela rua também inflacionou. Em 1869, um/a anunciante oferecia 30\$000 réis mensais em aluguel por uma escrava para engomar e ensaboar. É bem provável que o aluguel de vendeiras estivesse também próximo a esse valor, ou seja, devia ter praticamente triplicado entre 1840 e 1870.³⁰⁵

É possível supor que, nessa situação, o pagamento pudesse ser feito sob uma de duas formas: ou pelos valores acima ditos (por dia, semana ou mês, conforme o acordo estabelecido entre as partes) ou sob comissão por venda efetuada. O anúncio abaixo atesta o que dissemos:

*Alguma preta forra ou captiva, ou mesmo alguma pessoa que quizer vender no mato umas miudezas, bonecas, flores, tocas de meninos, dando fiador a sua conducta, dirija-se a Boa-vista rua do Cotovelo n. 97, que também dá a quem queira vender na praça, pagando-se a vendagem.*³⁰⁶

Escravas, como vemos, também poderiam receber comissão por vendas efetuadas, desde que os seus senhores se responsabilizassem. O valor da comissão devia ser totalmente repassado ao proprietário ou proprietária da escrava, que provavelmente devia ser de confiança para ser engajada em tal transação. Essa era outra forma de contrato também existente no Recife. Alguém sugeria: “*Precisa-se de pretas que vendão pão, pagando-se-*

³⁰⁵ Ver D.P., 09/03/1869. Para a província de São Paulo da década de 1870, Emília Viotti da Costa encontrou exatamente o valor de 30\$000 réis mensais pelo aluguel de um rapaz que deveria andar na rua como mascate, o que nos faz crer que o valor estimado para o mesmo período, no Recife, não está muito distante da realidade. Cf. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1998, p. 280.

³⁰⁶ D. P., 15/04/1845. Ver também o dia 02/03/1869, quando um anunciante alugava “moleques ou pretas quitandeiras, pagando-se semanalmente.”

lhes a vendagem, e sendo que seus senhores se responsabilizem” (D. P., 22/01/1848). Também por comissão era o contrato que se queria estabelecer entre algum negociante de azeite de carrapato e algum/a proprietário/a de escravo ou escrava, que viria a receber 320 réis por canada.³⁰⁷ (D. P., 03/03/1846).

Nem toda mulher livre, mesmo pobre, entraria em contratos para vender na rua. Mesmo que seja difícil, por vezes, precisar qual o estatuto jurídico de quem oferece seus serviços, alguns anúncios sugerem que mulheres livres pobres ou empobrecidas tinham relativa condição de indicar a que tipo de ofício se sujeitaria e, ao indicá-los, usualmente preferiam os serviços internos. Ao excluir o serviço de vender na rua, certamente mostravam ter compreensão da carga pejorativa e dos riscos mundanos que ele continha. Em 1848, uma mulher se oferecia para ama de casa de homem solteiro, dizendo saber os “*arranjos preciosos*” necessários; indicava ainda que levaria um filho menor de 5 anos, e expressava categoricamente: “*Não faz serviço de rua*” (D. P., 27/01/1848). É muito provável que fosse mãe solteira, cujo filho era marcado pela ilegitimidade, mas mesmo assim a mulher tentava transmitir a ela mesma e ao filho certa noção de honra, pelo ato de querer pertencer a um lar, servindo de *portas a dentro*. No Diário Novo, mesmo uma preta forra mostrava-se capaz de sugerir um contrato que lhe fosse favorável, e assim deixava claro: “*Para todo serviço de casa, e mesmo o de rua que for decente como comprar e etc., uma mulher preta forra oferece seus serviços por preço commodo e mensalmente: quem precisar dirija-se á rua das Cruzes n. 12.*”³⁰⁸ A preta forra, apesar do vago etcétera, não parece estar inclinada a considerar a venda de rua um serviço decente, ou pelo menos não o colocou entre suas principais opções. Ser vendeira e ser prostituta era, para muitos, uma possibilidade muito concreta; e as mulheres que podiam, evitavam vender na rua para não serem confundidas com prostitutas.

Essas evidências nos fazem inferir que os contratos de vendeiras, em sua maioria, partiam daqueles que possuíam algum gênero ou artigo, seja de sua própria produção

³⁰⁷ A canada de azeite era o equivalente a 6,85l. Segundo a historiadora Kátia Mattoso, grandes pesos como a arroba, o alqueire e a canada deviam ser utilizados apenas em transações de certa importância, pois poucas famílias baianas compravam gêneros alimentícios em grande quantidade. Se este dado estiver correto, então a canada a que se refere o anúncio deve ser a soma de pequenas vendas de quartilhos e meio-quartilhos. Para essas medidas anteriores a adoção do sistema métrico decimal, Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 265.

³⁰⁸ Diário Novo, 31/07/1847.

doméstica ou de seu negócio (padarias, lojas, casas de pasto, por exemplo), e necessitassem vendê-lo a varejo pelas ruas. Essa situação também é verdade para os serviços domésticos, dado que o número de pessoas que solicitam criadas é maior do que o número destas que se oferecem. Mas do ponto de vista apenas daqueles que oferecem sua mão-de-obra no mercado, a busca por se engajar em serviços domésticos é muito superior ao serviço de vender na rua, dado que a prestação de serviços de *portas a dentro* era o mercado por excelência das mulheres pobres e forras que desejassem ocupar as brechas deixadas pelo trabalho cativo.

Ilustrativo da idéia de que era a parte da demanda por vendeiras quem primeiro anunciava nos periódicos é o caso desse pequeno negócio, instalado por alguma mulher talvez pertencente aos extratos médios da sociedade pernambucana. Situado na rua das Trincheiras, em uma casa térrea, o anúncio assim visava atingir os fregueses:

*(...) fazem-se bolinhos de todas as qualidades para chá, bolos francezes, quequés de mandioca, podins, tortas e de outras muitas habilidades, armão-se bandejas com diversas qualidades de bolinhos; também cose toda a qualidade de costura, tanto para homem como para senhora, tudo por preço mais commodo do que em qualquer outra parte; na mesma casa precisa-se de pretas para venderem bolinhos, pagando-se de vendagem quatro vinténs por pataca.*³⁰⁹

As *pretas* a que o anúncio se refere devem ser mesmo escravas, e que, como ocorria com as vendeiras livres e forras, podiam ser engajadas em contratos de venda por comissão. Nesse caso, por cada 320 réis, pagava-se à escrava (ou seja, àquele/a que a alugasse) 80 réis ou 25% do valor vendido. Um contrato dessa natureza, como já afirmamos, só seria viável para senhores e senhoras que, ou tivessem alguma confiança na escrava que possuíssem, ou a devida vigilância. O anúncio anterior é de 1845, mas em 1851 ainda se mantinha a mesma proposta: alugavam-se pretas para venderem doces pagando também 80 réis por cada 320 réis vendidos. (D. P., 31/03/1851).

Quanto à lucratividade dos senhores/as, é interessante analisar a relação entre os valores diários auferidos pela vendeira escrava, e deduzir os gastos com sua manutenção

³⁰⁹ D. P., 18/03/1845. Esse anúncio já foi citado na primeira parte desse estudo para outro tipo de análise. Para uma descrição etnográfica e histórica da tradição brasileira em doces e bolos vendidos por negras de tabuleiro, ver LIMA, Claudia. **Tachos e panelas: historiografia da alimentação brasileira**. Recife: Ed. da Autora, 1999, sobretudo o item *Tradições Alimentares*, pp. 189-226.

anual. Não há consenso na historiografia sobre a real lucratividade das mulheres que se dedicavam ao pequeno comércio, ou dos senhores/as que punham suas escravas nessa função. Maria Odila da Silva Dias, como já apontamos, calculou para a década de 1830 gastos da ordem de \$50 a \$100 réis diários com alimentação (ou 20 a 36\$000 réis por ano), e de 4\$200 réis anuais com vestuário de escravas urbanas.³¹⁰ Vejamos que, em 1845, alguém apresentou todas as habilidades de sua escrava posta a venda por 380\$: ela seria “*de idade de 25 anos, pouco mais, ou menos, lava de sabão e varrela, cosinha o ordinario de uma casa, he muito sadia e diligente para todo o mais serviço, estando na rua ganha 480 rs. por dia; (...)*”.³¹¹ Projetando possíveis gastos e rendimentos trazidos pela escrava desse anúncio, em quanto tempo ela remuneraria o seu valor de compra? Se calcularmos pelos índices de Dias, que considerou apenas quatro dias úteis por semana e 200 réis diários, a lucratividade de uma escrava vendeira de rua seria irrisória, configurando um investimento muito oneroso no curto e médio prazo. Por ano, seguindo as indicações de Dias, uma escrava ou mulher livre ganharia apenas 38\$400 réis, portanto, um valor inferior ao índice máximo para alimentação somado ao gasto com vestuário. Isso sem falar em doenças e multas eventuais.

Devemos considerar, entretanto, que a autora subestimou a quantidade de dias de trabalho, e não considerou a hipótese da despesa com a escrava ficar a cargo do locatário, e não do/a proprietário/a. Dezesesseis dias úteis a 200 réis diários perfaz um rendimento de apenas 3\$200 réis mensais, um valor muito abaixo dos 10\$000 réis que encontramos para a década de 1840 no Recife, o que nos faz pensar que Dias subestimou também o valor do ganho diário. Ela mesma reconhece que uma vendeira ambulante hábil ou uma cozinheira perita poderiam ganhar de \$250 a \$500 réis diários. Agora vamos calcular sob novas bases: cinco dias de trabalho por semana e 480 réis diários. O valor anual seria da ordem de 115\$200 réis. Seguindo as indicações de despesa média anual da ordem de 40\$000 réis, sobrariam 75\$200 réis. Em cinco anos de trabalho, a escrava acima considerada teria dado líquidos 376\$000 réis, praticamente remunerando o valor pago por seu novo/a proprietário/a. Tendo apenas 25 anos, como indica o anúncio, ela hipoteticamente ainda iria

³¹⁰ Para a discussão que se segue, Cf. os cálculos de DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e Poder**. Op. Cit., pp. 94-96.

³¹¹ D. P., 08/03/1845. É óbvio que havia variação também nos preços dessas escravas. No dia 31/01 do mesmo ano, uma “*preta de 30 anos*”, cozinheira, lavadeira e vendeira de rua, estava à venda por 340\$.

gerar rendimentos por certo tempo, dependendo das condições de mercado.³¹² Esse cálculo é baseado apenas em condições ideais, e não estão sendo levadas em conta as variações inflacionárias dos produtos com os quais se devia manter a escrava, nem as variações do valor do aluguel. Ele não considera ainda possíveis fugas intermitentes das escravas, ou quem sabe até gastos de parte dos jornais com bebidas, entre outras maneiras da escrava emperrar a lucratividade senhorial. Ele fornece, ao menos uma projeção plausível, e sugere que, em condições mais ou menos estáveis, um senhor poderia obter uma certa margem de lucros com os aluguéis de escravas vendeiras. No caso de escravas ganhadeiras, se fossem habilidosas no comércio, poderiam até sonhar com a compra da alforria.

Dias afirma que os jornais das vendedoras ambulantes, a maioria sendo escravas ou forras pardas, poderiam oscilar de \$200 a \$400 réis diários, “*nos casos mais privilegiados*”. Vimos, entretanto, que esses jornais podiam atingir o valor de \$480 réis diários. Não se trata de contradizer os dados apresentados e discutidos pela autora, mesmo porque é razoável supor que as cidades de São Paulo e Recife, no século XIX, oferecessem situações diferentes de lucro com o comércio ambulante. Os contextos regionais distintos, que ainda necessitam de maior investigação, podem ter afetado a lucratividade dos sistemas de ganho e de aluguel disseminados por inúmeras cidades e vilas escravistas. Nas Minas Gerais do século XVIII, por exemplo, talvez a lucratividade do comércio ambulante fosse bem maior do que em outras regiões, dado o pagamento ser em ouro.³¹³

No caso dos contratos de aluguel, os anúncios indicam ainda que uma vendeira escrava poderia tanto ser alugada para vender todo o dia (manhã e tarde) como apenas em um desses turnos. Um/a morador/a em um sobrado de duas varandas desejava alugar “*moleques e negras, para vender azeite por tarde, também aluga-se por todo o dia (...)*”. Outro caso: “*Precisa-se alugar uma escrava para vendea (sic.) na rua, fazendo-se bom interesse, e isto só pela tarde (...)*”.³¹⁴ Nesse último caso, o preço do aluguel pago pelo locatário devia ser menor, e permitia ainda que o/ senhor/a dispusesse dos serviços da escrava na outra parte do dia, provavelmente em serviços domésticos. Esse tipo de contrato

³¹² Quase não é preciso dizer que esses cálculos são apenas exploratórios, e não possuem estatuto de verdade. Um cálculo mais apurado deveria considerar inclusive os índices de inflação dos preços dos produtos consumidos pelos escravos e dos aluguéis. Seria ainda necessário estabelecer um índice médio de lucratividade das vendeiras. Empreitada que ainda está por ser feita, dificultando as análises da escravidão urbana no Brasil do século XIX. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit., p. 95.

³¹³ DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit., p. 177.

³¹⁴ Ver D. P., dias 26/03/1842 e 04/03/1843.

de um só turno talvez fosse a melhor solução para aqueles locatários que precisassem dos serviços, mas não quisessem ter os gastos de manutenção da escrava. O leite, por exemplo, era um produto vendido apenas pelas manhãs, ainda fresco.³¹⁵ Há até casos de vendedoras cujo engajamento era temporário. Duas pretas eram solicitadas para venderem limas de cheiro “*nos três dias*”, ou seja, apenas enquanto a irrefreável folia do carnaval tomasse conta da cidade (D. P., 02/03/1848).

Alguns contratantes, ciosos dos produtos que punham a venda pelas mãos de escravas alugadas, impeliam os/as senhores/as a se responsabilizarem pelos extravios. Um/a contratante deixou esse ponto bem claro:

Precisa-se alugar duas negras para venderem na rua, com tanto que sejam fieis, e seus Srs. fiquem responsáveis pelos extravios; faz-se bom ajuste caso agrade, ou por vendagem por semana, ou mensalmente (...). (D. P., 07/03/1843)

Está evidente a desconfiança do contratante diante da possibilidade de haver extravios, seja do dinheiro ou dos artigos vendidos. Inúmeros são os casos que exigem que as *pretas* sejam *fiéis*. Em 1868, um dono de taberna fez um anúncio complicado onde dizia, ao mesmo tempo, que necessitava alugar “*duas pretas*” que soubessem vender na rua, e que dava bolos “*de vendagem a 3 ou 4 pretas que sejam fieis*”. Um negócio relativamente grande incorporava sempre mais de uma escrava vendedora. Bolo era realmente um dos produtos mais vendidos a varejo pelas ruas. (D. P., 20/03/1868). A representação da fidelidade da vendeira, portanto, está intimamente ligada às expectativas de lucro por parte dos contratantes. A fidelidade seria uma garantia de que não haveria “*extravios*” de nenhuma natureza.

O número daqueles/as que procuram mulheres escravas para venderem na rua sob regime de aluguel supera em muito a procura por mulheres forras, e notadamente por mulheres livres. Nem sempre, entretanto, fica claro que as mulheres livres não figuravam como opções. Na verdade, muitos anúncios não especificam a condição jurídica da contratada. O contato com a documentação, entretanto, deixa patente que mulheres livres empobrecidas (muitas delas brancas), negras e pardas forras (solteiras ou viúvas) que

³¹⁵ No dia D. P., dia 19/06/1840, anunciou-se a fuga de uma escrava que vendia leite pela manhã. Era assim que donos de sítios próximos à cidade ganhavam algum lucro a mais. “*No dia 7 do corrente fugio uma negra de nome Margarida, de nação Gabão (...) 20 annos (...) muito regrista (...) e he bem conhecida por vender leite de manhã; quem a pegar leve ao sítio de S. Amaro.*” No Rio de Janeiro, era hábito cotidiano das criadas comprarem leite toda manhã cedo. Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 56.

ofereciam seus serviços através dos periódicos, preferiam servir em casas de família como domésticas a terem de vender na rua.

Essa maior resistência ao serviço de rua não era o resultado de uma avaliação segundo a qual os serviços domésticos seriam mais “leves” do que o chamado serviço externo. Trabalhar de *portas a dentro* conferia maior segurança e melhor reputação para mulheres que se aproximassem de famílias estáveis e reconhecidas socialmente. Do mesmo modo, o maior número de preferências pelos serviços internos é resultante da própria consciência da maior demanda existente por eles, o que facilitaria o engajamento mais rápido, e das próprias habilidades de que essas mulheres eram portadoras. Mesmo brancas empobrecidas haviam aprendido desde cedo a costurar, bordar em ouro, fazer rendas e outras habilidades a que podiam recorrer no caso de orfandade ou pobreza. A rua não seria o espaço respeitável e preferível para quem tinha aprendido que a esfera doméstica significava maior proteção à honra feminina.

Se considerarmos a seção *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco como um índice do maior ou menor número de mulheres engajadas nos serviços de venda na rua, chegaremos à conclusão de que, entre os anos 1840 e 1869, o número dos aluguéis de mulheres vendeiras diminui tanto em termos absolutos quanto relativamente ao número dos contratos para os serviços domésticos. Considerando que vender na rua é um serviço de *portas a fora*, mas não o único, construímos as tabelas 5, 6 e 7, expostas no capítulo seguinte, onde ficou patente a diminuição dos casos de contratos de mulheres vendeiras. Mesmo os números 49, 26 e 40 para os casos de mulheres que iriam servir de *portas a fora* (PF), extraídos dos meses de março do período de 1840 a 1869, não representam a intenção exclusiva de engajar vendedoras por contrato de aluguel, pois representam ainda a busca por criadas compradeiras e criadas que serviam como acompanhantes de crianças em passeios. O Recife, no decorrer das três décadas, vê decair a quantidade de anúncios cuja intenção era contratar vendeiras sob regime de aluguel, enquanto a quantidade total de anúncios aumenta consideravelmente carregado sobretudo pelo crescente mercado de serviços domésticos realizados no interior dos lares, ou seja, *portas a dentro* (PD), ou pela associação entre

serviços internos e externos (PDF) – que incluíam a recorrente associação os serviços de compra e cozinha, mas não a venda na rua.³¹⁶

A leitura mesmo da seção *Avisos Diversos* transmite a impressão de que as ruas estão cada vez mais desprovidas da presença das negras de tabuleiro. Uma impressão que, provavelmente, é só em parte verdadeira. Vendeiras nunca deixaram de existir nos diversos espaços da cidade, mas é provável que a concorrência do comércio fixo das casas comerciais estivesse sobrepujando o chamado comércio de rua.³¹⁷ Além da concorrência gerada pelo aumento de confeitarias especializadas e lojas de fazendas e miudezas, é preciso acrescentar outras hipóteses: o encarecimento dos aluguéis pagos pelos serviços das vendeiras, a influência dos avanços modernizadores, a resistência das próprias escravas que afetava as negociações entre senhores/as e locatários/as, a diminuição da mão-de-obra escrava e o encarecimento de sua manutenção, podem constituir fatores para o declínio do número de mulheres vendeiras nas ruas recifenses. Esses fatores associados devem ter confluído para a crise lenta e gradual da escravidão urbana, sobretudo em sua face voltada para o pequeno comércio. Aos poucos, a pressão dos impostos e das interdições municipais, a inflação dos gêneros de primeira necessidade como feijão, farinha e carne seca – dieta básica na manutenção de escravos e escravas – podem ter inviabilizado a continuidade das antigas formas de sobrevivência de senhoras e senhores de escravos/as: o aluguel e o serviço de ganho. Toda essa situação – adversa para os sistemas de ganho e aluguel onde as escravas vendeiras eram inseridas – não deve ser entendida como o ocaso do comércio informal a serviço de vendeiras. Mesmo porque, os dados que dispomos são relativos apenas aos casos de aluguel de escravas, e isso não significa que a multidão de pobres livres e libertos não estivesse engajada no comércio ambulante de maneira autônoma.

Em linhas gerais, a explicação acima, baseada nos custos da escravidão urbana, foi delineada pioneiramente por Maria Odila da Silva Dias, em 1984, pensando no contexto da cidade de São Paulo do século XIX.³¹⁸ Da década de 1980 para cá, não se intensificaram os

³¹⁶ Ver tabelas 3, 4 e 5, expostas no cap. 5; ou ainda os gráficos 1, 2 e 3 que estão em anexo na Lista de Gráficos.

³¹⁷ Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit. Ela dirá: “*A crise da escravidão urbana continua assunto pioneiro, (...) restam ainda por esclarecer os fatores, propriamente urbanos, de inflação dos jornais de escravos, a carestia dos gêneros alimentícios, a concorrência de setores mais lucrativos de serviços e comércio ambulante e também da mão-de-obra forra ou liberta.*” P. 97.

³¹⁸ Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit., p. 93 e seguintes., e p. 105. “*No Brasil, tendeu a tornar-se antieconômica, após a extinção do tráfico e a elevação dos gêneros alimentícios.*” P. 96. E sobre a crise da

estudos históricos da economia urbana no contexto da escravidão, uma lacuna que dificulta a mensuração dos rendimentos do pequeno comércio urbano das negras de tabuleiro, assim como o real peso desse comércio na vida cotidiana das maiores cidades brasileiras ao longo das últimas décadas da escravidão.

Em Pernambuco, como nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais³¹⁹, houve considerável aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade entre 1852 e 1888. Peter Eisenberg, analisando as listas semanais de preços publicadas no Diário de Pernambuco, calculou o preço, no atacado, de quatrocentos gramas de farinha de mandioca e duzentos gramas de carne seca ou de charque, ao longo do período assinalado.³²⁰ Ficou patente, pelos seus dados, que entre 1852 e 1869 – recorte temporal que está inserido no período que focalizamos – os níveis de preços chegaram a praticamente atingir sua cifras máxima e mínima: \$053 em 1852 e \$144 em 1858, perfazendo um encarecimento de 172%. Os números do autor trazem oscilações ano a ano, mas essa variação dos preços só devia aumentar as incertezas dos consumidores no meio urbano. Em um quadro econômico pouco favorável, é provável que grupos urbanos apenas remediados priorizassem a posse de uma única escrava – ou contratação de uma única criada forra ou livre pobre – para os serviços domésticos, que seriam considerados mais essenciais, a ter de alugar vendeiras para servir de *portas a fora*.

4.2 O que as pretas vendem

Segundo a lista do Quadro 3, tudo o que pudesse ser vendido no pequeno comércio urbano passava pelas mãos de pretas e pardas vendeiras. A lista ainda deve estar incompleta,

escravidão urbana, arremata: “*O primeiro sintoma desta crise já se fizera sentir, na década de cinqüenta, quando a inflação dos preços ameaçara tornar antieconômicos os escravos urbanos, principalmente de pequenas proprietárias mal remediadas, que se viam cada vez mais empobrecidas. Juntamente com os preços de compra, os jornais e alugueis de escravos encareceram, a ponto de favorecer a concorrência da mão-de-obra livre. Tornava-se cada vez mais difícil manter escravos e estes pareciam, aos proprietários e às autoridades policiais da cidade, cada vez mais indisciplinados.*” P. 105. A escravidão urbana teria se tornado, assim, antieconômica.

³¹⁹ A carestia dos gêneros alimentícios era generalizada em todo o Império, na segunda metade do século XIX. Cf. COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Ver especificamente a parte intitulada *Carestia dos gêneros*, pp. 177-184.

³²⁰ Ver o **Quadro 26**, com os **Índices de Preços em Pernambuco**, pp. 176-177. In EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

mas é representativa, pelo menos, dos produtos que eram vendidos com maior frequência. Alimentos e água, além de peças de roupa e miudezas são os produtos mais comuns. Os alimentos, em geral, podiam provir de alguma produção doméstica de doces, leite, tapiocas, arroz-doce e outras iguarias, ou mesmo de estabelecimentos como confeitarias, casas de pasto e padarias, por exemplo. São inúmeros os casos de vendedoras de pão, e as padarias durante o período de 1840 a 1870 vão continuar a necessitar de “*pretas*” para venderem o seu produto. O termo *pretas* sugere que eram as escravas as mais preferidas para realizarem esse tráfico.

**QUADRO 3. LISTA DE ALGUNS GÊNEROS E ARTIGOS COMERCIALIZADOS
POR VENDEIRAS NA CIDADE DO RECIFE NO SÉC. XIX**

ÁGUA
ARROZ/ARROZ-DOCE
AZEITE
BANHA
BOLO (Bolo Bacia)
BONECAS/CALUNGAS
CHAPÉUS
COCADAS
COCOS
DOCES
FAZENDAS
(bicos, lenços, meias, toucas para senhoras, tocas de meninos etc.)
FLORES
FRUTAS
GOMA
LEITE
LIMAS DE CHEIRO
LOUÇA FINA
MARISCOS
MIUDEZAS/RENDAS
PÃO (PÃO-DE-LÓ)
PASTÉIS/PEIXE
PERFUMARIAS
SAPATOS
TAPIOCA
VERDURAS

Fonte: Seções *Avisos Diversos* e *Escravos Fugidos*, do Diário de Pernambuco, 1840-1870.

No caso das confeitarias, elas podiam ou não contratar mulheres para vender, já que muitas delas vendiam produtos bastante especializados que, do ponto de vista de seus donos, não convinha misturar com os gêneros comumente vendidos pelas ruas, que eram considerados mais grosseiros. Ao se especializarem em inúmeras qualidades de doces, elas normalmente faziam entregas por encomenda, dispensando a venda em tabuleiro.

No caso das miudezas, estas se desdobram em inúmeros outros artigos: agulhas, pentes para alisar cabelos, rendas, fitas de lã, fitas de seda, fitas de retrós, botões, novelos de linhas, tesouras, alfinetes, colchetes franceses. Na rua do Queimado, que era eminentemente comercial, a *Loja da Boa Fama* era uma das muitas lojas que se especializara em vender miudezas, sobretudo destinadas à atividade de costura, e comunicava uma lista imensa de itens, ou, em suas palavras “*tudo o mais que he necessario para completo sortimento e por preço que deixa grande interesse a quem comprar para tornar a vender*”. O anúncio era dirigido, de modo especial, a mascates e boceteiras.³²¹ Peças como jóias, colares de contas e outros objetos de adorno também compunham a vasta gama de artigos contidos no abrangente termo *miudezas*. As bonecas, calungas, perfumarias, sapatos e chapéus contidos no Quadro 3, provavelmente poderiam ser considerados miudezas por anunciantes menos específicos. Dos produtos listados acima, apenas a louça fina constitui o artigo mais raro e inusitado. Era a preta Theresa, de nação Benguela, que vendia esse artigo em tabuleiro antes de fugir no dia 18 de setembro de 1843, e que ainda estava sendo procurada no dia 13 de março do ano seguinte. (D. P., 13/03/1844). O peixe era também um produto raramente vendido por mulheres. Havia mesmo uma distinção entre as quitandeiras e os peixeiros e açougueiros. Os homens ficavam com essa fatia do comércio. É possível ainda que o único caso que assinalou a venda de peixe por uma mulher estivesse se referindo a peixe frito, e não ao peixe fresco. A creditarmos em Mary C. Karasch, é bem provável que o negócio de comida fosse, em geral, feminino.³²²

Já as frutas eram certamente um dos produtos mais comuns. Laranjas, cajus, melancias, mangas e outras frutas cultivadas – ou geradas quase que espontaneamente pelos

³²¹ Para o convidativo anúncio da Loja da Boa Fama, ver D. P., dias 1º e 04/03/1859.

³²² “*Em particular, o negócio de comida, exceto a carne e o peixe vendidos por homens, parece ter sido uma especialidade das mulheres africanas e baianas. Quando observou as filas de escravos trazendo legumes e verduras para a cidade, Horner notou que as mulheres eram mais numerosas que os homens. Outra especialidade delas era a venda de quitutes, como guisados com azeite-de-dendê, peixe frito, carne-seca grelhada, balas e doces e refrescos. Mascateavam de porta em porta e vendiam em restaurantes ao ar livre montados no mercados, ou perto deles.*” Pp. 285-86. Cf. KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos**. Op. Cit.

sítios que circundavam a cidade – enfeitavam os tabuleiros das negras, além de poderem ser vendidas também no chão forrado com uma toalha, ou sob mesinhas por quitandeiras. Como assinalado na primeira parte desse estudo, o Recife detinha uma situação privilegiada quanto ao abastecimento de frutas, dado o grande número de sítios no entorno da parte urbanizada. As verduras também eram obtidas nesses sítios.

Vale salientar que muitos desses produtos listados ainda são vendidos nos mais diversos pontos da cidade, caracterizando o Recife contemporâneo como uma das cidades brasileiras mais repletas de vendedores/as informais. Um desses produtos deixou de ser vendido nas mesmas proporções que teve em grande parte do século XIX: o azeite de carrapato (mamona) e o azeite de peixe. O uso do gás na iluminação e a energia elétrica vieram substituir o tradicional uso do azeite nos candeeiros das casas e nos candelabros da cidade.

Conclusão

Confiança e desconfiança permeavam a relação entre as vendeiras escravas e seus senhores ou locatários. Como eram particularmente mulheres negras e mestiças que povoavam as ruas com tabuleiros e caixas, recaíam sobre elas um conjunto bem amplo de representações construído pelos que delas se beneficiavam e pelos que se sentiam ofendidos com sua presença. Os primeiros precisavam de trabalhadoras que fossem ao mesmo tempo morigeradas e traquejadas para enfrentar as ruas e os fregueses com desembaraço. Delas podiam estar dependendo a prosperidade ou mesmo a sobrevivência de senhores e contratantes. Por elas, os negócios fixos tinham mais uma possibilidade de fazer chegar aos consumidores gêneros de consumo geral. Adentrando casas ou situando-se nos locais mais freqüentados da cidade, elas mantinham contato direto com muita gente, e se tornavam bem conhecidas, e conhecedoras. Se elas não eram tão “*espertas*”, de início, logo se tornavam.

Espertas, ágeis, conversadeiras, desembaraçadas. À primeira vista, esse seria o leque de representações da vendedora ideal. No entanto, nisto estavam os riscos. Facilmente elas conheciam outras pessoas, outros rumos, e iam forjando laços comunitários que amenizavam a árdua vida que levavam. O comércio ambulante não se coadunava com mulheres reclusas, tímidas ou jovens demais. Embora houvesse aqueles que vendiam suas

escravas de 14 ou 15 anos apregoando suas habilidades de vender na rua, essa não era a condição da maioria das vendeiras, fossem elas cativas, libertas ou livres pobres, pois aqueles/as que desejavam pô-las no comércio de rua, exigiam outras qualidades. Gilberto Freyre cita um caso emblemático de uma pessoa que, em 1857, desejava “*trocar uma negreta de “bonita figura” e “sadia”, com várias habilidades, mas de 14 a 15 anos apenas e talvez tímida, “por outra que tivesse as mesmas bondades com a mais a de engomar e vender na rua” (D. P., 26-9-37).*”³²³ As espertas escravas vendeiras fugiam com frequência, embriagavam-se, e terminavam por dar prejuízos a senhores/as que tinham se responsabilizado, em seus contratos, pelos extravios dos bens que os locatários puseram nas mãos de sua escrava. Elas usavam para seus próprios projetos as habilidades que as distinguiam das criadas reclusas, e esboçavam sua resistência através da construção de laços comunitários.³²⁴

As vendeiras, pela presença efetiva nos espaços públicos, eram má vistas pelas autoridades municipais e moradores de casas próximas aos locais onde elas se situavam. Elas simbolizavam o mundo da rua, e os moradores das “*casas honestas*”, em geral, clamavam nos jornais para que elas fossem retiradas das imediações de suas “*honradas*” famílias. A identidade de mulher vendeira, negra ou mestiça, barulhenta, sexualmente sem freios, não combinava com os valores dominantes que apregoavam uma identidade de docilidade, honradez, morigeração e silêncio para as *mulheres de família* – em geral, restritas ao limitado mundo da casa. Ao adentrarem as ruas, ambiente repleto de homens de todas as cores, as vendeiras estavam imersas na licenciosa linguagem das ruas que pouca distinção fazia entre a vendeira e a prostituta propriamente dita. Estava impregnada na cultura patriarcal, a noção de que a rua não era local de mulheres decentes. As vendeiras, além do mais, eram pretas e pardas, e portanto facilmente consideradas indecentes. Seu status não era dos melhores, embora freqüentemente pudessem lutar para comprovar a introjeção dos valores culturais do imaginário branco, como fizeram as pretas Delindra e

³²³ Cf. FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Op. Cit., pp. 49-50.

³²⁴ Acerca dos laços sociais no comércio ambulante, Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit. Segundo a autora, as escravas vendeiras conseguiam “*improvisar uma vida comunitária intensa*”, que pode ser assim descrita: “Enredadas nos laços pessoais muito fortes e conturbados que as ligavam às proprietárias, era através do desdobramento de relações sociais inerentes ao pequeno comércio ambulante que as escravas reconstruíam seus laços primários, para além do espaço doméstico, chegando a improvisar uma vida comunitária intensa, prática dissimulada de uma resistência que permitia a sua sobrevivência e devolvia a suas vidas a dimensão social, arrebatada pelo tráfico.” Pp. 115-116.

Cândida.³²⁵ Entretanto, os/as contratantes e senhores/as não pareciam muito preocupados com a *honra* e a sexualidade de suas pretas. Eles/as tinham como preocupação maior a lucratividade, e por isso elas deveriam ser fiéis, de boa conduta e sóbrias, além das demais qualidades inerentes ao ofício.

As pretas eram engajadas em contratos diversos. O Diário de Pernambuco era o principal veículo dos contratos de aluguel. Os dados que coletamos entre 1840 e 1869 apontam para o maior número de contratos de aluguel de escravas na década de 1840. Apesar da preferência por escravas para exercer o ofício de vendeira continuar praticamente constante ao longo do período, as décadas de 1850 e 1860 já assinalam para um menor dinamismo – talvez mesmo diminuição – do comércio ambulante exercido por vendeiras escravas sob regime de aluguel.³²⁶ Ou seja, os dados que dispomos sinalizam para o início de um declínio da presença de vendeiras alugadas que deve ter se acentuado nas décadas seguintes.

Nas negociações que se travavam entre senhores/as de escravas e locatários/as, eles expunham representações que ao mesmo tempo indicavam sua dependência das vendeiras escravas e o caráter pejorativo com que elas eram tratadas. Deve-se perceber que, não obstante a impossibilidade de questionarem o discurso que sobre elas incidia, as escravas vendeiras terminavam por se imiscuir nessas negociações, impedindo, muitas vezes, o seu sucesso. As expectativas dos negociantes no contrato de aluguel, portanto, não podiam deixar de levar em consideração a predisposição da escrava em colaborar ou não. É nesse momento que se entrecruzam questões econômicas – lucro, manutenção da escrava, rentabilidade – e percepções culturais relativas às negras vendeiras. Se estas não fossem morigeradas para o trabalho, o contrato poderia não funcionar para nenhuma das partes. Mulheres forras e livres pobres, nesse sentido, poderiam atuar mais diretamente na negociação com seus contratantes, e venderem por comissão, obtendo algum lucro para elas mesmas. Entre outras, essa era uma das vantagens de não ser escrava.

Os contratos de aluguel de escravas para vender na rua, portanto, tomassem eles a forma que tomassem, ultrapassavam os aspectos meramente econômicos pela influência que neles exerciam as representações culturais acerca do comportamento das escravas vendeiras.

³²⁵ Ver cap. 3 deste ensaio.

³²⁶ Remeto o leitor às tabelas discutidas no cap. seguinte e aos gráficos em anexo.

Será um conjunto complexo de fatores que vão inviabilizar a continuação dos contratos de alugueis dessas cativas, e questões econômicas como as discutidas acima não são as únicas razões para o caráter antieconômico que os contratos vão tomar ao longo dos anos finais da escravidão. Se no período que vai de 1840 a 1870, as representações sobre as escravas vendeiras insinuam táticas de resistência que já dificultam a vida de senhores/as e locatários/as, não é de se esperar que as cativas começassem a colaborar nas décadas seguintes. Na verdade, os fatores propriamente econômicos vão se associar a essas táticas de resistência para impedir a lucratividade do sistema de aluguel que tinha sido fundamental para a escravidão urbana.

Como veremos a seguir, também os contratos para mulheres domésticas sofreram a interferência dessa situação instável na economia. Mas contratar uma criada não é a mesma coisa que contratar uma vendeira. As expectativas, não raro, são outras, e as exigências freqüentemente dos/as contratantes e senhores/as eram ainda mais intensas. A linguagem senhorial e dos alugadores/as de criadas, mais uma vez, mostra-se eivada de percepções culturais, e são bons indicativos das experiências de ser doméstica, de servir *portas a dentro*. Também as criadas possuem suas expectativas, e negociam – quando livres ou forras, sobretudo – a forma de engajamento a que estão interessadas. É claro que muitas, pela pobreza crônica em que viviam, não tinham muitas oportunidades de intervir com mais sucesso na negociação.

5 - OS NÚMEROS DO TRABALHO: NA CASA, NA RUA OU UM MERCADO PARA MUITAS MULHERES

Até o presente momento da narrativa, priorizamos as vendeiras, suas relações de trabalho, sua esfera de trabalho, comportamentos e identidade; sendo que os *Avisos Diversos* compuseram a base para inúmeras inferências acerca dessas trabalhadoras. O texto agora vai tomar outro rumo, e priorizar as mulheres que exerciam os ofícios de *portas a dentro*. Os serviços domésticos das grandes cidades brasileiras do Império eram realizados por inúmeras mulheres que compunham a maioria dos chamados *criados de servir*. O Recife do século XIX é uma dessas cidades cuja presença de criados/as é incontestável, perfazendo mesmo um modo de vida urbano. Nesse contexto, tentamos abaixo oferecer uma dimensão quantitativa para a utilização desses serviços na cidade, tendo em vista a natureza do trabalho e a condição jurídica das criadas contratadas. Esse objetivo só poderia ser alcançado, entretanto, se incluíssemos na quantificação os dados relativos às mulheres que foram contratadas para vender na rua, para efeitos de comparação. Mais uma vez os *Avisos Diversos* compuseram o eixo de análise.³²⁷

Para além dos inúmeros significados impregnados n'Os *Avisos Diversos*, estes oferecem ainda outras possibilidades e dificuldades quanto à possibilidade de classificação estatística. É difícil construir alguma classificação para os anúncios em virtude de se ignorar aspectos essenciais da cultura da época, e que auxiliariam a compreensão de muitos dos sentidos das expressões mais comuns de que eles são portadores. Buscamos, nessa pesquisa, selecionar uma amostra considerável de anúncios de compra e aluguel de escravas, de mulheres oferecendo seus serviços, de patrões/as e senhores/as solicitando criadas e vendeiras.³²⁸

Duas classificações foram criadas. A primeira visando quantificar os anúncios conforme a natureza do serviço a ser realizado, se no espaço doméstico ou fora das habitações. Sendo assim, os anúncios foram classificados em 3 categorias: *Portas a Dentro* (PD), *Portas a Dentro e à Fora* (PDF), *Portas à Fora* (PF). Foram registrados ainda os

³²⁷ Esse esforço de quantificação no sentido de oferecer a real dimensão do uso que se fazia dos serviços domésticos na cidade é uma introdução ao estudo mais detido das criadas e seus patrões, realizado no capítulo 6.

³²⁸ O número de anúncios coletados varia de acordo com a classificação, como veremos a seguir: 2.150 e 2.289

casos Não Especificados (NE), quando a elaboração do anúncio se mostrou assaz vaga. Uma segunda classificação se mostrou bem mais complexa do que a primeira, porque buscou quantificar os anúncios conforme a condição jurídica da mulher que oferecia seus serviços e da mulher que era solicitada. Analisaremos cada uma nas páginas seguintes.

5.1 Portas a Dentro e Portas a Fora

Entre 1840 e 1869, conseguimos coletar para essa classificação o número de 2.289 anúncios, que foram extraídos sempre do mês de março de cada ano. O principal desafio dessa classificação é não interpretar de forma rígida os dados coligidos, pois a historiografia já demonstrou a possibilidade de dupla jornada de trabalho ou o exercício de múltiplos ofícios por uma mesma mulher.³²⁹ O serviço doméstico, por exemplo, incluía muito mais que o âmbito da casa, pois cozinheiras podiam ainda comprar para seus senhores ou patrões, ou quem sabe vender em algum momento do dia gêneros comestíveis por elas mesmas cozidos. Mas para maior segurança nos dados, seguimos as noções mais comuns para a época – presentes até mesmo nos anúncios consultados – que postulam ser os ofícios de cozinheira, ama-de-leite, mucama, engomadeira e costureira pertencentes ao domínio do trabalho de *portas a dentro*. Esta também é a visão de Sandra Graham, embora a autora considere o ofício de lavadeira como pertencente ao caso de domésticas que “*saíam às ruas*”.³³⁰ Concordamos que muitas lavadeiras saíam às ruas, mas para o critério aqui empregado, julgamos os casos em que aparecia a lavagem de roupas como Não Especificados, devido a uma peculiaridade do Recife, com as lavadeiras tanto lavando roupas em rios e açudes (configurando como PF), como lavando roupas nas inúmeras casas possuidoras de quintais com poços ou localizadas em sítios dos arredores do núcleo urbano (configurando praticamente como PD).

As expressões ambíguas (*serviço de casa*, *serviço diário*) são responsáveis por muitos dos casos interpretados com NE. Entretanto, quando seguidas de habilidades específicas claramente identificadas, optamos por seguir essas habilidades na classificação à expressão

³²⁹ Cf. KARASCH, Mary C. Op. Cit. E DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.

³³⁰ Idem, p. 51. Sandra Graham subdivide mesmo o serviço doméstico em dois: havendo os ofícios desempenhados portas a dentro por cozinheiras, amas-de-leite, mucamas, costureiras; e ofícios das domésticas que “*saíam às ruas*”, que era o caso das lavadeiras, carregadoras d’água e compradeiras.

ambígua. A expressão – muito recorrente – *todo o serviço* foi interpretada no sentido amplo de *serviços internos e externos* (PDF), pois se tornou evidente que o significado dessa última expressão era mesmo um desdobramento comum da forma mais ampla “*todo o serviço*”. Do mesmo modo, ao lado de habilidades como cozinhar muitas vezes se indicava que a pessoa teria de fazer “*o mais serviço de uma casa*”, expressão essa que amplia o leque de responsabilidades da criada para também sair do espaço doméstico (compras, mandados, buscar água etc.), e então classificamos esses casos como *Portas a Dentro e à Fora* (PDF). Anúncios em que constava a função de tratar de uma criança foram classificados conforme a idade da criança: se já crescida, com condições de sair à rua para passear, é muito provável que a criada tivesse por função andar com a criança de *Portas à Fora* (PF) como mostram de forma inequívoca alguns avisos; mas em caso de serem ainda bebês, o tratamento devia constar de cuidados oferecidos dentro dos próprios lares por amas secas (PD); e o anúncio não apontando a idade da criança, preferimos classificá-lo como NE. Quando a tendência geral do anúncio assinalava para a administração geral de uma casa, incluindo muitas vezes a cor branca da pessoa que se oferecia ou era solicitada para esse encargo, interpretamos como PD, pois o status dessa pessoa impunha a necessidade de que outros criados da casa saíssem à rua sob suas ordens, enquanto internamente ela administraria os demais criados/as em seus serviços. Excluímos da amostra todos os anúncios que se referiam a serviços que seriam prestados fora da província por motivos óbvios: seriam serviços prestados em viagens a Lisboa e a outros lugares, em contextos que fogem ao propósito da quantificação aqui empreendida.

A validade dessa classificação reside na observância rígida desses e outros critérios. Ressalte-se aqui a atenção para não incluir na amostra anúncios repetidos, uma vez que a semelhança em sua construção tornava, em muitos casos, apenas o endereço um dos únicos elementos diferenciadores entre eles. A importância dessa abordagem estatística consiste em podermos construir um perfil abrangente das ofertas e das demandas do mercado de trabalho a partir de um importante código cultural do período: as categorias *casa* e *rua*. Embora entendendo essas categorias como códigos “*fundamentais para a ordem e a vida doméstica*”, e “*reconhecidas por senhores e criados*”,³³¹ fazemos para elas as mesmas

³³¹ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., págs. 16 e 28; Para a visão sociológica aqui adaptada e criticada, conferir *Espaço – Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil* In DAMATTA, Roberto. **A casa & a**

ressalvas de Sandra Graham. Ora, se considerarmos que os significados de segurança e estabilidade (casa) e de insegurança e imprevisibilidade (rua), devem ser associados de forma acrítica a esses espaços, perdemos de vista a idéia bem apontada por Graham segundo a qual os significados convencionais que eles contêm podem ser revertidos ou se tornar ambíguos. A autora nota que, para os criados e criadas, a casa podia significar “*um local de injustiça, punição, ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada como um local de maior liberdade*”, assim como os padrões podiam, inevitavelmente trazer “*criados desordeiros para os espaços ordenados da casa.*”³³²

Não podemos adocicar a vida nos lares patriarcais, pois como notou Sandra Graham, o preço pago por uma suposta segurança (um quarto, vestuário, comida, remédios, proteção contra abusos sexuais pelos homens da rua) seria uma vida de reclusão e obediência à autoridade patriarcal³³³, que se utilizava sem cerimônia dos chamados “*corretivos patriarcais*”, um eufemismo de Gilberto Freyre para castigos e violências tanto físicos quanto psicológicos infligidos contra criados e criadas escravos, particularmente as crianças e adolescentes “*relapsos ou, segundo a disciplina patriarcal, malcomportados.*”³³⁴

rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. E ainda o cap. *O Engenho e a Praça: a Casa e a Rua*, In FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**; Op. Cit..

³³² Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 16. Seguimos ainda a interpretação de Sueann Caulfield, segundo a qual as noções de casa e rua são cultural e socialmente dinâmicas. Caulfield argumenta que “*perspectivas divergentes sobre “a rua”, não somente entre pessoas de classes, gerações, gêneros e posições ideológicas diferentes, como também entre indivíduos do mesmo grupo social, geravam uma variedade de conflitos nas relações pessoais, na administração municipal, no cumprimento da lei e na construção da imagem da nação. Uma análise desses conflitos mostra que o dualismo casa-rua não é um sistema cultural homogêneo ou estático. Os valores, práticas e relações associados a cada um desses pólos mudam ao longo do tempo e variam entre os diferentes grupos sociais e indivíduos. Contudo, este pensamento dual permaneceu significativo numa sociedade há muito dominada pelas estruturas paternalistas de poder das instituições criadas com base na família.*” P. 33. Cf. CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Trad.: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

³³³ GRAHAM, Sandra. Op. Cit. Ver especialmente a nota 2 da pág. 160 a 161, que entende o uso da violência como parte constitutiva do paternalismo: “*Meu ponto de vista é que o paternalismo sempre teve seu lado feio e grosseiro: o direito de punir com raiva, a recusa a conceder cuidados ou favores ou as formas mais obviamente brutais ou perversas de maus-tratos físicos. (...)*” p. 160.

³³⁴ Cf. FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Op. Cit., p. 56. Ver ainda o Diário de Pernambuco, 13/03/1835, ou 21/03/1859. Nesse último dia, por exemplo, um aviso denuncia o caso de uma senhora que castigava impiedosamente uma única escrava que possuía, de nome Juliana, que possuía de 7 a 8 anos apenas, e que provavelmente estava já aprendendo os ofícios domésticos, sendo este talvez um dos motivos da senhora para os tão frequentes castigos. Ao final, o comovido denunciante apela para a intervenção da autoridade da rua (policia) no âmbito da casa: “*(...) e note-se que os lamentos dessa vítima infeliz serve de recreio entre os mais membros da família, cujo espectáculo é aplaudido com satisfação. Faria grande serviço á humanidade e particularmente a essa vítima inocente, a policia, se lançasse suas vistas para o procedimento inqualificavel dessa mulher.*” Casos assim frequentes mostram o caráter relativo da segurança e proteção da casa.

A tensão e a insegurança da casa poderiam recair sobre os próprios senhores e patrões. Gilberto Freyre registrou o caso de uma escrava da Costa “*criminosa*” que no dia 18 de maio de 1844 tentou assassinar sua senhora talhando-lhe o rosto com uma faca, além de inúmeros casos de queimaduras no corpo de cativas domésticas punidas por senhoras rigorosas.³³⁵ A permanência lado a lado com a autoridade da dona de casa, para as chamadas amas secas ou de leite, ajuda-nos a compreender que, para além das desigualdades de gênero do mundo patriarcal, as trabalhadoras sofriam outros tipos de opressão relativos a sua condição de raça e de classe. A categoria gênero, portanto, precisa ser associada a outras categorias para melhor percepção das múltiplas identidades femininas em convivência muitas vezes pouco harmônica.³³⁶

Na distinção que Freyre faz entre os escravos do eito e os domésticos, ele busca demonstrar por contraste, os dois lados opostos da hierarquia escrava. Para ele, exercer ofícios domésticos na casa-grande tinha as vantagens da “*assistência moral e religiosa*”, algo que os escravos do eito não tinham.³³⁷ Florentino e Góes assim interpretam essa passagem de Freyre:

*Eis a deixa para que Freyre encontre não apenas uma hierarquia que separa e realoca os escravos entre si, mas que também possui em seu topo uma “parte aristocrática [que] eram os escravos do serviço doméstico”. (...) O critério de diferenciação é aqui menos o do estatuto profissional propriamente dito do que a possibilidade de que a ocupação aproxime ou afaste o cativo da casa-grande, esta sim a ambígua fonte de princípios que podem contrabalançar a promiscuidade e a lassidão intrínsecas ao escravismo.*³³⁸

Góes e Florentino, perscrutando o raciocínio freyriano, concluem que havia uma relação íntima entre a ocupação dos escravos e escravas e sua socialização, o que trazia maiores possibilidades deles e delas estabelecerem relações familiares estáveis, nos moldes prescritos pela cultura branca, dado que estariam em contato com os “*elementos pedagógicos*” do universo cultural senhorial. Os autores, por sua vez, confrontam a tese de

³³⁵ FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios.**, Op. Cit., pp. 74-75.

³³⁶ Cf. nosso *As múltiplas identidades femininas e o uso do espaço urbano do Recife no século XIX*. In **História & Perspectivas**. Uberlândia, (25 e 26): 167-192, Jul./Dez. 2001/Jan./Jul. 2002.

³³⁷ Cf. o estudo clássico de FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 450.

³³⁸ Cf. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 105-106.

Freyre, e demonstram que a proximidade com a família senhorial não necessariamente conduz a um maior índice de parentesco sancionado pela norma.³³⁹ Creio, todavia, que não era intenção de Florentino e Góes negar a existência de hibridismo cultural. Mesmo porque a proximidade com os senhores/as pelas chamadas “crias” da casa influía na maior integração dos negros e negras na cultura dos brancos.³⁴⁰ O contrário também não pode ser negado, pois havia trânsito cultural. Entretanto, notar as implicações dos serviços prestados *portas a dentro* para senhores/patrões e escravas e criadas de cor, apesar de importante, mostra-se uma tarefa de difícil mensuração. Os caminhos mostram-se bastante enviesados, e só um estudo mais abrangente das relações familiares no Recife oitocentista poderá trazer respostas mais convincentes. Particularmente acredito que houve inevitável hibridismo cultural no interior dos sobrados, mas sempre em um quadro de tensão permanente.³⁴¹ Seria simplista, por exemplo, acreditar que mulheres que serviam como criadas eram mais “*morigeradas*” (seguindo normas e preceitos estabelecidos) do que as vendeiras de rua. Ora, muitas dessas criadas (fossem elas forras, escravas ou livres pobres) conheciam e vivenciavam também o universo “perigoso” da rua. Isso só não ocorria com cativas realmente reclusas, cuja vida estava vigiada de perto pelos códigos e interditos da cultura senhorial e patriarcal.³⁴²

Essa questão de hibridismo cultural na relação entre senhores e escravas, ou entre patrões e suas criadas, não é de resposta fácil quando se analisa o espaço urbano. O contexto freyriano é o da casa-grande, e o autor pensa em situações nas quais as serviçais passavam gerações e gerações no seio da família senhorial. No meio urbano (pensando especificamente na cidade do Recife), os serviços exercidos de *portas a dentro* configuram um importante mercado de trabalho para inúmeras mulheres, mas estas eram continuamente alijadas das casas onde se inseriam em uma situação na qual a rotatividade era uma

³³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 110-111.

³⁴⁰ Cf. OLIVEIRA, Maria Inês C. de. **O liberto**. Op. Cit., p. 69.

³⁴¹ Concordamos com a leitura que Robert Slenes faz do trabalho de Eugene Genovese. Afirma que: “*Para Genovese, (...) a proximidade física e a interação diária intensa entre senhores e escravos, num regime “paternalista”, (entendido de forma diferente por dominantes e dominados), promoveram aproximações, acomodações e negociações culturais entre eles, apesar, ou mesmo por causa de, seus profundos antagonismos.*” SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 39.

³⁴² Para Mary C. Karasch, eram entre as meninas escravas domésticas que incidiam o maior número de batizados, uma vez que estavam excessivamente próximas do universo católico senhorial. Cf. **A vida dos escravos**. Op. Cit., p. 160.

constante.³⁴³ Não havia uma convivência duradoura que permitisse laços estreitos e trocas culturais mais intensas. Portanto, a classificação dos *Avisos Diversos* quanto à natureza e local das ocupações não fornece pistas sobre os contatos culturais. Ela é fundamental do ponto de vista da percepção global do mercado de trabalho no qual mulheres empobrecidas, libertas e escravas eram compelidas a se engajar. Esse conjunto diverso de mulheres de distintas categorias jurídicas trabalhava nos lares recifenses, e permeava os anúncios, onde elas ofereciam serviços, ou eram solicitadas por pretendentes. Isso nos levou à segunda classificação discutida abaixo.

5.2 Entre preferências e oferecimentos

Foram coletados, ao todo, 2.150 anúncios, entre 1840 e 1869, para a visualização da condição jurídica das mulheres trabalhadoras do serviço doméstico e de rua. A explicação para o menor número dessa classificação em relação à primeira, que foi de 2.289 anúncios, reside no critério adotado para o caso dos aluguéis de escravas por seus senhores/as: quando se põe uma escrava em aluguel, usualmente deixa-se claro para que funções, e é de se supor que o locatário vá seguir as especificações que designam as habilidades da escrava (portanto, tais casos fizeram parte da classificação anterior); entretanto, pôr uma escrava em aluguel não é indicativo de uma real preferência por escravas no mercado, e muito menos pode ser considerado um oferecimento de serviços, já que é um terceiro que dispõe da força de trabalho da escrava (assim sendo, não contabilizamos no quadro das preferências e ofertas, o que diminuiu seu número frente à classificação segundo o local e a natureza dos serviços prestados).

Dividimos ambas as amostras em três períodos iguais de tempo, cada um correspondente a uma década (ou melhor, a dez meses de março dos anos entre 1840 e 1849, entre 1850 e 1859, e entre 1860 e 1869). O recorte temporal da amostra situa-se em um ponto crucial imediatamente antes e após 1850, quando se dá a extinção do tráfico atlântico de escravos africanos. A amostra fornece pistas interessantes acerca da dificuldade na formação de um mercado de trabalho composto por mulheres nacionais não-escravas, do

³⁴³ Sobre a contínua rotatividade das criadas nas residências, ver o restante do capítulo.

declínio da escravidão urbana, do empobrecimento dos habitantes da cidade, e das opções de sobrevivência no Recife de meados do século XIX.

5.3 Entre a casa e a rua

As tabelas 3, 4 e 5 condensam os 2.289 anúncios coletados nos trinta meses, e analisados segundo a natureza da ocupação e o local onde a atividade seria executada. Um dado que logo fica patente é o elevado número de serviços prestados *portas a dentro* (PD) em todas as décadas (314 casos para a década de 1840, 306 para a década de 1850 e 491 para a década de 1860). Se somarmos os dados dos três períodos, teríamos 1.111 anúncios PD, ou 48,53% dos dados de todo o período.³⁴⁴

Na década de 1840, os casos PD perfazem 52,78% dos 595 anúncios do período, enquanto nos períodos subseqüentes (décadas de 1850 e 1860) os percentuais caem respectivamente para 48,49% e 46,18%. Entretanto, isso não indica uma queda substancial na procura ou oferta de serviços PD, mesmo porque os casos descritos como PDF (*Portas a Dentro e Portas a Fora* ao mesmo tempo) têm uma face de *portas a dentro* também, e somando os dois dados, pode-se perceber que a maioria absoluta das mulheres era dedicada a serviços domésticos de *portas a dentro*, mesmo que invariavelmente servissem também de *portas a fora* como compradeiras. Os dados percentuais agregados de PD e PDF perfazem 63,87% no primeiro período, 64,17% no segundo e 70,73% no terceiro. Ou seja, a tendência dos serviços domésticos é crescente ao longo de todo o período. Somar os dois dados é interessante sobretudo quando se tem em vista que muitos dos casos classificados como PDF não se referem a mulheres vendeiras, e sim à associação muito recorrente entre os serviços de compra e cozinha, ou de compra, cozinha e engomado.

Esses dados deixam claro que os serviços domésticos são o mercado por excelência onde escravas são alugadas, e onde mulheres livres e libertas poderiam se engajar. Em todo o período das três tabelas, os casos PD e PDF juntos perfazem 1.537 anúncios ou 67,14% de toda a amostra. Apenas algo em torno de 30% dos anunciantes não especificou o local do ofício. Grande parte dos casos NE, todavia, deixam claro que se referem a *amas*, ou seja,

³⁴⁴ Para a análise dos dados dessa classificação, ver as tabelas citadas, ou ainda a lista de gráficos em anexo, particularmente os Gráficos 1, 2, 3 e 7.

serviço doméstico. Só não contabilizamos como PD porque a construção do anúncio deixa dúvidas, uma vez que não menciona claramente se a ama vai servir internamente ou ainda comprar na rua – o que estaria dentro das tarefas atribuídas também a elas eventualmente.

Observando mais atentamente as tabelas cinco, seis e sete, pode-se notar ainda o aumento substancial em cada período, dos casos PDF (66, 99 e 261). Percentualmente, os serviços PDF foram na década de 1840 de apenas 11,09%, enquanto nas décadas seguintes saltou para 15,68% e 24,55%. Logo, seja em termos absolutos ou relativos, houve um considerável aumento no número de anúncios PDF. Uma explicação possível para esse incremento está no gradual declínio da escravidão doméstica urbana. Embora ainda seja grande a lacuna quanto a esse tema, os dados fazem crer que estava cada vez mais difícil ostentar, como antes, uma vasta escravaria doméstica no sobrado patriarcal recifense, ou mesmo manter um número razoável de criadas não-escravas divididas por diversas funções. O resultando disso recaía diretamente sobre criadas sobrecarregadas, exercendo atividades múltiplas de *portas a dentro* e *portas a fora*. Uma única ama, por exemplo, poderia ter que cumprir a árdua missão de comprar e cozinhar para cinco pessoas, como queria o anunciante da rua do Queimado, nº 17. Embora seja mais raro, até mesmo as próprias mulheres se ofereciam para *todo o serviço*, como a ama da rua do Cotovelo, nº 41 (D. P., dias 12 e 31/03/1864), ou mesmo a mulher livre branca “*de bons costumes*”, moradora na rua da Penha, nº 1, que se ofereceu para comprar e cozinhar no dia 14 de março de 1865.³⁴⁵

O empobrecimento pelo qual, aparentemente, passava a cidade, aliado ao seu crescimento populacional, fazia com que aumentassem o número de despossuídos cuja saída, ainda que precária, era se engajar em situações de trabalho desgastante.³⁴⁶ Alguns anúncios deixam transparente o desespero da anunciante:

Na rua dos Açouginhos, casa n. 23, ha uma mulher que pela sua grande precisão dispõe-se a tratar de uma casa de homem solteiro, faz todas as qualidades de comidas, e tambem engomma muito bem, prefere casa estrangeira e que seja fora desta praça. (D. P., 17/03/1864).

³⁴⁵ Para os anúncios, ver o D. P., dias 12 e 31/03/1864, e 14/03/1865.

³⁴⁶ Deve-se considerar, entretanto, que a ausência de um estudo relativo à economia recifense no século XIX faz qualquer afirmação sobre pobreza ou riqueza parecer especulação. A construção de uma história social do Recife no século XIX se ressentia dessa lacuna. A documentação qualitativa aqui trabalhada, todavia, tende a insinuar que a pobreza atingia grande número de pessoas no meio urbano. Muitas mulheres brancas ofereciam-se para realizar serviços domésticos, enquanto casas mais abonadas não contratavam mais tantos criados/as como em épocas anteriores.

Essa mulher prefere mesmo sair do Recife.

Embora fosse um ideal da época ter uma casa repleta de criados/as, isso não acontecia na prática. Para as cidades de Santos e São Paulo, Maria Izilda Santos Matos notou que o mais comum era mesmo uma única empregada para realizar as inúmeras tarefas que uma casa exigia. Até mesmo na dinâmica sede da Corte, Sandra Graham esclarece que a maioria das famílias não possuía sequer uma criada/o, e muitas outras só podiam manter uma única criada para “*todo o serviço*”, uma expressão que deve ser levada mesmo ao pé da letra.³⁴⁷ O Recife do mesmo período não era muito diferente a julgar pelo aumento constante dos casos de famílias e homens solteiros que contratavam criadas para executarem inúmeras tarefas domésticas, algumas que exigiam sua saída às ruas.³⁴⁸ Já que muitas criadas eram contratadas para todo o serviço, isso vem indicar que muitas eram treinadas desde muito cedo para exercer qualquer ofício, sobretudo aqueles ligados a esfera doméstica. Alguém oferecia sob regime de aluguel uma escrava de apenas 14 anos, mas que já era treinada para “*todo o serviço*” (D. P., 05/03/1868).

Ao longo de todo o período, o número de anúncios especificando a prestação de serviços *portas a fora* (PF) tendeu a diminuir entre a primeira e a última década. Nos anos 1840, o número de mulheres solicitadas para vender na rua ou para comprar foi superior às duas décadas seguintes. Tornaram-se bem mais raros os anúncios solicitando vendeiras para “*carregarem fazendas*” ou “*venderem bolinhos*” na cidade. Os dados de PF são 49, 26 e 40 (respectivamente para cada período), configurando um decréscimo em números absolutos e relativos. O aumento geral do número de anúncios não foi seguido de um aumento correspondente do número de anúncios classificados como PF. Ao contrário, o aumento geral se deveu à manutenção do elevado número de casos PD, e ao substantivo aumento já assinalado dos casos PDF. Os 49 casos PF da década de 1840 perfazem 8,23% dos dados do período, enquanto os 26 e os 40 dos períodos seguintes perfazem respectivamente 4,12% e 3,76% do número de anúncios de cada período isoladamente. Em uma perspectiva total, foram apenas 115 anúncios estritamente para *portas a fora*, ou apenas 5,07% do total da amostra.

³⁴⁷ Cf. SANTOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura – História, cidade e trabalho**. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002, p. 135; e GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 25.

³⁴⁸ Para visualização dos dados, remeto o leitor às tabelas de 3, 4 e 5 situadas abaixo, e aos Gráficos 1, 2, 3 e 7 listados em anexo.

A ambigüidade, ou pouca clareza dos anunciantes, foi responsável por 27,82% do número total de anúncios. Portanto, a maioria dos/as anunciantes especificava a natureza dos serviços a serem prestados, o que já funcionava como um indicativo de persuasão ou de afastamento, dependendo do ponto de vista da trabalhadora.

O número de anúncios aumentou consideravelmente ao longo do período, com apenas 595 (25,99%) na década de 1840, sendo 631 (27,56%) na década de 1850, e os impressionantes 1063 (46,43%) na década de 1860. Em outras palavras, entre a primeira e a última década, houve um aumento da ordem de 78,65%, e a média de anúncios por mês passou de 59,5 para 106,3. Esse substancial aumento é o resultado direto do crescimento da população urbana. Como apresentamos na tabela 4, somente as freguesias de São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José e Boa Vista possuíam em 1873 quase 65 mil habitantes.³⁴⁹ E isso sem contar as outras freguesias surgidas entre 1840 e 1870. Portanto, o crescimento urbano e demográfico do Recife da primeira para a segunda metade do século XIX pode ser percebido indiretamente pelo constante aumento no número de avisos diversos solicitando os serviços de criadas e criados de condições jurídicas, sexo e nacionalidade diversificados. As altas da demanda e da oferta para os serviços domésticos e de rua eram de se esperar em virtude do aumento populacional. Crescia o número dos desocupados ao lado das oportunidades de prestação de serviços, sobretudo para a esfera doméstica.

Podemos entender esse mercado voltado para a prestação de serviços internos como uma inequívoca valorização cultural da esfera doméstica, na medida em que o conjunto de mulheres que põe suas habilidades no mercado prefere exercê-las junto de patrões e patroas que poderiam conferir um sentimento de pertença e proteção, uma identidade junto de uma família.³⁵⁰ Mas outra interpretação mais simples pode ser tentada: as próprias necessidades de mercado giravam em torno dos inúmeros serviços pessoais e domésticos e, por essa razão, a rua seria apenas uma esfera complementar da casa do ponto de vista das famílias que contratavam suas criadas. Grande parte dos patrões e patroas preocupava-se mais em ordenar o mundo doméstico em si, devido sua enorme carga de trabalho, e só subsidiariamente mantinham pretas vendedeiras ou aguadeiras.

³⁴⁹ Ver cap. 1 deste ensaio.

³⁵⁰ Para essa valorização cultural da esfera doméstica, um dos melhores estudos foi elaborado por GRAHAM, Sandra. Op. Cit.

Para reforçar a interpretação acima empreendida, faz-se necessário uma leitura mais pontual das variações internas de cada decênio para termos uma visualização das tendências mais visíveis que vão se delineando mês a mês. É o que tentaremos no tópico abaixo.

5.4 Análise dos dados Portas a Dentro e Portas a Fora por década

Vejam os o primeiro período (1840-1859) ano a ano. Nem é preciso esclarecer que, como a amostra toma um mês como representativo do ano como um todo, estamos arbitrariamente considerando o período de 31 dias como contendo um número “x” de anúncios que configuraria um valor médio que mais ou menos se repetiria ao longo de todo o ano, apesar das variações mês a mês que invariavelmente iriam ocorrer.

Essa estratégia de obtenção de dados, obviamente dificulta a análise interna dos dados, pois o valor do mês escolhido (março) para toda a amostra pode apresentar uma variação muito grande em relação a um outro mês que não foi escolhido para compor a amostra; e mesmo entre os meses aqui escolhidos, a variação pode, em alguns casos, parecer estranha. O decênio de 1840-1849 apresenta mesmo alguns dados atípicos e de difícil explicação. Os meses de março de 1840, 1841 e 1845 tiveram um número de anúncios que destoam dos demais meses pesquisados. Os dois primeiros meses tiveram um total de 73 e 93 anúncios respectivamente, dados muito acima da média mensal de todo o período (59,5 anúncios). Já o ano de 1845 teve apenas 40 anúncios. Os demais meses se comportaram de maneira pouco variável, seguindo padrões médios previamente esperados. Essa variação, aparentemente não se deve a nenhuma razão especial, mas à forma de obtenção dos dados. É de se supor que os demais meses dos anos 1840, 1841 e 1845 se comportaram mais próximo da média dos demais meses. Somente uma pesquisa que abrangesse todos os meses da década viria a confirmar a média do decênio ou apresentar o caráter atípico de um ano qualquer, o que mereceria uma explicação para esses anos que destoassem da tendência do período.

Particularmente chama a atenção o fato de que foram os dados relativos aos casos Não Especificados (NE) os responsáveis pelo grande número de anúncios de 1840 e 1841. A tendência do restante do decênio será os anunciantes se mostrarem mais específicos em indicar a natureza e o local onde a atividade será exercida. Percentualmente, os 166 casos NE configuram 27,89% dos anúncios do decênio aqui considerado. Nos decênios seguintes

(1850-1859 e 1860-1869), os casos NE se manterão mais ou menos constantes, e serão de 31,69%(200) e de 25,49% (271) respectivamente. As demais categorias da amostra se mantiveram mais ou menos estáveis. O número de anúncios para Portas a Dentro (PD), por exemplo, apesar dos anos atípicos de 1841 (com seus 49 casos PD) e 1845 (com seus 24 casos PD), terá uma média decenal de 31,4 anúncios/mês, uma média bem compatível com os demais anos da amostra.

A década de 1840, entretanto, torna-se mais inteligível a partir da tendência que se inicia na década seguinte. Entre 1850 e 1855, os dados PD seguem uma tendência de baixa, apesar de manter números sempre superiores às demais categorias. A média de anúncios PD para esse recorte foi de apenas 24,5 anúncios/mês. Enquanto a partir de 1856, inicia-se uma tendência de alta para essa categoria, com números de 38 (1856), 30 (1857), 39 (1858) e 52 (1859). A partir de 1856, e particularmente de 1859, tem-se início uma tendência de alta que se consolidará definitivamente em toda a década seguinte. Se em 1859, os casos PD foram de 52, a média mensal para os 10 meses do decênio 1860-69 será de 49,1 anúncios/mês. Já os dados que indicavam ofícios de Portas a Dentro e a Fora (PDF) que se mostraram tíbios em toda a década de 1840 – cuja média mensal foi de 6,6 anúncios/mês –, começaram a avançar no decênio seguinte, por volta dos anos 1855 e 1856, consolidando-se esse movimento ascensional definitivamente ao longo do decênio 1860-69, com números que variaram da mínima 15 e 16 (para os primeiros dois anos), para a máxima de 35 e 38, correspondente aos meses de março de 1868 e 1866 respectivamente. Em suma, os dados PDF apresentaram uma tendência crescente praticamente constante: 6,6 anúncios mês, 9,9 e 26,1, respectivamente para os decênios 1840-49, 1850-59 e 1860-69.

A quantidade de avisos identificados como Não Especificados (NE) não compromete a amostra. Em geral as pessoas anunciantes declaravam com maior precisão se os serviços iriam ser prestados dentro ou fora da casa, e que serviços eram esses – 72,11 no decênio 1840-49; 68,31% no decênio 1850-59; e 74,51% no decênio 1860-69. Os dados NE seguem apresentam um incremento sempre modesto, compatível com o aumento geral que se observa nas amostras, girando em torno sempre dos 30% em todos os decênios.

Os casos considerados NE são resultantes ainda do rigor com que os dados foram interpretados, no sentido de só classificar como especificados os contratos de maior clareza. Os casos ambíguos sugerem que as mulheres que se ofereciam para os trabalhos não

estavam em condições de exigir dos patrões o exercício especializado de poucas funções, mas sim, ao contrário, seriam habilitadas para realizarem qualquer serviço. As mulheres que se sentiam em condições de impor sua opinião relativa aos serviços internos ou externos, usualmente optavam pelos serviços internos, que conferiam maior respeitabilidade e possibilidade de alguma proteção. Para alguns casos, não se tratava de mera opção. A grande parte das mulheres estrangeiras que buscava emprego, sobretudo as que tivessem chegado há pouco tempo na cidade, ofereciam-se para o serviço interno.³⁵¹ Raros eram os anúncios como o da portuguesa que, no dia 13 de março de 1852, oferecia-se “*para todo o serviço de uma casa*”. O comum era as mulheres imigrantes restringirem seus préstimos ao âmbito do lar. Uma estrangeira “*desempedida*”, ao oferecer seu serviço, afirmava que “sabe fazer de um tudo de portas a dentro” (D. P., 13/03/1857), enquanto outra deixa claro que entre suas habilidades estão “engommar, cozinhar e fazer todos os mais serviços de portas a dentro” (D. P. 01/03/1858). A seguir estão as tabelas com os dados discutidos neste tópico e no precedente.

³⁵¹ D. P., dia 16/03/1854.

Tabela 3: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços conforme o local de exercício da atividade: Recife (1840-1849)

Anos	Portas a Dentro (PD)	Portas a Dentro e a Fora (PDF)	Portas a Fora (PF)	Não Espec. (NE)	Totais Ano/Ano
1840	31	10	7	25	73
1841	49	7	3	34	93
1842	28	8	2	13	51
1843	31	6	11	17	65
1844	26	8	7	20	61
1845	24	2	4	10	40
1846	30	7	3	15	55
1847	31	6	3	13	53
1848	34	6	6	10	56
1849	30	6	3	9	48
TOTAL	314	66	49	166	595

Fonte: Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos* (Meses de Março de 1840-1849).

Tabela 4: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços conforme o local de exercício da atividade: Recife (1850-1859)

Anos	Portas a Dentro (PD)	Portas a Dentro e a Fora (PDF)	Portas a Fora (PF)	Não Espec. (NE)	Totais Ano/Ano
1850	24	4	3	16	47
1851	20	8	6	11	45
1852	33	8	2	15	58
1853	25	9	3	17	54
1854	26	10	1	11	48
1855	19	17	4	15	55
1856	38	12	1	27	78
1857	30	6	3	32	71
1858	39	15	1	31	86
1859	52	10	2	25	89
TOTAL	306	99	26	200	631

Fonte: Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos* (Meses de Março de 1850-1859).

Tabela 5: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços conforme o local de exercício da atividade: Recife (1860-1869)

Anos	Portas a Dentro (PD)	Portas a Dentro e a Fora (PDF)	Portas a Fora (PF)	Não Espec. (NE)	Totais Ano/Ano
1860	51	16	0	24	91
1861	30	15	3	18	66
1862	58	24	9	32	123
1863	52	23	5	24	104
1864	47	23	3	36	109
1865	50	32	2	32	116
1866	54	38	2	25	119
1867	50	28	6	35	119
1868	52	35	7	25	119
1869	47	27	3	20	97
TOTAL	491	261	40	271	1063

Fonte: Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos* (Meses de Março de 1860-1869).

5.5 Escravas e não-escravas

Muitas questões e armadilhas – às vezes relacionadas entre si – permeiam a execução das tabelas 6, 7 e 8, relativas à condição jurídica de criadas e vendeiras.³⁵² Entre as questões está a possibilidade ou não de visualizar o declínio da escravidão urbana após a extinção do tráfico atlântico de escravos; e entre os perigos, o mais comum seria o de visualizar nos dados, de maneira quase teleológica, uma provável transição do trabalho escravo para o livre, e assim cair numa visão eminentemente linear do intrincado processo de gradual desescravização do Brasil. De qualquer modo, a amostra fornece um grande subsídio para a percepção das opções de mão-de-obra disponíveis no contexto urbano do Recife, segundo a condição jurídica das mulheres. Para as famílias recifenses, que criadas ou vendeiras seriam as mais preferíveis? Escravas, forras ou livres? Mas seriam apenas esses os principais critérios da escolha?

A historiografia sobre o tema há muito demonstrou que a condição jurídica da criada constitui somente um entre outros tantos critérios utilizados por patrões e senhores ciosos com uma provável “*corrupção*” de seus lares. Costumes e comportamentos, habilidades em uma tarefa específica como cozinhar (se o/a contratante fosse especialmente apreciador da boa mesa), a idade, a nacionalidade, entre tantos outros critérios, compunham o vasto leque de exigências que extrapolavam a condição jurídica. Uma análise detida de um bom número de anúncios à procura de criadas, seja para servirem a famílias grandes, pequenas ou a homens solteiros, fornece indicações convincentes de que, independente da condição jurídica, grande parte dos contratantes recifenses imaginava poder contar com criadas obedientes, morigeradas, diligentes, fiéis, de bons costumes, hábeis em suas qualificações e, em muitos casos, que fossem de meia idade. As criadas também tinham suas pretensões, e não se deve imaginar que elas estavam totalmente à mercê da proposta do contratante. A negociação, embora entre partes desiguais em poder, não deixava de existir.

Mas os dados das tabelas abaixo discutidas são ricos, sob inúmeros outros aspectos, e não se pretendem a responder a todas as perguntas.

³⁵² Para a visualização dos dados abaixo discutidos, remeto o leitor às tabelas 6, 7 e 8, e aos Gráficos 4, 5, 6 e 8 listados em anexo.

A década é 1840. O número de escravas na cidade ainda é considerável e corresponde razoavelmente às necessidades das famílias dos grupos médios e da elite. A tabela 6 registra a procura (compra ou aluguel) de escravas em 140 anúncios; outros 28 preferiam cativas ou forras indistintamente (PCF). Se agregarmos esses dois valores, a preferência por escravas passa de 25,68% para 30,81% no período. Enquanto isso, as preferências diretas por mulheres forras e livres não chegam a 2,5% cada uma. A aceitação de mulheres forras, entretanto, aumenta para 7,14%, ou 39 casos, se aduzirmos os casos PCF.

O índice de aceitação por mulheres escravas ainda será alto mesmo após 1850. Há nessa década uma pequena diminuição para 121 casos, mas na década seguinte o número absoluto volta a crescer, e registra 224 anúncios. Percentualmente, a aceitação estrita por escravas (e também por vendeiras) domésticas nos três períodos nunca foi inferior aos 20%, e se levarmos em consideração os casos que diziam preferir cativas ou forras indistintamente (PCF), então veremos que as escravas compunham sempre um percentual estável em torno de 30% ou até um pouco mais. Considerando ainda toda a amostra (ver tabelas 6, 7 e 8, ou particularmente o Gráfico 8 em anexo), e incluindo na preferência por domésticas cativas também os casos PCL – casos raros em que o/a anunciante mostrava preferir mulheres cativas ou livres –, então teremos um total de 680 anúncios que tinham nas escravas uma forte opção para os serviços domésticos ou de venda na rua, perfazendo um percentual geral de 31,62%. Esses dados vêm confirmar o que Sandra Graham já havia notado para a Corte:

*Como reação às nuances de status e cor, os patrões compartilhavam uma preferência declarada por criadas brancas, e eram ambivalentes em relação às mulheres de cor livres, às quais eles não podiam dar tanto crédito quanto às brancas nem possuir como escravas; no final, acabavam se voltando para as escravas.*³⁵³

Essa observação de Graham ajuda a entender porque as mulheres escravas tornavam-se preferíveis para os interesses de senhores/as e patrões locatários/as. Ainda acostumados/as a uma situação de mando, embora nem sempre real, como assinalou a autora, eles/as percebiam os riscos de pôr criadas brancas em seus lares, e associavam mesmo a cor negra à possibilidade de manutenção de seu poder de mando, pautado pela autonomia paternalista de punir e/ou conceder favores.

³⁵³ GRAHAM, Sandra. Op. Cit., p. 35.

No início do século XIX, Tollenare chegou a afirmar que, no Recife, “*Todo o serviço doméstico é feito por escravos (...); mesmo no palácio do governador não se vêem criados brancos*”.³⁵⁴ É claro que essa afirmação é datada e, para o período entre 1840 e 1870, deve ser bem relativizada. O francês também estimou um número de dez ou doze criados/as para o que considerava “*uma casa decente*”. Outra afirmação que deve ser contextualizada à segunda década do século XIX. Da quarta década em diante, pelos dados que dispomos, pouquíssimas residências podiam manter uma criadagem escrava desse porte. Além disso, o afluxo de mulheres portuguesas e a pobreza que atingia às mulheres brancas deviam aos poucos estar mudando a cor das criadas dos “*decentes*” lares recifenses. Essa afirmação não deve ser entendida como ‘*substituição*’ ou ‘*transição*’ da mão-de-obra escrava para a livre no serviço doméstico. Códigos culturais e conflitos específicos permearam a relação das criadas com seus patrões, de modo que seria simplificar e mecanizar demais esse setor específico da escravidão urbana com a ênfase na chamada ‘*transição*’. Mesmo se considerarmos que o número de criadas livres estava aumentando gradativamente, todavia, as relações de trabalho, as formas de controle e negociação, as expectativas e desconfianças mútuas, tudo isso ainda era pautado por costumes paternalistas e escravistas. Interessante notar que muitas expectativas de criadas livres e brancas fossem apenas o acolhimento numa casa que lhes fornecesse tão somente bom tratamento, comida e algum vestuário, sem mencionar remuneração pecuniária.³⁵⁵

Não se pode esquecer o grande número de oferecimentos não especificados (ONE), que foi responsável por 31,55% dos anúncios da década de 1840. Esse último dado é interessante porque ele tende a diminuir nas décadas seguintes. É possível especular que a razão para essa diminuição é a mesma que fez aumentar o número de anúncios exigindo das criadas a sobrecarga de prestarem serviços internos e externos ao mesmo tempo. O provável empobrecimento da cidade estaria assim se refletindo na impossibilidade para muitas mulheres libertas e livres pobres/empobrecidas de custearem a publicação de um anúncio no mais importante jornal diário da província, ao mesmo tempo em que estaria inviabilizando

³⁵⁴ Cf. TOLLENARE, L. F de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 201.

³⁵⁵ Para as cidades de Santos e São Paulo entre 1890 e 1930, Maria Izilda Santos de Matos soube primorosamente notar o cotidiano das criadas de servir, muitas delas imigrantes portuguesas em situação de “trabalho livre”: Cf. Op. Cit., p. 123: “*O cotidiano de algumas dessas agregadas foi caracterizado pelo trabalho intenso e não remunerado em troca de teto, escassa comida e roupa usada.*”

para muitos patrões a manutenção de mais de uma criada em seus lares.³⁵⁶ Ao todo (somando-se as categorias OF, OL e ONE), os oferecimentos de serviços chegam a expressivos 39,43% na década de 1840, e declinam abruptamente para 15,6% e 11,74% nas décadas seguintes. Os anúncios em que mulheres forras e livres punham suas habilidades no mercado de criadas tendem a diminuir consideravelmente.³⁵⁷

As décadas são 1850 e 1860. O tráfico de escravos atlântico tinha sido finalmente extinto. Entretanto, como a amostra apresenta, as residências e casas de negócio do Recife continuam a preferir escravas para vender na rua e, principalmente, para cuidar dos serviços de suas casas. A preferência por mulheres livres é praticamente inexistente. Se na década de 1840, apenas 13 anúncios indicaram essa preferência, nos anos 1850, o número cai para 6, e só atingirá 14 se somarmos uma categoria nova que surge na amostra: a preferência por cativas ou livres (PCL). Assim mesmo, os valores percentuais continuam baixíssimos, não atingindo sequer 2,5% dos 602 anúncios coletados para o segundo período. Na década de 1860, a situação não mudará muito. As categorias PL e PCL somaram 30 casos, e apenas quase atingiram 3% da amostra de 1003 anúncios. Mesmo que fosse tentador visualizar nesses dados os primórdios de uma possível ‘transição’ para a mão-de-obra livre no âmbito dos serviços domésticos, e que se completaria por fim nas décadas de 1870 e 1880, é preferível tomar esses dados como indicativo da permanência do caráter escravista do mercado de trabalho das domésticas.

Como dissemos mais atrás, a década de 1850 assiste a uma diminuição sensível nos anúncios de oferecimentos de serviços (de 172 para 77), enquanto o índice de anúncios cuja preferência não foi especificada (PNE) saltou de 138 para 290, chegando a quase 50% dos casos coletados. Cruzando-se as duas classificações aqui desenvolvidas, fica patente que os/as patrões e patroas que buscavam criadas eram bem mais preocupados em especificar os

³⁵⁶ Manoel Figueroa de Faria, o sucessor de Miranda Falcão na direção do Diário de Pernambuco, imprimira um caráter cada vez mais empresarial no sentido de garantir a manutenção do periódico. Segundo Arnaldo Jambo, ele vendia o espaço do jornal da seguinte maneira: “(...) exigia-se um preço de tabela até cinco horas da tarde. Depois desta hora, qualquer publicação de natureza publicitária seria cobrada com aumento – desde quando se destinasse à edição seguinte – calculada na base de 320 réis por dez linhas de composição. Mais ainda: se entregue depois das ave-marias (...) a “gratificação” seria dupla, dobrada: 640 réis.” Cf. JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas**. Recife: Edição Comemorativa do Sesquicentenário, 1975, p. 157.

³⁵⁷ Uso a expressão mercado de criadas não porque inexistisse a procura por vendeiras nas páginas do jornal, mas porque a verdade é que os anúncios relativos às domésticas em geral tendem a ser cada vez mais onipresentes, enquanto a procura por vendeiras tende a diminuir ao longo das três décadas analisadas.

serviços aos quais elas iriam se submeter, enquanto omitiam sua possível preferência conforme a condição jurídica da contratada. Esse dado deixa uma importante questão insolúvel. Seria essa aparente indiferença pela condição jurídica uma brecha aberta às criadas de condição livre, sobretudo se pensarmos que os casos PNE irão mesmo ultrapassar os 54% dos anúncios 1003 da década de 1860? Por que, então, não indicar claramente a preferência por mulheres livres? Mas um outro elemento qualitativo traz problemas em acreditar nessa “brecha”: aqueles/as anunciantes que indicaram sua preferência por mulheres livres, geralmente solicitavam portuguesas. Esse dado, associado à presença ainda forte das escravas nos serviços domésticos, certamente dificultava a formação de um mercado de trabalho livre nacional no Recife entre os anos 1840 e 1870. Assim, um contingente numeroso de mulheres livres nacionais e ex-escravas estaria enfrentando dificuldades de engajamento em um mercado certamente competitivo e seletivo.

Se a ausência de indicação de condição jurídica for realmente sinal de indiferença quanto a esse tipo de preferência, podemos sugerir que os patrões recifenses, estariam mais preocupados em se servirem de domésticas de qualquer condição jurídica, mas com atributos morais e físicos considerados convenientes, do que necessariamente interessados em possuir ou alugar uma escrava, que só teoricamente seria mais submissa ao trabalho.

5.6 Uma análise das Preferências e Oferecimentos de Serviços por década

Analisar as preferências e os oferecimentos de serviços seguindo a variação interna dos dados das tabelas 6, 7 e 8 nos faz reafirmar e compreender melhor algumas inferências já expostas na análise geral dos dados. Perscrutando os dados mês a mês pode-se perceber com mais nitidez o comportamento variável e as tendências das categorias presentes na amostra.

Como já assinalado, salta aos olhos a diminuição década a década dos casos de Oferecimentos, fossem eles de mulheres livres, forras, ou não estivessem especificados. É interessante notar que o recorte inicial de 1840 a 1843 aponta para uma tendência de alta dos Oferecimentos Não Especificados (ONE) e nos Oferecimentos de Mulheres Livres (OL), que não vai se confirmar nos meses seguintes da década, nem nos decênios 1850-59 e 1860-69. No recorte 1840-43, os dados ONE são de 27, 36, 19 e 19, enquanto os dados OL são de

3, 13 e 3, índices que devem ser considerados altos sobretudo se considerarmos os dados das décadas seguintes. Os Oferecimentos de Forras (OF) são inexpressivos em toda a amostra, mas na década de 1840 eles tiveram uma distribuição mais ou menos equilibrada mês a mês. Os decênios posteriores vêem praticamente desaparecer os casos OF.

Os dados referentes às Preferências são bem mais complexos, porque são distribuídos por maior número de categorias do que os Oferecimentos. Começemos com as Preferências Não Especificadas (PNE), que passam praticamente toda a década de 1840 com números inferiores aos casos ONE, mas tendem a equilibrar essa diferença ainda nesse decênio (ver Tabela 6), e superar logo nos anos iniciais da década de 1850-59 (ver Tabela 7). A arrancada definitiva dos casos de PNE se dará em 1856, quando atingirá 43 anúncios e seguirá em tendência ascensional até chegar a números superiores a 50, 60 e até 70 anúncios/mês nos anos seguintes, apesar de alguns anos de declínio (Ver Tabela 8).

Para as Preferências especificadas, os dados são bem mais variáveis, o que dificulta a análise mês a mês. Para os caso de Preferências por mulheres Cativas (PC), os índices são estáveis em praticamente toda a década de 1840, mas os anos finais de 1847 a 1849 assinalam uma tendência de alta, com índices de 15 (1847), 17 (1848) e 23 (1849). Talvez a aproximação do fim do tráfico internacional de escravos tenha tido alguma interferência nesse aumento mais repentino na procura por mulheres escravizadas. A década de 1850, todavia, não apresentará nenhum mês de março com casos PC acima de 18. A preferência por cativas, entretanto, cresce quando agregamos o incremento dos casos PCF e dos casos PCL. Os anúncios que desejavam Cativas e Forras indistintamente (PCF) iniciaram sua tendência ascensional a partir de 1856, quando se registrou 14 casos. Os anos seguintes registraram 9 (1857), 11 (1858) e 8 (1859) casos. No decênio 1860-69, os anúncios PCF estarão distribuídos de maneira mais uniforme e estável.

A preferência estrita por mulheres livres (PL) e mulheres forras (PF) são inexpressivas em todo o período, como já se demonstrou. Esses dados não apresentaram variações especiais, mas esta estabilidade merece ser notada, sobretudo no caso das mulheres forras apresentaram média de 1 anúncio/mês ou pouco mais em toda a amostra. Os caso PL tiveram um declínio no decênio intermediário. Ou seja, a abolição do tráfico internacional de escravos em 1850 não parece ter feito os padrões recifenses aumentarem sua procura por mulheres livres. De maneira inversa, apegaram-se às suas preferências por mulheres cativas

e forras. Para se ter uma idéia, a Preferência por mulheres Cativas saltam de 168, no primeiro decênio, para 199 no segundo e 313 no terceiro, agregando à categoria PC as demais categorias que também preferem cativas, como PCF e PCL.

Esses dados fazem crer que, por um lado, a preferência por mulheres escravas nos serviços domésticos e de rua ainda é bastante forte até 1870. Por outro, os oferecimentos de mulheres livres e forras são tímidos e hesitantes em toda a amostra, salvo na década de 1840 que, por alguma razão que desconhecemos, apresentou um cenário mais otimista para que mulheres livres pobres e forras – muitas delas pardas – procurassem se engajar no mercado de trabalho, sobretudo na prestação de serviços domésticos.

Abaixo temos as tabelas com os dados aqui discutidos.

Tabela 6: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços segundo a condição jurídica das Preferências e Ofertas: Recife (1840-1849)

Anos	PC	PF	PCF	PL	PCL	OF	OL	PNE	ONE	Totais p/ano
1840	13	1	6	2	0	1	3	19	27	72
1841	10	0	1	2	0	2	13	17	36	81
1842	7	0	2	1	0	1	3	12	19	45
1843	16	2	4	1	0	2	0	16	19	60
1844	18	3	4	1	0	0	2	17	9	54
1845	10	1	0	1	0	1	4	8	10	35
1846	11	2	1	2	0	0	2	16	17	51
1847	15	0	3	2	0	0	0	15	15	50
1848	17	2	4	0	0	4	4	9	11	51
1849	23	0	3	1	0	1	0	9	9	46
TOTAL	140	11	28	13	0	12	31	138	172	545

Fonte: Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos* (Meses de Março de 1840-1849).³⁵⁸

³⁵⁸ Onde PC – Preferência por Cativas, PF – Preferência por Forras, PCF – Preferência por Cativas ou Forras, PL – Preferência por Livres, PCL – Preferência por Cativas ou Livres, OF – Oferecimento de serviços por mulheres Forras, OL – Oferecimento de serviços por mulheres Livres, PNE – Preferências Não-Especificadas, ONE – Oferecimentos Não-Especificados. A amostra não é aleatória, e para executá-la seguimos alguns critérios: consideramos que os anúncios se referiam a escravas também quando mencionavam apenas “pretas”, termo que era usualmente associado à condição escrava, e ainda aqueles que constavam de compras de escravas, por interpretarmos que isto sugere senão uma real preferência pelo serviço prestado por escravas, ao menos importante vínculo com a escravidão, dificultando as brechas existentes para o emprego de libertas e livres pobres; embora muitos anúncios pareçam ser de mulheres livres, não computamos como tal, uma vez que poderiam se referir a mulheres forras também, e preferimos enquadrá-los como Não Especificados, daí o grande número desses casos; agora consideramos que se referiam a mulheres livres aqueles anúncios cuja fórmula é “Precisa-se de uma senhora que...”, ou “Oferece-se uma senhora de bons costumes...”, por interpretarmos que essa não era a fórmula mais usual de se reportar a forras e escravas. Não incluímos na

Tabela 7: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços segundo a condição jurídica das Preferências e Ofertas: Recife (1850-1859)

Anos	PC	PF	PCF	PL	PCL	OF	OL	PNE	ONE	Totais p/ano
1850	9	0	10	0	0	0	2	17	8	46
1851	18	0	2	1	0	0	2	17	4	44
1852	11	3	5	2	0	0	1	23	7	52
1853	17	2	0	1	1	0	0	21	8	50
1854	9	2	6	0	0	0	2	17	8	44
1855	12	2	5	0	0	0	0	27	8	54
1856	13	0	14	0	0	0	1	43	5	76
1857	11	2	9	0	3	0	2	32	9	68
1858	10	0	11	1	3	0	2	46	10	83
1859	11	2	8	1	1	1	4	47	10	85
TOTAL	121	13	70	6	8	1	16	290	77	602

Fonte: Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos* (Meses de Março de 1850-1859).

contagem os anúncios de professoras particulares, por fugir em demasia ao propósito da amostra: agrupar por condição, as preferências e as ofertas de serviços que incluíssem virtualmente a todas as categorias. E professora não é um trabalho que está associado, no período, a todas as categorias da contagem. Não consideramos como “preferências” os anúncios em que senhores e senhoras ofereciam suas escravas em aluguel porque isso não significa uma real preferência por escravas, e muito menos um oferecimento autônomo da parte destas. Por fim, tivemos minucioso cuidado na leitura dos anúncios, para evitar repetições que falseassem a amostra, ou avisos que buscavam criadas para viagens fora da província. Os anúncios apresentam fórmulas muito semelhantes, e o que os diferencia muitas vezes é apenas o endereço. A arrolagem da fonte foi realizada de modo sistemático e contínuo. Tomamos o mês de março como referência da amostra não por alguma razão especial, apenas porque o Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH – não dispõe em microfilmes todos os meses de todos os anos do D.P. Os endereços repetidos só foram considerados quando mudavam sua preferência jurídica, ou quando eram de anos diferentes.

Tabela 8: Anúncios de Compra e Aluguel de Escravas, Oferecimentos e Solicitação de serviços segundo a condição jurídica das Preferências e Ofertas: Recife (1860-1869)

Anos	PC	PF	PCF	PL	PCL	OF	OL	PNE	ONE	Totais p/ano
1860	19	0	8	2	2	1	1	33	19	85
1861	24	0	5	1	0	1	1	25	12	69
1862	35	5	12	1	1	0	1	53	10	118
1863	17	0	4	0	0	0	1	50	18	90
1864	25	1	3	1	2	0	2	55	13	102
1865	19	1	12	3	3	0	1	58	11	108
1866	22	1	7	2	1	0	4	74	6	117
1867	28	1	9	1	1	0	3	70	4	117
1868	18	1	8	3	3	0	0	67	5	105
1869	17	0	5	0	3	0	1	63	3	92
TOTAL	224	10	73	14	16	2	15	548	101	1003

Fonte: Diário de Pernambuco, Seção *Avisos Diversos* (Meses de Março de 1860-1869).

6 - “AS MAIS BOAS QUALIDADES QUE SE PROCURAM”: AS MULHERES DOMÉSTICAS NOS ANÚNCIOS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Era o ano de 1854, quando uma mulher de meia idade anunciou nas páginas do Diário de Pernambuco oferecendo-se para servir como ama em uma casa de pouca família, afirmando cozinhar perfeitamente e engomar. Não julgando suficiente o demonstrar as suas habilidades, asseverava ainda que tinha “*as mais boas qualidades que se procuram*”.³⁵⁹ Quais seriam essas outras qualidades além dos talentos especificados? Por que fazer menção, de modo aparentemente tão vago, a “*qualidades*” não identificadas? Para responder a essas questões e a outras que destas decorrem é preciso adentrar o universo de representações do período. Universo este que perpassava as linhas escritas das páginas dos jornais, através de uma comunicação/negociação intensa e diária entre anunciantes e leitores, na qual se fazia uso de signos conhecidos (vivenciados ou não) por todos os comunicantes.

O propósito desse capítulo toma forma a partir da análise dos códigos utilizados por mulheres forras e livres pobres na seção *Avisos Diversos* do jornal de maior circulação da província de Pernambuco, ao oferecerem seus serviços domésticos a uma clientela bem diversificada. Em contrapartida, essa análise se tornaria restrita se não investigássemos ainda os códigos utilizados pelos empregadores e senhores para atraírem e disciplinarem suas futuras criadas. Uma questão que norteia a pesquisa aqui encetada diz respeito às expectativas mútuas entre patrões/senhores e suas criadas. Outro foco de análise a ser explorado refere-se às experiências e vivências das criadas que serviam a uma demanda caracterizada pela exigência e diversidade.

Os *Avisos Diversos* se dividem conforme o/a anunciante e suas intenções: são anúncios de compra e aluguel de escravas, de solicitação de criadas forras e livres, e de oferecimentos de serviços domésticos por parte de mulheres livres e libertas. Esses anúncios funcionavam como os classificados da época, e através deles podemos adentrar a complexa negociação que se dava entre anunciantes e leitores em torno de condições de trabalho e das expectativas das partes contratantes, além de perceber as condições sociais, cor e idade das mulheres que punham suas habilidades no mercado, e os diversos tipos de arranjos de

³⁵⁹ D. P., dia 28/03/1854.

trabalho que eram propostos com maior frequência. Mas, não raro, os anúncios – em suas duas ou três linhas, quase sempre – insinuam mais do que evidenciam, e por trás deles se escondem histórias e dramas pessoais de difícil percepção.³⁶⁰ O anúncio, por essa razão, pode ser entendido também como um indício (fragmento ou pista) passível de interpretação apenas no âmbito de um paradigma indiciário que nos há de fornecer não muito mais do que um saber conjectural ou verossímil.³⁶¹

A leitura dos anúncios, embora sugira certa simplicidade, traz inúmeras dificuldades. Para melhor entendê-los muitas vezes convém fazer uma leitura horizontal relacionando-o a outros anúncios, além de uma leitura vertical atentando para os contextos singulares do enunciado. Uma dificuldade inerente a esse tipo de registro é sua aparente repetição, o que pode sugerir ao pesquisador uma monotonia que pode ser confundida com pobreza de informações “novas”. A valoração do “repetido”, do cotidiano, requer sensibilidade e vigilância. É justamente na repetição que certos códigos se tornam inteligíveis, comunicando elementos caros ao universo cultural da época.

Termos constantemente presentes como *portas a dentro, portas a fora, serviços internos e externos*, além de referências a inúmeros caracteres morais e físicos dizem respeito a consensos sociais construídos e reforçados por comportamentos e pelo próprio discurso dos documentos. Comentando os anúncios de escravos fugidos, Lilia Moritz Schwarcz disse algo que pode ser estendido para os anúncios de compra e aluguel de escravas, e de solicitação e oferecimentos de serviços aqui analisados:

*a dimensão da eficácia desses anúncios parece atingir uma nova dimensão que é dada não pela criação de possibilidades de captura mas antes pela difusão de representações, sensibilidades sociais e pelo estabelecimento de uma rede de relações intersubjetivas.*³⁶²

Assim, não é preocupação nossa investigar se os avisos diversos faziam ou não as mulheres convencerem seus prováveis padrões e patroas de suas virtudes, fazendo com que

³⁶⁰ Um diplomata português citado por Gilberto Freyre considerava que os anúncios de jornais continham “dramas em três linhas, romances em duas linhas e meia”, e que expressava: “*A história da humanidade se encontra mais nos romances que nos livros de história; e mais ainda que nos romances, encontra-se nos anúncios dos jornais.*” FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais**. Op. Cit., p. 3.

³⁶¹ Ver para essa interpretação: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, particularmente o capítulo *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*.

³⁶² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. Op. Cit., p. 148.

estes as empregassem; ou se estes patrões e patroas, ao solicitarem tantas habilidades e características comportamentais, conseguiam atingir seus objetivos encontrando trabalhadoras ideais a suas necessidades e exigências. Mais importante é ressaltar o uso de um arsenal cultural comum a ambos os anunciantes/negociantes, a difusão de representações e sensibilidades acerca das domésticas. Tantas referências a aspectos ligados aos *bons costumes*, como para reforçar características morais positivas essenciais a uma prestação satisfatória de serviços terminam por deixar entrever a idéia de que, na prática, as relações de trabalho e as experiências entre os anunciantes continham elementos de tensão e desconfiança mútua, podendo incluir quebras de contratos e até maus tratos de diversos matizes, entre outros problemas. Entre os anunciantes, estabelecia-se um contrato que, no século XIX, já estava inscrito nos costumes e expresso resumidamente nas linhas dos anúncios, e que se pautava pela noção de proteção e obediência como bem assinalou Sandra Graham.³⁶³

Os *Avisos Diversos* são responsáveis por um conjunto bastante amplo de representações que terminam por permitir entrever práticas cotidianas de trabalho, relações sociais entre patrões e criadas, exigências mútuas, expectativas, anseios e um leque variado de situações que tinham de ser ao menos minimamente expressas para o convencimento de anunciantes e leitores. Concernente às representações discutidas nesse capítulo, entendemos que os limites entre estas e as práticas sociais são demasiado fluidos.³⁶⁴ Não seria errôneo afirmar, como demonstraremos adiante, que as representações interferem na forma como os contratos são estabelecidos.

6.1 Senhores e senhoras, patrões e patroas: perfil social e expectativas

Nem sempre os classificados do jornal deixam claro quem é o pretendente que se esconde atrás de um endereço. Mas ainda assim, há anúncios que tornam possível

³⁶³ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit. Para Graham “*A vida doméstica girava em torno de uma série de expectativas – articuladas em atos e algumas vezes explicitadas – que exprimiam as distintas obrigações de cada parte. Os patrões eram responsáveis por prover os cuidados básicos – comida, abrigo, alguma roupa, remédios na doença. Em troca do que alguns descreviam como o dever paternal de ministrar uma boa “educação moral e religiosa”, eles exigiam que os dependentes retribuíssem com obediência.*” P. 108.

³⁶⁴ Cf. BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 11, onde o autor assinala: “*É preciso enfatizar, contudo, que os limites entre práticas sociais e representações são muito fluidos, constituindo-se estas últimas também em práticas com força de intervenção e transformação da realidade social.*”

construirmos um perfil dos patrões e patroas, senhores e senhoras que, ao anunciarem solicitando os serviços de inúmeras mulheres pretas, pardas e até brancas, terminavam por expor um pouco de suas próprias vidas e negócios.

O perfil social dos pretendentes é bem diversificado. Tanto membros da elite como pequenos proprietários e elementos das camadas médias urbanas se utilizavam dos serviços de pretas, pardas e brancas empobrecidas, sendo que o que diferenciava era apenas a quantidade de serviçais que cada um podia manter. Eles eram donos de pequenos negócios como tabernas, padarias, depósitos de velas e de charutos, armazéns, lojas de fazendas, de calçados, de miudezas, de funileiro; hotéis, casas de pasto, boticas, sítios nos arrabaldes da área urbanizada do município. Alguns nomes, até mesmo por estarem explícitos, sugerem certa importância da parte de quem anuncia. Como é o caso de uma madame Rosa Hardy, que precisava de uma “*ama-de-leite parda, ou crioula, moça e limpa, que tenha bom leite*” (D. P., 11/03/1853); o endereço, por vezes, também indica o status do pretendente: em 1859, um anunciante que precisava de duas mulheres, uma para engomar e outra para cozinhar, era morador visinho ao edifício em construção do Ginásio Provincial, habitando em um “*sobrado de cinco varandas*”. Não sendo esse imenso sobrado sublocado para inúmeros moradores, como não parece ser o caso, o anunciante anônimo parece pertencer mesmo a alguma família tradicional (D. P., 09/03/1859). Outro pretendente, que procurava não apenas uma escrava ou forra para engomar e “*algum serviço mais de uma casa de família*”, como ainda uma boa “*lavadeira de Varella que lave com presteza*”, era morador/a em um sobrado de 4 andares.

Além destes, estudantes da Faculdade de Direito, professores e professoras, e funcionários públicos civis e militares também usavam as páginas do jornal em busca de criadas. O amanuense da Secretaria da Polícia Antonio José de Freitas, tentava alugar uma escrava para o serviço interno e externo de sua casa que, segundo ele, era de “*pouca família*”. Uma professora precisava de “*uma escrava que engomme, cozinhe, e saia a rua*”. Caracteristicamente, pessoas de condição menos favoráveis não podiam ter muitos criados, e era comum sobrecarregarem uma única criada com as diversas responsabilidades da casa, ao contrário de pessoas aparentemente mais abastadas, que podiam dar-se ao luxo de ter quase sempre uma criada para cada atividade, como o caso do morador no sobrado de cinco varandas, que solicitava duas mulheres para funções específicas, e não para “*todo o*

serviço”, expressão essa que indica por si só a carga de trabalho das criadas contratadas por patrões e senhores não muito abonados.³⁶⁵

Instituições como Conventos, Santa Casa de Misericórdia, Cadeia Pública, Arsenal da Marinha, Casa dos Expostos e outras, também dispunham dos serviços de criadas para sua manutenção diária. Para a Casa dos Expostos, por exemplo, era fundamental o serviço de amas-de-leite, muitas destas contratadas para amamentar as crianças rejeitadas³⁶⁶; os presos da Cadeia Pública tinham de pagar lavadeiras para ter suas roupas lavadas periodicamente, e sua parca alimentação passava pela mão de cozinheiras. Em 1843, o presidente da província relata que amas “*crião de leite*” a quinze filhas de pais desconhecidos. No ano seguinte, o Barão da Boa Vista dedica ainda mais linhas de seu Relatório à situação da Casa dos Expostos, e às amas de leite, admitindo:

A falta de meios suficientes para serem alimentadas na casa dos expostos todas as crianças, que se recebem na roda, tem obrigado a continuar a pratica de se darem alguns para serem criados em casas particulares por amas, que o fazem por commodo preço, apesar da diferença que ha entre esse expediente, e a criação, que é feita na casa.

(...) No anno passado forão recebidas nas rodas do Recife, e Olinda, e conduzidas para a casa dos expostos, aqui estabelecida, quarenta e três crianças do sexo feminino, e cincoenta e nove do masculino.

*Dos que forão dados ás amas para as criarem em suas casas por preço mais commodo, muitos perecerão, entretanto que escapão á morte os que a casa publica póde admitir para serem nella amamentados.*³⁶⁷

Contratar amas particulares a baixo custo para amamentarem os filhos deixados na orfandade era a solução mais precária que as autoridades provinciais encontraram para o número reduzido de amas-de-leite que trabalhavam na Casa dos Expostos para dar conta do grande número de crianças expostas, embora a mortandade fosse numerosa quando as crianças eram entregues a amas particulares. Por sua vez, a Casa funcionava como uma instituição de socialização para o trabalho, reproduzindo a cadeia de dependências e a

³⁶⁵ Conferir o Diário de Pernambuco, dias 18/03/1851, 01/03/1852 e 02/03/1857.

³⁶⁶ No dia 1º de Março de 1856 encontra-se o anúncio: “*Precisa-se de amas para amamentar crianças na casa dos expostos: a pessoa que a isso se queira dedicar, tendo as habilitações necessárias, dirija-se a mesma, no pateo do Paraizo, que ahi achará com quem tratar.*”

³⁶⁷ Relatórios do Presidente da Província, o Barão da Boa Vista, anos de 1843 e 1844, APEJE..

hierarquia social. O propósito da Casa seria entregar os órfãos adultos para serem integrados no trabalho, entretanto a colocação no mercado sofria os entraves dos patrões e patroas que preferiam serviçais de condição escrava. Em 1842, por exemplo, o presidente da província se queixa da permanência de cinco expostos adultos

*sem ocupação por falta de um Collegio próprio, ou de pessoas capazes, que as queirão por contrato, receando que nenhum serviço ellas prestem, vista a repugnancia que as pessoas livres de nossa terra ainda tem para o serviço domestico por salario.*³⁶⁸

Os patrões, na década de 1840 e mesmo nas duas décadas seguintes, ainda acostumados ao uso do trabalho escravo, não assalariavam pessoas livres sob a suspeita de que estas não se prestavam ao trabalho; e estas, por sua vez, ainda tinham “repugnância” ao serviço doméstico assalariado. A Roda dos Enjeitados, dessa forma, perfazia mesmo um ciclo duplo de rejeição: já recebia enjeitados pela família, e anos depois a sociedade também podia rejeitá-los, dificultando sua integração social.

Patrões e senhores de todos os sexos tinham expectativas e exigências difíceis de serem satisfeitas pelas criadas que adentravam suas casas. As exigências diziam respeito, em muitos casos, aos tipos de ofícios a serem desempenhados. Para pôr negras à rua para comprar ou vender em tabuleiros, por exemplo, “*ser fiel*” era fundamental, pois se estaria longe da vigilância doméstica, conduzindo dinheiro e bens do senhor/a ou patrão e patroa. Alguém queria alugar “*uma preta fiel e sem vicio, para todo serviço de uma casa, e comprar*” (D. P., 22/03/1853), enquanto outro pretendente que desejava sobrecarregar uma escrava de serviços, afirmou que ela deveria servir “*(...) para o serviço ordinário de uma casa, e para carregar taboleiro de vender fazendas na rua, a qual sendo robusta e fiel se pagará bom aluguel (...).*” (D. P. 16/03/1855).

Um senhor que precisasse de uma escrava para *todo o serviço* prontamente especificava os atributos físicos e morais (robustez/fidelidade) necessários a suportar a carga de trabalho que lhe caberia. Um anunciante deixou claro que desejava uma escrava que não fosse “*preguiçosa e nem pimpona*³⁶⁹”, para “*todo e qualquer serviço interno e externo de*

³⁶⁸ Relatório do Presidente da Província, ano de 1842. APEJE.

³⁶⁹ Esse termo não foi encontrado em dicionários da época. É provável que seja o feminino do termo *Pimpão*, cujo sentido mais próximo ao do anúncio é “*Valentão, ronca, guapo, fanfarrão (...)*”. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **DICCIONARIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. TOMO II. Lisboa: Imprensa Régia, ANNO 1831,

uma casa” (D. P., 26/03/1855). Outro anunciante – um homem solteiro – não especificou a condição de sua criada (se livre, forra ou cativa), mas arrolou uma lista imensa de atributos que considerava imprescindíveis a uma ama:

Precisa-se de uma ama para casa de homem solteiro, a qual não tenha filhos e nem pessoa alguma em sua companhia, que não tenha preguiça nem certas fidalguias e malcriações, que seja muito fiel e aceiada em todo o serviço da casa, com especialidade da comida; paga-se 16\$000 por mez vencido (...).³⁷⁰ (Grifo nosso).

Alguém poderia pensar que isso é só carranquice de algum solteirão, mas é preciso notar que o que distingue esse anúncio de tantos outros é apenas a sinceridade deste. É preciso estar atento ao fato de que nem todas as expectativas e exigências dos senhores eram anunciadas nas páginas do periódico. Certamente no ato de contratar uma criada para os serviços da casa, os patrões expunham mais exigências que não foram ditas, mas apenas subentendidas, e só então a criada perceberia a real dimensão do trabalho, e se não estivesse compelida pela situação de pobreza poderia recusar o emprego. É provável que poucas o fizessem. No caso específico desse homem solteiro, ele tentara atrair a criada não tanto pela promessa de “*bom tratamento*”, como era mais comum, mas pelo valor do salário – os 16\$000 réis mensais. Mesmo no ano seguinte, um anunciante oferecia apenas 12\$000 por mês para uma ama que soubesse “*comprar e cozinhar o diário de uma casa de pouca família*”, e, de resto, prometia “*bom tratamento*” (D. P., 15/03/1856).

A qualidade dos serviços também era um dos aspectos mais salientados por senhores/as e patrões e patroas exigentes. Um anunciante que morava na rua do Queimado, nº 42, desejava comprar uma escrava robusta que soubesse “*engommar com toda a perfeição e asseio; não se quer chavasqueira*” (D. P., 04/03/1847). Na designação comum da época, chavascar era lavar mal uma obra de carapina, mas já havia o significado atual de rústico, tosco, grosseiro, que era estendido para qualquer ofício desempenhado.³⁷¹

4.^a ed., p. 469. O significado deve ser esse mesmo, já que muitas mulheres presentes na documentação são tidas como valentes e briguintas.

³⁷⁰ D. P., dia 20/03/1855. (Grifo nosso).

³⁷¹ Cf. SILVA, Antonio de Moraes. **DICCIONARIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. TOMO I. Lisboa: Impressão Régia, ANNO 1831, 4.^a ed., p. 26 e 379. Ver, particularmente, os verbetes: Achavascado, Chavascar, Chavasco e Chavasqueiro.

Outros contratantes de escravas domésticas poderiam contratar sob regime de aluguel a título de experiência para, em caso de se agradassem dos serviços, comprá-las. Um anúncio dizia: “*Preciza-se alugar, pra comprar-se depois de agradar, uma preta que saiba cozinhar, lavar, e engommar; (...).*” (D. P. 23/03/1844). Era exatamente visando atender uma exigência como a desse tipo que um senhor vendia uma escrava de 20 anos, que tinha “*bonita figura, sabe cosinhar o ordinario de uma casa, engomma liso, não tem vícios*”, e que a oferecia em aluguel por experiência, acrescentando à lista de atributos: “*e se dá para experimentar*” (D. P., 28/03/1845). O comprador teria assim a oportunidade de conhecer antecipadamente aquela que podia ou não vir a ser sua escrava doméstica.

O Recife, enquanto importante cidade portuária e comercial, atraía inúmeros estrangeiros, muitos deles portugueses e ingleses, que se tornavam patrões e senhores de escravo e escravas, aumentando a demanda por serviços domésticos e de rua. É claro que muitas mulheres portuguesas vinham engrossar também a fila dos candidatos a empregos, tentando encontrar colocação em casas de seus patrícios como os caixeiros também o faziam. Algumas tinham ainda de pagar as despesas com o transporte da viagem, e solicitavam aos patrões que pagassem por elas. Possivelmente, portuguesas nessa condição passavam meses sem receber nenhuma remuneração direta pelos serviços que prestasse. As despesas com a passagem deviam consumir muitos meses de trabalho no qual a criada só receberia alimento e, talvez, algum vestuário.

Na negociação que se travava nas páginas do Diário de Pernambuco, os patrões freqüentemente faziam uso de um código comum de valores, e muitas vezes compartilhavam suas ansiedades e expectativas. Constituíam-se uma verdadeira rede de informações entre os empregadores de criadas. No dia 2 de março de 1840, um patrão fazia um anúncio curioso no qual trata uma portuguesa de nome Maria Joze quase como se fosse escrava. Ele protestava contra quem a tivesse ocultado, pois ela tinha se evadido de sua casa “*sem ter ajustado contas*”. Pode-se fazer algumas suposições: pode ter havido uma antecipação salarial da parte do contratante (provavelmente um português de nome G. J. da Costa e Sá Grande), e a criada realmente o teria logrado partindo sem completar os serviços que devia; ou, quem sabe, tenha havido uma situação de maus tratos, e nesse sentido a evasão da criada estaria vinculada não a sua suposta intenção de logro, mas à sua própria

condição de maltratada pelo seu contratante. (D. P., 02/03/1840). A versão da criada, infelizmente, só pode ser intuída.

Outro patrão foi bem mais direto, e fez um anúncio que deveria ter grande impacto em seus pares, no sentido de tomar cuidado com a ama-de-leite que contratassem:

Avisa-se a qualquer pai de familia, que precise de ama-de-leite para criar algum de seus filhos, especule bem, que não seja a crioula Maria Theodora, filha da criada Anastácia, naturaes de Igarassú, moradoras em Olinda, e ora residentes no pateo da Ribeira de S. Antonio; pois a dita ama costuma tomar pagamento adiantado, e depois mostra-se enfadada, levanta-se com seus amos, e, quando os apanha descuidados, foge pela porta fôra, deixando a criança sem leite, assim como fez pelas 11 horas da noute do dia 12 do corrente, em uma casa aonde estava criando: consta não parar em parte alguma. (D. P., 14/03/1846).

A intenção de gerar impacto, prevenir, alertar aos demais patrões estava clara. Além de citar o nome de Theodora, o anunciante mencionou ainda o nome da mãe, o que atingia logo as duas em suas futuras pretensões de trabalho. Mais uma vez, jamais ficaremos sabendo a versão da criada para essa história. Afinal, são os patrões que constroem as histórias de criadas consideradas por eles ingratas, relapsas e mal comportadas, manchando a imagem delas perante os seus pares. Acusavam-se as criadas de comportamentos *desregrados*:

Previne-se aos pais de famílias, que não consintam em sua casa a parda Henrique Maria da Conceição na qualidade de ama, por isso que nesta qualidade em certa casa se portou desregradamente, a ponto de seduzir a um rapaz de 16 anos, que servia a mesma casa na qualidade de criado para sair logo que ela fosse despedida, como aconteceu, desaparecendo as 6 horas da manhã, como fugido. (D. P., 16/02/1855)

Para esse anunciante, a sedução da parda que lhe servia de ama custou ainda a perda de outro criado, um rapaz de 16 anos. A parda, ao que parece, sabia que ia ser despedida, pois provavelmente tinha notado que seus serviços não estavam agradando, e resolveu convencer o rapaz a sair com ela quando isso ocorresse. As tensões entre patrões e criadas eram logo percebidas, pois afloravam sem máscaras. O criado ainda adolescente, também não devia estar muito satisfeito com a casa em que servia, e só esperou a oportunidade mais favorável. Aquelas pardas que ofereciam seus serviços pelos *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco

realmente tinham de se esforçar por retirar de si as máculas que lhes eram atribuídas. A década de 1840 tem várias pardas buscando trabalho nos lares recifenses:

Uma parda viuva de idade de 49 annos, de bons costumes como pode provar com attestados se necessario for, se offerece ao serviço interno de alguma casa de homem solteiro, ou cazado com pouca família; quem a pretender dirija-se a rua do Jardim, casa terrea junto ao sobrado do Rm. Sr. Fr. Caetano. (D. P., 14/03/1840). Offerece-se uma parda moça para ama de casa estrangeira, sendo de portas a dentro; engomma, cose e cozinha, tudo com perfeição; a qual já esteve um anno e tanto na casa do Illmo. Sr. Doutor Sarmiento: na rua do Fogo, n. 54. (D. P., 12/03/1847).

É visível o esforço dessas duas pardas em comprovar sua conduta para seus contratantes. Ser viúva e de idade, como era o caso da primeira, poderia lhe ajudar a encontrar trabalho, já que demonstra que um dia foi casada, algo que era visto pela elite da época como um sinal de distinção. A segunda, provavelmente com o consentimento do famoso médico da província, utilizou o fato de ter permanecido mais de um ano servindo em sua casa para demonstrar que tinha bons precedentes. Para conseguir nova inserção como doméstica, a parda se utilizou do prestígio de seu ex-patrão, algo que nem todas podiam contar.

Uma crioula, tentando demonstrar ter experiência como doméstica, e assim convencer o/a contratante de sua competência, diz que é “*a feita a servir até mesmo em casas estrangeiras, se offerece por preço commodo para isso (...).*” (D. P., 02/03/1841). Aparentemente, ela continua a querer servir em casa estrangeira, pois é “*para isso*” que se oferece. Embora não tenhamos quantificado, é visível um grande número de mulheres recifenses que preferem servir em casas de famílias ou homens estrangeiros. Podemos apenas sugerir algumas razões para essa preferência: os patrões nacionais podiam, freqüentemente confundir as criadas livres ou forras com as escravas, tratando-as igualmente e sem a devida distinção que as primeiras gostariam de receber; os patrões estrangeiros podiam oferecer, quem sabe, compensações maiores ou melhor tratamento. Mas essas afirmações carecem de base empírica, e não se pode afirmar com segurança se havia maiores diferenças entre um patrão nacional ou um estrangeiro no tratamento de suas criadas.

Uma anedota publicada no Diário de Pernambuco diz algo sobre a representação que os patrões e patroas construíam acerca das criadas:

A senhora X... muda de criada, e recebe em troca uma gallega mais desenvolvida no physico do que no moral.

Filha minha, lhe diz ella, você ganhará por mez quatro cruzados novos, e alem desta soldada hei tambem de vesti-la.

Na seguinte manhã a senhora X... chama pela sua nova criada, mas esta não responde, torna á chama-la, e continua o mesmo silencio. Começa de novo, e ninguem acode.

Já impaciente levanta-se a senhora, e vae procurar a criada.

Então que é isto Catharina; não me ouviu chama-la?

Sim, minha senhora, bem ouvi! disse a bestunta, alargando os braços, porém, como a minha ama declarou que me vestiria, estava esperando. (...).³⁷²

A senhora X chama a criada de “*Filha minha*”, como a insinuar a ocorrência de um trato pautado por uma aproximação familiar, e propõe um acordo que aparece como grande generosidade: salário e vestuário. Mas a criada, uma “*bestunta*”, não era capaz sequer de entender o que sua senhora propunha. Os contratantes, de fato, buscavam criadas que fossem *diligentes, capazes, inteligentes* ou, no dizer da piada, que fossem desenvolvidas tanto no físico quanto no moral. Mas a anedota pode ter ainda outro sentido do que o de simplesmente inferiorizar a inteligência das criadas. Ela sugere ainda que as elas poderiam se fazer de desentendidas e interpretar a sua maneira as ordens de seus empregadores. Esse seria o caso de criadas que, ao saírem para fazer compras, deixavam-se demorar pelas ruas, para retardar sua volta para os serviços internos. As criadas poderiam criar estratégias para evitar o desgaste físico do trabalho intenso, como afirma Mary Karasch. A resistência se dava da seguinte forma:

Os donos descreviam sua "propriedade sem vontade" como preguiçosa, apática, sempre doente, ineficaz, desastrada e sem disposição para tomar qualquer iniciativa ou fazer qualquer coisa que não fosse o estipulado pelo senhor. A queixa de uma senhora, por exemplo, era que suas criadas domésticas só obedeciam aos seus comandos exatos e que tinha de dar instruções detalhadas e

³⁷² Ver o D. P., dia 04/03/1861.

*precisas todos os dias. Nunca era suficiente dar uma ordem geral par manter a casa limpa; ela precisava dizer a cada escrava especificamente o que fazer. Se uma ficava doente, as outras não faziam o trabalho dela. Uma criada não lavava roupas, nem uma cozinheira punha a mesa. (...) Dessa maneira, os escravos limitavam a quantidade de trabalho que um senhor podia extrair deles.*³⁷³

Patrões e senhores exigentes tinham que negociar as relações, e não simplesmente impor tarefas diversificadas para uma só criada sem o consentimento desta. Até mesmo criadas escravas poderiam construir situações em que a venda era a melhor opção para seu senhor ou senhora. Uma escrava de nação, descrita como engomadeira, cozinheira, costureira, lavadeira de sabão e barrela, e “*excelente para uma casa de família*”, estava sendo vendida “*por não querer servir a senhora*”. Ou seja, ela tinha as habilidades comumente requisitadas para prestar diversos serviços, mas de algum modo resolveu boicotar a sua senhora. (D. P., 23/03/1842). A representação construída para ela, quanto às habilidades, é a mais positiva possível (trata-se de um anúncio de venda), mas no que se refere à conduta dá-se a entender que havia riscos em comprar uma escrava que podia se negar a trabalhar. Eduardo Silva cita um caso semelhante: Sebastiano, descrito como um “*bom pedreiro*”, que era “*mestre de seu ofício*”, havia perdido a “*disposição de colaborar*”. E mesmo após apanhar um mês inteiro, não cedeu, e o senhor teve de vendê-lo logo para não ter mais prejuízo ainda com sua morte.³⁷⁴ Dentro dos lares, as patroas e senhoras tinham de ser políticas, ou perderiam os serviços de suas criadas.

Um anunciante que buscava uma escrava “*que seja muito boa cozinheira*” avisou, em um primeiro momento, que ela seria “*ocupada unicamente nos respectivos misteres*”; em troca oferecia o sustento, vestuário e 8\$ réis mensais (D. P., 23/03/1848). Uma semana depois, o anunciante, que dizia ter pouca família, muda um pouco sua estratégia, e menciona apenas que daria 10\$ réis mensais, sem falar em sustento ou vestuário. Todavia, continua a reforçar que a escrava seria ocupada “*unicamente nos respectivos arranjos*” (D. P., 31/03/1848). Esse anúncio dá a entender, em primeiro lugar, que o locatário não podia dispor dos serviços de uma escrava para os quais ela não fora contratada. Segundo, pode-se

³⁷³ KARASCH, Mary C. Op. Cit., p. 436. Ver ainda para esse tema o texto de BURLAMAQUI, Frederico. **Memória analytica acerca do commercio d’escravos e acerca da escravidão doméstica**. Rio de Janeiro, 1837, que serviu de fonte para a autora.

³⁷⁴ SILVA, Eduardo & REIS, João José. Op. Cit., p. 19.

supor que o próprio locatário ou comprador – pois este não deixou claro se iria comprar ou alugar a escrava – já reconhecia que as escravas resistiam a realizar tarefas que fugiam de “sua” especialidade.

Uma das expectativas daqueles que contratavam as criadas era que estas fossem honestas, o que implicava um comportamento sexual casto e uma conduta moral irrepreensível. Nesse sentido as próprias mulheres que ofereciam seus serviços utilizavam a linguagem da honra para serem integradas nas famílias que, por sua vez, também se diziam honestas. Havia, de modo velado ou declarado, uma expectativa mútua quanto a honestidade. Uma moça portuguesa “*de bons costumes*” desejava ser “*ama de casa honesta e de pouca família*” (D. P., 11/03/1864), enquanto outra casa, que também se diz honesta e precisando de uma ama de meia idade, oferece o sustento e alguma roupa, acrescentando timidamente a possibilidade de pagar algo “*conforme o ajuste*” (D. P., 17/03/1843). Normalmente, na busca de criadas honestas, os anunciantes acrescentavam que elas deveriam ser de meia idade, ou de “*maior idade*”, pois se supunham que estas mulheres cuja vida sexual e reprodutiva já havia passado, não trariam problemas com “*seduções*”, com namoros ou casos de gravidez. Nota-se mesmo uma busca efetiva por mulheres idosas para fazer companhia a pessoas solitárias, companheiras essas que poderiam ser já viúvas, como o próprio solitário.³⁷⁵ Idade elevada, para muitos daqueles que buscavam criadas pelos jornais, era sinônimo de maior estabilidade e segurança, além dos aspectos específicos da experiência no ofício. Era uma “*mulher de maior idade, de honesta conducta*” que um funcionário desejava para tratar de crianças e “*governar*” uma casa de família. E ela ainda teria de dar “*abono a sua conducta*” (D. P., 27/03/1860). Esse perfil se repete, com menor ou maior ênfase, desde 1840 a 1870.³⁷⁶

³⁷⁵ Há casos também em que a pobreza e a orfandade poderiam levar pessoas de alguma distinção a se oferecerem para fazer companhia a pessoas idosas: “*Offerece-se uma senhora solteira que não tem pai nem mãe para servir de companhia a uma senhora viúva que não tenha filhas, e prestando-lhe algum serviço não por dinheiro, e nem precisa dar-lhe de vestir: quem quizer anuncie sua morada.*” Esta “*senhora solteira*”, mesmo estando necessitada, julgava-se digna o suficiente para recusar dinheiro ou roupas. Do antigo status, ela só possuía as roupas. Desprotegida, talvez vivendo sozinha, ela precisava da proteção de uma senhora “*honesta*” que lhe traria respeitabilidade e inviolabilidade da honra, e uma viúva parecia ser uma boa opção, pois além do mais não precisaria trabalhar muito. Maria Odila da Silva Dias, quando enfatiza o empobrecimento a que estavam sujeitas muitas mulheres na cidade de São Paulo no século XIX, pode estar bem próxima da verdade. Pelo menos, esse empobrecimento de senhoras brancas se dá também no Recife da mesma época. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.

³⁷⁶ No D. P., dia 09/03/1853, há o seguinte anúncio: “*Precisa-se de uma ama para o serviço diário de casa de pouca família dando-se a preferência a uma de maior idade e assento: quem estiver nesta circunstancia,*

Essas expectativas e representações expostas acima são, em maior ou menor grau, relativas ao diversificado conjunto de criadas. Mas Além delas, outras expectativas e representações são específicas de cada tipo de criada, conforme o ofício específico que exercessem. Não se pode indiferenciar amas-de-leite, cozinheiras, engomadeiras e lavadeiras de modo simplista, mesmo reconhecendo que, muitas vezes, uma só pessoa podia realizar praticamente todos esses serviços, e ter de atender às expectativas bem diversas. Abaixo, buscamos tratar as criadas de modo mais específico, conforme o cotidiano de trabalho de cada uma delas, na tentativa de escrever histórias ainda não contadas nesse ensaio.

6.2 Domésticas: histórias não contadas

A acreditar no padre Lopes Gama, severo crítico dos costumes da elite pernambucana, as sinhazinhas não tinham uma preparação adequada para tomar conta dos inúmeros arranjos domésticos, como seria o “ideal” e sua missão precípua. A elas não eram repassadas as competências, o zelo, a solicitude e a vigilância que as tornariam capazes de reger o lar, este entendido como um conjunto amplo que incluía as mulheres domésticas sob seu controle. O padre assim justifica sua crítica à “preguiça” das sinhazinhas:

Daqui não infira algum agastadiço que pretendo sejam as meninas educadas para cozinheiras. (...) Cada uma deve ser criada segundo as suas posses e a sua posição social, mas sejam estas quais forem, corre aos pais a obrigação de educar suas filhas de maneira que possam vir a ser boas donas de casa, porque o primeiro destino que a natureza deu às mulheres foi o de mãe,. Aprenda sim a menina a ler, escrever e contar, aprenda a música e o piano, aprenda as línguas francesa, inglesa e italiana, a geografia, a história mormente a do seu país, aprenda embora a dançar e ao desenho; adquira todas as instruções, que lhe possam cultivar o espírito e torná-la

dirija-se a rua larga do Rosário n. 22, loja de miudezas.” Uma mulher de idosa teria assento. Um dos significados da palavra assento é “proposito, prudencia, do homem sisudo, pacato “*homem de assento*”, considerado, ponderado, constante no que concorda, e resolve. (...)” Cf. MORAES SILVA, Antonio de. **DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**. 4ª ed., TOMO 1. Lisboa,: Imprensa Régia, 1831, p. 198. Uma mulher idosa seria, portanto, portadora de maior ponderação, e cumpriria os acordos que fossem realizados entre as partes, sendo a criada ideal de grande parte dos pretendentes a criadas.

*mais interessante e amável. Mas também saiba coser, bordar, governar uma casa e fazer todos os arranjos e economias domésticas. (...).*³⁷⁷

O padre Lopes Gama, como bom moralista que era, naturaliza a condição da mulher, mas com a peculiaridade de um certo requinte cultural. Uma educação que deveria adornar o espírito, por um lado, e que, por outro, deveria ser pragmática o suficiente para tornar a mulher trabalhadora nos “seus” afazeres. Por mais que o crítico de costumes tivesse alguma razão, pois muitas senhoras abandonavam os cuidados domésticos em mão de governantas, havia sem dúvida muitas mulheres brancas (e dentre estas, muitas empobrecidas) que dominavam as habilidades domésticas, e até se tornavam professoras de escravas e mesmo meninas em geral. Essas mulheres brancas podiam, dessa forma, encontrar alguma saída para sua condição financeira precária, se fossem prendadas.³⁷⁸ Esse é o caso das filhas de um Firmino José Felix da Rocha, que já havia falecido. Em linguagem desesperada, dizem:

participam ao respeitavel publico desta cidade, que autorisadas pelo Illm Sr. director da instrução publica, acham-se com sua aula aberta para ensino particular (...) em cuja aula ensina-se o seguinte: marcar, labyrintho, tapête, tapessaria, bordar em branco, matiz, froco, missanga, bordar a ouro, bordar em papel, tudo isto com toda a porfeição (sic.): rogam aos Illms. paes de familia que façam concorrer suas meninas para o ensino,afim de que aquellas por este meio possão sahir da miseria a que estão reduzidas, por cuja razão sua gratidão será eterna. (D. P., 01/03/1861).

A orfandade parece ser a razão imediata dessas mulheres resolverem lançar anúncio com de linguagem tão apelativa. Outras mulheres brancas, ocultas atrás do honroso nome de

³⁷⁷ Ver *O que deve ser uma dona de casa*, [1842]. In GAMA, Lopes. **O Carapuço: crônicas de costumes**. Org. de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 405-406.

³⁷⁸ Pensar as mulheres brancas enquanto pobres é reconhecer que o Brasil do século XIX já era complexo o bastante para conter um contingente numeroso de brancos empobrecidos que merecem um estudo a parte, como reconhece SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Mulheres brancas no fim do período colonial*. In **Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres**. Nº 4, Campinas: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, Pp. 75-96. A autora crítica o que denomina de “*mito da branca ociosa*” divulgado sobretudo pela “*visão distorcida*” de viajantes estrangeiros. Embora Nizza da Silva tenha enfatizado mais o argumento de que a gestão e supervisão de propriedades eram também atividades de trabalho, deve-se reconhecer que o empobrecimento de muitas mulheres brancas as lançou em atividades pouco “honrosas” de sua cor e antigo status, e a autora mesmo aponta que muitas mulheres brancas teciam, fiavam, faziam colchas e rendas, costuravam, preparavam quitandas, e até mesmo esmolavam (ver p. 79). Cf. o estudo clássico de DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.

“*senhoras*”, preferem oferecer seus serviços de maneira mais discreta. Já analisamos anteriormente o caso de uma “*senhora*” de “*bons costumes*”, e maior de 50 anos que se oferecia para ensinar a “*coser chã, bordar, fazer lavarinto, ler, escrever, fazer pão-de-lo, bolos, podins, pasteis, massas de todas as qualidades*”, ou que ainda poderia “*servir de companhia em alguma casa de família, dando-lhe somente o sustento e algum vestuário em paga de seu trabalho (...)*.” (D. P., 16/04/1845). Além das nacionais, encontram-se inúmeras portuguesas e até espanholas oferecendo-se ora para ensinar serviços domésticos, ora para exercê-los, podendo ainda fazer as duas atividades ao mesmo tempo. Esse era o caso de uma espanhola que dizia “*engomar com perfeição roupa de homem e de Senhora*”, fazer vestidos da moda, e aceitar escravas para ensinar a engomar. (D. P., 10/03/1842). Até mesmo uma crioula forra poderia se propor a ensinar “*pequenas pardas e pretas*” a coser. Havia como que escolas informais onde escravas e forras podiam aprender rudimentos de leitura e escrita, além de “*bordar, marcar de linha e seda, lavarinto e costura.*” (D. P., 24/03/1847). Havia, pode-se notar, uma reprodução contínua, um ciclo em que as mais experientes ensinavam as mais jovens, e essas viriam a assumir os serviços na casa de patrões/patroas e senhores/as exigentes. Os serviços domésticos garantiam, assim, a sobrevivência de mulheres brancas (sobretudo, mas não exclusivamente, enquanto professoras) e pretas forras e livres que não tinham outra opção de trabalho.

Há, nesse contexto, habilidades e técnicas específicas que caracterizam essa ou aquela criada, e sinalizam para as exigências de seus contratantes. Abaixo vamos lidar com algumas dessas situações, onde o trabalho e o cotidiano se entrelaçam e se indiferenciam, apesar das distinções que inegavelmente existem entre as atividades das próprias criadas. Se até o momento trabalhamos mais detidamente as representações sociais construídas para e pelas próprias criadas como um todo, buscaremos no texto abaixo relacionar mais detidamente tais representações ao cotidiano das criadas de servir, tendo em vista as particularidades que as distinguem. Dessa forma, imagens mais ricas do universo das criadas poderão ser desenvolvidas.

6.3 Amas-de-leite e de criação

Existem alguns consensos na historiografia relativa às amas-de-leite, quanto a sua importância e onipresença no seio das famílias brasileiras até pelo menos a década de 1920, quanto a seu elevado valor, quanto aos cuidados alimentares, médicos e higiênicos com que elas eram tratadas, para que não viessem a contaminar a criança amamentada, entre outros. Mas ainda prevalece uma questão de peso: as imagens ou as representações sociais da “*mãe-preta*” costumeiramente variam muito na historiografia. Ora apresenta-se a recorrente visão nostálgica da escravidão evocando o peito da *mãe-preta* como um elemento símbolo da humanidade do cativo, dos laços íntimos entre a família patriarcal e os escravos em geral, e da miscigenação que caracteriza a sociedade brasileira; ora uma visão que salienta os aspectos negativos do contato estreito entre escravos/as domésticos/as e senhores brancos.

A figura emblemática dos irmãos colaços, em que brancos e negros, embora filhos de mães diferentes, tinham no leite da negra um elo quase que místico, uma aproximação fruto da generosidade do peito da nutriz negra, perpassa o imaginário de gerações. Essa visão nostálgica tem sua vertente literária e sua vertente propriamente historiográfica. Ora, a ama-de-leite é elevada a um status formador da identidade brasileira, porque não apenas gerou o negro como amamentou o branco. Nos estudos históricos, essa linha tem em Gilberto Freyre seu principal expoente, pelo pioneirismo e abrangência da sua análise da sociedade brasileira a partir da formação da família patriarcal. A literatura regionalista de José Lins do Rêgo, declaradamente influenciada por Freyre, também contribuiu decisivamente para consolidar a imagem de uma grande família onde as amas-de-leite negras exerciam um papel fundamental na vida coletiva da família, e eram respeitadas por pretos e brancos. Elas seriam “*os bons animais domésticos*” que ficaram na fazenda do avô do menino de engenho após a Abolição, como a Tia Generosa, cujo nome, por si só, já é bastante sugestivo. Ela seria realmente a Generosa negra que doou de si um bem preciosíssimo, o leite. O tom literário e saudosista marca, todavia, até mesmo os textos não necessariamente literários.³⁷⁹

³⁷⁹ A década de 1930 foi provavelmente o momento áureo dessa nostalgia. Duas obras caracterizam bem o período de construção dessa visão evocativa do passado: Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995, obra publicada originalmente em 1933; e sobre a Tia Generosa, ver RÊGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970 (ver particularmente as págs. 54 e 55),

Nabuco e Freyre, por exemplo, ao construírem suas representações acerca da escravidão e das amas-de-leite, segundo Maria Elisabeth Ribeiro Carneiro, “*Criaram imagens que emanaram – cada um a seu modo – uma substância “suavizadora” e “amaciadora” daquela experiência histórica coletiva em que, por certo, não foi leve nem suave, o peso ou o jugo da escravidão.*”³⁸⁰

Em uma linha surgida na década de 1940, Caio Prado Júnior opõe à visão freyriana de uma escravidão amena, a noção materialista histórica de classes sociais, com todo o repertório de conflitos e explorações que o termo engendra. Ao contrário de Freyre, Prado irá dar pouca importância à escravidão doméstica, preferindo situar sua reflexão sobretudo no que considerava a “esfera da produção”, ou seja o trabalho realizado fora da casa-grande. Todavia, o historiador sinaliza para a dimensão cultural em alguns momentos:

*O contato que o escravo doméstico mantém com seus senhores e com a sociedade branca em geral é muito maior, muito mais íntimo. É certamente por ele que se canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão. Do pouco que ela trouxe de favorável, também: a ternura e afetividade da mãe preta, e os saborosos quitutes da culinária afro-brasileira (...).*³⁸¹

Prado oscila entre uma visão extremamente negativa da escravidão, que só trouxe “malefícios”, e outra mais positiva, onde termina por reproduzir a visão freyriana, salientando a ternura e a afetividade da mãe preta e a influência da negra na gastronomia brasileira. Como se vê, mesmo Prado apresentando uma leitura de Brasil que se diferencia em muitos aspectos da leitura de Freyre, o historiador materialista ainda não conseguiu romper com a visão suavizadora da escravidão, apontando mesmo para uma maior “abrandamento” do contato entre senhores e escravos no regime patriarcal, onde havia um “*quê de paternal e de protetor dos seus servos.*”³⁸² Uma leitura menos apressada de Prado, entretanto, faz notar que a sua ênfase recai mesmo é nos “malefícios” da escravidão, e que os aspectos positivos (muito poucos, para ele) surgem apenas como contrapeso; faz notar

mas publicada originalmente em 1932. Ver ainda a obra autobiográfica de NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Inst. Progresso Editorial, 1949.

³⁸⁰ Cf. CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. *Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da “suavidade do leite preto” ao “fardo” dos homens brancos*, pp. 29-63. **Em Tempo de Histórias: Revista dos Alunos da Pós-Graduação da UnB**. Vol. 5, nº 5 (2001). Brasília, 2002. A nossa breve discussão historiográfica baseia-se, em grande parte, nos apontamentos da autora citada.

³⁸¹ Cf. PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 278. Publicada originalmente em 1942.

³⁸² Idem, p. 277.

ainda que Prado reproduz uma representação imensamente etnocêntrica, e até mesmo racista, do relacionamento doméstico e cotidiano entre escravos/as africanos/as e senhores/as, ressaltando o “*baixo teor moral*” dos negros africanos introduzidos no Brasil.³⁸³

Interessante notar o vigor da imagem-idéia da ama negra boa, como salienta Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro³⁸⁴, que perpassa textos e gerações, dificultando um efetivo esforço de melhor caracterização e historicização dessas criadas tão íntimas da vida de seus senhores e patrões. Só mais recentemente, esse esforço vem sendo empreendido, no sentido de se visualizar o cotidiano das domésticas em geral e de suas relações com o mundo dos patrões e senhores.³⁸⁵ Para melhor percepção do vigor dessa imagem-idéia, sobretudo na memória da intelectualidade brasileira de fins do século XIX, basta lembrar que até Augusto dos Anjos, em seus raros poemas onde o lirismo aflorou – um soneto intitulado *Ricordanza della mia gioventú* – exaltou a imagem de sua ama-de-leite Guilhermina, que, afirmou, “*Furtava as moedas que o Doutor me dava*”. O poeta, todavia, a redime de qualquer furto:

*Vejo, entretanto, agora, em minha cama,
Que a mim somente cabe o furto feito...
Tu só furtaste a moeda, o oito, que brilha...*

*Furtaste a moeda só, mas eu, minha ama,
Eu furtei mais, porque furtei o peito
Que dava leite para a tua filha!*³⁸⁶

Apenas uma opinião de Augusto dos Anjos macula essa bela imagem da ama que sacrificou a sua filha para amamentar o poeta, quando afirma que ela era hipócrita e toda suscetível ao ser acusada do furto: “*E maldizia a sina, Que ela absolutamente não furtava*”. O fato de mesmo Augusto dos Anjos, cuja obra poética é singularíssima sob inúmeros outros aspectos, não ter ficado imune a uma nostalgia cara a outros intelectuais brasileiros, é evidência da influência do aleitamento de amas negras na mentalidade coletiva da elite pós-abolição, quando já é possível ser nostálgico sobre os tempos idos do cativo. O trágico,

³⁸³ Cf. CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. ‘*Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da “suavidade do leite preto” ao “fardo” dos homens brancos*’, pp. 29-63. Op. Cit, p. 47.

³⁸⁴ Idem, ibidem, p. 45.

³⁸⁵ Cf., entre outros, SANTOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura – História, cidade e trabalho**. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002; e GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit.

³⁸⁶ ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003, p. 85.

cientificista, lúgubre e tenso Augusto dos Anjos cedeu espaço em sua lira para alguns poucos poemas sentimentais, e em um deles exaltou sua ama-de-leite.³⁸⁷ A imagem da mãe preta, entretanto, atravessa classes sociais. Um poeta popular, pequeno camponês do sertão cearense, chamado Patativa do Assaré, também escreveu um poema intitulado “*Mãe Preta*”, prenhe de adjetivos que mostram sua santidade, seu devotamento. Versoso como: “*E tinha a doce ternura/Da Virge Nossa Senhora*”; e “*Foi ela uma santa preta/Que o mundo de Deus criou*”.³⁸⁸

As famílias recifenses, pelas páginas do Diário de Pernambuco, nos anos entre 1840 e 1870, mostram que fazem um uso contínuo de amas-de-leite, e mesmo amas de criação. Embora a medicina já apontasse os riscos da chamada amamentação mercenária, era muito comum o aluguel de escravas, ou mesmo forras e livres pobres, para servirem como amas-de-leite. O cenário urbano traz consigo, entretanto, um risco para os patrões e locatários de nutrizas escravas: o desconhecimento das condições higiênicas e morais da criada que vai cuidar da criança. Havia mulheres em abundância, e muitas para servir como amas-de-leite, mas os senhores eram ciosos na escolha. Atributos físicos e morais se entrelaçavam na escolha da ama. Nesse sentido, as representações que são criadas não diferem muito daquelas das demais domésticas, conquanto haja certas especificidades. As desconfianças tendem a aumentar, e cada vez mais as amas precisavam atestar sua boa saúde para assegurar a saúde da criança. As amas-de-leite, ao contrário das criadas que iriam cozinhar, engomar, lavar roupa e, muitas vezes administrar os serviços da casa, não deveriam ser velhas ou mesmo de meia idade. Mulheres jovens e sadias, se possível de “*primeira cria*” ou “*primeira barriga*” (termos recorrentes nos jornais), seriam preferíveis. Como é o caso de uma madame Rosa Hardy, já citado nesse texto, que precisava de uma “*ama-de-leite parda, ou crioula, moça e limpa, que tenha bom leite*” (D. P., 11/03/1853).

Já na década de 1840, a recém criada Sociedade de Medicina de Pernambuco publicou um relatório do famoso Doutor José Joaquim de Moraes Sarmiento, alertando para os riscos de transmissão de doenças entre amas de leite contaminadas com bobas e uma criança:

³⁸⁷ O poeta parece ter vivenciado um pouco do ambiente do escritor José Lins do Rego, nos engenhos paraibanos.

³⁸⁸ Cf. ASSARÉ, Patativa. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. 13ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, pp. 94-99. Patativa do Assaré nasceu em 1909, momento em que não havia acabado de todo o hábito da amamentação por amas-de-leite. É difícil dizer se o poeta narra uma experiência pessoal, ou apenas conta uma de suas muitas histórias tão caras ao universo criativo da poesia popular.

*Uma mulher amamentava sua filha, são ambas acometidas pela boba, mas parecendo curadas, passa a mulher a dar o peito a uma criança de pais sadios, e chegada com poucos dias de nascida de um paiz, onde não ha bobas endemicamente. Apenas decorre um mez, principia a criança a ter bobas, e onde se hão de ellas declarar? nos cantos da boca. A mãe da criança, que vê sua filha infectada, conservando ainda leite, despede a ama, e dá o peito a sua filha, e eis que principia a infeliz senhora a ter bobas; e onde se hão de ellas declarar? nos bicos dos peitos. Oh! senhores! Pois havemos de negar a infecção directa do peito da ama para a bocca da criança, e desta para os peitos de sua mãe?*³⁸⁹

A polêmica acima rondava o meio médico recifense. As autoridades médicas mostravam-se, nesse caso, preocupadas com os riscos mútuos de contaminação entre amas de leite e crianças infectadas. O próprio Dr. Sarmiento admite que as amas de leite deveriam negar o peito às crianças contaminadas com bobas, e diz: “*Será por ventura panico terror da morte, e receio sem legitimo fundamento, aquelle que induzir uma ama, testemunha de taes sucessos, a negar o peito a uma criança bobenta?*”³⁹⁰ Os riscos existiam, de fato, para nutriz e criança. Um/a anunciante, em busca de uma ama-de-leite, foi sincero o bastante para admitir que ela devia ser vacinada, porque seria “*para uma criança, que está de bexigas.*” (D. P., 06/02/1846). É improvável, todavia, que houvesse da parte dos contratantes essa precaução. Da mesma forma que as amas de leite não podiam garantir sua boa condição física e higiênica.

Até mesmo mulheres brancas podiam se oferecer como amas-de-leite. O elevado índice de mortalidade, tão comum nas principais cidades brasileiras do Império, aumentava o número de mulheres com leite, mas “*sem cria*”, e como o valor pago pelo aluguel de uma ama-de-leite era até razoável, e ainda o próprio tratamento a elas conferido era mais privilegiado em termos de alimentação, então as mulheres brancas pobres também se propunham para a função. Mas as escravas deviam mesmo compor o maior contingente das amas de leite, dividindo, muitas vezes o leito de seu filho com o do senhor ou do locatário. Segundo Mary C. Karasch:

³⁸⁹ Relatório dos trabalhos da Sociedade no anno de 1841 a 1842, pelo Secretario Perpetuo o senhor Doutor José Joaquim de Moraes Sarmiento. In **ANNAIS DA MEDICINA PERNAMBUCANA (1842-1844)**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1977, pp. 114-15.

³⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 115. Cf ainda ANJOS, João Alfredo dos. **A roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), UFPE, 1997.

*O uso das escravas como amas-de-leite tinha uma série de conseqüências graves, muitas das quais dependiam da condição nutricional da mãe. (...) Se a mulher tinha uma dieta adequada durante a gravidez e amamentação, ela provavelmente não teria dificuldades nutricionais para suprir tanto de seu bebê como do filho da sua dona. Na verdade, ela e seu bebê beneficiavam-se com freqüência dessa situação, porque recebiam uma alimentação melhor. Mas se sua dieta fosse negligenciada, podia resultar em deficiência de cálcio, explicando a fraqueza física de muitas escravas quando ficavam velhas.*³⁹¹

O aspecto nutricional das amas deveria, portanto, ser considerado crucial para o sucesso da amamentação. É difícil asseverar se havia um tratamento nutricional efetivo da parte dos locatários/as de amas escravas. Eles/as deveriam ter recursos suficientes para não só pagar o aluguel da ama a seu senhor/a, como ainda custear a alimentação adequada à condição da nutriz. De qualquer forma, era preciso ainda que, durante a gravidez, o próprio senhor ou senhora também já estivesse alimentando melhor a escrava gestante. Talvez fosse mesmo o atrativo de uma condição alimentar melhor, além do salário, que fazia com que as mulheres se propusessem para amas de leite. Muitas mulheres forras e brancas usavam os jornais para se alugarem como amas de leite, pois embora a preferência pudesse recair sobre as escravas, havia aqueles que pedia amas forras ou brancas. Segundo Sandra Lauderdale Graham, os patrões reconheciam que o crescimento saudável de sua criança, as amas necessitavam de alimento “*um pouco mais nutritivo*”. Entretanto, a autora entende que a dieta das amas não era totalmente diferente do que a ama costumava comer, uma vez que elas deveriam evitar uma série de alimentos considerados gordurosos ou fortes demais. Parafraseando estudiosos de medicina e higiene da época, ela conclui:

Alho, cebola crua, alimentos picantes ou comidas gordurosas, como carne de porco, iriam passar para seu leite e provocar na criança de peito “digestivos irritantes”. Nem deveria a ama comer todas as frutas que desejasse. Seu alimento devia ser fácil de digerir: carne cozida e legumes, sopas grossas, nenhum álcool.

Em suma, não se pode dizer que as amas de leite tinham melhor alimentação do que as outras criadas. Havia muitas restrições, e algumas delas podiam contrariar os gostos da própria ama, talvez acostumadas a outros alimentos e temperos. Mas além do aspecto

³⁹¹ Cf. KARASCH, Mary C. Op. Cit., p. 199.

nutricional, também a vida sexual da ama-de-leite devia ficar sob estrito controle para não contaminar o leite e, conseqüentemente a criança. Mas havia amas que extrapolavam essas regras que visavam mantê-las em isolamento, a salvo de relacionamentos furtivos. Uma ama parda escrava que estava criando de leite na casa de um Sr. Doutor Alexandre Pereira do Carmo estava desaparecida há três dias, quando ele anunciou no Diário de Pernambuco a sua fuga, afirmando: “*a qual dizem foi desencaminhada por um soldado de policia*”.³⁹² Sandra L. Graham também encontrou um caso em que a ama-de-leite que “*escapou do isolamento da casa de seu senhor tomando por namorado o escravo Bonifacio, alugado pelo mesmo amo a uma familia vizinha*.” Bonifacio encontrava jeito para visitá-la todas as noites para “*dormir com a amante na mesma cama que ela compartilhava com a criança de peito*”.³⁹³ Ambos os exemplos vêm confirmar que as cerradas casas patriarcais não podiam “*proteger*” e velar pela honra das mulheres da casa – da família e das agregadas – com tanta eficiência como era sua obrigação. De algum modo, brechas eram abertas.

Os locatários/as e senhores/as tinham suas preferências, e nesse mercado valia a pena buscar algum lucro, já que costumeiramente prometiam pagar bem. Mesmo uma mulher casada poderia complementar os poucos ganhos do marido – ou quem sabe até sustentá-lo em momentos de dificuldade – servindo como ama-de-leite: “*Offerece-se uma parda casada, de conducta morigerada, e capaz de dar cumprimento as suas obrigações, para ama-de-leite: quem de seus serviços precisar, dirija-se ao pateo de N. S. do Terço n. 2, que achará exposta as condições*.” (D. P., 15/03/1858). O ideal, para os/as contratantes, eram as amas sem filho. Havia mesmo inúmeros contratantes que expressavam diretamente essa condição – *que não tenha filho*, ou ainda *ama-de-leite sem filho, devendo ser mulher bem morigerada, e que pense cuidadosamente uma criança*³⁹⁴ –, uma vez que não iriam querer dividir o leite da ama entre o seu filho e o dela. Isso não impediu que uma parda livre, um mês depois de seu parto, oferecesse seu “*muito bom leite*”, apesar afirmar que levaria consigo “*um menino já taludo e que não estava a criação*”. (D. P., 14/03/1848). Deu a entender primeiro que iria “*sem a criação*” (estava se referindo à criança de peito), e a seguir afirmou levar um menino já crescido, e que não vai fazer uso de seu leite. Por traz desse anúncio parece estar uma mãe solteira que não tem onde deixar o que seria

³⁹² Ver o D. P., dia 15/03/1848.

³⁹³ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 68.

³⁹⁴ Ver o D. P., dias 22/03/1864 e 02/03/1865.

provavelmente seu filho. Ela estava em uma situação difícil, pois praticamente nenhum contratante queria esse tipo de arranjo, que viria a onerar as despesas da casa. Por outro lado, o menino deveria fazer mandados de toda ordem, conforme as necessidades da casa. As criadas que desejavam levar filhos para a casa dos patrões sabiam disso, e concordavam com o uso das crianças para tais serviços, uma vez que não tinham com quem deixá-las, ou delas não queriam se separar.³⁹⁵

Um caso realmente atípico e raríssimo surgiu no ano de 1870, quando um/a contratante disse precisar de uma ama “*que tenha abundante leite, que seja sadia e tenha filho, e este a acompanhe: a tratar na rua Imperatriz, loja . 44.*” (D .P., 28/03/1870). Tratar-se-ia de generosidade? A princípio, tudo leva a crer que sim. Se indicasse a idade da criança, poder-se-ia supor que o/a contratante queria um menino para fazer mandados, mas não foi esse o caso. Uma criança recém nascida, como parece ser essa a situação, não iria ajudar em nada o/a contratante. Mas para tentar outra hipótese, pode-se pensar que o/a contratante, sem recursos para pagar integralmente uma ama sem filho, iria sugerir um contrato mais de acordo com suas possibilidades de pagamento: um acordo baseado mais na “concessão” de um favor, do que em dinheiro propriamente dito. Outro anúncio semelhante parece mesmo oferecer uma “concessão” à ama-de-leite que deveria ter bom leite e não ter filhos. O/a anunciante, que tinha um filho de apenas 15 dias, afirma que a ama não precisaria lavar e engomar para a criança (D. P., 18/03/1856). Caso bastante confuso, pois dá a entender que a função de uma ama-de-leite ultrapassava o próprio aleitamento, o que implicaria em um trabalho ainda mais exaustivo. A “concessão” provavelmente era o resultado da condição financeira do/a contratante, que não podia pagar por “todos” os serviços que cabia a uma ama-de-leite. Parece, entretanto, ser um anúncio enganoso, pois em nenhum outro anúncio foi visto que uma ama-de-leite deveria se dedicar a tão diversificadas tarefas. De qualquer modo, como uma ama-de-leite era muito cara, talvez esses dois anúncios analisados sinalizem para um tipo de contrato mais diferenciado.

Um aspecto que em muito diferencia o meio urbano do rural quanto às amas de leite, é o tempo em que estas ficavam junto com a família contratante. Como no meio urbano, o

³⁹⁵ Ver o D. P., dia 19/03/1857, onde uma mulher se oferece para ama de “*todo o serviço de portas a dentro*”, preferindo casa de homem solteiro, mas disse ter “*um pequeno para mandados*”. Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 94: “*Naqueles lares maiores em que trabalhavam e moravam, as criadas às vezes levavam consigo filhos ou netos. O serviço doméstico, mais que o trabalho no campo ou na fábrica, possibilitava às mulheres manter os filhos juntos de si.*”

aluguel de amas de leite era o mais comum – e havia mesmo grande quantidade de amas à disposição – elas só permaneciam junto à família apenas enquanto a amamentação se fizesse necessária, ou até ser dispensada por outra que melhor agradasse. Não havia tempo para haver vínculos permanentes entre a ama-de-leite e a família, como consagrou Freyre e toda uma historiografia/literatura que tematizou a casa-grande e sua vasta escravaria doméstica, onde poderia até ser comum a presença de Tias Generosas, como José Lins do Rego expôs.³⁹⁶ As amas de leite, nos sobrados, raramente eram “*crias da casa*”³⁹⁷, ou escravas conhecidas dos contratantes. Eram em geral anônimas, cuja única referência era, no caso das escravas, a do senhor ou senhora ansiosos por alugá-las lucrativamente. Muitos anunciantes insinuam mesmo que já estão em busca de uma segunda ou terceira ama-de-leite. Meninos já com 6 ou mesmo dez meses ainda continuam a precisar de amas de leite, segundo demonstram alguns anúncios. Pode-se até pensar, nestes casos, que eles estavam sendo amamentados pela própria mãe que, por alguma razão, teve de cessar a amamentação, mas é mais razoável supor que houve contratos de amas de leite que não agradaram as exigências dos/as contratantes, sendo necessário continuar a busca. Um anúncio assim sugere: “*Na rua do Livramento, n. 14, precisa-se de uma ama-de-leite, forra ou captiva, para criar um menino de 6 mezes, preferindo-se a côr preta, por ja estar acostumado a isso o menino, que ja estranha.*” (D. P., 22/03/1849). É razoável pensar, então, que a criança havia sido amamentada por alguma ama-de-leite negra que fora dispensada ou morrerá, mas com a qual havia criado já um laço, um costume. O anúncio sugere até a existência de alguma afetividade da parte da criança, mas que de algum modo foi interrompida.³⁹⁸

É provável que os/as locatários de amas de leite seguissem suas próprias experiências no ato de contratá-las, e assim criassem um perfil da criada a quem confiariam a amamentação de seu filho ou filha. Enquanto alguns preferiam nutrizas pretas, outros

³⁹⁶ Cf. RÊGO, José Lins do. Op. Cit.

³⁹⁷ Chamavam-se de “crias da casa” aos escravos e escravas pertencentes desde o nascimento à família, e portanto de origem conhecida, sendo considerados confiáveis e fiéis, segundo a concepção senhorial. Os patrões e senhores, no meio urbano, temiam em empregar as “mulheres da classe baixa”, diz Sandra Graham: “Até em 1893, apesar das advertências aos patrões de que eles deveriam escolher como amas-de-leite “mulheres cuja origem e vida são bem conhecidas, crias da casa, por exemplo”, as condições urbanas não permitiam escrutínio tão minucioso. (...) Embora determinadas famílias pudessem conservar memórias ternas de algumas mulheres, o ponto de vista compartilhado pela maioria endossava a idéia de que as amas-de-leite contratadas eram “mulheres da classe baixa”. Pior ainda, “vivem nos cortiços”.” P. 137.

³⁹⁸ No D. P., dia 01/03/1864, há um anúncio contratando uma ama-de-leite para terminar de criar uma menina de 10 meses de idade.

repudiavam as amas dessa cor: “*Precisa-se de uma ama-de-leite que não seja preta, para uma criança de 4 mezes (...)*” (D. P., 28/03/1849). Isso indica alguma experiência negativa, ou quem sabe preconceito da parte do/a contratante, que queria evitar o contato entre mulheres pretas e a criança. Contratantes havia que, por alguma razão particular, desejavam mesmo amas de leite de fora da província, embora houvesse, como já assinalamos, inúmeras mulheres brancas oferecendo-se para servir como amas de leite. As experiências de cada contratante deviam conter particularidades que indicariam quais seriam as amas-de-leite preferíveis, para além das exigências mais comuns a todos os locatários.

As amas de criação também eram solicitadas no Diário de Pernambuco, ou elas mesmas se ofereciam para cuidarem de crianças. Essas amas se diferem das amas de leite, principalmente, por cuidarem de crianças já desmamadas, podendo, no mais das vezes, permanecer em sua própria casa para exercer essa função. Mas tanto uma como outra eram requisitadas, seja por particulares, seja pelos chamados Estabelecimentos de caridade. Um desses Estabelecimentos, a casa dos Expostos, por exemplo, alugava amas de leite e de criação para dar conta da imensa demanda das famílias que depositavam na Roda as pobres crianças enjeitadas. No dia 16 de março de 1840, o Diário de Pernambuco divulgou uma Relação com o nome dos Expostos, sua cor, o destino (a quem foram entregues), além das devidas observações. Ao todo, 108 crianças estavam distribuídas entre amas de leite e de criação de dentro e de fora da Casa dos Expostos. Apenas 29 crianças eram tratadas na própria Casa, enquanto as outras 79 foram destinadas a particulares seja para amamentação ou criação. O Estabelecimento, com suas próprias amas de leite e criação, jamais atenderia a demanda. Por isso tinha de pagar por termo a amas particulares. Pelo Relatório de 1840, a instituição tinha gastado 48\$000 réis com a porteira e a rodeira³⁹⁹; 760\$000 réis de ordenado pago a 8 amas que efetivamente trabalhavam na Casa e recebiam 8\$000 réis mensais; 759\$200 réis de alimentação às mesmas amas, que consumiam \$260 réis diários em comida; 460\$800 réis a 12 amas (que recebiam 3\$200 réis por mês) de fora da Casa, encarregadas de expostos até a idade de 1 ano; 720\$000 réis a 50 amas (que recebiam apenas 1\$280 réis por

³⁹⁹ Como a Casa dos Expostos dispunha de uma Roda cilíndrica onde a criança era depositada, por dentro uma mulher deveria girar a roda para pegar a criança e prevenir para que ela fosse logo amamentada. Cf. ANJOS, João Alfredo dos. Op. Cit., p. 81.

mês) encarregadas de expostos de idade de 1 a 7 anos; e 87\$600 réis de alimentação a 2 escravas que consumiam 120 réis diários.⁴⁰⁰

A Casa dos Expostos, pela relação acima, mostra que tinha uma hierarquia nos seus gastos relativos às amas. Pagava às amas da própria instituição um valor mensal de 8\$000 réis que pode mesmo ser considerado razoável se considerarmos os aluguéis “normais” expostos no Diário de Pernambuco; e pagava valores bem inferiores às amas de leite e de criação que não pertenciam ao estabelecimento: 3\$200 réis mensais a amas com crianças menores de 1 ano, e a ínfima quantia de 1\$280 réis mensais àquelas que cuidavam de crianças entre 1 e 7 anos de idade. Muitas mulheres pobres, de péssimas condições de vida, aceitavam essas crianças na intenção de obter algum lucro. Mas em troca jamais poderiam oferecer um serviço que satisfizesse às intenções do Estabelecimento. Essas mulheres não dispunham de habitações salubres, nem de recursos para a manutenção das crianças e os cuidados necessários. Assim, dividiam com os expostos (às vezes recebiam até duas crianças ao mesmo tempo) a sua própria miséria, e isso se refletia no elevado índice de mortalidade das crianças confiadas aos serviços dessas amas particulares contratadas a baixo custo pela instituição. Julgava-se até que muitas dessas amas apresentavam outras crianças no lugar das que tinham falecido para continuar recebendo o pagamento. A julgar pela opinião do Dr. Joaquim d’Aquino Fonseca, as amas da própria Casa continuavam a receber em 1850 os mesmo parcos 8\$000 réis mensais, enquanto as amas de fora foram mesmo chamadas de indigentes. O médico, entretanto, contraditoriamente julgou que as crianças estavam muito limpas, asseadas e bem nutridas.⁴⁰¹

Em outras palavras, podemos dizer que há amas e amas. Muitos fatores influíam para a melhor ou pior situação em que elas eram engajadas. Isso fica evidente não só pelas diferenças salariais da Casa dos Expostos, mas também pelas representações veiculadas pelos anúncios de jornais aqui analisados e pelas imagens fotográficas deixadas por abonadas famílias pernambucanas nos finais do século XIX.

A linguagem verbal dos anúncios e a não-verbal das fotografias constroem representações distintas das mulheres domésticas, sobretudo das amas-de-leite. Enquanto os

⁴⁰⁰ Rellação dos Expostos existentes na respectiva casa e fora d’ella em o dia 31 de Dezembro do anno p. p. [próximo passado] com declaração de seos nomes e destinos. N. 3. [Trata-se de parte do Relatório de administração dos Estabelecimentos de Caridade]. D. P., dia 16/03/1840.

⁴⁰¹ Cf. ANJOS, João Alfredo dos. Op. Cit., pp. 90-91.

anúncios dos jornais criam uma representação que mercantiliza a ama-de-leite, salientando o seu valor de mercado, as suas competências físicas e comportamentais valorizadas por contratantes, as fotografias tendem a caracterizar as mães-pretas como “gente da família”, incluídas no universo social da casa, da família que é também a sua. Fotos de estúdio criavam uma ambiência ilusória onde o olhar branco sobre o negro se delineava.⁴⁰²

Uma foto que já se tornou emblemática é a da ama-de-leite escrava Mônica. Tendo passado anos servindo à família Gomes Leal, ela amamentou mais de uma geração, como salienta Luzilá Gonçalves Ferreira. Em uma descrição bela e fértil em elementos poéticos, a escritora apresenta a imagem de uma Mônica de grande dignidade, ricamente paramentada especialmente pela família que, assim, a honrava com a gratidão de anos de serviço leal, de carinho e desvelo. A fotografia indica mesmo o olhar altivo da ama, enquanto a criança branca, em sua fragilidade, encosta-se carinhosamente no ombro dela “*como a buscar proteção, carinho*”, dirá Luzilá.⁴⁰³ É uma imagem-emblema cujos efeitos provocam uma miríade de outras imagens: bondade, afeição, carinho, intimidade doméstica, integração dos grupos sociais, harmonia. A linguagem fotográfica, sobretudo a pautada nos cânones do retrato, tende a dirimir conflitos, a eternizar uma visão não-conflituosa das relações sociais, como demonstra Ana Maria Mauad.⁴⁰⁴ Ao cruzarmos o texto direto dos anúncios, que muitas vezes quase chega a confundir o leitor entre o que seria uma cabra-mulher – a ama-de-leite propriamente dita – ou uma cabra-bicho, e o texto imagético, ressalta aos olhos a impressão de contraste.⁴⁰⁵

O aluguel de amas de leite, nos jornais, salienta aspectos mais objetivos, em uma linguagem carregada de adjetivos. Já as fotos são mais subjetivas, e criam estereótipos das negras e negros segundo os padrões sociais dominantes. No caso, as amas de leite

⁴⁰² Para uma rica análise que cruzou a linguagem fotográfica e a linguagem textual dos anúncios de jornais, Cf. MAUAD, Ana Maria. *As fronteiras da cor: imagem e representação social na sociedade escravista imperial*. LOCUS: revista de história. Juiz de Fora, vol. 6, nº 2, p. 83-98, 2000.

⁴⁰³ FERREIRA, Luzilá Ferreira. Et. al. **Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, pp. 171- 189.

⁴⁰⁴ MAUAD, Ana Maria. Op.Cit., pp. 96-97.

⁴⁰⁵ No Diário de Pernambuco, há inúmeros exemplos em que o anunciante nota a necessidade de diferenciar uma da outra: “*Compra-se uma cabra (bixo) que tenha bastante leite, paga-se bem: na rua do Queimado loja n. 42.*” D. P., dia 19/03/1859. A categoria cabra tem a ver com cor, mas não é uma categoria fácil de definir, segundo indica Mary C. Karasch. Ainda conforme a autora, o uso do termo cabra tinha sempre conotações pejorativas, e se referia a escravos de raças mistas, sendo particularmente ofensivo para os escravos homens. Tais homens e mulheres escravizados assim nomeados não tinham origem definida. Cf. KARASCH, Mary C. Op. Cit., p. 39.

fotografadas são boas mães, fiéis, honestas, um repertório de representações que a família branca ostenta como seu e transfere para a negra, modelando a sua identidade.⁴⁰⁶ As negras são mesmo vestidas como as sinhás, suas donas, e posam como rainhas. Entretanto, nesse jogo de representações, a fotografada consentiu se deixar fotografar. Mauad entenderá bem essa aparente ambigüidade em que negros e negras, ao se deixarem fotografar, aparentemente se mostram sujeitos “aos estereótipos estabelecidos” pela sociedade escravista, mas que, por outro lado, encontram nesse momento a brecha para “*negociar sua própria auto-imagem, abrindo, com isso, uma nova arena social.*”⁴⁰⁷

Texto e imagem como texto (a fotografia) constroem identidades distintas, em um jogo de alteridade bastante complexo. Todavia, seria simplista entender os anúncios de jornais apenas como signos da mercantilização do corpo instrumentalizado da ama. Na verdade, entre os inúmeros requisitos das amas de leite desejadas pelos contratadores/as está o de ser “*carinhosa para crianças*”. Ou seja, não se trata só do leite, das capacidades físicas, é preciso algo mais, e os anúncios já sugerem uma humanização da ama que a fotografia vai exacerbar. E quem sabe a fotografia oitocentista, como a de Mônica – não obstante o seu ocultamento de relações outras, de conflitos – não capte com certa verossimilhança o carinho, a afetividade que efetivamente poderia se gerar entre amas de leite e a família no período de amamentação? Afetividade, pode-se acrescentar, com elementos de negociação. A esperança de algumas amas-de-leite e amas secas escravas, estivessem elas alugadas ou não, era serem alforriadas pelos senhores ou locatários após a amamentação e criação, como sustentavam, de modo interesseiro, os defensores da amamentação por mulheres escravas.⁴⁰⁸ A negociação tem mesmo dois lados. Os senhores poderiam, segundo o médico Ferreira Pinto, expropriar o leite da escrava contando com o desejo de liberdade dela. Do ponto de vista da escrava, entretanto, a negociação que se dava através dos carinhos prestados, da atenção dedicada à criança a toda hora poderia ter outros significados, e fazer parte de uma tática bem sucedida de ascensão social. Ao se deixar fotografar, as amas estariam coroadas táticas há muito experimentadas no convívio senhorial. Táticas que não devem ser pensada

⁴⁰⁶ MAUAD, Ana Maria. Op.Cit., pp. 97-98.

⁴⁰⁷ Idem. Op. Cit., p. 98.

⁴⁰⁸ O Dr. Ferreira Pinto, autor do livro *O Médico da primeira infância* (1860), defende o uso de amas de leite escravas, que seriam melhores que as amas de leite livres exatamente por aspirarem a liberdade. O salário, para ele, não se apresentaria como a melhor forma de garantir o serviço de uma ama-de-leite livre. Cf. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Vida privada e ordem no Império*, In ALENCASTRO, Luís Felipe de. (org.) **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 66-67.

em termos de simulação maquiavélica, mas de trocas simbólicas entre as partes negociantes. A existência de uma negociação, fosse ela aberta ou velada, não deve ser entendida de forma anacrônica como cinismo ou hipocrisia nas relações entre patrões/patroas/senhores/as e criadas. Num contexto onde, na maior parte das vezes, a remuneração pecuniária praticamente inexistia, os indivíduos valorizavam outras formas de ganho, e buscavam acomodar práticas e discursos a expectativas reais para a época. Havia mesmo um consentimento de ambas as partes nessa relação, onde fidelidade durante toda uma vida, respeito e obediência eram fortes elementos constituintes do universo cultural da sociedade vigente. Ambos buscavam ser convincentes até onde podiam, e a afeição podia mesmo vir a existir.⁴⁰⁹

As amas de criação, também conhecidas como amas secas, também procuravam tirar frutos do exercício da função, quando escravas ou mulheres livres. Se escravas, a esperança era a alforria. Se mulheres livres, como assinala Graham, podiam almejar a *“manter um lugar na casa mesmo muito depois que as crianças tivessem crescido, como uma velha e respeitada figura que merecia afeição e cuidados.”*⁴¹⁰

⁴⁰⁹ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 116: *“Quando se procura reconstituir as crenças e preceitos de uma cultura diferente em suas premissas e remota no tempo, há o perigo de julgar cínicos ou impostores conscientes seus participantes. (...) Podemos supor que os homens daquela época comportavam-se mais ou menos sinceramente, com uma medida de cálculo tolerável para ambos os lados.”*

⁴¹⁰ Idem, ibidem, p. 61.



Figura 8 – Ama-de-leite escrava (Mônica) e menino. Fotografia de João Ferreira Villela, c. 1860. Recife, Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.



Figura 9 – Ama-de-leite escrava (Mônica, já em idade avançada) e Adelaide de Miranda Leal. Fotografia pertencente ao Acervo Iconográfico da Fundação Joaquim Nabuco.

Conclusivamente, é preciso reforçar o argumento de que nem toda ama de leite é a Mônica fotografada, ou a Tia Generosa da fazenda do avô d’*O Menino de Engenho*. Qualquer caracterização das amas de leite e de criação deve estar alerta para as diferenças que o meio urbano ou rural podem oferecer, para os tipos de arranjos em que elas se inseriam, entre outros aspectos que as diferenciavam. Não se pode generalizar uma única identidade, e assim considerá-las alternativamente como “*boas mães-pretas*” ou veículos de

vícios e doenças. No século XIX houve mesmo muita polêmica em torno dos aspectos positivos e negativos das amas de leite em geral. No final, o avanço da medicina social, na segunda metade do século XIX, no âmbito da vida doméstica acabou por estimular a prática do aleitamento materno ou artificial, em detrimento do uso de amas de leite.⁴¹¹ Tais embates em torno da amamentação natural ou mercenária fogem a análise aqui empreendida. Interessa enfatizar, entretanto, que a interpretação dessas e outras polêmicas não deve deixar de perceber a multiplicidade de visões e representações que eram construídas em torno da ama-de-leite, e muito menos de perceber como estas ressignificavam essas representações.

6.4 Mucamas

No conjunto geral das criadas, as mucamas apresentam situações especiais. A imagem mais comum que se tem delas refere-se ao luxo com que eram vestidas e à intimidade que desfrutavam junto da família. Afinal, eram as amas de leite e as mucamas o que se define como “*criadas pessoais*”, uma vez que serviam diretamente a um membro do lar. Era comum a mucama servir a uma sinhazinha adolescente, para quem devia fazer um sem número de pequenas coisas a todo o momento: cuidar dos penteados, dos broches, dos vestidos, das jóias, catar piolhos (ou fazer cafunés, como quer Gilberto Freyre), ouvir seus segredos (e assim compartilhar experiências), entre outras. Enquanto o grosso das criadas de uma casa abastada ficava mesmo na cozinha, espaço onde havia inúmeras atividades a desempenhar, a chamada “*mucama de confiança*” freqüentava os espaços íntimos das alcovas.⁴¹²

As mucamas responderiam a uma necessidade que as famílias abastadas sentiam de dar à sinhá-moça uma companhia vigilante que acabava por dividir com ela o confinamento dos muros domésticos. Não é por acaso que só encontramos, em mais de duzentos anúncios de fugas de escravas, apenas dois casos cujos anunciantes afirmam que se tratava de mucamas. Uma havia fugido da casa do temido Coronel Bento José Lamenha Lins no dia 31

⁴¹¹ Para um estudo que percebe que as polêmicas em torno da amamentação como vinculadas a um projeto de família nuclear e construção de uma intimidade doméstica, e como pertencentes a um sentimento que visava normatizar as trabalhadoras em geral, cf. SILVA, Eliane Moura da. *Trabalhadora normatizada: mãe, esposa e dona-de-casa reguladas*. Pp. 35-46. **História**, São Paulo, vol. 5/6, 1986-1987.

⁴¹² Em linhas gerais, é essa a representação deixada por FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Op. Cit., pp. 339-340.

de dezembro de 1848, à noite. Seu nome era Antonia do Rozario, tinha de 18 a 19 anos e, segundo ele, “*levou vestido preto com pinturas brancas; (...) era de altura regular, dentes alvos, sadia, muito ladina*”.⁴¹³ A outra também havia fugido da casa de um militar, o Major Gusmão, mas destoava um pouco do que se espera de uma mucama: tinha já 40 anos, e era também perfeita engomadeira, costureira, cosinheira e doceira, além de ser “*optima mucamba*”.⁴¹⁴ A idade estava bem avançada para uma mucama, que normalmente eram adolescentes ou pós-adolescentes. Mas, assim como uma mucama devia andar bem vestida, ela levava consigo “*boa roupa, bem como roupões, vestidos, matetes, etc., anda calçada e inculca-se forra*”, e apesar da idade, ela era “*bem parecida*”. É provável que Joaquina – esse era o seu nome – uma africana de não Angola, tivesse combinado sua fuga com uma outra criada do major que havia fugido um mês antes dela, no dia 27 de fevereiro de 1863, enquanto Joaquina fugira no dia 28 do mês seguinte. O major Antonio da Silva Gusmão estava efetivamente perdendo o controle sobre suas escravas domésticas. Segundo ele, a mucama poderia estar “*em alguma casa com o titulo de ama*”. Isso não era improvável, dado as diversas habilidades que ela possuía. Mas o menor índice de fugas de escravas mucamas não são resultado apenas do maior confinamento e vigilância que sobre elas recaíam, pois o número de mucamas escravas devia ser bem pequeno mesmo, já que era um tipo de escrava de luxo, e poucas famílias tinham status suficiente para ostentar uma criada dessas. Uma vez que uma função indireta das mucamas era também o de demonstrar o status da família senhorial, elas deviam sempre se apresentar bem paramentadas junto da filha de seus senhores.

Esse tipo de criada devia se diferenciar em relação às demais seja pela beleza, seja pela educação. Eram escolhidas entre as que tinham melhor aparência e, para os padrões da época, era sobretudo entre as crioulas ou mulatas que se buscavam as mucamas, embora a documentação traga raros exemplos de mucamas de nação Angola e Benguela também

⁴¹³ Ver D. P., dia 03/01/1849. O Coronel Bento José Lamenha Lins havia chegado, na década de 1830, ao posto de Comandante das Armas da província, e era uma importante autoridade de convicções absolutistas. Ficou famoso por lutar contra os republicanos da Confederação do Equador. Cf. ANDRADE, Manoel Correia de. **Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrada**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998, p. 55.

⁴¹⁴ Mucamba, ao que sugere, era apenas um outro nome dado às mucamas. Outro termo também encontrado foi o de mubanda ou mumbanda. Para esses dois últimos termos, ver os dias 02/03/1841 e 31/03/1842. E para a fuga de Joaquina, ver o D. P., dia 30/03/1863.

usadas para esse fim.⁴¹⁵ Alguns anunciantes afirmavam mesmo que sua escrava era boa pra mucama “*pela sua figura*”.⁴¹⁶ A educação também devia ser especial. Um/a anunciante pôs à venda uma “*molatinha escura de idade de 13 annos, com algumas habilidades, muito bem educada, e por isso optima para mocama, (...)*.”⁴¹⁷ Deixou claro, enfim, que o ofício de estava diretamente relacionado à boa educação. Outro anunciante vendia uma escrava parda de 19 anos, que além de ter “*corpo regular e presença vistosa*”, seria ótima para mucamba – estava assim no original – e que “*por isso tem sido creada sempre recolhida e com todo recato (...)*.”⁴¹⁸ Alguém que desejava comprar uma mucama de 16 a 18 anos de idade afirmou que aceitava uma “*com habilidades ou sem ellas, com tanto que seja honesta, e de muito bonita figura*”.⁴¹⁹ Aqui opera para o interesse do comprador menos habilidades propriamente ditas, do que a sempre recorrente menção à honestidade e beleza, os requisitos mais procurados numa criada desse tipo. A criação e educação de uma boa mucama deviam ser pautadas por alguns valores caros à elite senhorial: recato, honestidade, recolhimento. Ela devia, em suma, parecer-se o quanto possível com o grupo no qual era inserida. Esse era o preço a ser pago para usar os vestidos custosos, os adornos, e desfrutar da intimidade doméstica de seus senhores/as. Toda essa aculturação que se materializava nos símbolos materiais usados e nos espaços percorridos da casa, não isentava a mucama de conhecer de perto os interditos patriarcais e escravistas, sendo “*sujeitas mais diretamente aos caprichos da ama e do senhor*”, e “*muito mais fiscalizadas*”.⁴²⁰ Segundo Graham, havia algumas vantagens também em ser mucama ou ama:

As criadas pessoais – camareiras e amas-de-leite – podiam aspirar a ser recompensadas com afeição ou confiança. (...) Ser uma mucama trazia recompensas tangíveis – entendidas como tais por ambos os lados – em retribuição por um serviço apreciado: podiam receber um atavio ou ornamento que significasse um status especial, como, por exemplo, um lenço de seda para atar o cabelo ou um par de chinelas; uma excursão ou, às vezes, até uma longa

⁴¹⁵ Ver D. P., dias 16 e 17/03/1840.

⁴¹⁶ Ver D. P., dia 31/03/1842, onde há uma mulata de 20 anos, que cozinhava, costurava, engomava, e era “*propria para todo o serviço*”, mas que seu senhor salientou que poderia servir ainda como mumbanda (esse foi o termo utilizado) “*pela sua figura*”.

⁴¹⁷ Ver D. P., dia 28/03/1840.

⁴¹⁸ Ver D. P., dia 24/01/1862. A mucama ainda sabia costurar, ensaboar e engomar alguma coisa.

⁴¹⁹ Ver D. P., dia 18/03/1864.

⁴²⁰ Cf. COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 297.

*viagem (...); ou, talvez, um casamento com o escravo preferido do patrão. Por serem as mais privilegiadas dentre as criadas, (...) embora fossem escravas, podiam talvez esperar a alforria.*⁴²¹

A preocupação exacerbada com o comportamento da mucama se devia à sua maior proximidade com a sinhá-moça, que deveria, pensava a elite, ficar a salvo da corrupção, dos vícios que os negros e negras supostamente teriam. Muitos desses escravos e escravas conheciam as ruas e seriam elementos corruptores da recatada e casta sinhazinha. A mucama, enquanto criada de confiança, não deveria ter moral duvidosa, e sua educação tinha de ser rígida o suficiente para torná-la uma companheira inócua para a filha da família. As mulheres de cor, sobretudo as que saíam às ruas, não tinham uma moralidade confiável para as exigências de senhores e patrões ciosos de manter o véu que separava a sua casa da rua. Assim, as mucamas deveriam ser, acima de tudo, educadas com recato e, como dizia a linguagem da época, *recolhidas*.⁴²² Essa era a virtude fundamental.

O uso de mucamas, restrito como era ao grupo mais bem situado economicamente, parece ter tendido a diminuir ao longo do século XIX, no Recife. Os dados disponíveis entre 1840 e 1870 – e que são em sua ampla maioria os *Avisos Diversos* do Diário de Pernambuco – sugerem mesmo essa tendência. Foi na década de 1840 onde se encontrou o maior número de registros à presença dessas criadas. O encarecimento da mão-de-obra escrava após a cessação do tráfico internacional (1850) pode ter feito as famílias recifenses a reverem suas prioridades domésticas. O caso já citado acima de um comprador de uma mucama ainda em 1864 não anula essa idéia. De qualquer forma, como é de se esperar, as residências do meio urbano recifense, em sua maioria, visavam supri-las com criadas mais urgentes: cozinheiras, engomadeiras e lavadeiras. Criadas de luxo como copeiras ou mucamas não pertenciam ao grupo prioritário e essencial das criadas que efetivamente pegavam no pesado.

As representações das mucamas até agora discutidas mantêm uma certa homogeneidade, e dizem respeito aos atributos mais procurados numa criada desse tipo. Mas ao longo do período aqui analisado, à medida que o discurso abolicionista ganha ressonância nacional, os escravos e escravas em geral vêm mudar o conjunto de representações que recaía sobre eles/as. Os abolicionistas se assumem, então, enquanto porta-vozes dos anseios

⁴²¹ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 61.

⁴²² No D. P., dia 17/03/1840, vendia-se uma “*escrava moça, do gentio de Angola, cozinha, engoma, boa costureira, sem vicio algum, e boa para mucamba; pois e recolhida no Pateo de S. Pedro.*”

dos escravizados, conquanto lhes retire a voz própria. Esse é um dos sentidos que assume o texto do escritor Joaquim Manuel de Macedo: destina-se a convencer os senhores do mal que é a escravidão, e da necessidade de extirpá-la do meio social brasileiro.⁴²³ Como salienta Lilia Moritz Schwarz, ao analisar os jornais paulistas do século XIX:

*o negro violento e imoral de outros momentos ganhava aos poucos uma nova representação: a de vítima que denunciava uma situação. Ou seja, culpado ou inocente, o “negro infeliz” basicamente sofria as ações ou então era uma “conseqüência” da situação.*⁴²⁴

As mucamas dificilmente poderiam ser associadas à violência no sentido estrito do termo. Joaquim Manuel de Macedo, todavia, na novela *Lucinda, a Mucama*⁴²⁵, será capaz de desmanchar todo um quadro de representações que era associado a essas serviçais. Se representações anteriores salientavam sua boa educação, seus bons costumes, o recolhimento que as aproximava das mulheres brancas da casa, o autor criará um perfil abominável de Lucinda para impressionar a elite a não confiar em escravos domésticos ou qualquer outro. Nem mesmo naqueles que, como as mucamas, eram considerados de confiança. A escolha de uma mucama para encerrar a série de três novelas do livro não foi mero acaso: o autor mostrava com isso que a escravidão era torpe o suficiente para tornar qualquer pessoa a ela submetida, mesmo uma mucama preparada pelas mãos da própria elite escravista, em algóz da família senhorial. E por isso, esta devia desconfiar de todo e qualquer criado/a escravo, sobretudo dos mais íntimos.

Tentaremos resumir os episódios principais da longa novela com a máxima fidelidade às intenções do autor, no sentido de tornar visível a própria construção que ele faz da imagem da criada. Tudo começa quando a pura e virgem Cândida, filha de um rico negociante de uma pequena cidade da província do Rio de Janeiro e de uma “*honestasenhora*”, completa o seu décimo primeiro aniversário e é presenteada pelo padrinho com uma escrava crioula de 12 anos idade: “– *Trago-te uma escrava quase da tua idade, a quem mandei ensinar de propósito para ser tua mucama.*” À pergunta de Cândida sobre as habilidades que possuía, Lucinda responde: “– *Engomo, coso, penteio, e sei fazer bonecas.*

⁴²³ Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. **Vítimas-Algozes: quadros da escravidão**. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1991. Livro composto por três novelas, e publicado originalmente em 1869.

⁴²⁴ Cf. SCHWARZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 183.

⁴²⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. Op. Cit. Ver sobretudo a novela *Lucinda, a Mucama*, pp. 153-314

*O rosto da menina radiou de júbilo.*⁴²⁶

A visão de Macedo, entretanto, era a de que Lucinda já era corrupta pela própria escravidão que fez dela “*uma vítima da opressão social, uma onda envenenada desse oceano de vícios obrigados, de perversão lógica, de imoralidade congênita*”.⁴²⁷ Cândida conservava a pureza angelical, a “*perfeita inocência*”, pois até então havia sido criada por uma *honrada* ama livre. Mas esta teve de casar, e então deixara de ser a companhia da menina. Em breve, entretanto, a curiosidade natural da donzela, junto da presença corruptora da mucama, fará uma curiosa inversão de papéis: a senhora-moça se tornará dependente e quase escrava de sua mucama. Esta fica demasiado íntima de tudo que concerne à sinhá-moça, pois toma conta de sua roupa, veste-a, despe-a, faz os penteados, e vai aos poucos conhecendo o corpo e a alma dela. Representações antitéticas e maniqueístas são construídas: charco (*sensualidade brutal*) X fonte límpida (*pureza*); uma “*quase mulher*” X uma “*inocente menina*”. Lucinda havia sido de fato educada por uma senhora viúva, professora particular de instrução primária na Corte. Embora o esforço da mestra em evitar as saídas à rua, Lucinda aprendera algo mais do que as prendas do ofício. As aprendizes de mucamas dormiam em uma única sala, e algumas eram bem mais velhas do que Lucinda. Foram elas que lhe deram “*as lições de sua corrupção, de seus costumes licenciosos, e a inoculação da imoralidade*”. (p. 167).

O autor, portanto, tenta convencer a elite a desacreditar na tão elogiada educação conferida às mucamas. Macedo sabe como falar a esse grupo, e recorre a imagens bíblicas caras ao universo cultural de seus leitores: “*A curiosidade impelia essa mimosa filha de Eva [Cândida], e à porta do paraíso da câmara nupcial virginal dormia a serpente da perdição [Lucinda]*.” (p. 172). No decorrer do texto, de fato, o autor põe na boca de Lucinda palavras insidiosas e dissimuladas, como a demonstrar a intencionalidade consciente de atos calculados, onde conversas eram interrompidas em pontos devidamente escolhidos para estimular a curiosidade para um fenômeno novo relativo à sexualidade, ao corpo feminino e a uma série de temas correlatos. A escrava Lucinda sabia fingir e dissimular suas intenções, e ensina a menina a mentir aos próprios pais. E, aos poucos, vai conduzindo Cândida à desonra, ao que Macedo chama de “*suicídio moral da donzela*”. A preta, sem honra pela sua

⁴²⁶ Idem, *ibidem*, p. 157.

⁴²⁷ Idem, p. 160.

própria condição de escravizada, conduz a adolescente branca ao abismo da desonra (p. 187).

Cândida vai se tornando, aos poucos, namoradeira, logo indigna do amor casto e discreto de Frederico – filho de amigos ricos da família de Cândida, e criado pelo leite da própria mãe da menina. Um amor um tanto incestuoso, porque cultivado no interior de estreitos laços familiares. O autor atribui à mucama a intenção deliberada de tentar sexualmente o irmão de Cândida, Liberato. Isentava-se assim o senhor-moço de um ato que, na verdade, era bem mais freqüente: o ímpeto dos filhos-família da casa senhorial em possuir sexualmente as escravas domésticas. Macedo inverte o local da sedução para polarizar sobre Lucinda toda a carga de lascívia e imoralidade (p. 198).

A mucama, ao saber do desejo secreto de Florêncio da Silva – pai de Cândida – em casar Cândida com Frederico – ela tinha “*o ouvido curioso e indiscreto de escrava*” – trama para que essa alegria não seja dada à família, e busca afastar os dois e conseguir um noivo apenas rico e sem nobreza, no intuito de ser futuramente a rainha de um lar onde a lascívia dos escravos iria imperar. Enfim aparece um francês chamado inicialmente de Souvanel, mas que só tardiamente vão descobrir tratar-se de um falsário e ladrão fugitivo da França, e cujo verdadeiro nome era Paulo Dermany. Mestre de canto, envolvente e sedutor, sabia estimular a vaidade e os ímpetos romanescos da donzela cuja alma já havia sido desonrada – o que, para o *nobre mancebo* Frederico, já a tornava uma “*mulher indigna*”. (p. 220). Cresce então a paixão da menina, e Dermany planeja amealhar a riqueza da família. Não demorará muito e a mucama fará a desgraça de sua senhora de conluio com o francês. Lucinda deseja e arquiteta a ruína da família, mas sempre com falsidades e trejeitos estudados para não demonstrar as reais intenções. Abre-se o caminho para a luta travada “*entre o anjo e o demônio*”; entre Frederico – homem livre e moralizado que se sacrificava nobremente para salvar a honra da amada, mas que, com a descoberta que fizera de seu amor pelo francês, tornara-se sua “*irmã*” – e a mucama – mulher escrava e pervertida, “*sem educação zelosa dos costumes*” (p. 242).

Enquanto Frederico viaja para saber toda a verdade acerca de Souvanel (Dermany), sua origem, seu passado, Cândida fica sob a influência de Lucinda, que insufla a sua sensualidade ainda mais. Outra arma usada pela mucama foi tentar desmoralizar Frederico ante sua senhora. Com calúnia, afirmou que ele a havia tentado sexualmente. Entretanto, era

ela e o próprio Dermany que mantinham relações sexuais. Tinha obtido do falsário a promessa de alforria após o casamento com Cândida, além de continuar sendo seu amante. O plano era fazer com que Dermany desonrasse sua senhora para, depois, reabilitá-la pelo casamento. Macedo, enfim, em um momento clímax da novela, faz a mucama entregar literalmente o corpo de Cândida ao amante traiçoeiro. Ela calcula a situação, prepara o leito, apaga a luz, monta o cenário onde Cândida perderá definitivamente a honra. (p. 265).

Cândida estava perdida, e o sentimento de culpa lhe assaltava. Percebia agora como tudo ocorrera, apesar do desmaio que antecedeu ao ato. De forma teatral, dramática e novelesca, Macedo reconstrói a cena na memória da “*vítima indefesa*”:

Cândida via finalmente Souvanel, trazido pela mão da escrava até o seu leito, e via ainda a escrava chegar-se à vela... estender o pescoço... retrai-lo depois... voltar o rosto e com olhos ardentes, com dous braseiros nos olhos contemplar Souvanel e a vítima indefesa... e imediatamente estender de novo para a vela o pescoço negro, e, malvada, apagar a luz!...

*A escrava! A mucama escrava!...*⁴²⁸

Seguindo uma tese que defenderá em todas as novelas da obra, Macedo busca demonstrar que Lucinda não tinha a “*maior culpa*”, mas sim a escravidão que a corrompera: “*porque não pode haver moralidade, honra, culto do dever na escravidão, que é a negação de tudo isso*”. Aqui Macedo exacerba algo que já está no imaginário de seus leitores: mulheres escravas não têm honra. O imaginário da época ia até mais além, e negava a honra até a mulheres negras e pardas, forras ou livres. Claro que essa representação era minorada quando se tratava de valorizar sua propriedade em anúncios de venda e aluguel publicados nos jornais. Senhores/as que vendiam ou alugavam suas escravas, e mesmo compradores e locatários, construía outras representações procurando tirar as máculas de desonra e de “*vícios*” que impregnavam as escravas. Como vimos, reafirmar a honra, a moralidade, os bons costumes era uma necessidade que toda a sociedade sentia, embora negras e pardas tivessem ainda mais dificuldade de reforçar esses atributos pela linguagem.

⁴²⁸ Idem, p. 267. Não é apenas nessa passagem do texto, mas em todas as três novelas Macedo faz uso de inúmeros clichês com a intenção de impressionar o leitor. Sobre as novelas de Macedo, Regina Zilberman conclui: “*Poucas novelas de nosso romantismo reuniram tantos clichês em tão poucas páginas.*” P. 132. Cf. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz; ou: quando a história se faz na voz de seus agentes*. Pp. 119-136. In, DECCA, Edgar Salvadori de. LEMAIRE, Ria. **Pelas margens: outros caminhos da literatura e da história**. Campinas; Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da Universidade-UFRGS, 2000.

Macedo conclui que a sociedade é “*a maior criminosa*”, por aproximar a desmoralização (a mucama) da inexperiência (a donzela). (p. 268). Seguir os conselhos do autor é afastar da família senhorial qualquer vestígio da escravidão. Nesse caso, as escravas mucamas deveriam ser inapelavelmente alijadas da alcova das “*donzelas*” da burguesia branca. A escravidão, para Macedo, seria tão nociva à classe dominante, que ela lograva inverter os papéis entre escravos e senhores. Estes se tornavam escravos dos escravos, pela dependência que os ligava. Cândida, mesmo depois de atraída pela mucama, não pode lhe fechar a porta do quarto, para não despertar a suspeita dos pais. Ela não tinha mais “*força moral*” para isso, e tornara-se escrava daquela que lhe conhecia seus segredos. Para Macedo, o mal está dentro de casa, dentro da própria alcova, e isso devia assustar a classe dominante a ponto de fazê-la banir a escravidão.

Depois do incidente trágico em que perdera a honra, Cândida sofre com o arrependimento. Desesperada, julgava que não devia casar-se nunca, “*viver sem esperança da vida única da senhora honesta.*” (p. 278). Com o desenrolar dos acontecimentos, Dermany, já desesperado, planeja raptar Cândida para forçar seus pais a salvar a honra da filha pelo casamento, aproveitar a proteção do sogro poderoso diante da justiça, conseguir o dote e viajar para os Estados Unidos abandonando Cândida. Esta, já desatinada, presumindo estar grávida, e insuflada pela mucama, foge de casa, deixando a família angustiada. Na entrada do cortiço do Rio de Janeiro em que se instalara com Dermany e a mucama, Cândida, vergonhosa, ouvia as “*observações rudes e desrespeitosas*” de “*homens e mulheres que encontrava*”, de “*Indivíduos de ambos os sexos, todos vestidos pobremente, (...) galhofando grosseiramente*”. É aqui que Macedo mais diretamente transfere para os pobres em geral, habitantes de cortiço – não verbalizou diretamente, mas provavelmente deviam ser negros e negras em sua maioria –, a imoralidade que antes restringira aos escravos/as. Não era mesmo preciso fazer essa transposição de modo tão direto, os seus leitores o fariam após a Abolição, associando pobreza à imoralidade, a vícios de toda ordem. Como a maioria dos pobres era composta por negros e pardos, vê-se que a imagem negativa que Macedo constrói sobre os escravos (vítimas/algozes da escravidão) será rapidamente generalizada para toda a população negra e mestiça que povoava a sede do governo republicano.⁴²⁹

⁴²⁹ Para a visão extremamente negativa da elite sobre os moradores dos cortiços no Rio de Janeiro pós-Abolição, ver o CHALHOUN, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Verificar particularmente o cap. 1, intitulado *Cortiços*.

O desfecho da novela exalta o valor, a nobreza do homem branco *alto* que purifica a mulher pecadora Cândida pelo casamento. Ela se deixara influenciar pela torpe influência da escrava. Ele mantivera-se altivo e a salvara da desonra. Cândida não havia engravidado, portanto a prova material da desonra não existia. Dermany seria finalmente preso, a mucama e o pajem – que, embora sendo da confiança do pai de Cândida, também estava envolvido na história – foram abandonados às autoridades policiais após serem presos. A família *bania* enfim a escravidão de seu seio.

A narrativa de Joaquim Manuel de Macedo se encontra na fronteira entre a ficção e a história. O escritor propõe, desde o início, ater-se a fatos, a verdades conhecidas pelos leitores: “*Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis*”.⁴³⁰ Constrói um texto não “*verdadeiro*”, mas crível para os seus leitores, porque repleto de códigos, de símbolos inteligíveis constituintes do universo cultural da classe dominante. A escravidão doméstica como um todo é o alvo maior da novela *Lucinda, a Mucama*. Flora Süssekind compreende a narrativa de Macedo como um romance de tese, porque subjacente ao ato da escrita há uma idéia apriorística que se vai reforçar no desfecho. Não há surpresas, e o leitor antevê o passo seguinte do escritor.

Contrapondo a Lucinda de Vítimas-Algozes às “*muito bem educadas*” mucamas do Diário de Pernambuco, percebe-se o esforço de Macedo em desconstruir uma representação da própria elite que respaldava a relação íntima que se tinha como necessária entre mucama escrava e sinhá-moça. Ora, Macedo intuiu bem, para o padrinho da pura menina de 11 anos, oferecer a ela uma mucama devidamente ensinada era mesmo um presente. Macedo então, inverte, e afirma que ele pôs um *demônio* junto de um *anjo*, o *charco* junto da *fonte límpida*. A narrativa, antes de ser uma evidência, uma verdade absoluta posta e indiscutível, é antes a comunicação dos medos senhoriais e dos preconceitos da própria elite que mantinha uma relação um tanto ambígua (mas talvez inevitável) com seus criados e criadas escravos: concessão e castigos, confiança e medo se entrelaçam, e Joaquim toma o pólo do medo branco para exacerbar ao extremo. O texto ficcional de Macedo, como o texto do

⁴³⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. Op. Cit., p. 1. Para uma leitura e um exercício de percepção dessas fronteiras entre a narrativa literária e a narrativa histórica, ver DECCA, Edgar de; LEMAIRE, Ria. (orgs.) Op. Cit.

historiador, pretende ter estatuto de verdade. Se era “verdadeiro” ou não, isso pouco importa. Importa pensar se ele era crível para seus contemporâneos. Tudo indica que sim.⁴³¹

6.5 Cozinheiras

Os serviços *portas a dentro*, como demonstrou Sandra Graham, giravam em torno dos inúmeros afazeres da cozinha, que era o centro das preocupações domésticas.⁴³² Não podia deixar de ser. A cozinha, o preparo de alimentos enfim, sem que o percebamos, toma importante tempo da vida cotidiana. É nesse espaço onde se desenvolve a “*arte de nutrir*”, através de uma sucessão interminável de gestos. E *gestos* ainda não é a palavra, porque cozinhar não é só uma sucessão de gestos, é uma arte que envolve memória, cálculo e inúmeras competências. Enfim, são utilizados “*todos os recursos da inteligência e da memória*”.⁴³³ A sensibilidade de Luce Giard compreendeu magnificamente o quanto o cozinhar é elemento constitutivo indispensável da vida cotidiana, envolvendo saberes que não devem ser desprezados. As cozinheiras, com suas habilidades manipulatórias, com suas combinações, quando entram na cozinha mostram-se portadoras de uma “*inteligência sutil, cheia de nuances, de descobertas iminentes, uma inteligência leve e viva que se revela sem se dar a ver uma inteligência bem comum*”.⁴³⁴ O/a historiador/a, entretanto, mesmo que reconheça essa *inteligência bem comum*, irá confrontar-se com a dificuldade imensa em reconstituir os gestos dessas mulheres. Uma dificuldade inerente à invisibilidade documental que recai sobre os afazeres cotidianos da cozinha. Talvez tais gestos sejam irrecuperáveis de todo, e devemos contentarmo-nos apenas com algumas pistas, e extrair delas o máximo de inferências possível. Aqui nos deparamos com essa dificuldade. No entanto, ela não nos

⁴³¹ A situação se passa mais ou menos como o Cristóvão Colombo de Todorov, que tinha crenças que muito influenciavam na elaboração de suas cartas e diários dirigidos aos reis de Espanha. Não importa se esses registros eram verdadeiros ou não, mas se eram verossímeis para os interesseiros espanhóis que os liam. Se eles acreditam que nas terras descobertas e por descobrir há ouro, então Colombo afirma tê-lo visto, e em abundância. Não são relatos mentirosos, mas que atendem às expectativas do leitor, e que têm muito das crenças do próprio narrador. Cf. TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴³² GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 45.

⁴³³ Para a expressão ‘*arte de nutrir*’ e as reflexões sobre os gestos intermináveis das cozinheiras, Cf. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. As citações estão em GIARD, Luce. ‘*Cozinhar*’. P. 269 e 270.

⁴³⁴ Idem, *ibidem*, p. 220.

impediu de tentar reconstituir parte do quadro cotidiano e social onde as cozinheiras atuavam.

As inteligências múltiplas envolvidas no ato de cozinhar, entretanto, para se desenvolverem com criatividade, dependem de muitos fatores: alimentos disponíveis, dietas prescritas ou livres, se a comida elaborada é para uma instituição ou para uma casa de família, o número de pessoas para quem se cozinha, e assim por diante. No Recife do século XIX, esses fatores influenciavam restringindo ou estimulando a inventividade culinária. A alimentação encontrada nos lares mais abastados e a alimentação destinada aos detentos da Casa de Detenção do Recife, por exemplo, como é de se esperar, não estimulavam do mesmo modo as habilidades operatórias das cozinheiras. Os patrões e patroas particulares, e senhores e senhoras de escravas, em suas casas, exigiam competências diversas de uma cozinheira, mas o mesmo não pode ser dito para aquelas empregadas nas instituições.

E preciso reconhecer, todavia, que mesmo nas casas particulares, nem sempre a cozinheira era contratada unicamente para exercer esse ofício. Os *Avisos Diversos*, seção do Diário de Pernambuco que veiculava os anúncios de contratação de cozinheiras e demais domésticas, deixam claro que cozinhar era uma atividade associada amiúde a de engomar, lavar, costurar e comprar. Por isso os anúncios costumeiramente exigiam que elas fizessem “*o mais serviço de casa*”.⁴³⁵ (D. P., 02/03/1867). As associações poderiam tomar diversas formas: cozinhar/engomar/lavar; cozinhar/costurar/engomar; cozinhar/comprar/engomar, entre outras semelhantes. Nesse sentido, os ritmos da cozinha não podiam seguir uma seqüência ininterrupta de gestos culinários destinados apenas aos cuidados e as atenções necessárias ao ato de cozinhar. As cozinheiras tinham, enfim, de dividir sua atenção com outros afazeres diários.

Patrões e patroas melhor situados economicamente, e amantes da boa comida, entretanto, contratavam cozinheiras estritamente para a função, e por isso exigiam um desempenho que agradasse.⁴³⁶ Enquanto havia quem exigisse das criadas/os saber cozinhar “*pelo menos o diário de uma casa de pouca família*”, outros exigiam que as criadas fossem

⁴³⁵ Mesmo mulheres que se ofereciam para cozinhar, talvez para valorizar as suas habilidades, afirmavam fazer mais do que cozinhar. Uma mulher branca, de 20 anos, oferecia-se para costurar, cozinhar, engomar e ensaboar. Ver D. P., 16/03/1854.

⁴³⁶ Em Salvador, tal como ocorria no Recife, as casas mais abonadas preferiam contratar cozinheiras especializadas. Cf. SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal da Bahia, 1994, p. 38

“*perfeita cozinheira*” ou “*perita*” (D. P., 10/03/1854; 12/03/1867; e 25/03/1869). Essa perfeição incluía, entre outras habilidades, saber fazer doces e todas as qualidades de massas.⁴³⁷ Uma escrava que estava sendo alugada por seu senhor ou senhora foi descrita como “*muito boa cozinheira, boleira, doceira e engommadeira*” (D. P., 14/03/1865). Iguarias apreciadas e tradicionais, os bolos e doces pertenciam àqueles tipos de alimentos que deviam ser preparados com esmero.⁴³⁸

Uma preta forra – como a cozinheira se identificou – oferecia-se para lavar, engomar, além de “*cozinhar de forno e fogão, e fazer alguns doces*”, e por isso pedia um salário mensal de 25\$000 réis (D. P., 27/03/1861). O salário cobrado não era exorbitante, embora houvesse algumas escravas cozinheiras alugadas por 20\$000 réis no mesmo período. Um ano atrás, entretanto, um/a anunciante oferecia os mesmos 25\$000 réis pelo aluguel de uma escrava que soubesse apenas cozinhar (D. P., 15/03/1860), enquanto a mulher forra oferecia muito mais pelo mesmo valor para se engajar no mercado de trabalho. As habilidades de uma cozinheira, a preta forra disse bem, eram medidas por sua habilidade em manusear o fogão e o forno, já que esses eram os equipamentos essenciais ao preparo dos alimentos. Segundo Sandra Graham, os fogões a lenha ou carvão e os fornos de barro foram substituídos por fogões de ferro na década de 1880.⁴³⁹ A introdução dos fogões a gás se deu de forma paulatina e irregular, e entre 1840 e 1870 os alimentos continuavam sendo preparados em fogões de lenha ou carvão.⁴⁴⁰

⁴³⁷ A cozinheira que um/a anunciante situado/a na rua da Cadeia do Recife procurava precisava saber bem mais do que o *diário de uma casa*. Desejava uma ama “*que saiba cozinhar e engommar, preferindo-se uma que trabalhe em massas e doces*”. D. P., dia 25/01/1862.

⁴³⁸ Para uma descrição dos tipos de doces e bolos tradicionais preparados na culinária nordestina, Cf. LIMA, Claudia. **Tachos e panelas: historiografia da alimentação brasileira**. Recife: Ed. da Autora, 1999, pp. 197-199. Uma mulher que se dizia “*chegada há pouco da Várzea*”, uma freguesia relativamente distante do núcleo central da cidade, afirmava “*fazer todas as qualidades de doces*”, e assim visava convencer algum homem solteiro a contratá-la como ama. Também engomava. Ver D. P., dia 18/03/1854. Homens cozinheiros também ofereciam seus serviços garantindo sua competência: “*Offerece-se um homem para cozinheiro de qualquer casa, que sugêta-se (sic.) a fazer as compras necessarias para a casa, assim como da oito dias grátis para o pretendente entrar no conhecimento da perfeição e limpeza (sic.) do dito cozinheiro, e dá fiador a sua conducta; quem precisar annuncie.*” Ver D. P., dia 02/03/1841.

⁴³⁹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 46. A autora frisa: “*As criadas que cozinham demonstravam ampla competência não apenas nos pratos que preparavam mas também no equipamento que usavam. Visto que cozinhar requeria ou o fogão ou o forno, a perícia de uma cozinheira era julgada de acordo com seus conhecimentos de forno e fogão.*”

⁴⁴⁰ Para Maria Izilda Santos de Matos, “*As transformações no espaço “portas adentro” ocorriam de forma lenta, irregular e resistente. O cotidiano do trabalho na cozinha foi se alterando com a paulatina introdução dos fogões a gás.*” P. 129. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit.

Uma boa cozinheira poderia cozinhar bem não só para um homem solteiro, como para uma família com pelo menos 4 ou 5 membros. Uma família grande, em geral, exige maior diversidade de pratos e, no mínimo, maior presteza na execução das tarefas. Uma mulher que desejava se empregar como cozinheira precisava apresentar suas qualificações de maneira a convencer o leitor de sua competência. Uma ama que se oferecia para “*todo o serviço de cozinha*” asseverou preparar muito bem “*qualquer jantar por maior que seja, faz toda diversidade de comida*” (D. P., 27/03/1863). De resto, ainda disse que engomava “*sem falta*”. Ou seja, se havia cozinheiras que cozinhavam apenas “*o diário de uma casa*”, “*o ordinário*”, outras apresentavam sabiam elaborar um cardápio mais variado, atendendo às necessidades de uma família numerosa, e mesmo das possíveis visitas que eventualmente aparecessem. Entre as inúmeras competências exigidas, uma boa cozinheira saberia ainda refinar açúcar, como é o caso de uma escrava de nação Baca, posta a venda. Segundo seu senhor ou senhora, ela era uma perfeita cozinheira do “*diário de uma casa*”, e além disso era “*boa refinadeira de assucar*” (D. P., 16/03/1840).

Quanto às condições de trabalho, as cozinheiras tinham de suportar o calor e a fumaça que emanavam das achas de lenha queimando, e erguer pesados tachos e caldeirões de ferro. Elas mesmas partiam a lenha. As cozinhas dos sobrados não eram das mais confortáveis. O trabalho era sujo e pesado, e requeria experiência para ser executado.⁴⁴¹ Por isso os contratadores de escravas sob aluguel, de forras e livres pobres, mantinham uma nítida preferência por mulheres de meia idade, que ainda tinham forças para suportar o trabalho além da experiência no ofício.⁴⁴² Já nos arrabaldes da cidade, se os patrões fossem abonados o suficiente para possuírem imensas casas térreas, as cozinhas se situavam do lado de fora, onde a circulação do ar minimizava o intenso calor e o odor de fumaça.⁴⁴³ Entretanto, eram minoria as famílias que podiam se instalar nesses espaçosos arrabaldes, pois a população ainda era muito concentrada nos bairros principais do Recife, Santo Antonio e Boa Vista.

⁴⁴¹ Cozinha e sujeira eram inseparáveis na descrição que um senhor ou senhora faz de sua escrava fugida, uma preta Cassange: “*Esta preta sempre tem sido de cozinha e que por isso anda porca*”. Ver D. P., dia 06/12/1849. Essa escrava devia, provavelmente andar com a roupa toda engordurada e enfumaçada.

⁴⁴² Os dados que dispomos referentes a maior preferência por amas cozinheiras de meia idade corroboram com Maria Izilda Santos de Matos, que percebeu o mesmo fenômeno para as cidades de Santos e São Paulo de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX: “*Já as mulheres de meia idade eram mais valorizadas pela confiabilidade e competência para o serviço, além de causarem menos problemas, como ficarem grávidas ou trazerem filhos pequenos consigo.*” P. 161. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit.

⁴⁴³ Ver casas situadas nos distantes bairros da Madalena e da Torre, postas a alugar nos dias 29 e 31/03/1862.

Apesar das cozinhas não serem suficientemente higiênicas, os patrões e senhores exigiam das cozinheiras que fossem limpas e asseadas com a comida. No dia 30 de março de 1868, um/a anunciante procurava uma cozinheira e alertava: “*sendo bem limpa, paga-se bem*” (D. P., 30/03/1868). Outro locatário, um homem solteiro, é ainda mais exigente: “(...) *a qual não tenha filhos e nem pessoa alguma em sua companhia, que não tenha preguiça nem certas fidalguias e malcriações, que seja muito fiel e aceiada em todo o serviço da casa, com especialidade da comida*”. (D. P., 20/03/1855). Esse anúncio, já citado nesse ensaio em outra ocasião, demonstra até que ponto podia chegar o nível de exigência dos patrões e patroas. Sugere ainda que, de fato, havia criadas que podiam ser “*malcriadas*”, e que, no caso de trabalhos excessivos, conseguiam arrumar um jeito de burlar as exigências minimizando o esforço até onde fosse possível. As chamadas “*fidalguias*” podiam ser interpretadas como direitos, do ponto de vista da cozinheira, e como regalias, do ponto de vista do patrão. O anunciante visava desde logo cercear a criada em suas táticas de resistência. Não levar filhos para as casas dos patrões é algo comum a praticamente todas as domésticas. Só em casos raros os patrões agregavam parentes. Ainda sobre o asseio com a comida, as cozinheiras percebiam que essa era uma das maiores exigências dos patrões, e para atraí-los faziam uso do mesmo discurso, como a mulher forra que oferecia seus serviços e dizia “*cosinhar qualquer comer que se ofereça, com muita limpeza (...)*” (D. P., 04/03/1841).

Além de serem limpas, as cozinheiras tinham de afiançar sua conduta. Uma ama que era solicitada para o serviço interno, além de ser “*boa cozinheira*” deveria “*fazer assistência na mesma casa, dando informações de seu comportamento*” (D. P., 28/03/1865). Uma mulher de meia idade, que deveria saber “*cozinhar com perfeição e limpeza*”, deveria ainda ser “*fiel*” e dar “*fiança de sua boa conducta*” (D. P., 30/03/1865). Como se vê, não bastava para a época competências específicas ao ofício. Os contratos de cozinheiras, assim como os de amas-de-leite e demais criadas se pautavam por observações ligadas ao comportamento. Mais uma vez fica evidente o temor de patrões e patroas em permitir adentrar em seus lares pessoas do universo da rua.

A rotatividade das cozinheiras nos lares também era grande. Alguns endereços anunciam procurando cozinheiras em um ano e no outro voltam a solicitar essas criadas. Alguém situado na praça da Boa Vista, botica nº 6, procurava uma cozinheira no dia 28 de

março de 1867, “*para cosinhar (sic.) somente, em casa de pouca familia*”. No dia 26 de março do ano seguinte, voltou a procurar “*uma ama somente para cozinhar para pouca familia*”. Dificilmente, considerando a elevada oferta de mulheres para exercerem o ofício, essa pessoa passou um ano inteiro sem arranjar alguém. É mais razoável pensar que não tinha se agradado de uma ou mais cozinheiras que se dispuseram a aceitar o contrato. Outra explicação pode ser simplesmente a de que ela era uma má empregadora, e por isso não sustentava por muito tempo as empregadas. De qualquer modo, a alta rotatividade das cozinheiras é algo que parece incontestável pelos inúmeros casos de endereços que pedem essas criadas no decorrer de um único ano.⁴⁴⁴ Em parte, a alta rotatividade das cozinheiras pode ser explicada pela exigência dos patrões, que muitas vezes impunham que uma única criada cozinhasse e fizesse inúmeros outros serviços domésticos, o que deveria dificultar a atividade específica de cozinhar. Outros patrões, entretanto, eram exigentes mas afirmavam contratar criadas unicamente para cozinhar. É o caso de um homem solteiro, morador na rua do Livramento, nº 6, que em 1869 procurava uma “*perita cozinheira*”, e no seguinte anunciou novamente em busca de uma “*ama muito boa cozinheira*” (D. P., 25/03/1869 e 16/03/1870).

Além das casas de família, de homens solteiros e das chamadas *casas de pasto*, uma cozinheira poderia servir a estudantes que se instalavam temporariamente na cidade para fazer o curso de Direito. Um/a anunciante oferecia uma ama “*preta escrava*” que sabia cozinhar e fazer doce, engomava alguma coisa, e ainda comprava na rua, para “*casa de estudante ou de pouca familia*” (D. P., 09/03/1868). A primeira opção, como se nota, é a casa de estudante, um público certo que devia existir no Recife após a transferência do curso jurídico de Olinda para o Recife em 1854.

Outras cozinheiras trabalhavam de forma autônoma, em suas próprias casas, entregando refeições e outras encomendas. Uma boa cozinheira tinha, então, a oportunidade

⁴⁴⁴ No dia 07/03/1863, o endereço da rua da Imperatriz, sobrado n. 47, segundo andar precisava de uma ama para cozinha; no ano seguinte, no dia 17 de março, precisava de duas amas, uma para engomar e outra para cozinhar. Um último exemplo que confirma elevada rotatividade das criadas: no dia 5 de março de 1868, um anúncio cujo endereço era Corredor do Bispo, nº 23, procurava uma ama para cozinha; no dia 1º de março de 1869, procurava uma ama escrava para cozinhar, engomar e fazer compras (afirmava que pagaria bem); por fim, no dia 22 de março de 1870, continuava a precisar de uma escrava que soubesse cozinhar, fazer as compras “*e o mais serviço de casa*”. É impossível saber com certeza quantas criadas (todas tinham de cozinhar) passaram por aquele endereço nos três anos consecutivos. O certo é que elas não ficavam muito tempo. Ainda é cedo para afirmar, mas talvez haja mesmo um padrão médio em torno de 1 ano de permanência das cozinheiras nas casas dos patrões e patroas, quando então seriam substituídas por outras.

de ajustar bons negócios. Um senhor de nome Luiz da Costa Leite, por exemplo, precisava de “*uma porção de muito bom doce e das melhores qualidades, parte em calda e parte seco, até cem mil reis de importancia, ou mais, porem quer-se cousa superior; quem se julgar capaz desta incumbencia dirija-se á Rua Nova ao pé da ponte (...)*” (D. P., 11/03/1840). Por essa encomenda de doces como essa, uma cozinheira poderia receber de uma só vez, pelos padrões da época, uma quantia equivalente ou superior ao salário mensal que girava em torno de 10 mil réis. Uma mulher que também tomava roupa para lavar e engomar, anunciou que fornecia “*comidas com aceio (sic.) e presteza*”. Essa mulher, ao que parece, cozinhava em sua própria casa, onde mantinha um pequeno negócio. Pode-se concluir isso sobretudo porque ela, no mesmo anúncio, procurava alugar “*uma boa cozinheira e uma engommadeira*”, preferindo de condição escrava (D. P., 10/03/1859).⁴⁴⁵ Pode-se supor que essas duas outras criadas solicitadas iriam ser engajadas no serviço para atender a demanda de lavagem, engomado e fornecimento de comidas. Os horários das criadas forras ou livres – mesmo quando trabalhando em casas de família – podiam apresentar alguma flexibilidade, dependendo do contrato específico em que elas se engajassem. Uma família que precisava alugar uma ama forra para servir como cozinheira indicou que ela poderia “*vir as 6h da manhã e voltar as 5 da tarde*” (D. P., 02/03/1857). Começaria, portanto, logo cedo, mas antes do anoitecer poderia retornar a sua casa. Uma moça livre ou forra, que dizia ser de boa conduta e entender de tudo que dissesse respeito aos serviços de *portas a dentro*, oferecia-se para engomar, cozinhar e costurar em uma casa de pequena família, “*vindo dormir em sua casa*”. Ela preferia a privacidade do seu lar, a ter que dormir na casa dos patrões. Um anunciante que precisava de uma ama para “*cozinhar o diário de uma casa de pouca família*”, permitia que ela fosse dormir em sua casa (D. P., 20/01/1862). Mas havia famílias que preferiam que a criada morasse com elas: “*Precisa-se de uma ama livre ou escrava, para o serviço interno de casa de pouca familia, que saiba engommar e seja sadia, obrigando-se a morar com a mesma familia (...)*” (D. P., 14/03/1857). Embora sem indicar expressamente que seria uma cozinheira, é muito provável que ela tivesse de cozinhar

⁴⁴⁵ Maria Izilda Santos de MATOS, através de registros orais, percebeu a importância do tempo livre para as cozinheiras que residiam em suas próprias casas, uma vez que elas podiam realizar “*serviços ocasionais como pequenas encomendas de doces e salgados e lavagem de roupa (...)*” Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit., p. 167.

também, pois esse é um serviço interno. Mesmo sendo mulher livre, ainda assim teria de morar com a família.

Uma função normalmente atribuída às cozinheiras era a de comprarem os mantimentos que elas mesmas iriam preparar. As compras eram feitas cedo, e é bem provável que os mercados públicos e açougues fossem os locais onde a maior parte dos itens da lista seria encontrada: peixes, carnes, aves, ovos, verduras, legumes, tubérculos e frutas eram vendidos no mercado da ribeira do peixe, no bairro de São José, ou na ribeira da Boa Vista, por exemplo. Produtos frescos para consumo quase sempre diário, já que não se podia conservar os alimentos saudáveis por muito tempo nas condições de conservação disponíveis à época, eram obtidos nesses mercados e feiras livres.⁴⁴⁶ Por isso, era muito freqüente que os pretendentes de cozinheiras indicassem que elas deveriam servir também para fazer as compras diárias da casa. Os exemplos são incontáveis na imprensa pernambucana.

Havia uma comunicação/negociação que se travava entre patrões e cozinheiras na imprensa, no sentido de se firmar um contrato entre as partes. Um/a anunciante procurava “*uma mulher parda, ou crioula,*” só para cozinhar para uma casa de pouca família, no dia 11 de março de 1841, e pediu que quem se interessasse pusesse anúncio no jornal. Logo no dia seguinte, uma mulher parda responde: “*Quem annunciou no Diario de hontem precisar de uma parda para ama de caza, sabendo cozinhar; dirija-se a esta Typographia, que achará com quem tratar*”. É provável que a parda tenha esperado pelo anunciante na própria tipografia do jornal. Se conseguiram acertar o contrato, isso é impossível afirmar. No dia 16, outra mulher tentou ajustar com o/a pretendente, e anunciou: “*A pessoa que annunciou precisar de uma ama parda, ou crioula, para cozinhar em uma casa de pequena familia; dirija-se ao aterro da Boa-Vista defronte da Matriz, no primeiro andar da casa que fica por cima da botica.*” Ou seja, duas pessoas mostraram interesse imediato, e concorriam entre si para ajustar com o/a pretendente. Aparentemente, não houve acordo entre elas e o/a pretendente, pois no dia 23 de março, há um anúncio muito semelhante ao do dia 11 de

⁴⁴⁶ Acredita-se que, no século XIX, havia até fornecedores domiciliares, além dos mercados e feiras livres. Para as cidades de Santos e São Paulo no período apontado e início do século XX, ver MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit., p. 131. Comprar nesses locais públicos era uma importante experiência de sociabilidade para as criadas. Sandra Graham, se a entendemos bem, assinala mesmo que a identidade das criadas era modelada pela possibilidade de criar ou não laços comunitários mais amplos: “*A vida da rua engajava as criadas em uma comunidade maior que o lar ou a vizinhança. As ruas e praças públicas podiam oferecer um ambiente muito mais igualitário que as casa dos patrões. A identidade individual se formava e encontrava expressão; laços com outros eram estabelecidos, postos à prova, apreciados. Assim, as criadas atribuíam aos locais externos de trabalho significados próprios.*”. Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., pp. 66-67.

março, procurando por uma parda ou crioula para cozinheira de uma casa de pouca família. É possível supor que a grande quantidade de mulheres sem oportunidades de emprego tornasse os contratantes ainda mais seletivos em suas escolhas. Esta deveria ser também a razão para os anúncios bem elaborados das mulheres que ofereciam seus serviços nos *Avisos Diversos*.⁴⁴⁷

Acreditamos que a negociação, como assinalamos anteriormente, deveria se dar em mais de uma etapa quando as criadas eram contratadas através dos jornais: primeiro a análise do anúncio do jornal feito por uma das partes; depois uma conversa frente a frente na casa do contratante onde se dava uma avaliação mútua – a criada, nessa ocasião, veria a real dimensão do trabalho que lhe caberia, e o/a contratante se inteiraria melhor das competências e da moral da contratada, uma vez que esta deveria comprovar sua boa conduta –; e por fim, mas não menos importante, os primeiros dias ou meses de trabalho serviriam para uma avaliação definitiva pela qual contratantes vigilantes e exigentes poderiam ficar ou não com a criada. É provável que esse padrão se repita para todas as criadas que deviam trabalhar diretamente na casa dos patrões e patroas, com alguma diferenciação para aquelas que dormiriam em suas próprias casas.

É preciso reforçar que as condições de trabalho, e mesmo o pior ou melhor desempenho das cozinheiras instaladas em suas próprias casas, nas casas de família ou de homens solteiro, e nas instituições variavam de acordo com diversos fatores: maior ou menor vigilância, a quantidade de pessoas, a maior ou menor disponibilidade de recursos para comprar os ingredientes, e assim por diante.

A Casa de Detenção do Recife, que abrigava uma boa quantidade de detentos, também possuía cozinheiras que preparavam as frugais refeições do presos. Apesar dos administradores afirmarem que a alimentação dos presos era a melhor possível, a descrição

⁴⁴⁷ O anúncio inicial da negociação dizia: “*Precisa-se de uma mulher parda, ou crioula, que saiba cosinhar, para ama de casa de cosinha de pouca familia: quem se quizer empregar neste serviço, anuncie sua morada para ser procurada.*” (D. P., dia 11/03/1841); a resposta da primeira mulher declarava: “*Quem anunciou no Diario de hontem precisar de uma parda para ama de casa, sabendo cozinhar; dirija-se a esta Typographia, que achará com quem tratar.*” (D. P., dia 12/03/1841); e a última mulher a responder foi ainda mais precisa: “*A pessoa que anunciou precisar de uma ama parda, ou crioula, para cozinhar em uma casa de pequena familia; dirija-se ao aterro da Boa-Vista, defronte da Matriz, no primeiro andar da casa que fica por cima da Botica.*” (D. P., dia 16/03/1841); enquanto o último, que, pela semelhança, acreditamos ser feito pela mesma casa que iniciou a negociação no dia 11, continuava a sua procura: “*Precisa-se de uma mulher parda, ou crioula, que saiba cosinhar, para ama só de cosinha de uma casa de pouca familia: quem quizer se empregar neste serviço, anuncie.*” (D. P., dia 23/03/1841).

que faziam mostra limites bem estreitos. No geral, os detentos comiam no almoço um pão de 3 onças⁴⁴⁸, e uma tigela de café com 2 onças de açúcar; no jantar – especialmente nas segundas, terças e quintas-feiras, e aos domingos – comiam uma libra de carne fresca, um décimo de farinha, uma onça de toucinho; nas quartas-feiras, comiam meia libra de carne seca, meio décimo de feijão, um décimo de farinha e uma onça de toucinho; finalmente nas sextas e sábados, jantavam meia libra de bacalhau, meio décimo de feijão, um décimo de farinha, uma oitava de azeite doce e uma onça de vinagre.⁴⁴⁹ Não havia muito a exigir das cozinheiras para melhorar o sabor dessa parca alimentação com o exercício de muitas combinações. A dieta rígida já estava prescrita, e não havia muito que fazer em termos de habilidades culinárias. Trabalho mesmo era manipular a imensa quantidade de ingredientes e os pesados equipamentos utilizados. Segundo o administrador do estabelecimento, preparava-se a comida em duas panelas de ferro de 14 galões cada uma, e como elas estavam danificadas, ainda pedia ao presidente da província dois caldeirões também de ferro com capacidade para 100 rações, além de um “*torrador de café com seo competente fogão*”.⁴⁵⁰ Pedir o fogão se justificaria ainda pelo fato de as cozinheiras terem a sua disposição apenas um fogão de tijolo com somente três fornalhas, que consumia 400 achas de lenha.⁴⁵¹ O trabalho de partir a lenha, manipular as panelas, e provavelmente lavar os utensílios sujos devia ser muito cansativo. Se não precisavam se preocupar em agradar os comensais com a elaboração de pratos mais sofisticados, as cozinheiras tinham de enfrentar a dura faina da cozinha grosseira que tinham a sua disposição.

De uma forma ou de outra, com habilidades mais ou menos sofisticadas postas à prova, com esse ou aquele regime de trabalho, o ofício das cozinheiras era sempre exaustivo. Sua faina se enredava em um cotidiano contínuo de múltiplas tarefas, que exigiam tanto esforço físico como mental. É difícil de avaliar, mas elas, talvez de todas as

⁴⁴⁸ Não sei afirmar se as cozinheiras da Casa de Detenção faziam elas mesmas o pão, mas essa era uma função delas também. Maria Izilda Santos de MATOS apontou que, em geral, além do preparo do alimento, “*os serviços de cozinha incluíam o fazer pão, pilar e moer o milho e o arroz; pilar, torrar e moer o café; refinar o açúcar e o sal, (...) preparar a banha, defumar carnes e até fazer sabão. Além disso, havia o abate, limpeza, e preparação de aves e animais de pequeno porte.*” Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit., p. 130.

⁴⁴⁹ Casa de Detenção do Recife (CDR) 01, 08/03/1862, fl. 6v. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE).

⁴⁵⁰ Idem, fl. 8.

⁴⁵¹ Cozinhar em um fogão a lenha exigia grandes habilidades. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit., p. 129.

criadas, sejam as que mais trabalhavam, dependendo das circunstâncias específicas em que fossem engajadas.

6.6 Lavadeiras, engomadeiras e costureiras

Muito do que acima foi dito para o conjunto das criadas pode-se atribuir às lavadeiras, engomadeiras e costureiras. Nuanças outras, todavia, específicas das mulheres que se dedicavam a essas funções, merecem ser melhor desenvolvidas. Ofícios muitas vezes realizados de forma integrada, a lavagem de roupas, o engomado e a costura pertencem a um conjunto de serviços que podia, em determinados casos, ser realizado alternativamente por uma única criada.⁴⁵² Desses serviços, o de engomar era o que mais se prestava a ser realizado em associação com outros serviços. Os *Avisos Diversos*, como temos reiterado, demonstram que engomar e cozinhar eram uma das combinações mais presentes nas negociações entre patrões e criadas; não sendo incomum também a associação lavar/engomar, atividades que são visivelmente complementares. De qualquer modo, o serviço de engomar aparece com frequência em inúmeros tipos de arranjos veiculados pelos anúncios de patrões/senhores e criadas escravas, livres e forras entre os anos 1840 e 1870.

Servir como engomadeira requeria cuidados especiais para não pôr a perder a roupa da família. Qualquer desatenção, e a roupa, sobretudo a de cor branca, seria manchada pela cinza que escapava do ferro de brasa. A mesma desatenção poderia ser responsável por estragar os vestidos das senhoras e patroas. Vestidos com inúmeras babados, rendas e reentrâncias que precisavam ser passados com esmero e vigilância. Engomar roupas de homem era visivelmente mais fácil, e a boa engomadeira se distinguiu das demais exatamente pela habilidade de passar tanto roupa de homem como de senhora, esta bem mais difícil. Os anúncios fazem menção àquelas mulheres que sabiam “*engomar liso*”, para diferenciá-las de outras que engomavam apenas “*sofrivelmente*”. Esse era o caso de uma portuguesa que engomava *sofrivelmente* e queria ser contratada “*pela sua passagem*”. O

⁴⁵² Uma família inglesa precisava de uma criada que deveria saber lavar, engomar e coser, e preferia que fosse de cor preta. Ver D. P., dia 01/03/1856.

anúncio não foi bem claro, mas provavelmente ela engomaria algum tempo só para pagar a passagem de vinda ao Recife ou pela sua viagem de retorno a Portugal.⁴⁵³

O cuidado em adaptar a goma ao tipo de roupa era também fundamental. Um depoimento coletado por Maria Izilda Santos de Mattos é indicativo das dificuldades enfrentadas pelas engomadeiras, e de suas competências. Qualquer goma não servia para todo tipo de roupa. D. Ilma Rosa Oliveira, neta de uma lavadeira ex-escrava, portanto do “*tempo da escravidão*”, disse que ficava a noite toda engomando roupa. Ela usava o amido para preparar a goma. Para os saiotes, vestimenta mais dura – no dizer de dona Ilma –, utilizava-se a goma cozida; e para camisa de homem a goma era mais fraca, e podia ser utilizada mesmo crua. O ferro de carvão, diz dona Ilma, era um perigo para as roupas, e tinha de ser manuseado com atenção:

*(...) Então a gente limpava bem o ferro, punha o carvão dentro do ferro né, e com brasa de carvão aí ele esquentava né. Aí a gente fechava o ferro e começava a passar a roupa... quando acabava o carvão e já tinha que ir lá pôr carvão outra vez. De repente, às vezes, o ferro abria. Tava engomando aquelas camisas limpinhas né, aí de repente o ferro abria. Ai! Voava carvão por cima das camisas suja tudo, perdia todo o trabalho.*⁴⁵⁴

O trabalho de um dia inteiro, no caso de d. Ilma, cuja avó lavava roupa durante o dia para que fosse passada à noite, ficava prejudicado irremediavelmente. Por isso os patrões e senhores exigiam perfeição e asseio no ato de engomar, como indica o comprador de uma escrava engomadeira que alertou logo no anúncio: “*não se quer chavasqueira*”.⁴⁵⁵ Como já demonstrado acima, o significado de chavascar, no contexto da época, era realizar mal e toscamente qualquer trabalho.

Outra preocupação muito comum para as engomadeiras e também para as lavadeiras, era com o prazo. Isso porque muitas delas engomavam ou lavavam como diaristas, sem maiores vínculos com a casa de suas patroas. Por isso as lavadeiras que anunciavam seus serviços prontamente garantiam a maior brevidade possível na execução da tarefa. Uma

⁴⁵³ “*Quem quiser contratar uma criada Portuguesa, de 19 annos, pela sua passagem, a qual sabe cosinhar e engommar soffrivelmente, dirija-se a rua da Aurora n. 16.*” D. P., dia 07/01/1845.

⁴⁵⁴ Banco de Memórias de Famílias Negras. Lembranças de D. Ilma Rosa Oliveira, p. 3. Apud MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit, pp. 145-146. É provável que os gestos descritos tão minuciosamente por d. Ilma possa ser generalizado para as engomadeiras em geral. A técnica de engomar devia ser praticamente a mesma para todas elas.

⁴⁵⁵ D. P., dia 04/03/1847. Ver o tópico 6.1 deste capítulo.

engomadeira assim anunciou: “*Engomma-se com muito asseio e promptidão e por preço muito commodo (...)*.” (D. P., 11/03/1847).

Havia mesmo concorrência entre as próprias engomadeiras que serviam de forma independente.⁴⁵⁶ Em um mesmo mês pode haver vários anúncios cada um tentando, a seu modo, convencer o público da melhor qualidade e do menor preço oferecido pelo engomado. Havia mesmo quem se oferecesse para lavar e engomar ao mesmo tempo, em anúncios bastante convincentes:

- Roupas lavada e engommada.

Na rua do Crespo, primeiro andar, n. 19, toma-se freguezia para lavar e engommar para fóra, sendo pelo preço seguinte: camisa lavada e engommada a 120 rs., calça dito dito a 160, collete dito dito a 120, paletot dito dito a 320. (D. P., 11/03/1859).

- Recebe-se roupa para lavar e engommar, e também para engommar somente, por preços modicos, mandando se buscar e entregar em casa de seus donos: quem precisar desse serviço procure na Boa-Vista, rua do Destino n. 20, ou anuncie. (D. P., 29/03/1862).

- Atenção.

Na rua Direita n. 89, defronte da botica, engomma-se para homens e senhoras, com toda a perfeição, por preço mais commodo do que em outra parte, e tambem lava-se. (D. P., 03/03/1863).

Os anúncios acima são representativos de tantos outros que visavam convencer patrões e patroas exigentes de que os serviços prestados agradariam. O primeiro menciona os preços apenas de roupas de homens, o que indica que a engomadeira não tinha capacidade suficiente em seu ofício para engomar também roupas de senhora. Engomar roupas de senhora era melhor em termos de remuneração, pois as engomadeiras cobravam bem mais caro pelas peças de roupa femininas. O segundo, para se tornar mais atraente, oferece mais do que simplesmente o lavar e o engomar, pois ainda mandava buscar e entregar a roupa na

⁴⁵⁶ Uma mudança que se observa nos contratos das engomadeiras e criadas em geral, a partir da década de 1860 sobretudo, é a maior flexibilidade do horário. Mulheres forras podiam ser engomadeiras de casas de família e ter o direito de dormir em sua própria casa. Ver o D. P., dia 09/03/1861, e dia 17/03/1859. Mas desde a década de 1840 que, de forma autônoma, mulheres podiam usar suas próprias residências para engomar. Uma dessas mulheres se oferece para ama de casa de homem solteiro, mas avisa que “*na mesma casa se engomma roupa como todo asseio e por preço commodo.*” Ver D. P., dia 05/03/1841.

casa dos donos. Nem sempre isso acontecia.⁴⁵⁷ Outras lavadeiras esperavam que as casas entregassem e fossem buscar suas roupas por conta própria. O terceiro anúncio, ao contrário do primeiro, reforça que se engomam também roupas de senhora. Para se ter uma visão mais precisa da diferença entre as peças de roupa masculina e feminina, veja-se o anúncio abaixo:

A engomadeira, da rua do Cotovello n. 18, faz ver aos seus freguezes, que ella ainda não deixou o trabalho de engommar, espera nos seus freguezes, que continuem a frequentar a sua casa; pois engomma por muito barato preço, vestidos de senhora, com enfeites, a 240 rs., e sem elles a 160 rs., e camisa de homem, 40 rs., calças a 80 rs., e outra qualquer roupa, por diminuto preço. (D. P., 16/04/1845).

A engomadeira deve ter passado algum tempo sem atender a sua freguesia, talvez por doença ou outro qualquer impedimento, e agora visa retomar sua clientela fazendo um anúncio bem elaborado, demonstrando minuciosamente os valores cobrados pelo serviço. Há até mesmo uma hierarquia entre os vestidos de senhora. Dependendo deles terem ou não enfeites, o preço da peça engomada pode ser de 240 ou 160 réis. De qualquer modo, mesmo pelo engomado de um vestido sem enfeites cobrava-se o dobro do engomado de uma calça de homem e quatro vezes mais do que uma camisa de homem. Interessante notar que mesmo 14 anos depois, em 1859, uma mulher disse lavar e engomar uma calça de homem por apenas 160 réis, ou seja, um preço equivalente ao simples engomado de um vestido sem enfeites 14 anos atrás. Não é errôneo supor que os preços cobrados pelas peças femininas também tenham inflacionado no decorrer desses 14 anos. Infelizmente só dispomos de anúncios que contêm os preços das peças masculinas. Em 1863, uma mulher se propunha a lavar e engomar roupas pelos seguintes preços: camisas a 120 réis, coletes a 100, calças a 160, paletós de brim pardo a 320, paletós de brim branco a 500 réis.⁴⁵⁸ Roupas masculinas apenas. Talvez houvesse mesmo engomadeiras profissionais que se especializavam em roupas masculinas, a julgar pelas referências disponíveis, enquanto outras se mostravam

⁴⁵⁷ Aqueles que podiam, além de contratarem lavadeiras, tinham negros carregadores para buscarem a roupa lavada e passada. Um anúncio mostra o desaparecimento de “*um preto com uma trouxa de roupa, que conduzia da Rua Nova para a Boa-Vista e mais uma bandeja*”. Havia na trouxa 1 lenço, 6 camisas de homem, 8 camisas de senhora, 2 saias, 2 jaquetas, 1 espartilho, 6 toalhas, 12 lenços, 3 pares de meias e 7 farrapos. Ver D. P., 23/03/1841 Uma lavadeira que morava em um sítio em Água Fria solicitava às duas senhoras que entregaram roupa suja para lavar que fossem buscar a roupa ou mandassem alguém buscar. Ver D. P., 20/03/1840.

⁴⁵⁸ Ver anúncio no D. P., dia 06/03/1863.

competentes para engomar também as complicadas peças de roupas femininas do século XIX.

O público que era atendido pelas engomadeiras e lavadeiras era bem diversificado, e em geral era os contratantes eram os mesmos das demais criadas: casas de família, homens solteiros e viúvos, estudantes. Uma mulher que se identificou como uma senhora disse se encarregar de mandar lavar e engomar “*roupa de alguns senhores estudantes*”. De maneira um tanto misteriosa e enviesada, ela mandou aqueles que se interessassem se dirigirem a uma taberna da fundição, local onde seria dito onde se devia procurá-la. Ao mesmo tempo, essa senhora queria alugar uma preta para o serviço de casa, e esta deveria saber engomar.⁴⁵⁹ Caso complicado, parece se tratar aqui de uma mulher livre branca empobrecida, mas que é ainda capaz de alugar os serviços de alguma escrava, desde que esta também seja envolvida em algum tipo de pequeno negócio dirigido por ela. A prestação de serviços domésticos, como se percebe, podia ser mesmo uma opção de melhores rendimentos para aquelas mulheres que se escondiam sob o véu de do honroso nome de senhoras, e que alugavam os serviços de escravas para auxiliá-las na prestação de serviços de forma autônoma. Talvez essa mulher branca intencionalmente mantenha-se trabalhando de forma autônoma para não precisar servir diretamente sob as ordens de outras senhoras brancas, melhor situadas economicamente.

No cotidiano repetitivo das engomadeiras, a técnica de trabalho pouco mudava. Entretanto, pequenas alterações podem ser detectadas. Para dar cor às peças de roupa, utilizava-se o pó de anil na goma; segundo o anunciante de uma inovação, tal pó costumava manchar as roupas com frequência, e então põe a venda no início da década de 1860 o anil em essência:

Escencia de anil.

Para engommado.

Vendem-se frasquinhos com escencia de anil cousa excellente para engommado porque uma gota della é bastante para dar côr em uma bacia de gomma tendo de mais a mais a preciosidade de não manchar a roupa como muitas vezes acontece com o pó de anil. Custa cada frasquinho 500 rs.: na rua do Queimado loja da aguia branca n. 16. (D. P., 13/01/1862).

⁴⁵⁹ Ver anúncio no D. P., dia 02/03/1864.

È uma modificação realmente pequena. O anunciante tentava substituir o hábito de se usar o anil em pó na goma pelo método supostamente mais eficiente do anil líquido. Além do anil para dar mais cor a roupa, as engomadeiras geralmente faziam uso de fragrâncias de rosas, jasmims e acácia, para perfumar as roupas.⁴⁶⁰

As lavadeiras faziam parte daquelas criadas que mais se assemelhavam as vendeiras em termos de acesso a logradouros públicos e espaços de sociabilidade diversos. Os rios, e em menor escala o chafariz, são no Recife espaços onde a convivência se torna mesmo inevitável. Diferente de outras cidades do século XIX, como o Rio de Janeiro, o uso dos chafarizes no Recife pelas lavadeiras parece ser inexpressivo. Identificamos apenas um chafariz onde a lavagem de roupa parece se dá de forma sistemática. Trata-se do chafariz localizado na parte sul do bairro do Recife, nas imediações do Forte do Mattos, um local bem distante do rio Beberibe e do açude do Monteiro, onde a lavagem de roupa era bem mais expressiva. Um senhor que anunciou a fuga de sua escrava lavadeira de nome Luiza, que tinha 40 anos, apontou que ela era conhecida exatamente por lavar roupa naquele chafariz (D. P., 12/03/1867).

No Recife, os rios Beberibe e Capibaribe eram os espaços onde as lavadeiras se situavam com suas imensas trouxas de roupa. Muitos sítios também tinham lagoas ou casas espaçosas, em cujos quintais voltados para o rio ou em poços a roupa era lavada. Indicativo da sociabilidade do que se tecia no rio, é o anúncio de que solicitava uma lavadeira “*que não se demore muito no rio*” (D. P., 06/03/1844). O anunciante não expõe um mero preconceito, e indica mesmo a possibilidade real de que as lavadeiras conversassem mais tempo do que os patrões e patroas gostariam. Conversas, brigas de lavadeiras, momentos caros à formação de identidades e solidariedades faziam parte de um cotidiano onde o trabalho cansativo podia expor também uma face alegre e vívida. Uma escrava de nome Maria estava lavando roupa em Santo Amaro, um arrabalde próximo do bairro da Boa Vista, quando uma confusão com outras lavadeiras a pôs em fuga. Pelo menos é o que supõe a pessoa que anunciou sua fuga. O/a anunciante acredita que as peças de roupa foram furtadas pelas lavadeiras, e por isso a escrava fugiu para não ter de retornar para a casa de seu senhor/a de mãos vazias. Esse episódio, tendo ou não ocorrido da forma como o anúncio apresenta, é significativo de que o cotidiano das lavadeiras podia ter bem mais do que conversas.

⁴⁶⁰ Cf. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit, p. 54.

Disputas por espaços para quilar a roupa ou outros tipos de rixas deviam ser freqüentes.⁴⁶¹ A roupa que supostamente as outras lavadeiras teriam furtado indica o quanto o trabalho de uma lavadeira podia ser cansativo. A descrição das peças de roupa indica que Maria lavava 3 pares de calças de riscado, 3 jaquetas, 1 colete, 2 saias de madapolão novas, 1 lenço encarnado, “*e mais alguns vestidos e saias de escravas*” (D. P., 31/10/1849). Briguentas, faladeiras, arrojadas, essas são as representações mais comuns das lavadeiras. Muitas dessas representações são comuns àquelas das vendeiras. O trabalho das vendeiras e das lavadeiras modelavam identidades mais ou menos semelhantes.⁴⁶² Outra representação que aproxima muito as lavadeiras das vendeiras, além da conversa e da sociabilidade, é a embriaguez. Um anunciante assim publicou a fuga de sua escrava: “*No dia 27 do p. p.[próximo passado] uma preta lavadeira conduzindo uma trouxa de roupa fina para o Monteiro, se desencaminhou a dita roupa, por a negra se embriagar, e foi para as bandas de S. Amaro; (...).*” (D. P., 10/03/1843).

Outra lavadeira de condição escrava, que fugira com as peças de roupa do sítio de um Dr. Mena, na Cruz das Almas, tinha lavado mais de 40 peças. A trouxa de roupa continha 4 camisas de homem, 8 camisas de senhora, 9 vestidos de cassa chita, 5 camisas de meninos, uma quantidade de coeiros de esguião que não foi possível determinar por estar ilegível, 4 calças de menino, 2 lençóis de menino, 2 toalhas de babados, 3 toalhas de mãos, 1 toalha de mesa, 1 toalha de cozinha, 2 lenços de três panos e um lenço de seda (D. P., 19/06/1840). Para se ter uma idéia ainda mais precisa da carga de trabalho das lavadeiras, basta ver que havia contratantes que as utilizavam para lavar a roupa de inúmeras pessoas. Um anunciante situado na Rua Nova nº 27 fez dois anúncios solicitando uma lavadeira para “*lavar a roupa de vinte negros*”. O primeiro pode ser encontrado no Diário de Pernambuco do mês de

⁴⁶¹ Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Op. Cit. Sobre as lavadeiras, a autora ilustra: “*Além de serem reconhecidas como mulheres dispostas para o trabalho – executando suas funções como mães e esposas e realizando a tarefa da lavagem como estratégia de sobrevivência (...) – eram tidas como “quem não leva desaforo para casa”, pois cotidianamente envolviam-se em brigas e acabavam parando na polícia..*” p. 146. Briguentas

⁴⁶² Na literatura, essas representações onde trabalho e sociabilidade se confundem na formação de uma identidade coletiva, têm sua forma mais acabada em AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Abril Cultural, 1981. O autor assim expõe o ajuntamento matinal das lavadeiras: “*E, enquanto, no resto da fileira, a Machona, a Augusta, a Leocádia, a Bruxa, a Marciana e sua filha conversavam de tina a tina, berrando e quase sem se ouvirem, a voz um tanto cansada já pelo serviço, defronte delas, separado pelos jiraus, formava-se um novo renque de lavadeiras, que acudiam de fora carregadas de trouxas, e iam ruidosamente tomando lugar ao lado umas das outras, entre uma agitação sem tréguas, onde se não distinguia o que era galhofa e o que era briga.*” P. 42.

março de 1844, e o segundo em fevereiro do ano seguinte. A construção do anúncio e o endereço não deixam dúvidas: trata-se do mesmo autor, um homem chamado José Pereira Teixeira. Lavar a roupa de tanta gente supunha uma dedicação quase integral ao serviço, e provavelmente não sobraria muito tempo para que a lavadeira contratasse outros serviços. Mas apesar do trabalho árduo, a proposta do anunciante não deixa de ser uma oportunidade para aquelas mulheres cuja sobrevivência dependia da prestação permanente ou temporária de serviços domésticos. (D. P., 06/03/1844 e 20/02/1845).

A prestação de serviços domésticos em geral, e a lavagem de roupa em particular, constituíam as únicas opções para mulheres pardas forras, brancas livres pobres e escravas que fugiam da casa de seus senhores/as. Praticamente todas as mulheres brancas, pardas e negras eram socializadas no aprendizado de ofícios domésticos, e no contexto de uma cidade pouco industrializada como é o caso do Recife do século XIX, era para eles que elas tinham de recorrer invariavelmente. Uma escrava de nome Luiza e nação Moçambique, cega do olho direito, fugira de seu senhor. Este afirmou que ela mudava de nome para Joaquina. Além disso, ele julgava que ela estava lavando roupa de ganho em Beberibe, Poço da Panela, na Torre e em outras partes. Já haviam lhe falado, ele acreditava nisso, que ela estava oculta por alguma pessoa (D. P., 27/03/1860). Do mesmo modo que apontamos a existência de escravas que se tornavam vendeiras por ocasião de sua fuga, outras escravas tinham na lavagem de ganho uma possibilidade de obter alguma renda quando foragidas da casa de seus senhores. Resistência e trabalho são os nomes que integram o cotidiano dessas escravas que desejavam mais autonomia, mas que dificilmente poderiam deixar de servir a outros na sua busca de uma vida melhor. Parece paradoxal, mas a almejada autonomia dependia de sua permanente integração em redes de dependência, onde trocariam serviços por proteção. Entre esses serviços, o mais comum era lavar roupa de ganho.⁴⁶³ Mais autonomia do que as escravas, dispunham as mulheres forras que lavavam e/ou engomavam

⁴⁶³ Analisamos anteriormente (ver Parte I, cap. 2) a fuga de uma escrava crioula de nome Fillipa, cuja liberdade dependia de extensa rede de solidariedade que havia forjado. Seu senhor suspeita que ela estava acoitada em uma casa onde servia como cozinheira, mas também tinha sabido que ela andava pedindo roupa para lavar de ganho no açude do Monteiro. Ver D. P., dias 04/01 e 26/02 de 1849. Lavar roupa nos arrabaldes era uma atividade muito comum entre escravas fugidas. Ver o caso de da escrava Silvana, de 25 anos, cujo senhor julgava que ela havia mudado de nome “*e ter sahido para fôra da cidade, lavando roupa por esses arrabaldes, ou estar servindo de ama em alguma casa como forra; (...)*” D. P., dia 01/03/1860.

como diaristas, sem se ligar permanentemente a uma casa. Uma mulher forra, dependendo do tipo de arranjo, podia ir trabalhar às 6 da manhã e voltar a sua casa às 6 da tarde.⁴⁶⁴

Além de trabalhar em casas de família e homens solteiros, e de forma autônoma para estudantes e outros clientes, as lavadeiras, tal como as cozinheiras, poderiam ser contratadas para trabalhar em instituições públicas. O hospital regimental do corpo de polícia usou o Diário de Pernambuco para contratar uma lavadeira. Também a Casa de Detenção precisava de lavadeiras para lavar a roupa da enfermaria e dos detentos. No caso da Casa de Detenção, segundo as contas que o administrador enviou ao Chefe de Polícia em 1862, os serviços de lavagem foram contratados por uma companhia de lavagem chamada Aguiar Ramos e Companhia, ao valor de \$50 réis a peça. As lavadeiras, portanto, eram contratadas e pagas por um empresário.⁴⁶⁵

No mesmo período, em 1862, havia no Recife um Grande Laboratório de Lavagem que atendia a uma vasta clientela. Ao que tudo indica, essa empresa empregava inúmeras lavadeiras a julgar pela quantidade de roupa que continuamente mandava que os donos fossem buscar. Não havia serviço de entrega. Em todo o mês de janeiro de 1862, esse Laboratório se comunicou com seus clientes para que estes fossem buscar a roupa lavada. As trouxas eram identificadas por números. Entre o dia primeiro e o dia 27 de janeiro, foram convocados a buscar suas roupas em anúncios regulares inúmeros clientes: 16 no dia 9; 13 no dia 18; 15 no dia 20; 25 no dia 21; 25 no dia 22; 37 no dia 25; 21 no dia 27. Ao todo, 152 clientes em menos de um mês.⁴⁶⁶ Se analisamos corretamente, esse Laboratório estava situado no pátio do Carmo, junto a Casa de Banhos (ver Figura 7), pois no dia 28 de março de 1862 um anúncio nos *Avisos Diversos* indicou que o depósito de um laboratório de lavagem ficava situado naquele endereço. É muito provável que tal laboratório seja o mesmo apontado acima, uma vez que parece se tratar de um empreendimento pioneiro na cidade, não devendo haver mais de um. O dito laboratório devia ser tão conhecido que não precisou mencionar o endereço em todo o mês de janeiro, e só veio a mencionar no mês de março devido estar precisando de um cozinheiro e uma cozinheira (livres ou escravos), e de um “*escravo idoso para serviços de casa e de rua*” (D. P., 28/03/1862). Essa iniciativa

⁴⁶⁴ Ver D. P., dia 17/03/1859.

⁴⁶⁵ Casa de Detenção do Recife (CDR) 01, 18/02/1862, fl. 192-193. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). É provável que o Arsenal da Marinha e outras instituições públicas fizessem uso de criadas africanas livres pelo tempo de 14 ou mais anos, como era comum em todo o Império.

⁴⁶⁶ Ver D. P., dias 9, 18, 20, 21, 22, 25 e 27 de janeiro de 1862..

empresarial na lavagem de roupas, ao que tudo indica, visa atender a uma demanda sempre crescente da população que fazia uso de lavadeiras. Nas décadas de 1840 e 1850 não registramos iniciativa semelhante.

Como para as demais criadas, as lavadeiras eram também avaliadas conforme sua habilidade. Havia aquelas que lavavam apenas de sabão, e aquelas que lavavam de sabão e barrela. No cotidiano de trabalho das lavadeiras, ensaboar era a parte mais simples do ofício. Já entre aquelas mais experientes e habilidosas, o ofício incluía o preparo da lixívia, onde se fervia a água com cinza e sais vegetais para retirar melhor a sujeira das roupas. É a essa operação que se dava o nome de barrela. Lavadeiras de sabão e barrela eram consideradas peritas em sua profissão.⁴⁶⁷

Além de lavar e engomar, uma outra ocupação cotidiana feminina era a de costureira. O serviço de costura, como temos afirmado, podia ser exercido em associação com outros ofícios, ou de forma especializada. Aquelas mulheres que se ofereciam para trabalhar como amas, e que além de costurar, engomavam, lavavam roupa e cozinhavam, por exemplo, não tinham no ofício de costureira sua maior dedicação, e muito provavelmente só sabiam fazer pequenos consertos ou o que na época se chamava de costuras chãs. Casas ricas, entretanto, podiam contratar uma criada só para costurar, mas esse era um luxo para poucos. Já assinalamos que muitas famílias só podiam contratar uma única criada, e a opção mais comum era contratar cozinheira/engomadeira, que se desdobraria para dar conta de outras tarefas ‘miúdas’ do dia-a-dia da casa.

As costureiras especializadas sabiam muito mais do que fazer pequenos consertos na roupa da família para a qual trabalhavam em tempo integral. Ela saberia fazer qualquer tipo de roupa, sobretudo copiar os cobiçados figurinos da costura francesa, muito apreciados pela elite brasileira imperial. Estas artistas da costura eram chamadas de modistas. Segundo Sandra Graham, havia mulheres ricas que preferiam fazer uso de modistas que imitassem as roupas da moda européia a comprar roupas prontas.⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ O termo pode ser barrela ou varrella, conforme a grafia da época. Ver D. P., dia 12/03/1864, onde uma lavadeira, situada na travessa dos Expostos nº 18, oferecia-se para lavar roupa “*de sabão e varrella*”. Ver ainda o D. P., dia 24/03/1843. Para o significado do termo *barrela*, na época, consultar SILVA, Antonio de Moraes. **DICCIONARIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. TOMO I. Lisboa: Imprensa Régia, ANNO 1831, 4.^a ed., p. 251.

⁴⁶⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Op. Cit., p. 50-51.

Além de casas de família, as costureiras profissionais eram no Recife contratadas para oficinas de costura para trabalhar ao lado de alfaiates, ou ainda por instituições públicas. O Hospital dos Lázaros, uma instituição de caridade, em 1839, pagou a Feliciano Maria Rita 21\$120 réis pelo “*feitio de roupas*”.⁴⁶⁹ A Oficina de J. Mercier – talvez um francês, a julgar pelo nome – contratava em 1862 oficiais de alfaiate e “*costureiras peritas*” (D. P., 15/01/1862). Raramente os contratantes de costureiras através dos Avisos Diversos especificavam o valor que pagariam. Em meados da década de 1840, duas costureiras que precisavam, segundo o anunciante, saber trabalhar de alfaiate, estavam sendo contratadas a uma pataca por dia (320 réis), além de almoço e janta (D. P., 09/03/1847). Trabalhando cinco dias por semana, a costureira conseguiria 1\$600 réis, o que no mês daria um total de 6\$400 réis, ou 76\$800 réis por ano. Vendendo na rua, uma mulher poderia, na mesma época, conseguir 480 réis diários, portanto o serviço de costura não tinha uma remuneração tão atraente, embora as costureiras tivessem mais respeitabilidade do que as vendeiras e lavadeiras.⁴⁷⁰ Estas, segundo *Dias*, *recebiam ainda menos do que as costureiras acima*:

*As lavadeiras regulavam em salários com a média das fiandeiras e vendedoras mais pobres. Eram pardas em sua maioria (...) e mais velhas, com filhas adultas ou solitárias, com netas ou agregadas adolescentes. Em 1836, ganhavam entre 40\$ e 50\$ anualmente o que, calculados cerca de 4 dias fixos de trabalho pago por semana, equivalia a um jornal de \$190 a \$240, que era muito pouco.*⁴⁷¹

Os dados de *Dias* são para 1836, portanto 11 anos antes de 1847, mas ainda assim há grande diferença entre eles e os das duas costureiras que iriam receber por ano quase 80 mil réis, livres de almoço e janta. Não era uma grande soma, de fato, mas é de supor que um estudo da economia doméstica das famílias pobres possa vir a confirmar o uso combinado de diversos tipos de rendas auferidas por diversos membros da família.

Em 1872, havia em Pernambuco 20.627 mulheres ocupadas no serviço de costura, segundo o primeiro Recenseamento realizado pelo governo imperial. O serviço doméstico,

⁴⁶⁹ Cf. Relatório e Conta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade de 1º de outubro a 31 de dezembro de 1839. Pernambuco: na Typ. de M. F. de Faria, 1840, publicado no Diário de Pernambuco, 04/03/1840.

⁴⁷⁰ Segundo Maria Odila da Silva Dias, tanto as lavadeiras como as vendeiras tinham um status inferior às demais trabalhadoras. Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. Op. Cit.: “*Além da hierarquia da pobreza ditada pela cor, existia também a dos ofícios, entre os quais os de lavadeiras e vendedoras pareciam mais desprezados, como ocupações próprias de escravas.*” pp. 175-176.

⁴⁷¹ Ibidem, pp. 175-176.

que foi classificado como uma categoria à parte, englobava 82.238 mulheres.⁴⁷² O serviço de costura havia sido classificado entre os inúmeros serviços mecânicos. Mesmo que os dados não se refiram diretamente ao Recife, Geraldo Barroso admite que as ocupações definidas como *mecânicas* deviam, dado o peso econômico da cidade-porto, corresponder à capital da província. As estatísticas, quando se referiam às ocupações mais comuns dos habitantes, costumavam mencionar as costureiras. O serviço de costura era, portanto, uma ocupação relativamente reconhecida socialmente. Em 1858, o Delegado de Polícia do 3º Distrito do Recife enviou ao presidente da província um mapa populacional com o número de livres e escravos, conforme a nacionalidade, o sexo, o emprego e o “*gênero de industria por que mais se distingue essa população*”. Nessa categoria *gênero de indústria*, só foram incluídas basicamente duas atividades: para os homens, agricultura e negócio, e para as mulheres, costurar e fazer renda.⁴⁷³ Para o Recife, não há dados assim para cozinheiras, amas-de-leite, lavadeiras, pois todas essas criadas estavam inscritas na categorial geral de domésticas.

Costurar era mesmo um tipo de atividade que era ensinada com frequência por mulheres que tomavam meninas para educar. Ao lado de lições de doutrina cristã, rudimentos de leitura, escrita e cálculos, ensinavam-se a costurar (invariavelmente costuras chãs), bordar e fazer rendas, entre outras prendas domésticas. (D. P., 25/02/1845).

Aquelas mulheres cuja habilidade na profissão as distinguiu chegavam a pleitear pela oportunidade de trabalhar para uma loja francesa, como mostra o anúncio: “*Offerece-se para trabalhar em loja francesa, uma mulher honesta, que sabe coser vestidos e toda a qualidade de roupa de alfaiate; quem de seu prestimo quizer utilizar, anuncie, e dá fiador a sua conducta.*” (D. P., 11/03/1845). Além dessa *honest* mulher, outra que morava no pátio de São Pedro se oferecia para “*fazer qualquer costura, tanto em sua casa, como mesmo na de alguma senhora francesa*” (D. P., 15/01/1845). Essa última mulher asseverava que cosia “*com muita perfeição*”. Na hipótese de não conseguir trabalhar na casa de alguma francesa, essa mulher preferia trabalhar por encomenda em sua própria casa. Essa era uma opção para aquelas que não queriam trabalhar diretamente sob as ordens de uma patroa, na casa de alguma família. Outras não tinham outra alternativa, ou então se sentiam na necessidade da

⁴⁷² Cf. Recenseamento da População do Brazil, 1872, vol. 5. Typographia de G. Luizinger e Filhos, RJ. Apud BARROSO, Geraldo. **Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1981.

⁴⁷³ Cf. Polícia Civil, vol. 55, fls. 58 e 59.

proteção de uma família bem situada. Essa era a situação de uma mulher que se esforçava por encontrar uma família nacional ou estrangeira que a admitisse na condição de costureira. Primeiro visou convencer essas famílias de que era “*de bom comportamento*”, e depois de afirmar que exerceria a função de costureira, disse que prestaria “*algum serviço que for preciso*” (D. P., 17/-1/1862). Este anúncio, como tantos outros, trai a condição da ofertante. São mulheres que deixam transparecer uma condição de desespero ou séria dificuldade.

Além das dificuldades comuns de engajamento no mercado de trabalho, com os avanços tecnológicos as costureiras teriam de aprender a usar as máquinas de costura anunciadas nos jornais como a forma mais eficaz de costurar. Na década de 1860 foram se tornando cada vez mais freqüentes os anúncios de máquinas de costura, que passaram a invadir o mercado local. Uma loja possuía máquinas de diversas marcas, e anunciava enfaticamente:

As melhores machinas de cozer dos mais afamados autores de New-York, Singer & C., Wheeler & Wilson e Geo. B Sloat & C.

Estas machinas que são as melhores e mais duradouras mostram-se a qualquer hora e ensina-se a trabalhar nas casas dos compradores garantindo-se a sua boa qualidade e duração: no deposito de machinas de Raymundo Carlos Leite & Irmão, rua da Imperatriz n. 12, adtigamente [sic., erro de impressão] aterro da Boa-Vista. (D. P., 18/03/1861).

Do lado esquerdo desse apelativo anúncio, a figura de uma mulher reforçava o estereótipo de que a costura era uma atividade feminina. Trata-se de uma mulher branca de cabelo em coque, com um vestido longo que cobria os pés, mangas chegando até os punhos e golas que vestiam quase todo o pescoço. O anúncio parece querer dizer que a mulher branca, dona da casa, pode dispensar sem inconvenientes o serviço de negras e pardas. A imagem sugere ainda o avanço tecnológico, a comodidade, a facilidade com que a máquina era manuseada. Segundo Graham, o efeito direto dessas mudanças empreendidas pela difusão das máquinas de costura foi que as famílias passaram a empregar menos costureiras em tempo integral. No Rio, a difusão das máquinas se deu com maior ênfase na década de 1870, e é razoável supor que no Recife também. A autora, entretanto, admite que muitas famílias, ainda por muito tempo, iriam se fazer uso de uma criada que servisse como costureira. Essas criadas, sobretudo quando sabiam costurar a mão e à máquina, e modelar

feitios, continuariam a morar e servir na casa de seus patrões.⁴⁷⁴ Com o avançar das três décadas finais do século XIX, as costureiras que eram peritas em trabalhos de agulha⁴⁷⁵, teriam de demonstrar sua competência também em máquinas.

Criadas de todo o serviço, ou criadas especializadas, com funções bem definidas; servindo a particulares apenas remediados ou abonados, ou ainda servindo a instituições de habitação coletiva; resguardadas dos ‘perigos’ da rua ou não. O mundo das criadas apresenta uma variegada gama de situações, de relações de trabalho, que precisam ser cada vez mais delineadas. As suas identidades apresentam semelhanças e diferenças que compõem um quadro nada simples. Entre 1840 e 1870, no âmbito da escravidão urbana, a vida de criadas escravas, libertas ou livres pobres/empobrecidas não se diferenciava muito. Rendimentos maiores ou menores, níveis de “proteção” relativamente instáveis.

Também no nível das representações, os discursos veiculados pelos *Avisos Diversos*, fossem elaborados pelos patrões/patroas ou por elas mesmas, há imagens que se mostram recorrentes. Criadas e patrões/patroas, ao menos nas páginas do Diário de Pernambuco, negociavam representações e buscavam, sempre que possível, se utilizar de uma linguagem comum, inteligível por ambas as partes negociantes. Essa aproximação discursiva não implica necessariamente submissão ou adesão irrestrita aos valores do grupo contratante (patrões/patroas e senhores/as). Tensões ficam evidentes quando se analisa um conjunto mais amplo de anúncios, e casos peculiares de mulheres que fugiam, se embriagavam, negavam-se a trabalhar para seu senhor ou senhora. A própria linguagem dos patrões, oscilando entre uma maior rigorosidade ou “concessões”, denuncia possibilidades de táticas de resistência por parte de suas criadas. Mesmo reconhecendo que a negociação se travava entre pólos desiguais de poder, ainda assim havia uma negociação que tornava o trabalho e o cotidiano mais suportável. Criadas forras e livres, mas até mesmo escravas, podiam interferir nas relações de trabalho na tentativa de obter certos ganhos (horário mais flexível, dormir na privacidade do seu lar, melhor tratamento, executar apenas os serviços contidos no acordo, entre outros). Mesmo em uma situação de dependência, as criadas abriam fendas que seus contratantes temiam, e procuravam controlar. Sentir-se no controle, e apresentar

⁴⁷⁴ Cf. GRAHAM, Sandra Graham. Op. Cit., p. 51.

⁴⁷⁵ Uma habilidosa moça, em 1845, dizia saber todo o “serviço pertencente a agulha”. Nas últimas décadas do século XIX, isso não bastava. Ver D. P., dia 14/03/1845: “*Offerece-se uma moça para ir trabalhar em alguma casa capaz, tanto em obras de alfaiate, como chapeos para senhora, e todo o mais serviço pertencente a agulha; (...) rua do Rangel n. 50.*”

uma linguagem ativa no anúncio do jornal, não é tê-lo na realidade. Senhores/as, patrões e patroas, só aparentemente tinham pleno controle sobre as criadas. Na realidade, para terem seus serviços, precisavam de trocas simbólicas, de negociações. Proteção/não-proteção, obediência/desobediência faziam parte das relações entre criadas e seus contratantes. Os *Avisos Diversos*, os anúncios de escravas fugidas, compõem quadros, no mínimo, ambivalentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrever essas considerações finais, talvez se deva apenas lembrar ao leitor/a, que heroicamente acompanhou até aqui a descrição e análise de uma miríade de fragmentos e pistas, algumas idéias que o texto suscitou. O propósito não é baixar as cortinas, mas situar algumas questões abordadas, e que ainda continuam pungentes.

Antes de qualquer coisa, como lidamos com as expressões da época que se referiam aos serviços prestados pelas mulheres como de *portas a dentro* ou *portas a fora*, sentimos a necessidade de entender melhor uma palavra que foi exaustivamente repetida ao longo da narrativa: a palavra *caminhantes*. Mulheres negras e pardas, vendedoras, lavadeiras, e até outras criadas insatisfeitas com suas vidas, construíam, aos poucos, caminhos – no sentido real e figurado – que seriam seus, em espaços amplos de uma cidade em crescimento. Laços de solidariedade, novas redes de dependência, e talvez o mesmo ofício, são apenas algumas das possibilidades que aguardavam as escravas fugitivas, fossem vendeiras ou domésticas. Os dados populacionais do Recife, pelo menos até 1873, não nos permitem afirmar que havia uma multidão nas ruas e arrabaldes, mas havia certamente muitas pessoas com as quais interagir. Mas era preciso encontrá-las, fazer contatos, e descobrir se valia à pena manter relações. Caminhar pelas ruas e arrabaldes, ou no interior dos lares recifenses oitocentistas é um ato que, em si, merece a atenção do/a historiador/a social preocupado/a em reconstruir, ainda que fragmentariamente, o sentido político e inventivo do ato de caminhar em uma sociedade escravista e patriarcal. Por isso, a nossa preocupação em estabelecer uma leitura espacial do município recifense como um todo a partir dos passos das mulheres que viviam e trabalhavam nas ruas e arrabaldes, na reclusão das casas de família, ou em ambos os universos da casa e da rua. A leitura preliminar que apresentamos, bastante difícil de ser empreendida, não é de modo algum definitiva, e ainda merece a continuação do esforço no sentido de se estabelecer melhor o que talvez possamos designar de geografia das práticas sociais e cotidianas.

Outra questão abordada, mas que não deixa de se relacionar com a anterior, refere-se ao par honra/desonra. Do mesmo modo que havia mulheres que estavam na casa e na rua, caminhando por espaços sociais heterogêneos – mas com sentidos que podiam ser revertidos e relacionados – havia também mulheres negras e pardas que se situavam na ambígua

posição de honra/desonra. Como pensar a honra para mulheres não-brancas no contexto patriarcal e escravista é um desafio que muito tem a ver com a forma como esses atores modelaram sua identidade de gênero, classe e raça a partir de discursos dos próprios grupos dominantes. Grande parte da elite, é fato, é responsável por um discurso que enfatiza o pólo, difamante para a época, da desonra das negras e pardas. Juntamente com a difamação dos hábitos sexuais desses grupos desfavorecidos, caminha a difamação da própria noção de vida familiar por eles constituída. Trata-se de um tema instigante que permite avaliar quais os sentidos da honra para os grupos populares, e como eles se apropriam do discurso dos grupos médios e de elite para modelar identidades que lhes permitam sobreviver, arranjar trabalho, não serem recrutados à força pelas autoridades, e adquirir um status de pessoas reconhecidamente honestas. Aqui, a honra adquire outros componentes além do aspecto relacionado à sexualidade e à identidade de gênero. Se é inegável a existência de discursos que modelam as identidades masculina e feminina, é preciso esforçar-se por compreender ainda como a honra opera como um distintivo social mais amplo, separando grupos de homens e mulheres considerados “honrados” dos “desonrados”. Nossa preocupação caminha no sentido de que se deve investigar como um discurso calcado na sexualidade pode adquirir uma força distintiva capaz de instituir e determinar modos de vida. Nosso texto não explorou todas essas facetas do par honra/desonra para o Recife oitocentista, mas tentou provocar uma discussão sobre o tema a partir das representações construídas por e sobre os grupos populares, particularmente as mulheres que vendiam pelas ruas e/ou serviam como criadas.

Como vimos, as vendeiras Delindra e Cândida ousaram fazer uso de um discurso que confirmasse sua inserção no grupo dos “honrados”, dos trabalhadores *morigerados*, das pessoas que podiam reivindicar a *estima pública*. Inúmeras domésticas também se utilizaram dos discursos caros ao imaginário dominante no sentido de se engajarem em relações de trabalho que lhes favorecessem. Em suma, elas ofereciam serviços não apenas em troca de dinheiro, mas também em troca de bom tratamento, de respeito, de consideração. No Recife do século XIX, a interpretação dos contratos não escritos que se estabeleciam entre as criadas livres pobres e libertas de um lado, e os patrões e patroas de outro, nos fez descobrir que, para além de eventuais pagamentos monetários, as criadas sentiam-se particularmente atraídas por “*bom tratamento*”. Em um universo cultural onde as relações puramente

capitalistas ainda não predominam, era preciso investir em outros tipos de relações, calcadas muitas vezes em valores simbólicos. É preciso admitir, entretanto, a complexa relação entre necessidades materiais evidentes da parte das criadas – que se submetiam a uma carga excessiva de trabalhos internos e externos à esfera doméstica – e necessidades de valorização, de pertença, de integração.⁴⁷⁶ Elas precisam dos lares, de servir a um grupo familiar “*honesto*”. Por outro lado, essas famílias precisam dos serviços das criadas, e estas deviam ser “*honestas*” também. Não basta ser capaz de cumprir com as obrigações inerentes ao ofício.

Mas as criadas e vendeiras também apresentam momentos de rebeldia, fugindo da casa de seus senhores (quando escravas), abandonando a casa de patrões que adiantavam algum pagamento, negando-se a trabalhar, “*seduzindo*” outros criados da casa, discutindo e brigando nas ruas, rios e praças, envolvendo-se em conflitos os mais diversos. Elas podiam fugir dos padrões da vendeira e doméstica ideal, e mostrarem uma face diferente da tão esperada submissão. Elas podiam ser “*dadas a valente*”, sim, e ousadas demais para a cultura paternalista de patrões/patroas e senhores/as. Seguindo a percepção de E. P. Thompson, podemos admitir que as criadas e vendeiras recifenses poderiam ter identidades alternantes de rebeldia e deferência.⁴⁷⁷

Outro problema que o texto suscita diz respeito às identidades de grupo que vendeiras e criadas pudessem forjar. O/a leitor/a, em toda a narrativa, talvez tenha procurado por grupos sociais melhor definidos e caracterizados conceitualmente, e julgado vagos demais os termos como “vendeiras” e “domésticas”. Trilhar por essa via de caracterização dos grupos aqui focalizados demandaria uma discussão interminável sobre o conceito de classe. Preferimos como E. P. Thompson, pensar que havia uma “*consciência de ofício*” entre cada um desses grupos específicos – embora essa idéia ainda seja de difícil comprovação – mas não que havia classe ou consciência de classe.⁴⁷⁸ No entanto, os personagens aqui focalizados, não obstante o caráter individual de suas ações, alteraram rotinas cotidianas, inspiraram temor e desconfiança, transmitindo aos grupos dominantes ao mesmo tempo uma

⁴⁷⁶ Como Thompson percebeu, a cultura tradicional valoriza o “não-econômico”. Ele dirá: “Outro aspecto dessa cultura pelo qual tenho interesse especial é a prioridade concedida, em certas áreas, ao “não-econômico”, em detrimento das sanções, trocas e motivações monetárias diretas.” Cf. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 21

⁴⁷⁷ Idem, p. 20.

⁴⁷⁸ Idem, p. 28.

sensação de identidade comum – tratava-se de vendeiras de rua ou de criadas – e uma impressão mais abrangente dos riscos coletivos de insubordinação. Mas em ambos os grupos, havia clivagens fundamentais dependendo das proximidades com os centros de poder, e as táticas que cada segmento de criada e vendeira teria de forjar poderiam ser específicas e dirigidas a uma condição peculiar de existência.

No caso da lucratividade das vendedoras, nosso texto demonstra que o exercício da atividade em condições de autonomia (libertas e livres pobres) poderia garantir algum ganho monetário não desprezível. Também locatários de seus serviços se beneficiavam com a venda de produtos pelas ruas. O que não podemos afirmar é em que momento o aluguel de vendeiras torna-se antieconômico para os/as locatários/as. Tentamos mostrar também que até 1870, pelo menos, era grande a busca por criadas e vendeiras de condição escrava. Os dados indicaram uma tendência ainda forte, da parte dos contratantes que indicavam sua preferência jurídica, no sentido de alugar mulheres cativas. As décadas de 1870 e 1880, no Recife, podem vir até a apontar para um quadro diferente no qual a mão-de-obra escrava vá cedendo lugar àquela composta por livres e libertas na execução das tarefas domésticas e de venda de rua, mas na falta de um estudo empírico é temerário especular.

Por último, é preciso admitir que, apesar da sociedade brasileira como um todo, no século XIX, poder ser caracterizada como paternalista, havia imensa pressão por lucros, por ganhos monetários também. Aos poucos, como reconhece Maria Odila da Silva Dias, o contexto urbano ia diluindo qualquer “*nexo sentimental e orgânico*” que pudesse existir nas relações de trabalho que se estabeleciam entre escravas e suas senhoras, uma afirmação que pode ser transferida para patrões e suas criadas em geral. A autora percebeu que a rotatividade das funções das escravas e os anseios de lucro por parte das senhoras empobrecidas, contribuíam para o maior distanciamento social entre esses grupos.⁴⁷⁹ O nosso texto confirma esse ponto de vista, sobretudo por demonstrar a grande rotatividade das criadas nas casas de patrões e patroas que locavam seus serviços.

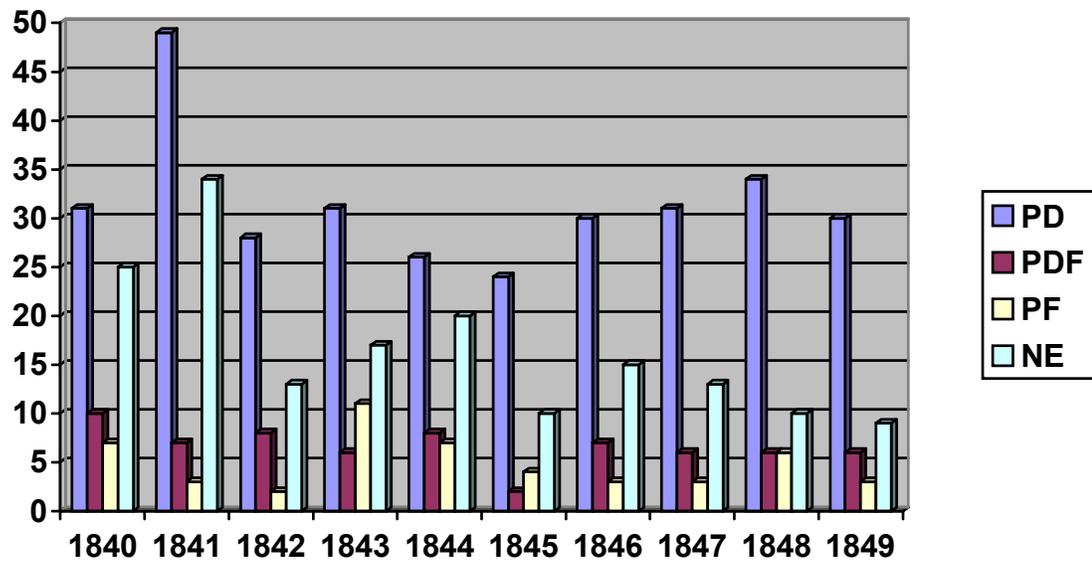
Para finalizar, embora reconhecendo que um texto de história não deva conter apenas informações, o/a leitor/a deve ter percebido a preocupação em apresentar um grande número de fontes, cujas informações são realmente muito diversificadas. Não se trata de algum tipo

⁴⁷⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 90.

de mania particular inerente à atividade empírica ou ao ofício do historiador. Acredito que se deve fazer uma história social baseada em um máximo de informações possível, e isso se torna ainda mais necessário quando o tema é a história das mulheres, que durante tanto tempo constituiu um campo tão ignorado da história.

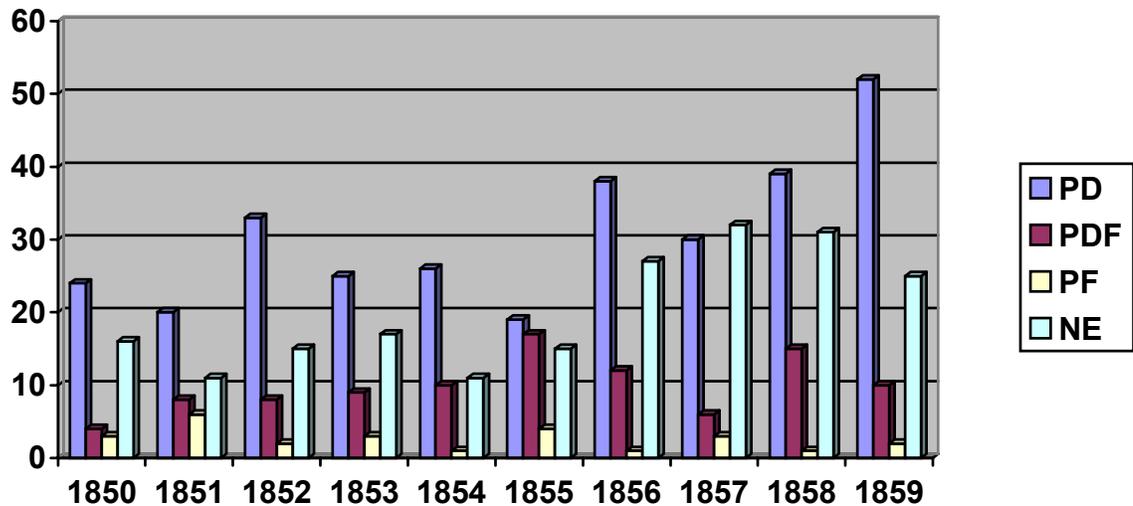
ANEXOS:

GRÁFICO 1: NÚMERO DE ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTO E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME O LOCAL DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, RECIFE (Meses de Março de 1840-1849).



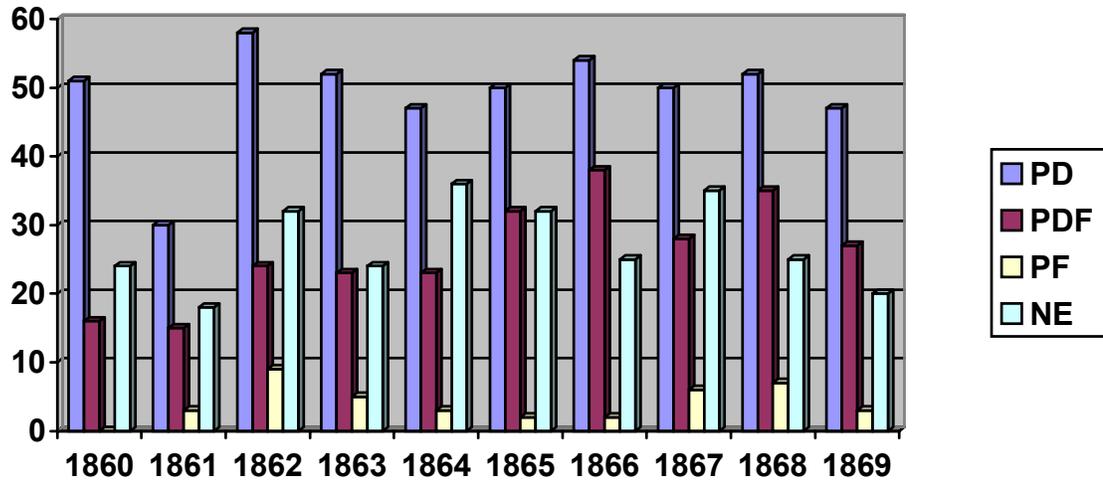
LEGENDA – PD: Portas a Dentro; **PDF:** Portas a Dentro e a Fora; **PF:** Portas a Fora; **NE:** Não Especificados.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTO E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME O LOCAL DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, RECIFE (Meses de Março de 1850-1859).



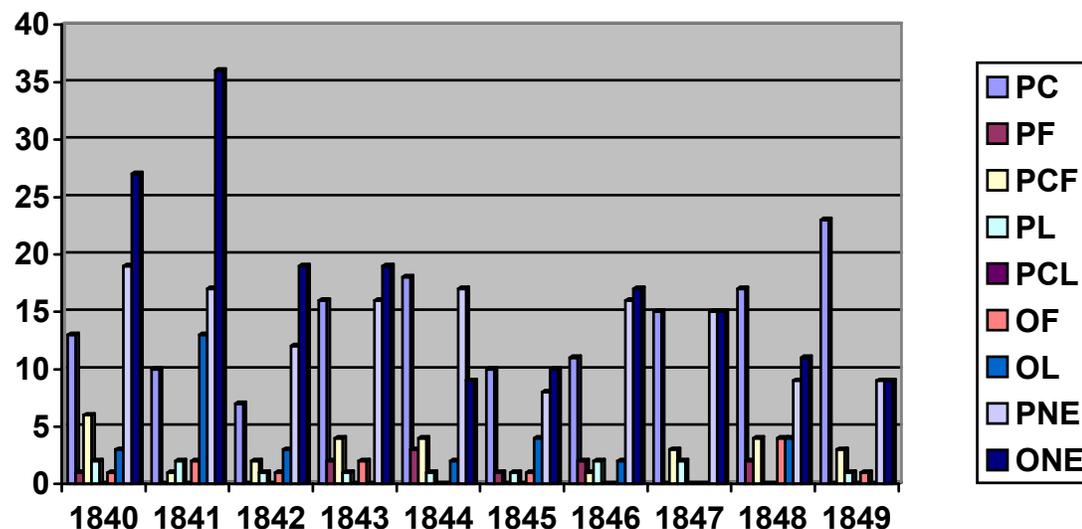
LEGENDA – **PD**: Portas a Dentro; **PDF**: Portas a Dentro e a Fora; **PF**: Portas a Fora; **NE**: Não Especificados.

GRÁFICO 3: NÚMERO DE ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTO E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME O LOCAL DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, RECIFE (Meses de Março de 1860-1869).



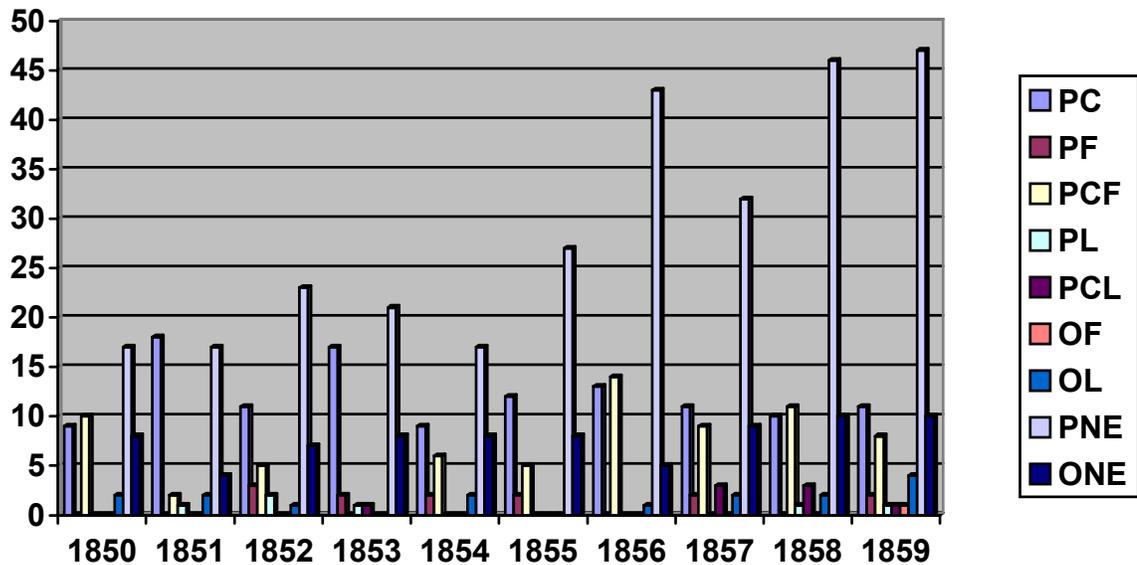
LEGENDA – **PD**: Portas a Dentro; **PDF**: Portas a Dentro e a Fora; **PF**: Portas a Fora; **NE**: Não Especificados.

GRÁFICO 4: ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTOS E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME A CONDIÇÃO JURÍDICA DAS PREFERÊNCIAS E OFERTAS, RECIFE (Meses de Março de 1840-1849).



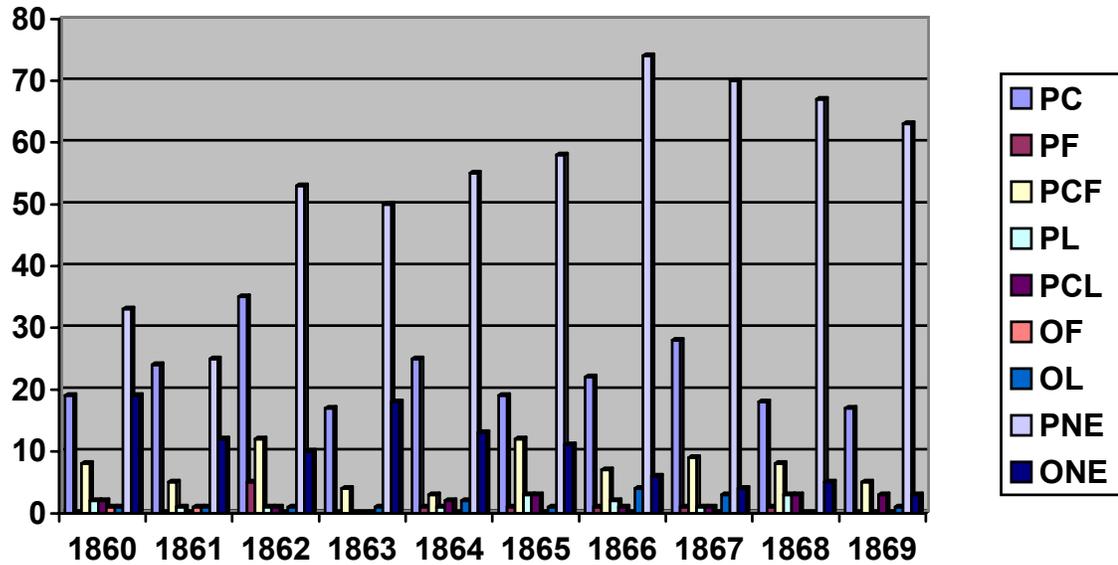
LEGENDA – PC: Preferência por Cativas; PF: Preferência por Forras; PCF: Preferência por Cativas e Forras; PL: Preferência por Livres; PCL: Preferência por Cativas e Livres; OF: Oferecimento de Forras; OL: Oferecimento de Livres; PNE: Preferência Não Especificada; ONE: Oferecimento Não Especificado.

GRÁFICO 5: ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTOS E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME A CONDIÇÃO JURÍDICA DAS PREFERÊNCIAS E OFERTAS, RECIFE (Meses de Março de 1850-1859).



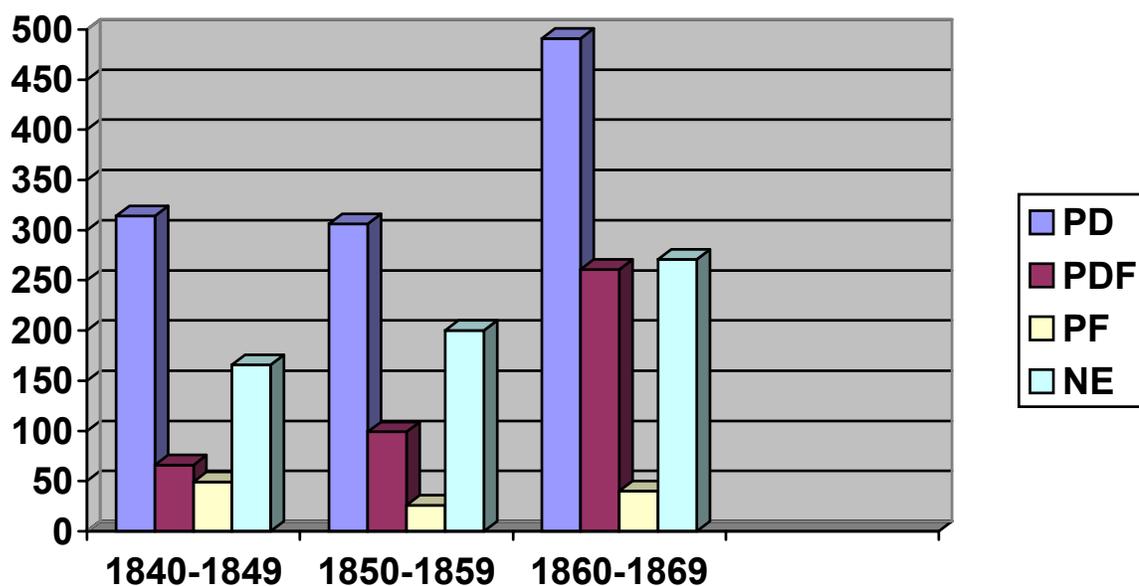
LEGENDA – PC: Preferência por Cativas; **PF:** Preferência por Forras; **PCF:** Preferência por Cativas e Forras; **PL:** Preferência por Livres; **PCL:** Preferência por Cativas e Livres; **OF:** Oferecimento de Forras; **OL:** Oferecimento de Livres; **PNE:** Preferência Não Especificada; **ONE:** Oferecimento Não Especificado.

GRÁFICO 6: ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTOS E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME A CONDIÇÃO JURÍDICA DAS PREFERÊNCIAS E OFERTAS, RECIFE (Meses de Março de 1860-1869).



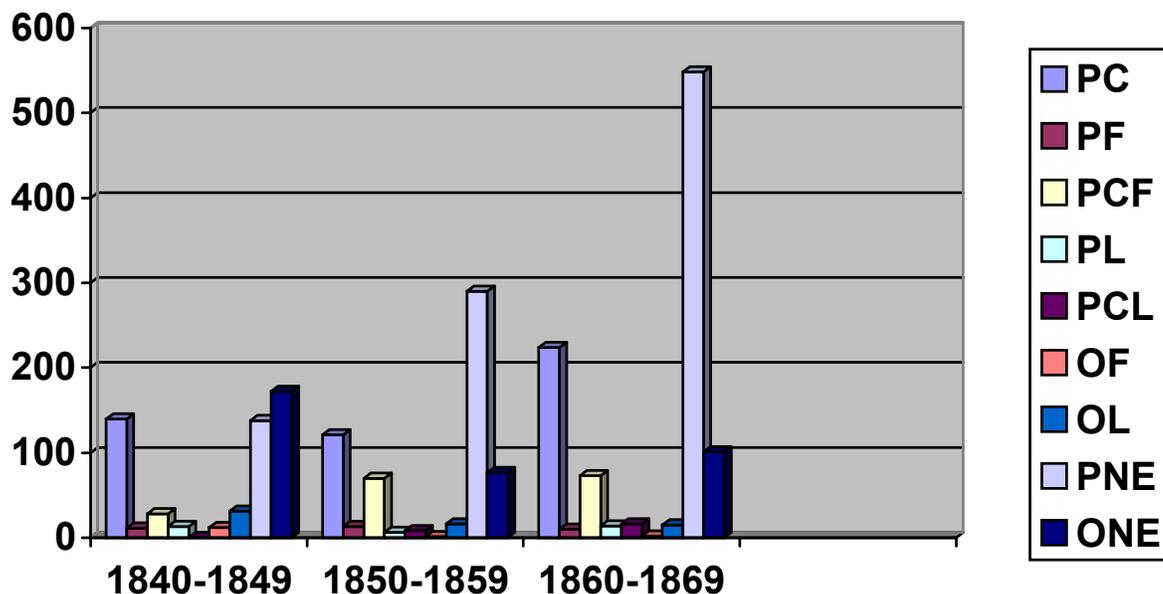
LEGENDA – PC: Preferência por Cativas; PF: Preferência por Forras; PCF: Preferência por Cativas e Forras; PL: Preferência por Livres; PCL: Preferência por Cativas e Livres; OF: Oferecimento de Forras; OL: Oferecimento de Livres; PNE: Preferência Não Especificada; ONE: Oferecimento Não Especificado.

GRÁFICO 7: TOTAL DE ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTO E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME O LOCAL DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, EM CADA DÉCADA, RECIFE (Meses de Março de 1840-1869).



LEGENDA – **PD**: Portas a Dentro; **PDF**: Portas a Dentro e a Fora; **PF**: Portas a Fora; **NE**: Não Especificados.

GRÁFICO 8: TOTAL DE ANÚNCIOS DE COMPRA E ALUGUEL DE ESCRAVAS, OFERECIMENTOS E SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE MULHERES FORRAS E LIVRES POBRES CONFORME A CONDIÇÃO JURÍDICA DAS PREFERÊNCIAS E OFERTAS, EM CADA DÉCADA, RECIFE (Meses de Março de 1840-1869).



LEGENDA – **PC**: Preferência por Cativas; **PF**: Preferência por Forras; **PCF**: Preferência por Cativas e Forras; **PL**: Preferência por Livres; **PCL**: Preferência por Cativas e Livres; **OF**: Oferecimento de Forras; **OL**: Oferecimento de Livres; **PNE**: Preferência Não Especificada; **ONE**: Oferecimento Não Especificado.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIAR, Edvânia Torres. *Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos*. Pp. 231-251. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Quotidiano da população forra em Minas Gerais do período colonial*. In **OCEANOS** - N.º 42. Viver no Brasil Colônia. Abri/Junho 2000, pp. 50-66. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ALENCAR ARRAIS, Isabel Pinheiro Concessa de. **Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1995.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *Vida privada e ordem no Império*. Pp. 66-67. In ALENCASTRO, Luís Felipe de. (org.) **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada**. 4ª ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.

ANJOS, João Alfredo dos. **A roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), UFPE, 1997.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino**. 13ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura, cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BARROSO, Geraldo. **Crescimento Urbano, Marginalidade e Criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1981.

BEATTIE, Peter M. *Measures of manhood: Honor, Enlisted Army Service, and Slavery's Decline in Brazil, 1850-90*, pp. 232-255. In **Changing Man and Masculinities**

in Latin America. Edited by Matthew C. Gutmann. Duke University Press, Durham and London, 2003.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. *Cidade Moderna X Trabalho Urbano: a questão do comércio ambulante no Recife nos séculos XIX e XX.* **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 10, n. 1. Recife: FUNDAJ, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo, séculos XV-XVIII.** Vol. 2: Os Jogos das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.) **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. *Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da “suavidade do leite preto” ao “fardo” dos homens brancos.* Pp. 29-63. **Em Tempo de Histórias: Revista dos Alunos da Pós-Graduação da UnB.** Vol. 5, nº 5 (2001). Brasília, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **A Pátria, o Lar e as Empregadas Domésticas.** Recife: mimeografado, 2001.

_____. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

_____. *Os símbolos do “progresso” e a “população” do Recife, 1840-1860;* p. 60. **Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural.** Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, Projeto de Cooperação CAPES/COFECUB, 1998.

CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife (um ensaio de Geografia Urbana).** DF: Imprensa Nacional, 1948.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).** Trad.: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer.** 7.ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. GIARD, Luce. MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. 4.^a Ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 1^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 1^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1990.

CIVITA, Victor. (Editor). **Dicionário de Mitologia Greco-Romana**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

COMMELIN, P. **Mitologia Grega e Romana**. Tradução: Thomaz Lopes. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2^a ed., trad.: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4^a ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 180.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Vol. 5, 2^a ed. Recife: FUNDARPE, 1983.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DANTAS, Ney. **Entre Coquetes e Chico-Machos (uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do séc. XIX)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), UFPE, 1992.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras - Riqueza e estigma social*. Pp. 65-92. **Tempo**. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Vol. 5, n.º 9, Jul. 2000. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

FERREIRA, Luzilá Ferreira. Et. al. **Suaves amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

FERREZ, Gilberto. **O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das Artes - 1863**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife: 1981.

FIGUEIREDO, Luciano. **O Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 9ª ed., 1996.

_____. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª ed. aum. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. **Um Engenheiro Francês no Brasil**. Tomo 2.º. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1960.

FURTADO, Júnia Ferreira. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Comerciantes, tratantes e mascates*. Pp. 93-113. In DEL PRIORE, Mary. (org.) **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas: mocambos, e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *“Dizem as quitandeiras...” Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio*

de Janeiro, século XIX. P. 3-16. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**. Vol. 15, Nº 2, de jul/dez 2002. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Trad. Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUERRA, Flávio. *O Recife e o Conde da Boa Vista*. pp. 264-287. In PEREIRA, Nilo. Et. al. **Um Tempo do Recife**. Recife: Editora Universitária, 1978.

_____. **Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos**. 3.^a ed. Recife: Editora Itinerário, 1978.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas**. Recife: Edição Comemorativa do Sesquicentenário, 1975.

JELIN, Elizabeth. **Las Familias en América Latina**. In ISIS INTERNACIONAL, 1994, EDICIONES DE LAS MUJERES N.º 20.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. Pp. 25-38. In **Projeto de História 16 – Tema: Cultura e Trabalho**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP. São Paulo, (16), 1998.

LIMA, Claudia. **Tachos e panelas: historiografia da alimentação brasileira**. Recife: Ed. da Autora, 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **To be a Liberated African in Brazil: Labour and Citizenship in the nineteenth century**. Tese de Doutorado (História). University of Waterloo, Ontario, Canada, 2002.

MATOS, Maria Izilda S. de; SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Cotidiano e cultura – História, cidade e trabalho**. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

- _____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- MAUAD, Ana Maria. *As fronteiras da cor: imagem e representação social na sociedade escravista imperial*. **LOCUS: revista de história**. Juiz de Fora, vol. 6, nº 2, p. 83-98, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuceiro: crônicas de costumes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Canoas do Recife: Um Estudo de Microhistória Urbana*. Pp. 67-103. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. L, Recife: 1978.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.) **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Vol. II. Recife: Diário de Pernambuco, 1975.
- MELLO, Virgínia Pernambucano de. **Água Vai! História do saneamento de Pernambuco - 1537-1837**. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, s/d.
- MENEZES, José Luiz da Mota. *A ocupação do Recife numa perspectiva histórica*. Pp. 147-162. In **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, vol. 1, nº 14, Recife: Editora Universitária/UFPE, 1993.
- MOTT, Luiz R. B. *Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil*. Pp. 80-106. **Revista de História**. Ano XXVII, vol. LIII. São Paulo: 1976.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790/1890**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais: 1717-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- _____. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PANTOJA, Ana Lídia Nauar. *Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910)*. Pp. 119-141. In BRUCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2001.
- PANTOJA, Selma. *Três Leituras e Duas Cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos*. In PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. (orgs.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *A dimensão atlântica das quitadeiras*. Pp. 45-67. In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas**

abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres: as vozes do silêncio.* Pp. 217-235. In FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 1ª reimpressão.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).** Campinas: São Paulo, Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX.* pp. 49-61. **História**, vol. 12, 1993, UNESP.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SETTE, Mário. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo.** 3.ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

SILVA, Eliane Moura da. *Trabalhadora normatizada: mãe, esposa e dona-de-casa reguladas.* Pp. 35-46. **História**, São Paulo, vol. 5/6, 1986-1987.

SILVA, Maciel Henrique. *As múltiplas identidades femininas e o uso do espaço urbano do Recife no século XIX.* In **História & Perspectivas.** Uberlândia, (25 e 26): 167-192, Jul./Dez. 2001/Jan./Jul. 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Mulheres brancas no fim do período colonial.* Pp. 75-96. In **Cadernos Pagu: fazendo história das mulheres.** Nº 4, Campinas: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua: a nova face da escravidão.** São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1998.

SILVA, Wellington Barbosa da. “**A cidade que escraviza é a mesma que liberta...**” **Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850)**. Recife: Dissertação de Mestrado (História), 1996, UFPE.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Cecília Moreira. AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX, pp. 57-71. **AFRO-ÁSIA**, Nº 17, Centro de Estudos Afro-Orientais – Bahia, Salvador: EUFBA, 1996.

_____. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal da Bahia, 1994, p. 38

_____. *A negra na rua, outros conflitos*. Pp. 35-47. In SARDENBERG, Cecília M. B. Et. al. (orgs.) **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX*. Pp. 107-142. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº16, março de 1988. Número esp. organizado por Silvia Hunold Lara.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife: Tese de Doutorado em História, UFPE, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. Pp. 29-62. **Cadernos Pagu (3)**, 1994. Campinas, SP, Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista*. pp. 13-34. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2001.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia - 1850**. 2.ª ed. Salvador: Corrupio, 1999.

ZILBERMAN, Regina. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz; ou: quando a história se faz na voz de seus agentes*. Pp. 119-136. In, DECCA, Edgar Salvadori de. LEMAIRE, Ria. **Pelas margens: outros caminhos da literatura e da história**. Campinas; Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da Universidade-UFRGS, 2000.

FONTES:

Fontes Impressas:

A Marmota Pernambucana, N° 12, Terça, 07/05/1850. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

ANNAIS DA MEDICINA PERNAMBUCANA (1842-1844). Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

Collecção das Leis do Brazil de 1818-1819. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Diário de Pernambuco: anos 1831, 1835, 1838, 1839 e 1840-1870. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História – LAPEH-UFPE.

Diário Novo: ano 1847. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil. (PROVÍNCIAS DO NORTE)**. Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As Vítimas-Algozes: quadros da escravidão**. 3.^a ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Scipione, 1991. Publicado originalmente em 1869.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. **Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 81. Obra publicada originalmente em 1852.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Inst. Progresso Editorial, 1949.

RÊGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 15.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

SILVA, Antonio Moraes. **DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**. Tomos I e II. Lisboa: Impressão Régia:1831.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

Fontes Manuscritas:

Apelação Crime do Juízo de Direito do Crime da 1.^a Vara desta cidade, 1843-1844. Apelante: Cândida Maria da Conceição; Apelada: D. Anna Nobre Ferreira. Tribunal da Relação de Pernambuco. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP.

Bando sobre a proibição das pessoas que vendem fazendas pelas ruas etc. Registro de Provisões 03/1 (1769-1797). Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Câmaras Municipais, vol. 1 (1814-1818), sem paginação. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Câmaras Municipais, vol. 29, 1849. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Câmaras Municipais, vol. 35, 1855. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Câmaras Municipais, vol. 44, 1860. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Câmaras Municipais, vol. 59, 1870. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Casa de Detenção do Recife (CDR) 01, 1862. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Coleção Petições (Recrutamento) – 1849-1894. Recife, 05/06/1865. Recrutado: Theodoro José Joaquim Antônio Manoel (escravo fugido). Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Coleção Polícia Civil (PC), vol. 55. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE.

Inventário de Maria Alexandrina do Rego. Juízo de Órfãos da Comarca do Recife, 1868. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP.

Libelo Crime, 1827. Apelante: Delindra Maria de Pinho; Apelado: Belchior José dos Reis. Tribunal da Relação de Pernambuco. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP.

Relatórios do Presidente da Província, ano de 1842. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

Relatórios do Presidente da Província, o Barão da Boa Vista, anos de 1843 e 1844. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.